UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

PATOS DE MINAS NA ROTA DO TECNICISMO: ESCOLA POLIVALENTE COMO CONSTRUTORA DE MENTES PARA O PROGRESSO (1970 – 1985)

UBERLÂNDIA, MG
2020

CLEBERTON LUIZ CHAVES

PATOS DE MINAS NA ROTA DO TECNICISMO: ESCOLA POLIVALENTE COMO CONSTRUTORA DE MENTES PARA O PROGRESSO (1970 – 1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, PPGDE-UFU, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profª. Dra. Romana I. B. Valente Pinho.

Área de concentração:
História e Historiografia da Educação. Instituições Escolares.

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C512 Chaves, Cléberton Luiz, 1967-
2020 Patos de minas na rota do tecnicismo [recurso eletrônico] : Escola Polivalente como construtora de mentes para o progresso (1970 - 1985) / Cléberton Luiz Chaves. - 2020.

Orientadora: Romana I B Valente Pinho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.617
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Pinho, Romana I B Valente,1976-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

PATOS DE MINAS NA ROTA DO TECNICISMO: ESCOLA POLIVALENTE COMO CONSTRUTORA DE MENTES PARA O PROGRESSO (1970 – 1985)

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (MG), pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 07 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª. Dra. Romana Isabel Brázio Valente Pinho
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

_____

Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

_____

Prof.ª Dra. Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues
Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 23/2020/733, sigla do PPGED				
Data:	Sete de agosto de dois mil e vinte	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	11812EDU004				
Nome do Discente:	CLÉBERTON LUIZ CHAVES				
Título do Trabalho:	"PATOS DE MINAS NA ROTA DO TECNICISMO: ESCOLA POLIVALENTE COMO CONSTRUTORA DE MENTES PARA O PROGRESSO (1970 - 1985)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Redenção e Escatologia no Pensamento Português"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues - UNIPAM; Sauloéber Tarsio de Souza - UFU e Romana Isabel Brázio Valente Pinho - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Romana Isabel Brázio Valente Pinho , apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Romana Isabel Brazio Valente Pinho**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/08/2020, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/08/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues**, **Usuário Externo**, em 12/08/2020, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2181809** e o código CRC **894A9F52**.

Referência: Processo nº 23117.045231/2020-92 SEI nº 2181809

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade da vida e de acordar todos os dias e ter disposição para o trabalho. À minha esposa Carmem e meus filhos Priscila e Jean Carlos, meu muito obrigado pelo apoio. Também, não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante a caminhada no mestrado, principalmente, meus colegas e meus diletos professores. Em especial aos professores Sauloéber Társio de Souza; Raquel Discini de Campos; Romana Isabel Brázio Valente Pinho e Décio Gatti Junior, minha eterna gratidão. As aulas foram de debates à altura de uma turma que se preocupou com o conhecimento e seu embasamento científico. Agradeço também a todo corpo de profissionais da Universidade Federal de Uberlândia, na pessoa do James, da secretaria do PPGED.

Ao professor Altamir Fernandes, docente do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), pelas dicas valiosas e ao professor e coordenador da Faculdade de Ciências e Letras do UNIPAM, Marcos Caixeta Rassi, pelo apoio e pela disposição do Laboratório e Pesquisa em História (LEPHE), muito obrigado.

À minha amiga e colega do curso de História, Claudia Maria Vaz, turma de 2001, que me incentivou a desenvolver esse trabalho. À direção e supervisão da Escola Polivalente, por disponibilizar o acervo para pesquisa. Também agradeço à Diretoria de Igualdade Racial, Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, na pessoa do Arquiteto Alex Castro.

Em especial, o agradecimento à minha orientadora, Dra. Romana I. B. Valente Pinho. Pessoa notável pelo conhecimento, presteza, dedicação e paciência. Virtudes manifestas de forma reluzente em sua maneira de ser. Foram dezenas de orientações, correções, indicações de leituras bibliográficas, fontes de pesquisas e diálogos a respeito do trabalho que foi desenvolvido e que mesmo nas minhas maiores dificuldades não deixou de acreditar na minha capacidade.

E, jamais poderia deixar de agradecer aos meus pais, Orlando Luiz Chaves e Maria Eustáquio da Silva Chaves, pela educação, dedicação, correção e carinho que dispensaram à minha pessoa. Minha mãe *in memoriam*.

EPÍGRAFE

"A única filosofia que deve ter uma universidade brasileira é essa de adaptação a uma vida plena. [...] Quando o estudante vem, nós o metemos num esquema, disparamos-lhe a qualidade do açúcar ou sal, que a nós parece bem, sem lhe perguntar que coisa quer. Talvez se nós ouvíssemos o estudante, [...] nos viesse dizer: é deste açúcar que eu quero, é deste sal que eu quero. Quero que me ponham diante das coisas, e me ensinem a olhar as coisas, porque tenho bastante espírito em mim para, a partir das coisas, construir o meu mundo. Quero que me ponham diante da realidade, quero que estejam comigo para me ajudar nas dificuldades, quero que me deixem expandir no meu corpo e meu espírito, quero que me deem comida suficiente para eu estar vivo. Vou lhe citar um caso, como, por exemplo, na Universidade de Brasília acontece. Ao passo que há dinheiro para construir edifícios, ou para montar laboratórios, não há dinheiro para abrigar os estudantes que esperam ao sol que os admitam nos restaurantes para comer. Esse estudante quer que cuidem dele como gente. Os estudantes querem que lhes deem atenção, que lhes deem atenção como gente que come, e que não pode aguentar só durante os deveres. Querem que lhes deem atenção como homens, querem saber o que são as coisas e o que são as doutrinas. A universidade brasileira para ser não precisa de ter nenhuma filosofia, não precisa se basear em nenhuma teoria, precisa se lançar à descoberta do estudante."

(Agostinho da Silva, Depoimento à CPI, Brasília, 1968).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Colégio da Penha 63
Figura 2 - Homenagem a Maria da Penha de Castro Olivieri 65
Figura 3 - Premem muda nomenclatura para Premen 78
Figura 4 - Reportagem do ministro Jarbas Passarinho 91
Figura 5 - Construção de mais de 300 Ginásios Polivalentes 93
Figura 6 - 64 Ginásios Polivalentes em Minas Gerais 94
Figura 7 - Homenagem ao Governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco 98
Figura 8 - Nanuque Suspende Aulas no Polivalente 105
Figura 9 - Os Universitários, os Professores e o PREMEN 106
Figura 10 - Implantação da Reforma do Ensino em Patos de Minas 125
Figura 11 - Administração Municipal em relação ao Ginásio Polivalente. Obras complementares 134
Figura 12 - Chamada para inscrição para prova de seleção no Ginásio Polivalente segundo semestre de 1971 135
Figura 13 - Foto da Aula inaugural do primeiro ano de funcionamento do Polivalente. 21 de setembro de 1971. Auditório da Rádio Clube de Patos de Minas 137
Figura 14 - Aula inaugural do primeiro ano de funcionamento do Polivalente. 21 de setembro de 1971. Auditório da Rádio Clube de Patos de Minas 137
Figura 15 - Exmo Dr. Deiró Eunápio Borges Jr. no Polivalente 139
Figura 16 - Convite aos alunos e familiares para a aula inaugural do semestre letivo 139
Figura 17 - Relato do Ex-diretor Fernando Antônio de Melo localização do Ginásio 145
Figura 18 - Projeto Arquitetônico do Escritório Aflalo e Gasperini. Modelo dos Polivalentes no Brasil 151
Figura 19 - Um dos Projetos Arquitetônicos Ginásio Polivalente Patos de Minas 152
Figura 20 - Recorte da planta 152
Figura 21 – Foto dos Trabalhadores em atividade na construção do Ginásio Polivalente. 154
Figura 22 - Primeiros prédios do Ginásio Polivalente de Patos de Minas 1971 155
Figura 23 - Parte interna do Ginásio Polivalente 156
Figura 24 – Foto da Frente do Ginásio Polivalente em 1971 156
Figura 25 - Foto dos Mastros de hasteamento das Bandeiras. Altar da Pátria 157
Figura 26 - Entrada do Ginásio Polivalente de Patos de Minas depois da construção do

muro 157
Figura 27 - Participação do ex-prefeito em um concurso literário 1973 164
Figura 28 - Histórico do Regimento do Polivalente 171
Figura 29 - Polivalente adota o nome de Professora Elza Carneiro Franco 172
Figura 30 - Diretor do Polivalente visita Patos. Jornal Folha Diocesana 22/07/1971 175
Figura 31 - Diretor do Polivalente visita Patos. Jornal dos Municípios 11/07/1971 175
Figura 32 - Discurso de Jacinto Guerra no Rotary Club de Patos de Minas 176
Figura 33 - Quem é o Diretor? Reportagem do Jornal dos Municípios em 1971 178
Figura 34 - Recomendações em relação às reuniões 179
Figura 35 - Entrevista do Diretor Jacinto Guerra. Folha Diocesana 180
Figura 36 - Posse de Jacinto Guerra no Polivalente do Horto em Belo Horizonte 180
Figura 37 - Descerramento da placa de inauguração do Polivalente. 05/1974. 182
Figura 38 - Inauguração 1974. Diretor Joaquim Júlio sentado à mesa. Em pé o Governador Rondon Pacheco 182
Figura 39 - Inauguração do Ginásio Polivalente. Joaquim Júlio à mesa com Rondon Pacheco 183
Figura 40 - Irmã Isaura no centro, de óculos em meio às festividades da Escola Polivalente 184
Figura 41 – Mensagem aos pais em relação à avaliação médica dos alunos 185
Figura 42 - Professor e Diretor Fernando Antônio de Melo 186
Figura 43 - Fala do professor ex-diretor Fernando Antônio de Melo, primeira parte 188
Figura 44 - Fala do professor ex-diretor Fernando Antônio de Melo, segunda parte 189
Figura 45 - Professor Ruyvan Dantas na Escola Estadual Polivalente 191
Figura 46 - Professor José Izalino Levenhagem Ferreira na sala de aula da Escola Polivalente 192
Figura 47 - Professor de Práticas Agrícolas, Geraldo Caixeta na escola Polivalente 193
Figura 48 - Quadro de frequência do Ginásio Polivalente 195
Figura 49 - Ficha individual de Aluno da Escola Polivalente. 1973 198
Figura 50 - Ata de resultado final 5ª série Escola Polivalente com conteúdo curricular ... 199
Figura 51 - Alunos na aula prática de Técnicas Agrícolas no interior da Escola Polivalente 200
Figura 52 - Aulas práticas de técnicas Industriais dos alunos do Polivalente. 1973 201
Figura 53 - Alunos da 7ª série do Polivalente em 1973 em excursão prática ao Rio da

Prata 203
Figura 54 - Alunos do Polivalente na Feira de ciências de Belo Horizonte 204
Figura 55 - Aviso em relação ao preenchimento das cadernetas escolares 205
Figura 56 - Cadernetas utilizadas pelos alunos na Escola Polivalente 206
Figura 57 - Caderno de ponto dos funcionários do Polivalente - Termo 206
Figura 58 - Recolhimento de tributos dos profissionais do Polivalente 207
Figura 59 - Propaganda dos uniformes da Tergal nas décadas de 1960, 1970 e 1980 208
Figura 60 - Detalhes do uso do Uniforme dos Alunos do Polivalente. Inauguração da escola em maio de 1974 209
Figura 61 - Aviso 2/72 em relação ao uso do uniforme estudantil nas dependências do Polivalente 210
Figura 62 - Representação do Saci no Escudo da Escola Polivalente 212
Figura 63 - Alunos do Polivalente no desfile cívico estudantil da festa nacional do milho 1974 212
Figura 64 - Por que o Saci em nossa Escola? 213
Figura 65 - Hino da Escola Polivalente 215
Figura 66 - Ata da Posse do Grêmio Estudantil da Escola Polivalente de Patos de Minas 216
Figura 67 - Polivalente comemora aniversário 217
Figura 68- Criação do Grupo Teatral da Escola Polivalente 219
Figura 69 - Apresentação do Coral do Minas Tênis Clube 219
Figura 70 - Convite para feira de ciências a ser apresentada na praça da matriz 221
Figura 71 - Coroação da Rainha do Polivalente 221
Figura 72 - Participação do Polivalente nas Olimpíadas Estudantis de 1972 222

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição do Prédio construído na primeira etapa e suas dependências 158
Tabela 2 - Área do Ginásio Polivalente construída 159
Tabela 3 - Pequena amostra dos equipamentos e mobiliários que foi possível elencar 160
Tabela 4 - Composição do quadro de funcionários do Ginásio Polivalente de Patos de Minas – Primeiro Ano de Funcionamento 193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Histórico do PIB no contexto militar..... 230

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Macrorregiões de Minas Gerais 95
Mapa 2 - Da primeira fase de implantação dos Ginásios Polivalentes 99
Mapa 3 - Mapa da segunda fase de implantação dos Ginásios Polivalentes 100
Mapa 4 - Mapa da terceira e quarta fases de implantação dos Ginásios Polivalentes 108
Mapa 5 - Mapa da quinta fase de implantação dos Ginásios Polivalentes 109
Mapa 6 - Mapa de todas as fases de implantação dos Ginásios Polivalentes 114
Mapa 7 - Mapa do Município Patos de Minas 123
Mapa 8 - A Localização do Ginásio Polivalente 143
Mapa 9 – Cidade de Patos de Minas 1970 163

LISTA DE DOCUMENTOS

Documento 01 - Doação do terreno ao Estado de Minas Gerais 127
Documento 02 - Exposição de motivos 128
Documento 03 - Aprovação da doação do terreno pela câmara de vereadores 129
Documento 04 - Alvará de construção do Ginásio Polivalente 130
Documento 05 - Exposição de motivos Waldemar da Rocha, doação de área complementar 140
Documento 06 - Autorização para doação da área para complementação de obras no Ginásio Polivalente de Patos de Minas 141
Documento 07 - Pedido de autorização para Intercomplementaridade Curricular Sequencial 166
Documento 08 - Atestado de funcionamento da Escola Cel. Ozório Maciel 167
Documento 09 - Atestado de funcionamento da Escola Frei Leopoldo 167
Documento 10 - Intercomplementaridade entre Escolas primárias e o Ginásio Polivalente 168
Documento 11 - Ajustamento de vagas para o Ginásio Polivalente, oriundas dos grupos escolares 169

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AID	Agência Interamericana de Desenvolvimento
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
AI5	Ato Institucional Nº 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEMIL	Central Mineira de Laticínios Ltda.
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
COOPATOS	Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Cooperativa
DOU	Diário Oficial da União
EPB	Estudos dos Problemas Brasileiros
EPEM	Equipe de Planejamento do Ensino Médio
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FOSFERTIL	Fertilizantes Fosfatados S.A.
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Frente de Mobilização Popular
GEPs	Ginásios Polivalentes
GOTs	Ginásios Orientados para o Trabalho
IPEA	Instituto de Pesquisas Sociais e Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEPHE	Laboratório de Pesquisa em História do Centro Universitário de Patos de Minas
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MUP	Museu e Centro de Memória Cultural de Patos de Minas
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PREMEM	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria ao Ensino
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TECOM	Teatro do Colégio Municipal de Belo Horizonte
UEP	União dos Estudantes Patenses
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIPAM	Centro Universitário de Patos de Minas
USA	Estados Unidos da América
USAID	United States Agency for Internacional Development - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTRAMIG	Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	21
1	**NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES ALFABETIZADOS E AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS NO MUNDO LABORAL NA REPÚBLICA FLORESCENTE**	42
1.1	Influência do Positivismo de August Comte na Educação Brasileira: Ordem, Obediência, Hierarquia, Educação, Trabalho e Progresso	42
1.2	Influências do Movimento da Escola Nova na Educação Profissionalizante.	48
1.3	Regulamentação do Ensino Profissionalizante na Primeira República: as Escolas Técnicas	51
1.4	Educação Profissionalizante Sob Novo Olhar Pedagógico	55
1.5	Educação de Massa e Educação Superior	66
1.6	Uma Sociedade em Efervescência: Golpe Civil Militar de 1964	70
1.7	Premem, Ipea, Epem e Mec/Usaid: Uma Nova Abordagem Profissionalizante	76
1.8	Escolaridade Técnica Profissional e a Produção Capitalista: a teoria do capital humano	81
1.9	A Lei 5692/1971 e suas Implicações no Sistema Educacional Profissionalizante	84
2	**CONSTRUÇÃO DOS GINÁSIOS POLIVALENTES NO REGIME MILITAR; FORÇA PARA O TRABALHO?**	88
2.1	O Modelo das Escolas Polivalentes Implantadas no Brasil, baseado nas High-Schools Americanas	88
2.2	Implantações das Escolas Polivalentes no Estado de Minas Gerais	95
2.3	O Governo de Rondon Pacheco e o Entusiasmo Pela Educação Profissionalizante	97
2.4	Tipo de contratação para Professores dos Ginásios Polivalentes, formação e Remuneração	103
2.5	Decreto Lei 14414/1972: Reforma Da Educação em Minas Gerais e sua Abordagem Profissionalizante	107
2.6	A Educação Polivalente e seus Significados	114

2.7 Implantação do Ginásio Polivalente na Cidade de Patos de Minas 116
2.7.1 De Arraial à Emancipação Política 117
2.7.2 Patos de Minas e seu desenvolvimento educacional 119
2.7.3 As Bases políticas para implantação do Ginásio Polivalente em Patos de Minas 123
2.7.4 Localização do Ginásio Polivalente: uma obra moderna que ficou escondida 142
3 ENVOLVIMENTO DO GINÁSIO POLIVALENTE JUNTO À SOCIEDADE PATENSE: UMA HISTÓRIA REVELADA. 147
3.1 A Arquitetura e Construção do Ginásio Polivalente 147
3.2 Mobiliário e equipamentos do Ginásio Polivalente de Patos de Minas 160
3.3 Ginásio Polivalente de Patos de Minas e a pergunta: Voltado para os alunos menos favorecidos? 161
3.3.1 O Processo de intercomplementaridade entre as Escolas de primário e o Ginásio Polivalente 164
3.4 De Ginásio Polivalente à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco .. 170
3.5 O corpo laboral do Ginásio Polivalente de Patos de Minas 173
3.5.1 A figura de Jacinto Guerra, o primeiro Diretor do Polivalente de Patos de Minas 174
3.5.2 Os demais Diretores do Polivalente enquanto projeto Polivalente 181
3.5.3 Professores e demais profissionais do Ginásio Polivalente 189
3.6 O currículo e as disciplinas ministradas 196
3.6.1 Caderneta de presença, caderno de pontos e contribuições sociais 205
3.7 O uso do uniforme e seus significados 208
3.7.1 O Hino da Escola Polivalente 214
3.8 O grêmio estudantil da Escola Polivalente 215
3.9 As festividades na Escola Polivalente e suas representações 216
3.10 Escola Polivalente: Ensino Profissionalizante ou Vocacional? 223
CONSIDERAÇÕES FINAIS 226
REFERÊNCIAS 240

RESUMO

O presente trabalho buscou pesquisar a educação profissionalizante, mesmo que de maneira sucinta, para procurar entender a implantação dos Ginásios Polivalentes no Brasil, na década de 1970, sua implantação no estado de Minas Gerais e como foco principal, a cidade de Patos de Minas. No Brasil, as questões envolvendo a mão de obra, sempre foram discutidas pelas autoridades políticas e econômicas. Os militares a levaram também para o ambiente educacional. O projeto dos Ginásios Polivalentes em conjunto com a lei 5.692/1971, visava levar aos educandários brasileiros a educação profissionalizante. A Resolução 925/1970 do governo mineiro, inclusive, previa o modelo Polivalente para toda a rede de ensino. Durante o regime militar, o Brasil, modifica sua visão econômica, passando a adotar um modelo de valorização do capital internacional, gerando com isso um surto industrial ávido por mão de obra. Através de acordos com o capital externo, diga-se, USAID e BIRD o MEC e o PREMEM, o Brasil implanta o modelo dos Ginásios Polivalentes. Em Patos de Minas, o Ginásio Polivalente foi implantado em 1971, na primeira etapa. Conhecido como Escola Estadual Professora Elza carneiro Franco, o Polivalente, buscou em um curto período despertar os aspectos vocacionais para o mundo do trabalho e atender a sociedade patense nos aspectos educacionais e culturais. Os aspectos políticos dos gestores públicos em relação ao Polivalente, também foram motivo de estudo. Muitos questionamentos estão presentes neste estudo. De maneira metodológico-científico, buscou-se investigar as respostas através dos vestígios encontrados nas fontes bibliográficas e documentais, principalmente, jornais e iconografia. Em Patos de Minas, o Polivalente, aliou as disciplinas práticas à teoria. Buscou-se evidenciar o propósito da educação em relação à sondagem vocacional. Foram acrescentadas ao currículo as disciplinas de Técnicas Agrícolas, Industriais, Comerciais e Educação para o Lar. Foi uma escola diferenciada no período em que esteve sob a guarda do PREMEM. Com o fim do projeto em 1976, a Escola Polivalente de Patos de Minas, ainda vai tentar sobreviver ao modelo para a qual foi criada, mas por pouco tempo, pois, o estado vai absorver por completo os Ginásios Polivalentes na rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Ginásios Polivalentes. Regime Militar. Patos de Minas. Educação profissionalizante.

ABSTRACT

The present study is intended to address the professional education even if, in a brief way, trying to understand the implementation of polyvalent schools in Brazil, in the 1970s, as well in the state of Minas Gerais, focusing mainly on the city of Patos de Minas. Polyvalent schools (Multipurpose Gymnasiums) are an American educational model of high schools. In Brazil, issues involving labor were always discussed by political and economic authorities. The military took those issues to the educational environment also. The project on polyvalent schools, in conjunction with law 5.692/1971, aimed to implant the professional education at Brazilian schools. Resolution number 925/1970 from the government of the state Minas Gerais, moreover, provided for the polyvalent school model for all education network. During the military regime, Brazil's economic vision has changed. The new economic policy adopted a strategy of international capital appreciation. The consequence was an industrial boom where man powered labor was highly valued. Through trade agreements with foreign capital, like USAID (United States Agency for International Development) and BIRD (Inter-American Development Bank), MEC (Ministry of Education and Culture) and PREMEM (High School Expansion and Improvement Program), Brazil implements the polyvalent schools model. In the city of Patos de Minas, the polyvalent school was set up in 1971 - first phase of implementation. The school was known as "Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco", known as "O Polivalente". In a short period of time, the school tried to evoke vocational aspects which are necessary to the world of employment and to serve the Patos de Minas community, in terms of education and culture. Public authorities and their political handling in relation to the proper functioning of the school were evoked issues in this study too. Lots of questionings are made in this study. In a methodological and scientific way, answers were investigated from traces found in bibliographic and documental sources, mainly newspapers and iconography. In the city of Patos de Minas, the polyvalent school managed to combine practical subjects with theoretical knowledge. The school tried to highlight the purpose of education in relation to vocational survey. School subjects as Agricultural Techniques, Industrial Techniques, Commercial Techniques and Housekeeping Education had been added to the academic curriculum. The polyvalent school in Patos de Minas was a differentiated educational institution during the time it had been under the supervision of PREMEM. In 1976, the polyvalent school projects were extinguished, only the school in Patos de Minas still tried to survive, maintaining the standards and objectives for which it was designed. But it didn't last long as the government of the state of Minas Gerais decided to fully absorb all polyvalent schools into the state public-school educational system network.

Keywords: polyvalent schools. military regime. Patos de Minas, professional education

INTRODUÇÃO

Foi no Núcleo de Pesquisa e Historiografia em Educação – NUPHE, do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, sob a coordenação do professor Carlos Henrique de Carvalho, hoje professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, que em 2002, surgiu a ideia do estudo de diversas instituições escolares, principalmente do município de Patos de Minas, dentre elas o Polivalente. Muitos estudos surgiram desse núcleo e foram concluídas nas formas de monografias, dissertações e teses. Os trabalhos ora desenvolvidos são sequências de estudos de muitos anos de pesquisa. Por esse motivo foi necessário dar sequência ao estudo dos Polivalentes.

O estudo do presente trabalho abordou de forma sucinta alguns aspectos do ensino profissionalizante no Brasil, mas, o tema central foi a abordagem da historicidade dos Ginásios Polivalentes no Brasil durante o regime ditatorial e principalmente o do Ginásio Polivalente da cidade de Patos de Minas - MG. Partindo de uma concepção geral, a do ensino profissionalizante, é que o estudo chega ao modelo dos Ginásios Polivalentes. Nesse aspecto o trabalho se pauta pela história da Educação em uma de suas vertentes. A História das instituições escolares. Sem a fundamentação teórica a respeito do tema não seria possível o desenvolvimento dessa pesquisa.

As instituições escolares têm uma importância fundamental na historiografia da educação com grande relevância social. São elas que vão revelar e desvelar os aspectos educacionais, políticos, sociais e econômicos de uma sociedade. O que se passou no interior e exterior de uma escola será sempre um aprendizado para futuras gerações. Desde a projeção da arquitetura do prédio passando pelo perfil dos educadores e educandos de determinada época até a configuração do ensino-aprendizagem abordado pelas instituições escolares. Atas, diários de classe, livros de registros, diplomas, mobiliários, utensílios da cantina, terrenos, os prédios e sua arquitetura, educadores e educandos etc., vão fazer parte do inventário do pesquisador que vai buscar descrever para o presente a história de uma determinada instituição escolar. Para Gatti Júnior (2002, p. 21):

> De modo geral, tanto as interpretações construídas por pesquisadores estrangeiros quanto brasileiros têm seguido um roteiro de pesquisa bastante similar, em que se destacam preocupações com os processos de criação e do desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação

> e mudança no perfil dos alunos; as formas de configuração e transformação do saber veiculado nessas instituições de ensino, etc.

O mesmo autor acredita que a escrita da história das instituições escolares, será capaz de revelar as especificidades regionais e singulares do local onde existem. Corroborando com a mesma temática, Ester Buffa (2002, p. 27), depois de várias pesquisas, chegou-se à conclusão que se evidenciou três preocupações teórico-metodológicos que norteiam as pesquisas.

A primeira preocupação se pauta pela relação entre trabalho e educação, momento em que a autora vê a instituição escolar e a sua relação com o trabalho muito além da formação profissional do educando para o mundo laboral, mantendo cada uma suas especificidade e autonomia;

A segunda preocupação metodológica se refere ao debate entre visões gerais e descrições do singular.

A terceira preocupação é no sentido do pesquisador saber interpretar os fatos oriundos dessas instituições escolares abordando um aspecto filosófico e outro histórico. Outro ponto muito interessante abordado pela autora em relação às instituições escolares foi a dicotomia da dualidade escolar.

A instituição educacional se revelará de acordo com a nobreza intelectual voltada para o humanismo ou de suas bases oriundas no advento do industrialismo moderno que introduziu a atividade produtiva como base da nova ciência. Para Buffa (2002, p. 30):

> As escolas humanistas e as escolas técnicas que marcam a dualidade do sistema escolar expressam a profunda dicotomia da sociedade brasileira na qual a esfera culta que se relaciona às artes liberais é separada da esfera prática que se relaciona com as artes mecânicas, assim como o trabalho intelectual é separado do manual. A origem social dos alunos – filhos de trabalhadores – e seu destino provável – o de trabalhadores – são os aspectos mais evidentes desse dualismo. No entanto, ele está presente também no prédio (modesto), nos saberes escolares (rudimentos da ciência) e no cotidiano da Escola Profissional, uma escola diferente, num certo sentido inferior às escolas secundárias.

Para que uma pesquisa científica seja realizada, é necessário que o pesquisador tenha em mãos o objeto de sua pesquisa. São diversas as formas que o pesquisador irá se defrontar com tal objeto. Pode ele já desde o início buscar fontes que possam revelar o objeto da pesquisa. Também pode o pesquisador se interessar pelo objeto através de sua observação e estudos ou até mesmo por encantamento com determinados temas que o induziram indubitavelmente ao objeto a ser pesquisado.

Nesse diapasão é necessário estudar e tentar compreender como surgiu a pesquisa científica. A história da humanidade é dinâmica justamente pelo fato de ter sempre pesquisadores dispostos a quebrarem determinados paradigmas. Mas, esse trabalho nem sempre será tarefa fácil. Neste aspecto o pesquisador irá fazer um levantamento sobre a bibliografia e consequentemente sobre as fontes referentes ao tema a ser pesquisado. Deu-se o nome a esse "inventário" de heurística. E, assim o define bem Kossoy (2009, p. 63):

> Uma vez levantada e conhecida a bibliografia referente ao tema que será objeto de pesquisa, tem início o trabalho histórico. Esse início reside na procura das fontes, que são meios de conhecimento. A localização e seleção das fontes é a primeira etapa do trabalho do historiador: ***a heurística***. (grifos nosso).

Ao começar as buscas pelas fontes de pesquisa na área educacional ou qualquer outra área do conhecimento, o historiador poderá se deparar com a falta das mesmas. O pesquisador atento irá procurar por vestígios nos arquivos e acervos. Em um país que não valoriza sua cultura e sua história e por incrível que pareça também desdenha de sua educação, o historiador terá dificuldades em encontrar as fontes que poderiam determinar o objeto da pesquisa nos acervos e arquivos. Muitos acervos e arquivos não recebem os cuidados que deveriam, pois, é de fundamental importância para que a memória coletiva ou até mesmo individual seja preservada.

Em muitos acervos e arquivos a falta de cuidado é preocupante. Os documentos que na realidade pertencem a toda uma coletividade são "jogados" ao relento. Em muitos arquivos e acervos a memória de uma sociedade se apaga. Seja por intempéries da natureza (umidade, chuva e calor) que ensejam cuidados em relação aos documentos, seja pela ação descuidada ou criminosa do próprio homem. (atear fogo ou omitir-se nos cuidados dos acervos, propiciando que futuros acidentes, principalmente nas partes elétricas possam causar algum curto circuito nas fiações, ocasionando com isso incêndios).

Outro aspecto também a ser verificado é a falta de organização de muitos arquivos e acervos. Em muitos deles o pesquisador não terá uma ordem ou cronologia dos documentos. Nesses casos podemos falar tranquilamente que tais acervos estão aquém da história positivista, pois, a mesma se preocupava em organizar, catalogar e colocar os documentos em ordem cronológica. Diante dessa premissa é que Carvalho et al. (2005, p.34) aduz:

> À medida que o historiador reformula suas questões, os arquivos podem vir a constituir-se em um problema para ele. Algumas das questões podem implicar necessariamente novas práticas de arranjos documentais e de seu

> uso. Por esse motivo, o trabalho do historiador geralmente estimula o trabalho do arquivista e vice-versa. Ao historiador compele, além de se informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, fazer a leitura crítica dos documentos. Não se trata para ele, assim o entendemos, de falar tudo, determinar e articular tudo, mas sofisticar sua análise o suficiente, com o intuito de ao menos perceber de que modo alguns aspectos, dos quais não trata diretamente (seja pelo silencio das fontes, seja pelas suas opções), atuam sobre aqueles nos quais fixa. Do arquivista se espera que evite a formação de hiatos ocasionados pela dispersão/destruição dos acervos, organizando planos de destinação e conservação de documentos de arquivo, de modo que o acervo possa encarnar certa totalidade e organicidade das atividades, funções desempenhadas pelas instituições ou pessoas/grupos que o acumularam.

No final da década de 1920 Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), lançam o periódico Annales d'Histoire Économique et Sociale na França e percebem que a história estava sendo escrita de certa forma apenas pela veracidade dos documentos escritos. A escola positivista havia catalogado e classificado a história do homem através dos grandes feitos e de suas grandes conquistas, baseados em documentos que passavam antes pelo crivo da verdade. Essa escola era predominante principalmente na Europa com fortes laços na Alemanha e Inglaterra.

Em rápidas palavras vamos dizer que o positivismo também foi uma questão metodológica historiográfica com sua devida importância. Tal fato se deu devido aos esforços do pesquisador Alemão Leopold Von Hanke (1795- 1886) de dar caráter científico aos fatos históricos através de uma cronologia. Ele criou o historicismo que aduzia uma história narrativa. Essa história tentava narrar os fatos históricos tal qual aconteceram em um dado momento. Foi a catalogação dos documentos oficiais.

De acordo com Leopold Von Hanke o historiador deveria ser completamente neutro ao narrar os fatos históricos, ou seja, sem interpretação ou qualquer juízo. Na realidade o papel do historiador positivista era o de um arquivista que pegava os documentos, olhava a sua veracidade, compilava de acordo com as datações e colocava tudo em ordem por acontecimentos. E, não era qualquer acontecimento. Eram as histórias dos reis e suas conquistas, da Igreja e seus feitos, dos descobridores e conquistadores de todos os tempos passados, enfim, era a história dos vencedores que escreviam suas histórias e elaboravam seus documentos. A validade era do documento escrito e acima de tudo, pelo vencedor.

É de fundamental importância a história positivista, pois, ela ajudou a catalogar cronologicamente a história oficial da humanidade.

Mas, eis que surge o fato em que o pesquisador ao olhar a sociedade como um todo começa a questionar sobre as "ausências". Ausências dos povos derrotados nas guerras.

Ausências dos escravos, dos servos, dos oleiros, dos trabalhadores, das mulheres, das almas queimadas pela inquisição, dos negros, dos índios, dos povos conquistados, de outras religiões, de outras classes menos favorecidas, ausência dos seres humanos comuns que não pertenciam ao ciclo dos grandes conquistadores da humanidade. Ausência das problematizações inerentes à pesquisa.

Essa escola, não tinha como prioridade descrever as contradições e as constantes lutas das diversas classes que gradativamente foram se inserindo na sociedade. A corrente dos Annales quebrou esse paradigma. De acordo com Carvalho et al. (2005, p.37):

> A necessidade que o historiador percebe de desconstruir certas representações, forjadas no âmbito do imaginário da produção acadêmica, volta-se imediatamente para a concepção de documento, forjada pela escola positivista em pleno século XIX. Graças a ela temos desmesuradamente documentos escritos (textos) e acreditado que existe uma natureza específica dos documentos relativos à problemática educacional. Essa postura tem sido mantida, independente dos aportes teóricos utilizados. Adotar essa concepção restritiva do documento significa deixar de lado justamente sua historicidade. Lembramos que o conteúdo e a concepção de documento se ampliou e enriqueceu, particularmente graças à contribuição dos historiadores dos Annales, sobretudo sua primeira geração.

Do momento da circulação da primeira revista em diante, começou o movimento em busca de novas metodologias. A da problematização dos documentos e das fontes. A saída de uma história de curta duração dos acontecimentos oficiais para uma história de longa duração, tendo o ápice na história das mentalidades lideradas por Fernand Braudel (1902-1985) que pertenceu ao segundo círculo dos Annales.

Eis que surge o arauto da história nova no terceiro círculo dos Annales. O nome dele é Jacques Le Goff (1924-2014). Um monumento da escrita historiográfica mundial. Para Le Goff todo fato com ação humana é fato histórico. De acordo com Le Goff (2003), os historiadores de hoje, apartados do positivismo historiográfico, não fazem mais uma seleção de “monumentos” e sim consideram os documentos como monumentos. Nessa ideia, vemos surgir na historiografia, a importância dada aos vestígios da ação humana. E, com isso o conceito de uma história verdadeira que não foi submetida a uma crítica historiográfica cai por terra. O que vai prevalecer é o que o historiador crítico e de forma científica conseguir extrair da memória coletiva da humanidade.

São as problematizações do conceito de documento, dos temas históricos e da própria escrita da história que irá revelar uma nova forma de lançar o olhar sobre toda a humanidade. Onde houver vestígios da ação humana no tempo e no espaço será objeto de estudo e de análise científica. A conjuntura estrutural das sociedades será relevante para o

estudo de Le Goff, principalmente as sociedades medievais. O referido autor também enxergou em outras áreas do conhecimento científico uma forma de colaboração com o processo de produção historiográfico, principalmente as ciências antropológicas. Tanto é que criou o método e o rótulo de "antropologia histórica". Para Le Goff (2003), os materiais da memória podem se apresentar de duas formas, sendo a primeira sobre os monumentos como herança do passado e a segunda sobre os documentos como escolha do historiador. Os monumentos evocam o passado perpetuando-se no tempo. Suas principais premissas são: - todo documento é falso ou verdadeiro. – todo documento precisa ser analisado criticamente (análise interna e externa das fontes). - monumento é para perpetuar os feitos de alguns. Instrumentos de visibilidade de força e de poder. Assim, podemos dizer que tudo que deixa vestígios das ações humana no tempo é um monumento. Desde uma simples escultura até as grandes construções tais como o arco do triunfo ou os grandes prédios escolares. Em relação ao documento escreveu Le Goff (2003, p.531):

> Mas este alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento, que se produziu a partir dos anos 1960 e levou a uma verdadeira revolução documental (cf. Glénisson, 1977). Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens (cf. a utilização de documento de base que, de um modo pioneiro, lhe deu Goubert, 1960, e o valor científico que lhe foi reconhecido por Chaunu, 1974, pp. 306 segs.). O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das massas dormentes e inaugura a era da documentação de massa.

Nessa mesma perspectiva podemos voltar o olhar para a história da educação e tentar compreender através de uma análise crítico/científica/metodológica as ações dos sujeitos históricos desde o aluno primário até a figura do diretor da escola. Desde aquelas pessoas que construíram os prédios escolares até as pessoas que adentraram esses monumentos e os usaram como fonte do saber. Os prédios escolares, o uniforme, as atas, o diário, as avaliações, os móveis, etc., serão objetos, ou melhor, documentos/monumentos nas mãos daqueles, digam-se, pesquisadores e historiadores, que tem a arte de escrever a historiografia de determinados períodos e toda sua relação social com o objeto a ser pesquisado.

Essa escrita da história/historiográfica deve ter lugar e tempo. Deve pertencer a um local geograficamente identificado, um recorte no tempo. Pertencer à memória coletiva e ter desempenhado um papel social, uma fundamentação e também ao ser pesquisado conseguir responder aos aspectos de indagações do objeto de pesquisa. Para De Certeau (1998, p.18):

> Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos.

Foi nesta perspectiva que elaboramos um projeto de pesquisa na área da educação, tendo como eixo central História e Historiografia da Educação e eixo temático História das Instituições Escolares, com o intuito de tentar analisar de forma crítico/científico a profissionalização do ensino no Brasil, a construção e implantação da Escola Polivalente na cidade de Patos de Minas em 1971 e sua importância para a sociedade local. Foi necessário delimitar através de um recorte temporal (1970/1985), o tema em questão, sem, contudo, deixar de fazer uma análise da historiografia disponível sobre os aspectos da profissionalização do ensino no Brasil.

Ao analisar o objeto constatou-se que seria necessário partir do geral para o local, e de acordo com o revelar do objeto de pesquisa, do local para o geral. Foi necessário buscar na linha do tempo histórico a fundamentação que sustentou a pesquisa em questão. Procurou-se desvelar as questões que envolveram o ensino profissionalizante no Brasil e a criação dos Ginásios Polivalentes como modelo de educação na época da ditadura militar no Brasil.

Foi necessário também fazer uma análise de questões particulares e gerais. Nesse sentido a história é permeada por continuidades e rupturas, de acordo com o historiador Antoine Prost (1933). A História de qualquer fato na sociedade em que o ser humano esteja inserido é uma história de rupturas e continuidades, que não necessariamente se dá de forma abrupta, como se pudéssemos caracterizar o fim de um período e o início de outro período subsequente. Para Prost (1933, p. 107-108):

> Desde que o tempo é portador de novidades e surpresas, a questão consiste em articular o variável com o que subsiste. O problema continuidade e /ou ruptura é tão debatido simplesmente por ser consubstancial à nossa concepção de tempo; a periodização permite pensar, a um só tempo, a

> continuidade e a ruptura. Ela começa por afetar um desses aspectos e, em momentos diferentes o outro: continuidade no interior dos períodos e ruptura entre eles. Os períodos se sucedem e não se parecem; periodizar é, portanto, identificar rupturas, tomar partido em relação ao variável, datar a mudança e fornecer-lhe uma primeira definição. Entretanto, no interior de um período, a homogeneidade prevalece. A análise avança, inclusive, um pouco mais longe. O recorte periódico comporta sempre uma parcela de arbitrariedade.

E, o autor continua dizendo que se o historiador consegue enxergar os principais pontos de uma determinada ruptura em algum ponto da história, deverá identificá-los e tentar enxergar seus aspectos semelhantes na continuidade dentro da linha do tempo para que possa melhor interpretar a própria história. Dessa forma Prost (1933, p. 107-108) continua:

> Em certo sentido, todos eles são "períodos de transição". O historiador, que sublinha uma mudança ao definir a distinção entre dois períodos, é obrigado a exprimir os aspectos em que diferem e- no mínimo, em negativo, de maneira implícita, e, quase sempre, explicitamente – os aspectos semelhantes. A periodização identifica continuidades e rupturas; abre caminho para interpretação. Ela torna a história não propriamente inteligível, mas, pelo menos suscetível de ser pensada.

No primeiro capítulo do trabalho foi estudada em uma síntese apertada, a influência do positivismo no modelo de educação militar e sua influência na educação brasileira. Também foi verificada a construção do ensino profissionalizante no Brasil, ainda na primeira república e a influência da escola nova em tal empreitada, passando pelo governo Vargas e a criação das escolas de Comércio.

No segundo capítulo foi estudada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4024/1961 e a Lei 5692/1971, bem como a influência dos Estados Unidos na implantação das Escolas Polivalentes como modelo americano de educação e os financiamentos da USAID e do BIRD em convênios com o PREMEN e o MEC sob o Regime Militar. Também foi estudada nesse capítulo, a historicidade do golpe civil militar de 1964.

O terceiro capítulo já trata da implantação das Escolas Polivalentes no Estado de Minas Gerais e sua implicância política.

No quarto capítulo foi abordada a Construção e implantação da Escola Polivalente na Cidade de Patos de Minas e suas implicações políticas na sociedade patense.

Muitas perguntas surgiram em torno do trabalho, tais como: - o que estava acontecendo na cidade de Patos de Minas no momento da construção da Escola Polivalente? – o que estava acontecendo no Estado de Minas Gerais e no Brasil?- qual regime de Governo o país estava vivendo?- qual o modelo educacional em voga naquele momento? Quais as pessoas envolvidas no projeto de construção dessa escola, econômica, política e socialmente?

Quais os interesses da vinda de uma escola do modelo do Polivalente para Patos de Minas nos anos 1970? Qual clientela de alunos que esta escola estaria recebendo no seu meio? - Trouxe benefícios para o mundo do trabalho? - Capacitou os alunos para adentrarem o mundo do trabalho e ou pelo menos despertou suas vocações? O porquê da construção da escola em bairro periférico naquela época?

Com o desenvolvimento do projeto, buscou-se abordar assuntos relacionados à educação profissionalizante e vocacional que esteve em voga no país, especificamente dentro do contexto sócio-político da ditadura militar e os reflexos na cidade de Patos de Minas, entre 1970 e 1985.

Verificou-se na pesquisa que a fama alcançada pelas escolas Polivalentes foi devido à propaganda militarista na época que trouxe uma expectativa de profissionalização do ensino, principalmente para os setores mais pobres da população. Mas, o que ocorreu de certa forma no momento do aspecto propagandista do governo militar foi que os cursos ministrados eram muito mais destinados à formação moral do ser e sua relação com o meio em que vivem somados com uma pequena preparação para o trabalho, na verdade o despertar da vocação profissional do aluno. O ensino era o antigo primeiro grau, hoje, ensino fundamental.

A cidade de Patos de Minas fica situada na região intermediária às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Patos de Minas é considerada polo econômico regional, líder da microrregião do Alto Paranaíba, que é composta por 10 (dez) municípios.

A agricultura sempre foi a principal atividade econômica desta cidade mineira, que fica 405 quilômetros de Brasília, 400 quilômetros de Belo Horizonte e 220 quilômetros de Uberlândia. Tem como vedete a Festa Nacional do Milho geralmente realizada no mês de maio e que reúne pessoas envolvidas no agronegócio e o público que superlotam o parque de exposições em busca de diversão. Patos de Minas chegou a possuir na década de 70, em torno de 159 (cento e cinquenta e nove) estabelecimentos comerciais nos ramos de alimentos, minerais não metálicos e mobiliários, correspondendo a 60% de todos os empregos disponíveis da cidade. Contava ainda com 11 (onze) indústrias do ramo metalúrgico, além de uma jazida de fosfato recém-descoberta que, administrada pela Fosfértil, era sozinha a responsável por uma boa parte dos empregos da cidade e municípios circunvizinhos.

A educação sempre esteve estritamente ligada à questão do desenvolvimento de uma cidade, país ou região, o que, segundo Romanelli (1978, p. 127) “apesar dos imensos progressos alcançados, distinguiram-se por uma crescente distância entre as necessidades do segundo e a forma como se expandiu a primeira”. E, em Patos de Minas, não foi diferente. A

Escola Polivalente foi construída em um setor periférico da cidade na época. Abrangia os bairros mais pobres da cidade. Desde o início da pesquisa ficou evidenciado que essa escola estaria destinada naquela época (Década de 1970) a acolher os alunos carentes e tentar direcioná-los para a força de trabalho tão presentes no chão das fábricas, no comércio, na agricultura e para tarefas domésticas.

Cada escola apresenta características próprias inerentes a sua filosofia de trabalho, ao tipo de curso que oferece e às normas estabelecidas pela instituição a que pertence. No caso do ensino técnico-industrial, este foi decretado de forma gradativa a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, que instituía o ensino fundamental, geralmente com 4 anos e o técnico realizado entre 3 e 4 anos, o de formação de professores. Avançando nas décadas seguintes, foi observado que surgiram escolas que além dos cursos artesanais de duração curta também ministravam os de aprendizagem destinados a dar treinamentos rápidos e a qualificar aprendizes para atender à demanda de mão de obra intensificada durante o chamado "milagre econômico" na época da ditadura militar.

O Brasil teve um período de rápida expansão, provocado pela injeção de verbas estrangeiras e pelo entusiasmo da gestão governamental anterior de Juscelino Kubitscheck (1956/1961) quanto ao progresso do país. Mas, foi nos governos militares (1964/1985), que ouve uma tentativa de evidenciar o ensino profissionalizante.

Com o chamado milagre econômico o Brasil passa por um processo de industrialização e com isso era necessário mão de obra qualificada para atender as demandas das fabricas, comércios, agricultura e indústrias. Foi justamente na educação que os militares viram a solução para a problemática da mão de obra. Instituíram a partir dos anos 1970 as escolas Polivalentes baseadas no modelo americano de educação, inclusive com financiamentos por parte do governo americano através da USAID e do BIRD para construção, manutenção e treinamento de profissionais da área da educação que iriam desenvolver o projeto no Brasil.

No desenvolvimento do projeto de pesquisa foi analisado qual foi a importância real de uma escola como a Escola Polivalente, posteriormente, Estadual Professora Elza Carneiro Franco e seu valor na história do ensino profissionalizante no âmbito da cidade de Patos de Minas que, no período que ora nos interessa entre os anos de 1970 a 1985, não havia na cidade indústrias de grande porte para abrigar os egressos. A Fosfértil[1] que poderia

[1] Em sua origem, a Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfértil era uma empresa do governo federal, criada em 1977 para promover a pesquisa, a lavra, a concentração e a comercialização da rocha fosfática da jazida de Patos de Minas, MG. A partir da incorporação de outras empresas, anos depois, passou a atuar na mineração de fosfato

empregar parte da mão de obra de alunos egressos, não poderia fazê-lo de imediato, pois, os cursos eram de primeiro grau, ou seja, a grande maioria terminaria os estudos com 14 anos. Além desse fator, a continuidade do ensino por parte dos estudantes seria dificultada pela distância dessa empresa da cidade de Patos de Minas.

A Fosfértil fica aproximadamente a 70 km da Cidade de Patos de Minas. Os trabalhadores dessa empresa saíam da cidade em direção ao trabalho duas horas antes do início e retornavam aos seus lares duas horas depois do expediente. Esse simples exemplo mostra que na realidade muitos alunos que adentravam no mercado de trabalho, terminavam seu ciclo estudantil no primeiro grau.

Com o desenvolvimento do projeto, surgiram hipóteses que foram confirmadas ou rejeitadas tais como:

- As escolas Técnicas Polivalentes tinham como escopo a profissionalização da mão de obra no sentido de atender à demanda das indústrias e comércio locais ou não passaram de um educandário voltado ao despertar vocacional dos alunos?

- Foi instrumento nas mãos de um grupo privilegiado (políticos), através do qual se mantinha a dualidade (Propedêutico/profissionalizante) aliada à ditadura militar inerente ao sistema Educacional no Brasil?

- A Escola Polivalente realmente cumpriu seu papel ou foram meramente escolas integrais para ocupar o tempo dos educandos com mais atividades do cotidiano para as classes menos favorecidas economicamente e consequentemente com esse modelo de educação estariam fora das universidades?

É nesse contexto espacial e temporal que foi estudado a realidade das escolas profissionalizantes e, tendo como principal objeto de pesquisa o Ginásio Polivalente de Patos de Minas, criado pela Resolução de nº 925 de 27 de maio de 1970 e Lei nº 5760, de 14 de setembro de 1971, que teve, posteriormente, sua denominação alterada para Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Alguns pontos que foram levantados:

- Pequena abordagem histórica da educação no Brasil em relação a evolução do ensino profissionalizante.

---

em Tapira, MG, e um complexo químico de adubos em Uberaba, MG. Foi privatizada em 1992. AQUI começa toda a fertilidade da lavoura. Edição 1- Ago./06: Copyright © 2002 - Editora Globo S.A. Disponível em: < http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/0,3916,1245091-1641-4,00.html>. Acesso em 12 de julho de 2019.

- Breve estudo sobre as legislações educacionais que permearam as Escolas profissionalizantes culminando com a criação das escolas Polivalentes.

- Discussão a respeito da legislação que criou e mantiveram essas escolas, bem como a concepção que as embasaram;

- Contextualização da cidade de Patos de Minas, de arraial a cidade. E no período em que as escolas Polivalentes entraram em ascensão e declínio;

- Estudo sobre a criação e a história da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, de cunho público e concepção vocacional e posteriormente profissionalizante, implantada em Patos de Minas, nesse período etc.

Todo trabalho de pesquisa científica também requer aspectos metodológicos. E nesse sentido, no que tange à metodologia científica, infere-se, primeiramente, que o trabalho em relação à Escola Polivalente de Patos de Minas, se insira no contexto das ciências factuais, na modalidade social, posto que se objetiva tratar dos fatos, recorrendo aos dados obtidos através da observação de um determinado segmento da sociedade (fato social). Para Severino (2007, p. 101):

> A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo com conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

Além disso, uma vez apresentado o problema que se pretende discutir no trabalho, necessário se faz elucidar sua forma de abordagem. Nesse sentido, no que se refere à pesquisa científica, empregar-se-á a perspectiva qualitativa de abordagem do problema (existência de um vínculo indissociável entre o mundo dos fenômenos e a subjetividade do sujeito). Segundo Severino (2007, p. 111):

> A ciência apreende seus objetos como fenômenos – ela se atém a essa fenomenalidade. Busca estabelecer relações de causa e efeito entre os fenômenos. Tem como pressuposto que o universo é um sistema completo de regularidades e que, por isso, os fenômenos se comportam sempre da mesma maneira, eles seguem “leis”, de tal modo que as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos. Mas o sentido da causalidade para a ciência é apenas aquele de uma relação funcional entre os fenômenos, de tal modo que um determinado estado do objeto é função constante de outro determinado estado.

Para o mesmo autor, é mais prático falar de uma abordagem quantitativa e uma abordagem qualitativa, “pois, com essas designações cabe referirem-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas”.

No que concerne aos seus objetivos, impende-se que o trabalho lançou mão das perspectivas exploratória, descritiva e explicativa e, por fim, quanto aos procedimentos técnicos adotados (técnicas de coleta de dados), fez-se uso da pesquisa de cunho bibliográfico, Severino (2007, p.122), elaborado a partir de material já publicado (livros, artigos, teses, etc.), revisando de forma intensa a literatura existente sobre determinado assunto em questão.

Nesse sentido Prost (2008, p. 240), “Deste modo, o texto do historiador compreende, em duplo sentido, material e interpretativo, a palavra de um ou vários outros interlocutores”.

Também, fez parte dos procedimentos metodológicos, a consulta constante à orientadora desse estudo, que alinhou, corrigiu, reorientou, de modo que a sua sequência pudesse se tornar significativa para todos aqueles que dele precisarem após passar pelo crivo de uma banca examinadora e ter sua publicidade aprovada pelos pares, devendo o pesquisador obedecer a critérios elaborados e traçados pelo seu orientador.

Não seria forçoso se enxergarmos a pesquisa científica como transformadora do meio. Aquela que quebra paradigmas. Quando o pesquisador se encanta pelo objeto ele pode considerar como um momento ímpar na construção do conhecimento, provando que o mesmo não é estático e muito menos afeito apenas a algumas áreas do saber. O objeto de pesquisa pertence a todas as áreas do saber. Faz parte da cultura de uma sociedade e de toda a humanidade. O pesquisador descobre que a construção do conhecimento se dá através da coletividade e que sempre devemos buscar outros autores para que o trabalho científico tenha um peso de confiabilidade. Desta forma pronuncia De Certeau (1998, p.30):

> É “científica”, em história como em outras disciplinas, a operação que transforma o “meio”- ou que faz de uma *organização* (social, literária, **etc.)** a condição e o lugar de uma transformação. Em uma sociedade, ela se move, portanto, em um de seus pontos estratégicos, a articulação da cultura sobre a natureza. Em história, essa operação instaura um “governo da natureza” sob uma forma que concerne à relação do presente com o passado – na medida em que não é um “dado”, mas um produto. A partir desse aspecto comum a toda pesquisa científica, é possível revelar as marcas onde ela é precisamente uma técnica. Não desejo aqui retornar aos métodos da história. Através de algumas sondagens, trata-se apenas de evocar o tipo de problema teórico que abre, em história, o exame de seu “aparelho” e de seus procedimentos técnicos.

A pesquisa científica deve nos orientar a seguir os vestígios, os indícios através de uma investigação dos fatos utilizando-se de uma metodologia científica. O pesquisador vai enxergar que a análise de documentos e fontes sempre foram as mesmas ao longo da história da humanidade, o que mudou, principalmente com a Escola dos Analles, foram as perguntas e indagações que passaram a surgir. Um objeto de pesquisa deve suscitar muitos questionamentos. E, o pesquisador deverá buscar nas fontes de pesquisa em torno do objeto as respostas.

A investigação é o método utilizado pelo pesquisador para estabelecer os "fatos, os encadeamentos, as causas e as responsabilidades", enquanto a sistematização intervém sempre que o historiador enuncia verdades que incidem sobre um conjunto de realidades.

O pesquisador precisará aportar suas indagações sobre o objeto. Vimos que o homem e a sociedade deixam sempre vestígios, marcas no tempo. O papel do historiador será a busca desses vestígios e indícios da historicidade humana em seus diversos aspectos políticos, religiosos, educacionais, culturais, econômicos etc. Para isso ele tem que ter em mãos uma temática de pesquisa a desenvolver ou no mínimo um problema. Para tanto vai se deparar com as fontes. São as fontes de pesquisa que darão suporte ao objeto. Corrobora com essa temática, Galvão et al. (2010, p. 66):

> As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas; vemos pelos trabalhos realizados, que elas existem. Mas elas estão também indisponíveis: é preciso que alguém vá atrás delas, e um historiador só faz isso se tiver um problema ou no mínimo, um tema de pesquisa. De saída o que determina quais serão as fontes é exatamente isso: o problema em questão. E então começa um árduo trabalho... (...) o problema e o tema que o pesquisador se coloca norteiam, em grande medida, a escolha das fontes. Trata-se de identificar, no conjunto dos materiais produzidos numa época, por um grupo social e/ou por uma pessoa, aqueles que poderão dar sentido à pergunta proposta inicialmente.

O projeto em torno da Escola Polivalente de Patos de Minas foi trabalhado através da bibliografia existente sobre a temática e de fontes tais como o jornal e a fotografia. Foram utilizados acervos da Escola Polivalente, do Museu e Centro de Memória Cultural de Patos de Minas, MUP, do Laboratório de Pesquisa em História do Centro Universitário de Patos de Minas, LEPHE, da Biblioteca do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM e de acervos particulares.

Relatos escritos na época e publicados nos jornais da cidade de Patos de Minas e do estado de Minas Gerais sobre a construção e implantação do Ginásio Polivalente foram de

fundamental importância para tessitura desse trabalho. Dentre os quais podemos citar a *Folha Diocesana* e o *Jornal dos Municípios* da cidade de Patos de Minas e o *jornal Estado de Minas*, de Belo Horizonte. Foram analisados cerca de 50 jornais, publicados entre os períodos de 1970 e 1976. As fotografias que registraram cada momento da vida dessa instituição também foram de fundamental importância, juntamente com documentos da própria escola, tais como atas e livros de registros escolares. Foram analisadas cerca de 30 fotografias, entre o acervo do Polivalente e alguns acervos particulares de alunos.

O cruzamento de fontes foi muito importante para o desenvolvimento do trabalho, bem como os diálogos bibliográficos entre diversos autores. Por isso, os jornais e as fotografias encontradas relativas ao período e sobre a temática foram analisados de forma criteriosa. Para isso o suporte bibliográfico foi de grande valia. Sobre o uso da plástica fotográfica, podemos dizer que essa nos remete ao passado, ao instante anterior aos fatos e novamente nos remete ao tempo presente. Como diz Kossoy (2009, p.107), "a fotografia é o inventário de informações de um determinado momento do passado".

Cabe ao pesquisador saber interpretar cada tomada que possa existir dentro desse universo, o da fotografia através do olhar, das vestimentas, do local das fotografias, do espaço urbano, dos prédios arquitetônicos, a pose das personalidades, enfim, das celebrações políticas, econômicas, sociais e tudo o que permeia a vida do ser humano e sua historicidade. O historiador deverá desvelar os aspectos psicológicos e emocionais que a fotografia trás de forma invisível. Principalmente tomar cuidado com os aspectos positivistas de que a fotografia traz por si só a verdade dos fatos e acontecimentos, pois se justifica pelas próprias imagens. Uma fotografia não é produzida pelo fotógrafo sem que esse não tivesse uma intenção.

Mesmo que seja feita de forma aleatória ou a serviço de alguém para registrar no tempo algum acontecimento, sempre terá uma intenção. É justamente nesse ponto que o pesquisador fará sua análise crítica de forma científica. Para o pesquisador a importância de que a fotografia possa ser analisada através de suas verdades será sempre um meio temerário. As fotografias trazem consigo fragmentos de uma realidade. Não pode ser vista como prova absoluta dos fatos ocorridos no passado. Para isso escreveu Kossoy (2009, p.113):

> A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um *fragmento da realidade, (grifo nosso),* um e só um enfoque da realidade passada: *um aspecto determinado*. Não é demais enfatizar que esse conteúdo

> é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da *realidade primeira*, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seus contratantes.

Para isso o pesquisador sempre deverá estar atento às manipulações, às fotografias editadas de alguma forma e por algum propósito. As manipulações começam desde a escolha de uma melhor tomada, bem como tentar mostrar para as gerações futuras que determinada classe era benevolente com outras, através da demonstração de uma imagem. Exemplo disso são as fotografias tomadas dos donos de escravos com os mesmos.

Em muitas delas os escravos estão bem vestidos e com o semblante alegre e com o olhar de satisfação. É nesse momento, ao analisar a fotografia que o pesquisador, através de outras fontes de pesquisa e através de leituras bibliográficas que possuem aspectos de cientificidade, que ele descobre que essa foto representa ou não a realidade dos fatos. Para Kossoy (2009, p.114), os fotógrafos sempre manipularam seus temas senão vejamos:

> Dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência dos seus retratos, alterando o realismo físico da natureza e das coisas, omitindo ou introduzindo detalhes, elaborando a composição ou incursionando na própria linguagem do meio, o fotógrafo sempre manipulou seus temas de alguma forma: técnica, estética ou ideologicamente. O produto final, a fotografia, é o documento que hoje temos diante de nosso estudo: "interpretado" no passado antes mesmo do próprio ato da tomada do registro e ao longo das sucessivas etapas de sua materialização.

Atento a esse aspecto foram trabalhadas algumas fotografias dentro do projeto de pesquisa ora desenvolvido. Da construção, inauguração e funcionamento da Escola Polivalente em Patos de Minas. São centenas de fotografias que registraram esses momentos marcantes para a vida escolar em relação à Escola Polivalente. Coube selecionar cada fotografia que foi trabalhada. Todas as fotografias são de relevante importância para o registro da memória, mas apenas algumas disseram quais foram os objetivos da construção e implantação da Escola Polivalente em Patos de Minas.

Dentro da perspectiva historiográfica muitos elementos se revelaram nas fotografias quando foram cruzadas com outras fontes de pesquisa. Em um deles notamos a presença do então governador do Estado de Minas Gerais, o senhor Rondon Pacheco. Descobrimos que o referido Governador participou de todas as inaugurações das Escolas Polivalentes do Estado de Minas Gerais. Buscando outras fontes notamos que o governo de Minas deu total apoio para implantação das Escolas Polivalentes no Estado. Descobrimos que

nesse tempo o governador tinha acabado de firmar com a FIAT, a construção de uma fábrica de automóveis em Minas Gerais. Com isso precisaria de mão de obra qualificada.

Outros aspectos foram analisados no decorrer da pesquisa tais como a presença dos políticos e as figuras de destaque na construção dessa Escola em Patos de Minas dentro da primeira etapa de construção em 1971, que se fizeram presentes nas fotografias e nas reportagens dos jornais. Nesse sentido: Araújo et al. (2002, p. 72):

> Nesta perspectiva, entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um "corpus documental" de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social.

Os discentes, os docentes, os supervisores, diretores, professores e serviçais também fizeram parte da história da Escola e como agentes da memória estão presentes em diversas fotografias.

Qual a representatividade desses atores nas fotos ora analisadas que agora fazem parte da memória coletiva da cidade de Patos de Minas que se encontra no acervo da Escola Polivalente? – esse trabalho procurou responder esse questionamento no decurso de seu desenvolvimento.

Ao pesquisar os jornais vimos que eles também se constituem os guardiões da memória de uma sociedade. Surgem as divergências políticas geralmente capitaneadas por famílias tradicionais do local que tinham o domínio econômico, dos meios de comunicação, falado ou impresso, político, social e muitas das vezes educacional dos espaços urbanos e rurais. Gonçalves Neto et all. (1997, p.1) aduz que:

> A utilização de jornais, como fonte complementar para a recuperação da evolução factual, dos projetos coletivos, das polêmicas, bem como da ideologia que circulava na região é fundamental se acrescida da literatura sobre o tema e o período. De suas páginas afloram não apenas o cotidiano de cidades do interior brasileiro, marcadas por observações de caráter doméstico, muitas vezes provincianas, mas também preocupações maiores com o futuro da comunidade, onde sobressai a questão da educação como mecanismo de promoção social dos indivíduos e de progresso material para a cidade.

Ao analisar os jornais no recorte do trabalho de pesquisa em relação à Escola Polivalente de Patos de Minas, vimos que um dos jornais da cidade na época se chamava *Folha Diocesana*. Não se observou nesse jornal algum tipo de crítica à situação política da

época como confirmamos nos recortes que foram trabalhados. Aliás, onde os governos eram aliados da Ditadura Militar, os jornais que pertencessem às famílias dos políticos aliados ao regime ditatorial tiveram a função de enaltecerem os feitos de tal regime. Portanto, se não "falassem" bem, também não iriam criticar, passando apenas a narrar os fatos tais quais aconteciam.

Caberá ao pesquisador através das informações dos jornais analisar o contexto histórico e cruzar com outras fontes juntamente com a bibliografia de outros autores sobre o tema e procurar tecer as devidas críticas de forma metodológica e científica.

E nesta esteira podemos perguntar qual a intenção por detrás da escrita dos jornais. Quem escreveu determinada matéria e para quem a matéria foi escrita. Por esse motivo o pesquisador deverá ficar atento a esse fato. Muitas das vezes quem escreve, escreve sobre si mesmo, ou seja, se sou dono do jornal e "dono da cidade" onde fica situado o jornal, então obviamente as matérias jornalísticas serão do enaltecimento dos feitos políticos. Se for a oposição dona do jornal, então obviamente vai através das matérias jornalísticas tentarem desconstruir o adversário político e seus feitos. Neste sentido nos chama a atenção Campos (2012, p.59):

> March Bloch, Michel de Certeau, Jacques Le Goff e outros mestres da nossa oficina contemporânea demonstraram que é preciso estar atentos às intenções de quem produziu os jornais, à sua função num dado grupo social, aos pontos de vista explícitos e implícitos nos argumentos dos que escrevem, fotografam, desenham, pintam, diagramam e finalmente leem não apenas esses artefatos culturais, mas qualquer tipo de fonte. Por isso, ao manusear um jornal, necessitamos, antes de tudo, pensar, juntamente com os nossos mestres de ofício, em texto, contexto e técnicas de produção; ou em discurso, na acepção de um texto observado na situação de comunicação que o sustenta, o que supõe um posicionamento social e historicamente marcado do sujeito que produziu o jornal.

Para corroborar com a ideia citada acima, encontramos no recorte de jornal da Folha Diocesana de 03 de agosto de 1972 uma matéria a respeito da Escola Polivalente de Patos de Minas e as vantagens de ser professor em tal escola. O jornal trouxe uma crítica opinativa. A matéria fez boa propaganda da escola e do convênio com o PREMEN. Só lembrando que nessa época o jornalismo televisivo ainda era pouco acessível para grande parte da população brasileira. Os preços dos aparelhos de televisão dificultavam o acesso dessa mídia. A radiodifusão alcançava um bom público e na maioria dos casos as rádios pertenciam ao mesmo grupo político que manipulavam os jornais.

Em Patos de minas nessa época, havia a Rádio Clube de Patos de propriedade do então deputado estadual Sebastião Alves do Nascimento, o Binga, cujo partido ARENA era

braço direito dos militares. O jornal tinha determinados leitores específicos. Só lembrando que nessa época (princípio da década de 1970) o país ainda tinha um número expressivo de analfabetos. Nas bancas de revistas nos jornais era estampado o noticiário local, regional e nacional. Para isso o leitor tinha os jornais locais de pequena abrangência territorial e os jornais de grande circulação. Todas as manhãs as bancas de revistas traziam estampadas os principais jornais. Jornais de circulação regional, o Estado de Minas Gerais, a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Globo eram quase que leituras obrigatórias para o bom leitor dos jornais. Sobre o modo como opera a imprensa, Capelato (1988, p. 18):

> É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta -o público e o privado (o público relaciona-se com o aspecto político; o privado, ao empresarial). A informação é um direito público, mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado. Os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias opiniões e atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público e nesse papel norteia-se pelo princípio de publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo.

Aqueles que tinham acesso aos jornais buscavam notícias esportivas, políticas, econômicas e principalmente buscavam os classificados. Através dos classificados buscava-se sempre um bom negócio. Automóveis, casas, lotes, bicicletas, animais, anúncio de empregos, de notas de falecimentos, de nascimentos, de casamentos e notícias sobre a educação tinha em todas as edições dos jornais.

As publicações do diário das casas legislativa, judiciário e do executivo passaram a serem publicadas nos jornais para dar publicidade aos atos de governo. Os jornais chamam a atenção não somente pela reportagem que interessa ao historiador como fonte de sua pesquisa, mas por um conjunto de fazeres e saberes de uma sociedade. Através dos furos jornalísticos, dos comerciais, das propagandas religiosas, do noticiário esportivo, da notícia e notas de falecimentos dentre outras escritas, a sociedade foi se moldando em torno do jornal. Para Campos (2012, p.62):

> Assim se buscam nas folhas impressas não apenas as questões educacionais literais já mencionadas. Antes disso, são esquadrinhados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas e propagandas estampadas em páginas hoje amareladas. São procuradas as formas como os grupos que confeccionaram tais folhas as consumiram e as puseram em circulação. E mais: são perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, se deram a ver no mundo,

> buscaram ensinar o outro a olhar este mundo de uma determinada maneira. Poderíamos perguntar o quanto as propagandas de cremes, vitaminas, cintas e sutiãs destinadas ao consumo feminino refletem ou refratam orientações voltadas para um modo próprio de habitar o espaço social; bem como poderíamos investigar fotos e entrevistas com misses e modelos ganhadoras dos concursos de beleza nacionais e internacionais, na medida em que nos ensinaram, pelo menos ao longo dos dois últimos séculos, sobre o que é o belo e o desejado em termos de corpo e comportamento femininos, o que supõe seu contrário, ou seja, o que é feio, asqueroso e repudiado. Poderíamos, ainda, nos perguntar, juntamente com Prost (1995), se haveria um historiador capaz de nos dizer o quanto os nossos modos de amar devem aos meios de comunicação de massas. "Os meios de comunicação sussurram aos ouvidos de cada um os grandes princípios do momento" (idem, p. 148) nos diz esse autor, indicando o quanto tais veículos buscam padronizar, persuadir e moralizar, na maior parte das vezes de forma sutil e não declarada, seus leitores.

Mas, a pergunta ainda persiste. Devemos dar credibilidade total aos jornais? A resposta mais uma vez é um sonoro não. Os historiadores não acreditam na verdade dos fatos de modo absoluto, se assim o fizessem estariam enterrando a própria história. O que existe são verdades relativas, passivas de serem pesquisadas e criticadas cientificamente para que a história possa ser construída de forma crítica e científica. Nesse sentido, professa Capelato (1988, p. 63):

> "A imprensa brasileira dança ao som do Planalto", constata Jorge Pinheiro; "O governo é dono das melhores verbas publicitárias, controla a economia, a lei e a ordem com mão de ferro. Assim, não é surpresa que seja também o dono da informação e a principal notícia do país". E relata um episódio ilustrativo. "Quando o presidente americano Carter veio ao Brasil, houve um estranho diálogo entre um de seus assessores e um jornalista brasileiro. O assessor de Carter dizia: A imprensa de vocês é fantástica, cobre tudo o que o governo fala. Nos EUA ninguém nos dá atenção. O colega brasileiro resmungou: Ah! como seria bom se a nossa fixação fosse um pouquinho menor! Carlos Brickmann concorda com esse diagnóstico e acrescenta que "os jornais funcionam como um apêndice do governo. Mesmo a imprensa de oposição se restringe quase exclusivamente a comentar atos do governo. Qualquer bobagem dita por um ministro é manchete, mas o Brasil real passa despercebido pela imprensa".

Seja no campo político, econômico, religioso e/ou educacional. Vimos que a educação sempre foi palanque de discursos falaciosos e fantasiosos. O "slogan" sempre usado no campo político que a educação é a "mola para o progresso" cai por terra a partir da desconstrução do mito político que se apropria da naturalidade das coisas para fazer palanque. A educação como mola para o progresso não passa de um discurso elitista e do meio político. A educação como MOLA PARA O PROGRESSO é uma construção epistemológica do conhecimento e suas estruturas. Nesse aspecto e saindo dos discursos políticos, ainda estamos

caminhando rumo a uma concretização desse conhecimento. O Projeto das escolas Polivalentes teve no regime ditatorial um discurso bastante forte nesse sentido. Seria as Escolas Polivalentes a salvação do ensino no país? Seria esse projeto educacional a mola para o progresso? Essas perguntas se fizeram presentes no desenvolvimento desse trabalho.

1 NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES ALFABETIZADOS E AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS NO MUNDO LABORAL NA REPÚBLICA FLORESCENTE

> A dialética entre a autoridade do mestre e a liberdade do aluno parece não estar inteiramente resolvida na pedagogia atual. As referências são das mais diversas procedências, tanto daqueles que são a favor como daqueles que são contra a autoridade. Uns buscam argumentos na antropologia (os homens são ontologicamente iguais), outros na sociologia (as relações de poder e saber na sociedade atual) ou na psicologia (a autoridade tem uma origem psicológica na dependência "natural" entre adulto e criança). (...) Tudo concorre para isso: na escola, ser observado, olhado, contado detalhadamente, passa a ser um meio de controle, de dominação, um método para documentar individualidades. A criação desse campo documentário permitiu a entrada do indivíduo no campo do saber e, logicamente, um novo tipo de poder emergente sobre os corpos. Nesse sentido, a prática do ensino acaba reduzindo-se ao campo da vigilância sobre o tempo, o espaço, o movimento, os gestos, para produzir corpos submissos, exercitados e dóceis. Não é necessário o recurso da força física, já que existem penas, sanções para os que fogem às regras, como a retenção ou a exclusão. (GADOTTI, 2004, p. 71).

1.1 Influência do Positivismo de August Comte na Educação Brasileira: Ordem, Obediência, Hierarquia, Educação, Trabalho e Progresso

O intuito maior não é analisar a influência positivista no Brasil de forma ampla, já que referido tema daria outra tese a ser trabalhada. O que demandaria um estudo profundo a respeito da temática e também de outros ícones do positivismo tal qual o inglês John Stuart Mill (1806-1873). Também demandaria tempo e aprofundamento a respeito da sociologia e filosofia de atores importantes na compreensão da vida em sociedade tais como Karl Marx (1818-1883); Max Weber (1864-1920); Émile Durkheim (1858-1917), dentre outros. O objetivo de tal temática dentro do trabalho é tentar elucidar a influência nas diretrizes e comportamentos e suas implicações na vida escolar e sua consequente preparação para o mundo do trabalho através dos ditames e decretos no setor educacional, culminando na criação das escolas Polivalentes na década de 1970 pelo regime militar. A visão cientificista e tecnológica do positivismo despertada pela revolução industrial e explosão demográfica principalmente na Europa se fez ressoar no Brasil.

Augusto Comte (1798-1857), considerado patriarca do Positivismo, influenciou muitos pensadores brasileiros, tanto no campo educacional como social. A crescente industrialização do país viu no positivismo a forma perfeita para que pudesse se desenvolver e

formular uma teoria política de organização da sociedade e que alcançasse o bem comum. A máxima do positivismo, "o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim", lema inclusive da bandeira nacional, criou um clima entusiástico pelo seu conteúdo de modernização das ideias.

Sua disseminação no campo educacional brasileiro está registrada nos documentos e decretos, de acordo com as reformas educacionais, capitaneadas no início por Benjamim Constant, ainda no período Imperial. A ideia da unidade nacional, extraída das ciências sociais positivista de Comte, em torno do projeto republicano, atraiu influentes pensadores brasileiros da época e constituiu, acima de tudo, a consistência da expansão do capitalismo no Brasil.

Não é forçoso tentar compreender por que a educação no Brasil estará atrelada às concepções militaristas no tocante à ordem, obediência e principalmente ao respeito hierárquico. Desde a época do Império até os primórdios da República, o ensino brasileiro teve influência de seguidores de August Comte, que buscavam na França seus ideais de civilidade, obediência e progresso. Dentre eles, se destaca a figura de Benjamim Constant Botelho de Magalhães que formado nas alas militaristas teve forte influência de Comte em sua forma de pensar.

Também está nesse contexto Brandão Júnior que, em 1865, estudou as doenças sociais ao analisar o problema da escravidão no Brasil, baseado no positivismo de Comte. Pereira Barreto foi considerado o positivista mais completo em solo brasileiro. É sabido que o positivismo de Comte inclusive se transformou na Religião Positiva e, que, no Brasil, foi fundada a Igreja Positiva em 1881 e que vai elaborar um programa político, a fim de atuar eficazmente na vida nacional. Sua influência se fez notar por circulares que eram distribuídas por apóstolos do positivismo, principalmente no Rio de Janeiro, segundo Crippa, (1976, p. 124).

Em uma dessas circulares, foram resumidos os propósitos da Igreja Positiva. Sendo eles: - luta pela transformação política do País, passando de Império à República. - preparação para a total separação entre o poder espiritual e o temporal, pela decretação dos registros e casamentos civis e complementação da obra de emancipação dos escravos.

O Brasil estava passando por um período de transformações políticas. Transição entre uma Monarquia Imperialista e princípios Republicanos.

É nesse sentido que poderemos enxergar que os aspectos militares da obediência, da ordem e da hierarquia sempre estiveram presentes em todas as formas de governo, seja na Monarquia, seja na República. O regime e a forma de governo foram de forma gradativa se

transformando em novas tentativas de melhor coordenar uma sociedade sem com tudo perder a essência do autoritarismo de outrora. Com o declínio da monarquia e a proclamação da República, o país passa de certa forma a ser regido por marechais da espada, ditos republicanos, tendo como ícones o Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto.

Setores da sociedade, tais como a religião, educação e o próprio regime militar necessitam nas suas bases de fundamentações teóricas para se apresentarem à sociedade. Com a educação militar não foi diferente. Para Crippa et al. (1978, p. 120):

> Mesmo na escola militar, centro de irradiação do positivismo, só depois de 1873, quando o "bando de ideias novas" que agitava os horizontes, no dizer de Sílvio Romero, já fazia sentir sua pujança, é que os aspectos sociais da filosofia comteana começam a integrar-se no seu clima.

Ora, se o então governo provisório instituído no dia 15 de novembro de 1889, era composto por militares, o que se poderia esperar de "novo" em relação aos aspectos educacionais daquela época? Com a preocupação do governo provisório em elaborar uma nova constituição, agora para a República dos Estados Unidos do Brasil, seguia junto com os debates a preocupação com a instrução no país e, para tanto, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca como presidente do governo provisório, e um dos ministros mais prementes na luta pela ordem educacional militar, Benjamim Constant, acompanharam as reuniões que se fizeram no sentido de dar ao país uma nova ordem educacional, desde os primeiros debates.

Segundo Niskier (1996, p. 181):

> A instrução pública foi objeto de apreciação desde as primeiras dessas reuniões de ministros, sob a chefia do marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Na sessão de 15 de fevereiro de 1890, por exemplo, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, que no império exercera diversas funções ligadas à educação e na República ocupava a pasta da guerra, dizia ser o ensino primário insuficiente e insignificante, não dando ideias aproveitáveis ao cidadão. Afirmava ainda que era assunto sobre o qual se devia meditar e discutir largamente, embora disso já se tivessem incumbido a um plano único e uniforme.

Enquanto a nova constituição não era promulgada e também ainda não se definia uma reforma da instrução pública ainda estaria em vigor na florescente República a reforma Monárquica de Leôncio de Carvalho, em vigor desde 1879. De acordo com Niskier (1996, p. 181), a reforma da instrução pública, a primeira do período republicano, é colocada em evidência no dia 14 de abril de 1890. Essa reforma estaria relacionada apenas com as escolas militares do exército. De acordo com o autor:

> Do dia 14 de abril de 1890 é a primeira reforma do ensino na república. Relaciona-se, no entanto, apenas às escolas do Exército e vem assinada por Benjamim Constant: "considerando que é urgente e indeclinável a necessidade de aperfeiçoar e completar quanto possível o ensino nas escolas destinadas à instrução e educação militar, de modo a atender aos grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizada, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada ao exército no continente sul-americano".

É nesse momento que fica clara a disposição para as ideias positivistas de August Comte, pois, logo após a referida reforma, Benjamim Constant escreve uma carta para Pierre Lafitte, um dos maiores propagadores do positivismo de Comte. Carta essa escrita no dia 9 de março de 1890 que continha os seguintes dizeres de acordo com Niskier (1996, p. 182):

> Com esse objetivo [de se conformar com os ensinamentos de August Comte] acabo de reformar o plano de ensino da Escola Militar e de enviar alguns professores a Paris, na esperança de que havereis de guiá-los e prepará-los para melhor preencherem a sua missão.

E prossegue o autor:

> A reforma do ensino secundário, em 1892, realizada por Fernando Lobo, não foi "tão profunda que apagasse de todo a influência sistemática da doutrina de Comte. Ainda em 1895, quando fui matriculado no Ginásio Nacional, essa era a orientação dominante no ensino secundário ministrado no estabelecimento padrão", depõe Vivaldo Coracy.

No dia 08 de novembro de 1890, Benjamim Constant, agora Ministro da Instrução Pública, apresenta através do Decreto nº 981, a Reforma do Ensino, regulamentando a Instrução Primária e Secundária. Sofreu muitas críticas por parte dos monarquistas que denunciavam que tal reforma não tornava o ensino obrigatório e que, no Rio de Janeiro, havia uma população de analfabetos que precisaria da instrução pública.

Outro ponto bastante criticado foi o que torna o ensino laico nas escolas brasileiras, cuja atmosfera fora sempre religiosa. Muitos foram aqueles que enxergaram o viés positivista no texto da reforma, entre eles, o Barão de Loreto, que se manifestou da seguinte forma (Niskier, 1996, p. 188):

> O preparo do ensino foi pautado pela hierarquia das ciências, do positivismo. Obedecendo a esse princípio, dava primazia às matemáticas/.../ excluía a Filosofia, o mais sólido alicerce dos conhecimentos humanos, cujo estudo ainda hoje se requer em uma boa educação clássica/.../ A reforma da instrução superior encetou-a Benjamim Constant pela Escola Politécnica e a da Escola de Medicina foi a última que se modelou pelo positivismo/.../

O mais curioso é que August Comte era contrário a qualquer existência de faculdades e universidades, pois, o mesmo as considerava resquícios da herança da idade média e da própria Igreja Católica. E, nesse sentido, Benjamim Constant reforma todo o ensino superior brasileiro.

De acordo com Niskier (1996, p. 189), o historiador José Antônio Tobias assim define esse fato: "Apesar de Comte ser contra a instrução publica, Benjamim Constant reestruturou todo o ensino público, do Primário ao Universitário." Benjamim Constant, antes de seu falecimento em 1891, ainda manda retirar do currículo dos cursos jurídicos a disciplina de Direito Eclesiástico, numa nítida demonstração que Estado e Igreja havia se separado legalmente na República.

O estudo sobre a influência do Positivismo na educação brasileira, mesmo que ainda incipiente, deixam evidências e vestígios enraizados na alma da educação militar e que tal influência se alastra pelo país dentro do ideal de educação propalado desde o início da República. Haja vista, que, desde a época do Império a influência militar na educação brasileira é bem considerável. Os militares ganham maior espaço no Brasil, depois da vitória na guerra do Paraguai (1864-1870), momento em que para muitos foram defender os interesses econômicos e políticos do país.

Se olharmos para a bandeira nacional encontrar-se-á incrustado nela os dizeres positivistas de August Comte: Ordem e Progresso. Bandeira essa que é adotada pela República nascente em 19 de novembro de 1889. Os militares e seus ideais sempre estiveram ladeados pelo poder ou no comando do poder de alguma forma.

Foi assim no início da Primeira República, inclusive o período entre 1889 a 1894 foi considerado "República das Espadas", devido aos governos de Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Principalmente por ter sido o Marechal Deodoro da Fonseca adepto ao espírito positivista de Comte. De lá para cá o espírito ligado à ordem, disciplina e formação para o trabalho (progresso) sempre estiveram presentes nos meios educacionais brasileiros.

A própria estrutura hierarquizada do sistema escolar, o gosto pela ordem, pela disciplina, o discurso pelo progresso e a formação do cidadão fazem lembrar a estrutura do sistema militar. Para Paim (1979, p. 75), fica muito claro que a filosofia política de inspiração positivista teve o apoio das elites e que August Comte foi marcante na cultura brasileira do período republicano:

> A particularidade distintiva dessa corrente consiste no fato de que interpretou o comtismo *ad litteram*, isto é, entendendo que o advento da política científica implicava no término do sistema representativo e no começo e do regime ditatorial a ser exercido por quem houvesse assimilado seu espírito. Neste contexto, desaparece de todo o componente pedagógico que o positivismo ilustrado iria reivindicar. Mais explicitamente, prescinde de ganhar as consciências desde que incumbe, num primeiro momento, impor-se pela força. Adiante, as circunstâncias concretas farão o resto. Assim, a hipótese de que o homem seria determinável, em decorrência de alteração das condições sociais, presente na obra de Comte, torna-se o cerne e da pregação desse agrupamento.

Uma grande influência no sentido descrito acima foi de Júlio de Castilhos, então governador do estado do Rio Grande do Sul no período entre 1893 a 1898, cujo feito foi tentar separar o Estado Sulista do Brasil. O positivismo de Comte esteve permeado no seu governo através de uma constituição forte que dava amplos poderes ao poder executivo, reduzindo o poder legislativo em analisar e aprovar a prestação de contas do executivo e votar os orçamentos por este elaborados. As leis seriam elaboradas pelo executivo. Segundo Paim (1979, p. 76):

> O castilhismo é, pois, uma doutrina política que, guiando-se pelos ensinamentos de Comte, afirma ser o governo questão de competência. (...) A ascensão do castilhismo polarizou parcela significativa da intelectualidade em torno de uma opção totalitária, seja de esquerda seja de direita.

Quando Getúlio Vargas assume o poder em 1930, o castilhismo era venerado por ter realçado justamente a importância do poder executivo sobre os demais poderes. Nesse sentido, buscou-se aproximar o positivismo de August Comte às decisões, principalmente dos militares às aspirações educacionais no país. As aspirações positivistas, desta forma, permearam os governos militares, ora de forma mais explícita, ora de forma implícita.

O fato de este pequeno estudo constar dentro de um trabalho que busca estudar o ensino profissionalizante na educação militar, principalmente no projeto das Escolas Polivalentes, é devido à problemática do recorte principal do trabalho. Entre os anos de 1971 e 1985. Período que está dentro do contexto da Ditadura Militar no Brasil. E, cujo modelo de ensino implantado por esse regime, remonta à ordem unida nos quarteis, exaltação pela obediência hierarquizada e respeito aos símbolos nacionais. Exaltação pela cientificidade e tecnologia. Pelo progresso e pela obsessão a moral e ao civismo.

Formação de trabalhadores para compor os quadros das fábricas, indústrias, no campesinato e no comércio através de uma legislação que, de forma visível e invisível, separa quem pode continuar os estudos até alcançar as universidades daqueles que irão tão somente

cursar até o segundo grau profissionalizante e que muitas das vezes a evasão escolar vai estar em evidência no período militar, deixando pelo caminho milhares de jovens sem uma formação profissional, científica e universitária. Na verdade, sem nenhuma formação.

A instrução escolar que deveria atender a todos através de políticas públicas bem definidas, sejam as elites ou as classes marginalizadas, sejam crianças, jovens e adultos, transforma-se através de imposição militarizada em uma disciplina hierarquizada, cujo objetivo era implementar uma pedagogia metodológica imbuída de formar trabalhadores para a indústria, a agricultura e o comércio. Por esta razão também podemos falar de uma separação de classes na Educação. Educação voltada para o trabalho e Educação Universitária.

Com isso todos os educandos deveriam passar pela escola para adquirirem a formação moral burguesa tão necessária aos propósitos da indústria emergente e seus lastros com o capitalismo. Nesse sentido, o lema "Ordem e Progresso" se fez soar nos bancos escolares, penetrando a alma dos estudantes e forjando sua educação nos moldes militarizantes da obediência servil.

A prática dos bons costumes foi aliada à moral e serviu na modelagem da personalidade do aluno que de certa forma foi forjada na disciplina e na ordem. Nas escolas Polivalentes esses ideários não passaram despercebidos na década de 1970. Com o único propósito de disciplinar os alunos, levando-os à obediência à ordem instituída e segundo Resende (2011, p.78) com a introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB, o currículo dos Ginásios Polivalentes vão se destacar. Segundo ela, tal currículo vai atender à política de disciplinarização das mentes e inculcação dos ideários nacionais de um lado e, de outro lado procurar atender a carência de mão de obra através da educação.

1.2 Influências do movimento da Escola Nova na educação profissionalizante

> Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, constatando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, pra provocar uma renovação cultural das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. (AZEVEDO, 1963, p.607)

Acompanhando o raciocínio do autor acima, podemos notar então, que o espírito formado pelas lutas ideológicas contra o Império foi se distanciando de seus propósitos, entre os quais a educação até aproximadamente 1920. O Brasil nesse marco Histórico possuía um

grande número de analfabetos, cerca de 80%. Esse analfabetismo teve que ser trabalhado para que o país entrasse na rota do progresso e da modernidade civilizatória. Fica clara a crítica educacional sob a perspectiva de que a mesma não consegue formar uma massa de trabalhadores alfabetizados e servis para adentrarem as fábricas florescentes no país.

> A década dos vinte herdou, do decênio anterior, a bandeira de luta contra o analfabetismo, os dados levantados pelo recenseamento de 1920, as discussões e os estudos resultantes da Conferência sobre o Ensino Primário de 1921 e o constrangimento que dominou o ambiente espiritual em 1922, quando, ao mesmo tempo em que se procurava comemorar o primeiro centenário da Independência, pesava sobre a nação uma quota de 80% de analfabetos — conforme os cálculos da época — transformaram o analfabetismo na grande vergonha do século, no máximo ultraje de um povo que vive a querer ingressar na rota da "moderna civilização". (NAGLE, 1974, p.112)

Na década de 1920, o Manifesto da Liga Nacionalista de São Paulo dá um impulso a essas reivindicações e denuncia a incapacidade da educação de erradicar o analfabetismo visando preparar o aluno para que pudesse ter conhecimento das diversas profissões e técnicas industriais e agrícolas nascentes no país.

Claro é que a principal preocupação quando se fala em processo civilizatório é a visão elitista para o mundo do trabalho e suas relações com o trabalhador polido e alfabetizado. Trabalhador que sendo analfabeto não possui nem vontade política, proibido inclusive pela carta constitucional de se manifestar a respeito do tema.

> É sabido que a causa primordial de todos os nossos males é o analfabetismo, que traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grandes números de profissões; atraso nos processos agrícolas e nos das indústrias que lhe são anexas. A população brasileira é vítima, na sua quase totalidade, do analfabetismo. Sem que se consiga derramar a instrução primária, de um modo mais intenso, por todos os recantos do país, serão inúteis quaisquer tentativas de formação de uma grande coletividade política. Ademais, a Constituição Federal, no seu artigo 70, impede o analfabeto de ter vontade política. (NAGLE, 1974, pp.102-103)

Com isso, os olhares vão estar voltados para o Ensino Primário, pois o mesmo poderia engendrar um processo de alfabetização pelo país. É interessante observar que Jorge Nagle, vai se referir aos possíveis alfabetizados como "massa" ratificando mais uma vez que essa educação serviria de uma maneira bem explícita a moldar as massas menos privilegiadas, principalmente para o mundo profissional e do trabalho, senão vejamos: Nagle (1974, p.114):

> A medida em que se torna a instituição mais importante do sistema brasileiro, a Escola Primária se transforma no principal ponto de

> preocupação de educadores e homens públicos: procurou-se em especial mostrar o significado profundamente democrático da educação primária, pois é por meio dela que a massa se transforma em povo.

Nas décadas de 1920 e 1930, vai ocorrer uma série de reformas educacionais em alguns Estados com bases e princípios nos ideais da Escola Nova. Dentre as principais reformas teremos em 1920 a que Sampaio Dória promoveu no Estado de São Paulo; Lourenço Filho no Ceará em 1922; em 1924 tivemos o surgimento da ABE, fundada por H. Lira; Francisco Campos em Minas Gerais em 1927; Fernando Azevedo no Rio de Janeiro em 1928 e Anísio Teixeira na Bahia, também em 1928. De forma geral as reformas para Saviani (1999, p. 61) foi justamente um marco na ascendência escolanovista no país:

> Em relação ao momento de 30, eu o tomo justamente porque o movimento da Escola Nova toma força no Brasil exatamente a partir daí. A Associação Brasileira de Educação, ABE, foi fundada em 1924 e, num certo sentido, aglutinou os educadores novos, os pioneiros da educação nova, que vão depois lançar seu manifesto, em 1932, e vão travar em seguida uma polêmica com os católicos em torno do capítulo da educação da Constituição de 34. Esse momento, 1924, com a criação da ABE, 1927, com a I Conferência Nacional de Educação, 1932, com o lançamento do manifesto dos pioneiros, é marco da ascendência escolanovista no Brasil.

O que mais influenciou esses reformadores foram o surto de industrialização pós-guerra e também a influência que tiveram de teorias educacionais, oriundas da Europa e principalmente dos EUA ligadas, sobretudo, a Escola de John Dewey (Universidade de Colúmbia). Nagle (1974, p.248-249) sintetiza muito bem o que significou essa revolução escolar através da Escola Nova, quando fala:

> Num apanhado geral, o movimento da Escola Nova, como se sabe, significou um processo de remodelação das instituições escolares, como conseqüência da revisão crítica da problemática educacional. Em confronto com a "Escola Tradicional", em relação a qual se colocou em termos antitéticos, a Escola Nova se fundamenta em nova concepção sobre a infância. Esta é considerada — contrariamente a tradição — como estado de finalidade intrínseca, de valor positivo, e não mais como condição transitória e inferior, negativa, de preparo para a vida do adulto. Com este novo fundamento se erigirá o Edifício Escola novista. A institucionalização do respeito à criança, à sua atividade pessoal, aos seus interesses e necessidades, tais como se manifestam nos estágios de seu "desenvolvimento natural". Parte-se da afirmação de que o fim da infância se encontra na própria infância; com isso, a educação centraliza-se na criança e será esta nova polarização que será chamada de a "Revolução coperniana" no domínio educacional.

As ideias escolanovistas trouxeram ao Brasil uma série de comportamentos e modificações na forma de pensar a educação em relação às crianças e jovens, apesar de que

tais tentativas de mudanças terem sido de cunho liberal, vão lançar através da educação o desenvolvimento de novas relações sociais. Dentre elas, podemos notar o olhar para uma educação pública gratuita e obrigatória. Saviani (1999, p.59) já faz um estudo sobre o escolanovismo no sentido de que o mesmo atendeu muito mais aos ideários liberais das elites dominantes no país, inclusive os princípios de liberdade, propriedade e democracia foram utilizados pela classe elitizada como discurso para o progresso econômico. O que na realidade ocorreu foi o aumento das diferenças e desigualdades sociais segundo Saviani (1999, p.59):

> E hoje nós sabemos, com certa tranquilidade, já, a quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior das escolas novas. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se constituíram, via de regra, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. Em contrapartida, os homens do povo (o povão, como se costuma dizer) continuaram a ser educados basicamente segundo o método tradicional, e, mais do que isso, não só continuaram a ser educados, à revelia dos métodos novos, como também jamais reivindicaram tais procedimentos.

Nesse contexto, segundo Saviani (1999, p.64), o escolanovismo atendeu muito mais à ala progressista, (inclusive ser escolanovista significava ser progressista) do que os interesses das camadas sociais e suas reivindicações, afastando com isso os movimentos sociais de origem anarquista, socialista, marxista, que de certa forma chamavam os trabalhadores para que reivindicassem uma escola que se adequasse às suas necessidades.

1.3 Regulamentação do ensino profissionalizante na primeira República: as Escolas Técnicas.

A história da Educação profissionalizante formal passa pela necessidade em um primeiro momento de adequar uma mão de obra qualificada para preencher os espaços das fábricas em processo de instalação e desenvolvimento no parque industrial brasileiro, pois, a hegemonia das corporações de ofício havia chegado ao fim. Quanto a isso, Buffa et al. (1998, p. 35) nos deixam claro que:

> Com o declínio das corporações de ofício no século XIX, floresceram na América e, sobretudo na Europa congregações religiosas masculinas e femininas preocupadas com o ensino profissional, tais como, Salesianos, Lassalistas, Irmãs da congregação de São José, etc. São congregações que estruturaram suas atividades pedagógicas à luz das necessidades sociais criadas pela industrialização e urbanização. O estudo do ensino profissional dessas congregações é muito importante para entender as escolas técnicas e

> profissionais do século XIX, uma vez que aquele ensino constitui de certa forma, o embrião dessas escolas.

Nos idos da década de 1880, a mão de obra escrava foi abolida. Mão de obra essa que se destinava às condições de desenvolvimento rural de grandes latifúndios produtores principalmente de café e manufaturas. A proclamação da República traz outro norte para as intenções de um governo que vê na indústria a possibilidade do país de se alinhar com o eixo europeu de produção industrial. A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, ditava as regras para o novo mundo.

O que se passa deste momento em diante é a busca por uma educação, ora elitizada que buscava nas escolas e Universidades da Europa a educação de sua gente, ora detentora da moldagem das massas como as classes sociais à margem da sociedade. A província de São Paulo será destaque nesse quesito, pois, são criados os educandários para crianças pobres e órfãs sob a batuta de congregações religiosas que vão destacar a necessidade de formar no educando os aspectos voltados ao trabalho para suprir suas próprias necessidades e as demandas do mercado.

Esse modelo se espalha por todo o Brasil Republicano. Eram ministrados além das primeiras letras, alguns ofícios tais como os de marceneiro, alfaiate, serralheiro, sapateiro que para tanto, segundo Bufa et al. (1998, p. 35), eram utilizadas as oficinas e fábricas existentes para que os alunos pudessem executar suas tarefas de acordo com a aptidão de cada um como alunos aprendizes. Corroborando com os autores acima citados, Poli (1999, p, 58) aduz que:

> Em 29 de dezembro de 1906 o ensino profissional passa a ser regulado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, através do decreto 1.606. Esse ministério em 1909 (decreto 7566) cria as Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital de Estado, com o objetivo de oferecer ensino primário gratuito em nível profissional. Essa escola destinava-se a crianças entre 10 e 13 anos, carentes, que necessitavam adquirir hábitos de trabalho saudáveis através do ensino prático, formando operários e contra mestres.

Quando debruçamos o olhar sobre a História e Historiografia da Educação relacionada com a preparação para o trabalho no Brasil, vemos que essa educação se torna enfática ao preconizar o desejo de preparar o aluno para o mundo do trabalho como uma base de formação e alcance da cidadania. Nesse sentido, também preconiza a ideia de que essa educação é voltada para as classes menos favorecidas, que são os baluartes do mundo do trabalho com a preparação de mão de obra barata para a crescente indústria:

> No Brasil a constituição do sistema de ensino não se deu de outra forma. Desde o momento que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores seriam a clientela, por excelência, de cursos de qualificação profissional de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos. Dessa forma são criados pelo governo federal, em 1909, os primeiros cursos profissionais, com o nascimento de 19 escolas de aprendizes artífices, subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (KUENZER, 1991, p. 6).

Nessa esteira, pode-se pensar também que, nesse momento, o polo desenvolvimentista brasileiro estava na região Sudeste, principalmente em São Paulo e no Sul do País. Fica a indagação se esse tipo de ensino profissionalizante era para atender tão somente aos anseios do mercado industrial crescente.

A pergunta que surge é o que poderia justificar a expansão do ensino profissionalizante para as demais regiões do país, senão a intenção de moldar os aspectos laborais do cidadão, voltados, nesse caso, mais para os trabalhos artesanais do que propriamente para o trabalho industrial, já que nessas regiões a indústria ainda não tinha lastros. Talvez a preocupação, nesse momento, fosse a inserção dos alunos oriundos de classes desprovidas de riquezas no mundo do trabalho de forma geral, seja ele dentro das fábricas ou fora delas em busca da paz e da ordem estabelecida. O Estado queria de todas as formas, diminuir a possibilidade de subversão dos jovens desocupados e apropria-se também dos aspectos educacionais para tal feito, tentando despertar neles os aspectos vocacionais para o mundo laboral. De acordo com Resende, (2011, p. 29):

> Dessa forma, foi delegada à escola a função de promover um processo de internalização do controle sobre o indivíduo, que até então era externo, tornando-o, ele mesmo, um fiscalizador e censurador de seus próprios atos. Essa “autoprogramação” garantiria a adequação dos comportamentos a cada tipo de situação social. Além do mais, seria ela também a responsável por sondar as capacidades e instruir tecnicamente os cidadãos, que comporiam a mão de obra para atuar, eficazmente, nas indústrias.

Podemos nos ater ao fato de que, nesse período, o Brasil passava por uma transição de uma estrutura agrária escravocrata para uma estrutura econômica e social de natureza tecnológica-industrial e assalariada. Mesmo com a maioria da população presente no meio rural, as cidades começam a ter um aumento em termos demográficos e com isso algumas indústrias de bens de consumo se fazem presentes. Nesse sentido, Assis et al. (1972,

p. 69) também estudaram o período inicial das décadas de 1900 e 1910 e viram que a preocupação do estado com a mão de obra profissional já visava à crescente industrialização dos estados. Para os autores:

> Um ensino mais profissionalizante foi, pouco a pouco, se fazendo necessário. Em 1910, o ensino técnico-industrial se desenvolve com as escolas de aprendizes artífices criadas pelo Governo Nilo Peçanha nas capitais dos Estados. São instaladas duas escolas profissionais em São Paulo (1911) e várias outras, no Distrito Federal (1911) por iniciativa de Álvaro Batista. Em 1919, também na capital do país, funda-se a Escola de artes e Ofícios Wenceslau Braz, pertencente à prefeitura e que mais tarde seria transferida para o Governo da União.

Segundo os mesmos autores, escolas de comércio começaram a se organizar, por iniciativa privada, nos mesmos moldes das escolas lançadas pelo governo.

Nas cidades do interior dos Estados em que a indústria chegava com mais poder econômico, foram sendo implantadas também as escolas profissionais. Com a revolução de 1930 que elevou Getúlio Vargas ao poder, as transformações no campo educacional também se fizeram presentes. Na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, houve a criação da Escola Profissional de São Carlos, depois de muita luta no campo político. Segundo Buffa et al. (1998, p. 43):

> O processo de criação e instalação da Escola Profissional de São Carlos estendeu-se por quatro anos, de 1929 a 1932, devido, principalmente, às transformações políticas do país, decorrentes da Revolução de outubro de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Como vimos se era antiga a ideia de uma escola profissional em São Carlos e se a industrialização crescente solicitava cada vez mais técnicos especializados, faltava, porém, a decisão política de concretizar essa ideia. Essa decisão foi tomada pela administração municipal quando o Prefeito era Paulino Botelho de Abreu Sampaio, o vice-prefeito Antônio Militão de Lima e o Presidente da Câmara, Leonardo Carlos de Arruda Botelho.

A lei estadual n° 1.709 de 27/12/1919 determinava a criação de duas escolas profissionais na capital e de cinco no interior do Estado de São Paulo, motivo pelo qual a Cidade de São Carlos foi contemplada com uma delas na data de 13 de fevereiro de 1930.

A educação profissional na Primeira República caminhou de forma lenta devido à transição de uma economia massivamente agrária, que tinha na mão de obra tão necessária à subsistência do indivíduo, um obstáculo para que se alcançassem os pórticos da educação. Gradativamente vão sendo construídos polos educacionais profissionais visando o aprimoramento da mão de obra para preencher as vagas da indústria nascente no país. As escolas de comércio fizeram esse papel em um primeiro momento.

1.4 Educação Profissionalizante sob novo olhar pedagógico

Com o advento da Revolução de 1930, início da era Vargas, a educação passa a ter outro olhar do ponto de vista pedagógico-tecnológico-profissionalizante. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Com a criação de um Ministério da educação, mesmo que a pasta cuidasse também da Saúde Pública, o país teve um ganho educacional, pois, a partir da criação do Ministério passa-se a dar mais consistência às questões educacionais. Ainda assim, o dualismo continuará a existir no tocante às divisões das classes sociais no campo da educação, ou seja, ensino secundário e propedêutico para os filhos das elites e profissionalizante para as classes desprovidas de capital.

Na década de 1930, teremos uma efervescência no campo educacional. Em 1931, teremos a reforma educacional Francisco Campos. Segundo Assis et al. (1972, p. 72):

> Em 1931, a reforma Francisco Campos trouxe seus benefícios à legislação de ensino. O curso secundário foi dividido em 2 ciclos: o fundamental de 5 anos e o elementar de 2, sendo este último subdividido em 3 ramos. A Francisco Campos deve-se a caracterização das finalidades deste nível de ensino, sendo combatida a concepção do ensino secundário como meio preparatório a um nível superior. O Secundário deveria ser definido como um processo de integração na vida pelo desenvolvimento total da personalidade.

Talvez seja nesse momento que se começa a pensar a educação como uma forma de contemplar a formação da dignidade do educando e seu processo de aprendizagem em seus aspectos cognitivos para que desenvolvesse dentro de um padrão escalonado os aspectos da personalidade, dentre eles a aptidão para o trabalho.

Francisco Campos fez parte de um seleto grupo de educadores, tais como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Almeida Junior, Carneiro Leão, Anísio Teixeira, Luís Trindade, Mário Casasanta e Coelho Souza. Essas figuras fazem parte da construção de uma nova educação com uma nova visão, oriunda dos educandários da Europa e Estados Unidos. É nesse diapasão que, em 1932, esses mesmos sujeitos fazem ecoar um grito que trespassa o âmago do coração da Educação no Brasil. O grito dos Pioneiros da Educação.

Preconizam Assis et al. (1972, p. 72):

> Cabe, neste momento, destacar o papel importante desempenhado no campo educacional por um grupo de jovens recém-chegados da Europa e dos Estados Unidos que, imbuídos das ideias da Escola Nova, redigiram, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros, objetivando a defesa do princípio de

> laicidade, a nacionalização do ensino, a organização do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica. Apontava como finalidade: fortificar a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando lhes o acesso sem privilégios, ao ensino secundário e superior e alargar, pela reorganização e pelo enrijecimento do sistema escolar, a sua esfera e seus meios de ação.

O Manifesto dos Pioneiros através dos educadores que o redigiram buscava modificar o sistema educacional brasileiro. A intenção era levar um ensino obrigatório, justo e sem privilégios a todas as crianças e jovens e que respeitasse os aspectos cognitivos e o tempo de cada educando em relação ao processo aprendizagem. Na verdade, o que se buscava com a Escola Nova era um modelo de educação menos academicista de formação de massa que buscava anular as forças oligárquicas ligadas aos privilégios das elites nacionais.

Nas constituições de 1934 e 1937, tudo continuou, sem exageros, como no início da colonização no tocante à divisão das classes educacionais. Sendo claramente o estudo secundário para os filhos das elites e o ensino profissionalizante para os desafortunados e filhos da pobreza. Poli (1999, p.67) afirma:

> A constituição de 1934, apesar de toda a sua aspiração democrática, no que se refere à educação, não se pronuncia muito, atribuindo o dever de sua disseminação e prática ao Estado; porém, na sua profissionalizante, continua contemplando os jovens desafortunados pela sorte e pelo capital. O mesmo acontece com a constituição de 1937, já no regime ditatorial do Estado Novo, em seu artigo 129, que destina o ensino profissionalizante às classes menos favorecidas. Reafirma-se na lei a dicotomia social, colocando e fixando cada um no seu devido lugar dentro do processo produtivo através de oportunidades educacionais. Aos ricos, a oportunidade de uma escola secundária de qualidade, propedêutica, de acordo com o objetivo maior, que é o ensino superior, preparando-os para seus lugares de direito, que são os altos cargos estratégicos da produção. Aos jovens não afortunados, a oportunidade de manterem-se onde estão com a possibilidade de serem adestrados para os trabalhos menores em idade precoce. O acesso à escola superior só era permitido aos que frequentassem o curso secundário clássico ou científico, vetado aos alunos dos cursos profissionalizantes o seu ingresso.

Mas, somente na década de 1940 é que efetivamente o olhar para o ensino profissionalizante se torna de certa forma mais consistente devido à demanda da indústria por mão de obra qualificada. Com o crescente aumento do parque industrial brasileiro seria necessária a formação, através da educação, de mão de obra mais técnica. O mercado exigia tal qualificação. Desta forma, Kuenzer (1991, p. 7) coloca que:

> O atendimento à demanda da economia por mão de obra qualificada só vai surgir como preocupação objetiva na década de 1940, quando a lei orgânica do Ensino Industrial cria as bases para a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria, articulando e organizando o funcionamento das escolas de aprendizes artífices (1942); é criado o SENAI - Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (1942); e o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946), resultantes do estimulo do Governo Federal à institucionalização de um sistema nacional de aprendizagem custeado pelas empresas para atender às suas próprias necessidades. Essas escolas caracterizaram por uma proposta curricular eminentemente prática, onde as preocupações com a formação teórica raramente apareciam em contrapartida às poucas escolas técnicas que foram criadas junto a escolas de engenharia na década de 1930.

As empresas, nesse momento, assumem a responsabilidade de dar uma formação técnica e profissionalizante aos seus empregados, momento em que a preocupação mais robusta é com a qualificação técnica que traria resultados profissionais satisfatórios para a empresa que investe nesta qualificação em detrimento de tão somente o aprendizado crítico que ajudaria na formação do ser humano como um todo.

O Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), adota a política de substituição das importações, principalmente na década de 1940, e esse fato advém de uma adequação necessária à sua economia. Com o processo da segunda grande Guerra Mundial, a indústria brasileira adequava-se ao modelo de substituição de importações. Foram criadas as indústrias de base, dentre elas podemos citar a Companhia Siderúrgica Nacional-CSN (1940) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Isso deu novo impulso à industrialização do país e com isso alavancou a educação profissionalizante.

Ou seja, a formação educacional, nesse momento, é de um sujeito obediente às demandas da economia. Nesse mesmo quesito, Romanelli (1980, p. 166) aduz que a educação profissional não conseguiria atender a demanda crescente da indústria nacional. Devido a este fato é que foi criado o SENAI:

> A indústria por sua vez exigia uma formação mínima do operariado, o que teria que ser feito de modo mais rápido e mais prático. Recorreu, pois, o Governo a um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial que foi organizado em convênio com as indústrias e através de seus órgãos máximo de representação – A Confederação nacional das Indústrias. O decreto lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criava, então, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagens, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, “cursos de formação e

> continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem". A lei estipulou que o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pela contribuição dos estabelecimentos industriais a ela filiados.

No mesmo seguimento surge, em 1942, a reforma Gustavo Capanema que vai também se debruçar sobre as questões profissionalizantes e tecnicistas. A reforma divide o ensino secundário em colegial e científico (Ginasial) e ensino industrial.

Nesta reforma, fica nítida a separação, desde logo, de uma classe que pode cursar o ensino colegial e científico como preparação para os cursos superiores, portanto, aqueles que de certa forma vão comandar o país em algum sentido de cunho elitista e, de outro lado, a qualificação de mão de obra das classes menos favorecidas pelo ensino industrial para proverem a necessidade das fábricas e indústrias em seus processos de produção capitalista.

Nesta base é que Assis et al. (1972, p. 73) relatam que:

> Em 1942, aparecia no cenário da educação brasileira a reforma Gustavo Capanema que visava ao ensino secundário e técnico-industrial. Inicialmente, modificou os dois ciclos de estudo para 4 e 3 anos denominando-os, respectivamente, ginásio e colégio. O 2º ciclo foi dividido em dois ramos distintos: o científico e o colegial. Preocupou-se ainda com a estruturação do ensino industrial, também em dois ciclos: o básico de 4 anos, para formar artífices especializados e, o segundo de 3 anos, para diplomar técnicos-especializados.

A crítica que os autores em referência fazem a Gustavo Capanema é justamente no sentido de que a reforma não contemplou o ensino no seu aspecto mais amplo, por mais esforço que tenha sido feito como é reconhecido por Buffa et al. (1998, p. 131): "O ministro Capanema entendia a aprendizagem industrial de uma forma mais acadêmica e por isso pretendia escolarizá-la, criando um sistema escolar completo e orgânico, paralelo ao sistema tradicional".

Para que isso ocorresse, as oportunidades e interesses deveriam ser distribuídos de forma igualitária entre as classes sociais do país, dando oportunidades às classes menos favorecidas para cursarem o ensino colegial e científico para que também chegassem aos cursos superiores e não somente aos cursos técnicos e profissionais para se tornarem reféns de uma mão de obra barata que não trazia perspectiva de crescimento do educando em seus aspectos críticos e cognitivos.

Nesse aspecto, pouco adiantou secundarizar o ensino técnico profissionalizante como o fez Capanema. O sistema educacional continuou como fator de desigualdade social. Ou seja, uma educação para formar os filhos dos patrões, dos donos das fábricas, dos políticos

e todos aqueles que de certa forma transitavam nas relações de poder (colegial e científico) e outra educação para formar os trabalhadores e empregados (cursos técnicos profissionalizantes).

A crítica perpassa tanto pela reforma de Francisco Campos em 1930, quanto pela reforma Capanema em 1942. Nenhuma conseguiu o alcance de uma educação de iguais oportunidades para todos os educandos, mesmo com o ensino sendo obrigatório em suas séries iniciais. Assim, coaduna com essa ideia Kuenzer (1991, p. 8):

> O que caracteriza, portanto, a relação entre educação e trabalho até esse período é a inexistência de articulação entre o mundo da "educação", que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinadas em cursos específicos, de formação profissional. Essa desarticulação se explica pelo caráter de classe do sistema educativo, uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação se faz a partir de sua origem de classe. Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século, quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo.

A questão primordial é que o Estado busca através da educação um canal para o transporte de suas ideologias. No tocante à História da Educação no Brasil, é notória a ênfase dada ao longo do tempo à preparação do educando como termo ideal para a formação do cidadão. Para Franco (1987, p.55), "a escola, em verdade, desempenha um importante papel no sentido de formar (e aprimorar) a força de trabalho, ratificar as desigualdades sociais, incultar a ideologia dominante, ou seja, no sentido de difundir crenças, ideias, valores".

Nesse sentido é que os interesses do Estado quanto à preparação de uma mão de obra qualificada se faziam presente. A própria confecção das leis por parte dos legisladores esteve ligada aos interesses daqueles que detinham os meios de produção.

O meio empresarial consegue junto ao Estado formulação de leis que são adequadas às suas necessidades de demanda no setor produtivo, ou seja, a formação de mão de obra qualificada através dos centros educacionais, ora privados, ora estatais, visando o aumento da força de trabalho. Enquanto isso, o ensino regular oficial ficava a cargo dos filhos das classes média e alta que tinham tempo para concluírem seus estudos visando o ensino superior. Cria-se, nesse diapasão, um dualismo na educação.

Na esteira da contra mão da crítica feita por parte dos educadores à reforma de Gustavo Capanema, eis que surge o "arauto" da defesa fervorosa da reforma na cidade de Patos de Minas através de textos bem escritos e publicados no jornal da cidade daquela época. O Historiador Altamir Fernandes de Sousa (2017) que no seu ofício de pesquisador buscou

nos jornais da época evidências das propostas educacionais para aqueles tempos encontrou escritos publicados pelo jornal *Folha de Patos* em sua edição nº. 52, p.4 de 19 de abril de 1942.

Eis que foi publicada dez dias após a edição do Decreto-lei n. 4.244/1942 (Reforma Capanema), uma defesa fervorosa por parte de um dos baluartes da educação e política patense. O Senhor Zama Maciel segundo Sousa (2017, p.37) fez o seguinte discurso:

> O alcance que terá referida lei, nos destinos da nacionalidade, fazem dela dos mais importantes documentos elaborados nos últimos tempos pelo Governo. O decreto de agora que define e regula o ensino secundário, dando-lhe objetivos próprios como formador da personalidade física, moral e intelectual do adolescente, traçou estes rumos.

De acordo com Sousa (2017, p. 37), Zama Maciel exercia o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário no Município de Patos de Minas e para mostrar ainda mais a afinidade pela reforma, o mesmo continua com seu ponto de vista entusiástico na mesma edição do jornal:

> A lei deixa claramente expressa as diretivas governamentais do futuro, quando no capítulo VII, recomenda que se deve inculcar no caráter do jovem a compreensão do valor e do destino do homem, e como base de patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e designo, e de sua missão em meio a outros povos [...] A educação da juventude toma assim caráter fundamentalmente democrático, já que são estes os princípios da moderna democracia. Não foi ela posta a serviço duma instituição, como no caso dos métodos jesuíticos nem subordinada ao ideal do Estado nacional dominador e único, estado este alicerçado nos postulados da superioridade racial que considera as outras raças como inferiores e escravas, como no caso nazista e nipônico. Substituiu-se aos vícios da educação inglesa da era vitoriana dirigida dentro dos princípios aristocráticos, duros, estoicos, dominadores. Padronizando-se nos sonhos da nova Inglaterra e no idealismo norte-americano de nossos dias, embebendo-se de alto espírito de brasilidade proclamou que o homem deve ser forte de vontade e livremente submisso ao grande ideal da Pátria e da concórdia humana.

Ainda segundo Sousa (2017, p. 37), Zama Maciel assim termina sua "defesa" em prol da reforma Capanema: "[...] tem sido o guia das horas amargas e dos grandes momentos. Agora, dizendo como deve ser educada a juventude, delineou os rumos do futuro e esta lei passará à história como dos maiores serviços prestados ao Brasil pelo eminente Chefe da Nação".

A reforma Capanema, apesar do entusiasmo do educador patense, reforça ainda mais seu cunho elitista ao separar o ensino secundário do ensino profissionalizante. Surge então um questionamento: seria a educação dualista no sentido de dividir as oportunidades de

desenvolvimento intelectual e prático restrito a determinada classe social? É nesse sentido que Romanelli (1980, p.1 68) sinaliza:

> Como o ensino de formação demandava o mesmo tempo necessário ao ensino secundário e como este era o ramo que "classificava", não restava dúvidas de que a maioria da população, que podia permanecer na escola o tempo necessário à conclusão do ensino médio, procurava aquele ramo do ensino, de preferência ao ensino profissional de formação. Mesmo assim as camadas que procuravam este o faziam somente quando, por suas condições financeiras, podiam permanecer o tempo indispensável à conclusão do curso, isto é, se não precisassem trabalhar de imediato. O mesmo já não se dava com a população que procurava as escolas de aprendizagem, na sua maioria mantidas pelo SENAI e pelo SENAC. Tratava-se de uma população que tinha urgência de preparar-se para o exercício de um ofício. Em se tratando de pré-adolescentes, a população que procurava as escolas de aprendizagem era a população que precisava a trabalhar mais cedo, portanto, não podia frequentar as escolas do sistema oficial. Em se tratando de adolescentes e jovens, a população que procurava preparo era a população que já estava empregada havia mais tempo, portanto, também fora do sistema escolar oficial, e exigindo qualificação para o trabalho, a fim de obter melhor remuneração. É preciso não esquecer, por outro lado, que as escolas do SENAI e do SENAC, eram as únicas nas quais os alunos eram pagos para estudar, o que funcionava como um grande atrativo para as populações mais pobres.

Nota-se, dessa forma, que o sistema oficial de ensino e seus ramos secundário e superior eram dados aos filhos das elites que mantinham seus privilégios, enquanto aos filhos das classes menos favorecidas eram oferecidos os cursos técnicos profissionalizantes como opção para formação para o mercado de trabalho de forma imediata.

A constituição brasileira de 1946, diferentemente da constituição de 1937, trouxe em seu texto a chama que levou os pioneiros da educação a lutarem, com maturidade, por um sistema que seria chamado de Lei de Diretrizes e Base da Educação. Em 1946, já se vislumbrava parte de direitos e garantias fundamentais inalienáveis ao cidadão.

No artigo 141 §5º, já se expressava que é livre a manifestação do pensamento sem que dependa de censura e o artigo 166 faz referências explícitas aos direitos e garantias fundamentais enfatizando os princípios de liberdade e de solidariedade, pilares de toda a constituição democrática.

No artigo 167, a constituição dá obrigatoriedade ao ensino por parte dos governos e dá liberdade às instituições de ensino privado desde que respeitem as leis. Para Romanelli (1980, p. 171):

> Os princípios liberais da carta de 1946, que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que

> vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direitos e liberdade individuais, com intervenção do Estado, para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a constituição de 1946, fugiu a inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nela ela também se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime. Foi, pois, baseado na doutrina elaborada pela carta de 1946, que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. Em 1948, esse projeto dava entrada na Câmara Federal, seguido de mensagem presidencial.

Com o início dos debates em torno de uma diretriz para a educação brasileira que leva 13 anos desde a análise do anteprojeto até a aprovação e promulgação, surgem algumas legislações que tentam equacionar a questão técnico-profissional/secundário-científico. Em 1950, com a promulgação da lei de equivalência buscou-se a tentativa de equilibrar as oportunidades entre aqueles que estudavam o curso secundário oficial ou científico e adentravam as universidades do país e aqueles que estudavam os cursos profissionalizantes.

A lei dava oportunidade mediante exames das disciplinas não cursadas e conhecimento prévio indispensável aos estudos. Em 1953, a lei federal 1.821/53 trazia em seu bojo as normas para aplicação do regime de equivalência entre os cursos técnicos e profissionalizantes para que os educandos pudessem ingressar no ensino superior mediante aprovação prévia nos testes de adaptações. Nesse sentido preconiza Poli (1999, p. 71):

> Enquanto a discussão em torno da nova lei sobre a educação seguia seu curso no congresso, algumas outras foram sendo decretadas, a fim de melhorar algumas estruturas em curto prazo. É o caso da lei 1079 de 31 de março de 1950, onde se abre a possibilidade do aluno oriundo dos cursos profissionalizantes de 1º grau frequentarem os cursos secundários clássicos ou científicos, desde que sejam feitos exames das disciplinas não estudadas naquele curso. E também da lei 1821/53, que admite o ingresso dos alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes ao curso superior, mediante as mesmas condições da lei 1079/50, isto é, que façam exames de adaptações.

Em um país em que a grande maioria da população tinha no emprego seu ponto de subsistência, seria de muita valia se conseguissem além de estudar, ainda conseguissem terminar os cursos profissionalizantes e depois disso terem a oportunidade de estarem frequentando uma universidade.

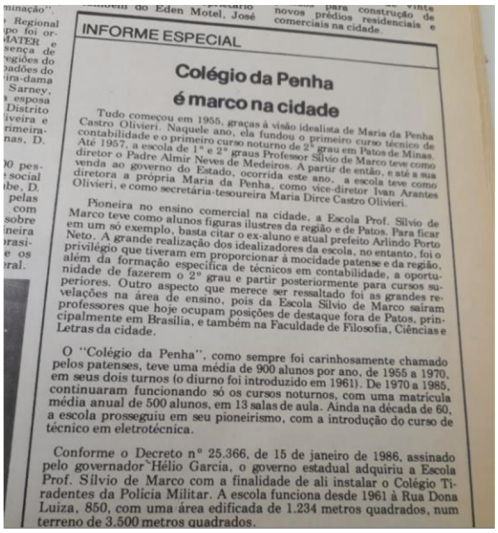
Em Patos de Minas, no estado de Minas Gerais, cidade onde se situa o Colégio Polivalente, objeto desse estudo, deu-se a fundação de uma Escola Técnica do Comércio, de forma tardia em relação aos grandes centros urbanos do país no ano de 1956. A escola foi fundada por pessoas do setor privado e influentes na política municipal da época, mostrando

que gradativamente a demanda por mão de obra profissionalizante qualificada se fazia necessária em todo o país. Segundo Sousa (2017, p. 108):

> A Escola Técnica do Comércio Pio XII (chamada de colégio da Penha), fundada em 1956, mantida por uma fundação privada e dirigida pelo Pe. Josias Tolentino de Araújo, Maria da Penha de Castro Olivieri, Waldir Nascimento e Mario Garcia Rosa, possuía 336 alunos de ambos os sexos, em dois cursos: Técnico em Contabilidade e Comercial Básico.

Com o sucesso do colégio da Penha, o número de alunos aumentou consideravelmente, chegando à formação profissionalizante cerca de 900 alunos por ano de acordo com a matéria do jornal inserido abaixo.

Figura 1 – Colégio da Penha



INFORME ESPECIAL

Colégio da Penha é marco na cidade

Tudo começou em 1955, graças à visão idealista de Maria da Penha Castro Olivieri. Naquele ano, ela fundou o primeiro curso técnico de contabilidade e o primeiro curso noturno de 2° grau em Patos de Minas. Até 1957, a escola de 1° e 2° graus Professor Silvio de Marco teve como diretor o Padre Almir Neves de Medeiros. A partir de então, e até a sua venda ao governo do Estado, ocorrida este ano, a escola teve como diretora a própria Maria da Penha, como vice-diretor Ivan Arantes Olivieri, e como secretária-tesoureira Maria Dirce Castro Olivieri.

Pioneira no ensino comercial na cidade, a Escola Prof. Silvio de Marco teve como alunos figuras ilustres da região e de Patos. Para ficar em um só exemplo, basta citar o ex-aluno e atual prefeito Arlindo Porto Neto. A grande realização dos idealizadores da escola, no entanto, foi o privilégio que tiveram em proporcionar à mocidade patense e da região, além da formação específica de técnicos em contabilidade, a oportunidade de fazerem o 2° grau e partir posteriormente para cursos superiores. Outro aspecto que merece ser ressaltado foi as grandes revelações na área de ensino, pois da Escola Silvio de Marco saíram professores que hoje ocupam posições de destaque fora de Patos, principalmente em Brasília, e também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade.

O "Colégio da Penha", como sempre foi carinhosamente chamado pelos patenses, teve uma média de 900 alunos por ano, de 1955 a 1970, em seus dois turnos (o diurno foi introduzido em 1961). De 1970 a 1985, continuaram funcionando só os cursos noturnos, com uma matrícula média anual de 500 alunos, em 13 salas de aula. Ainda na década de 60, a escola prosseguiu em seu pioneirismo, com a introdução do curso de técnico em eletrotécnica.

Conforme o Decreto n° 25.366, de 15 de janeiro de 1986, assinado pelo governador Hélio Garcia, o governo estadual adquiriu a Escola Prof. Silvio de Marco com a finalidade de ali instalar o Colégio Tiradentes da Polícia Militar. A escola funciona desde 1961 à Rua Dona Luiza, 850, com uma área edificada de 1.234 metros quadrados, num terreno de 3.500 metros quadrados.

Fonte: Acervo particular do Professor Altamir Fernandes de Sousa. Matéria publicada no Jornal Minas Urgente em 1986.

Fica evidente que grande parte dos alunos da cidade de Patos de Minas já nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, buscou a qualificação profissional nesse educandário profissionalizante. Além do curso comercial e de contabilidade o colégio proporcionou a partir da década de 1960 o curso técnico em eletrotécnica.

Outra característica a explorar na matéria jornalística é o fato de que o colégio da Penha funcionou somente com o Período noturno em grande parte de sua existência. Esse fato mostra que grande parte dos alunos trabalhava durante o dia e buscavam a qualificação profissional no período noturno. Também, de acordo com a matéria os alunos, além de

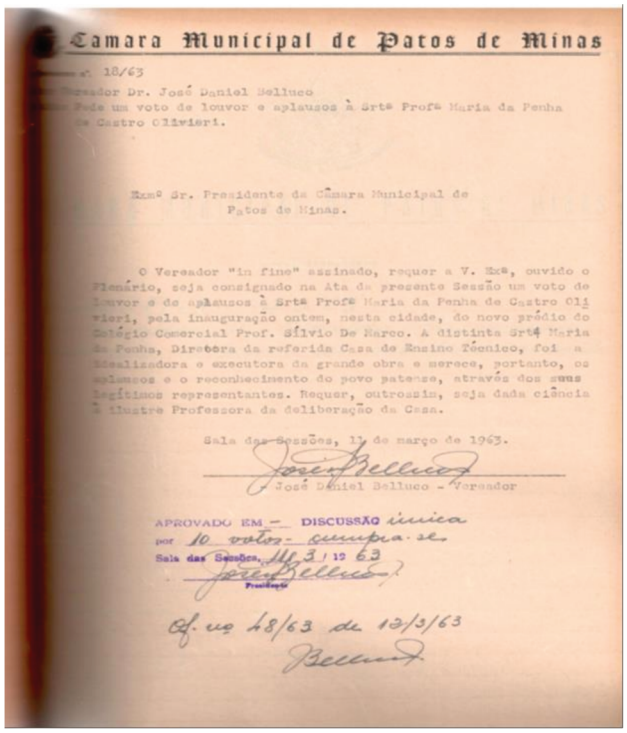
adquirirem formação profissional, estariam aptos a buscarem a qualificação superior, já que o colégio certificava em nível de segundo grau.

Tal assertiva encontra respaldo devido ao fato do colégio ser um educandário privado e com uma estrutura para além da profissionalização dos alunos, capacitar também para o ingresso no ensino superior. Isso mostra mais uma vez que as reformas educacionais privilegiaram de certa forma o educando que tinha possibilidades de pagar pelos seus estudos nas escolas particulares que começavam a tomar força no país já na década de 1950.

Outro ponto importante a destacar é que o Colégio Tiradentes da Polícia Militar se apossou do prédio do colégio da Penha em 1986, o que na verdade ocasionou a matéria jornalística em questão, colocando fim a uma história de profissionalismo e profissionalizante de muitos atores que ali tiveram a oportunidade de adentrar no período em que o colégio da Penha funcionou (1955-1985). No capítulo que versará sobre o Colégio Polivalente, notaremos que o mesmo encerra suas atividades na cidade de Patos de Minas e que o Colégio Tiradentes da polícia militar também vai se apossar das dependências dos prédios ali existentes, colocando fim no funcionamento de um educandário que foi voltado durante um período (1971- 2019), além do despertar de vocações profissionalizantes, também a partir de 1986 de formação politécnica e profissionalizante em nível de segundo grau.

A câmara de vereadores da cidade de Patos de Minas homenageou a fundadora do Colégio Comercial Sílvio de Marcos, a professora Maria da Penha de Castro Olivieri em 1963 pela inauguração do novo prédio conforme documento abaixo:

Figura 2 - Homenagem a Maria da Penha de Castro Olivieri



Câmara Municipal de Patos de Minas

nº 18/63

Vereador Dr. José Daniel Belluco

Pede um voto de louvor e aplausos à Srtª Profª Maria da Penha de Castro Olivieri.

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas.

O Vereador "in fine" assinado, requer a V. Exª, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente Sessão um voto de louvor e de aplausos à Srtª Profª Maria da Penha de Castro Olivieri, pela inauguração ontem, nesta cidade, do novo prédio do Colégio Comercial Prof. Sílvio De Marco. A distinta Srtª Maria da Penha, Diretora da referida Casa de Ensino Técnico, foi a idealizadora e executora da grande obra e merece, portanto, os aplausos e o reconhecimento do povo patense, através dos seus legítimos representantes. Requer, outrossim, seja dada ciência à ilustre Professora da deliberação da Casa.

Sala das Sessões, 12 de março de 1963.

José Daniel Belluco - Vereador

APROVADO EM — DISCUSSÃO única

por 10 votos - cumpra-se

Sala das Sessões, 14/3/963

Presidente

Of. nº 48/63 de 12/3/63

Belluco

Fonte: acervo particular do professor Altamir Fernandes de Sousa.

Se na cidade de Patos de Minas a sociedade patense enalteceu a criação de um colégio Técnico Comercial profissionalizante de natureza privada, na cidade de Ituiutaba, além dos colégios comerciais privados, a sociedade foi privilegiada, em 1966 com a criação do colégio comercial só que de natureza pública. De acordo com Silva et al. (2019, p. 85):

> Na pesquisa se verificou que o colégio teve papel importante na educação profissional dos jovens da cidade e região. Afinal, até então, exceto pelo Colégio Comercial de Ituiutaba, anexo ao Educandário Ituiutabano, não havia outros estabelecimentos de ensino gratuitos com a oferta de cursos profissionalizantes.

O que ocorreu de fato no país foi o ingresso de uma classe mediana nos ensinos profissionalizantes para logo a seguir ingressarem em uma universidade, já que grande parte dos cursos profissionalizantes pagos dispunha de uma bolsa de estudos.

Em relação aos alunos oriundos das classes mais pobres, esses não conseguiam realizar o sonho universitário, pois, na maioria das vezes a remuneração recebida pelas atividades laborais era de vital importância para a sobrevivência da família e na verdade não dispunham de tempo para frequentarem os estudos. A história de Patos de Minas e Ituiutaba está no contexto da historiografia da educação profissionalizante no Brasil e de uma forma ou de outra é a história de grande maioria dos Municípios e Estados da federação em relação a

educação profissionalizante. De acordo com Silva et al. (2019, p. 87), *os cursos profissionais eram noturnos e atendiam, portanto, aquela parcela de alunos que não podia estudar durante o dia, ou seja, os jovens trabalhadores.*

Nos próximos itens veremos que com as reformas educacionais de 1961 através da lei 4.024 e de 1971 com a promulgação da lei 5.692, o ensino profissionalizante de segundo grau e a criação dos colégios Polivalentes com aspectos vocacionais vão se tornar uma realidade no contexto do militarismo no Brasil.

1.5 Educação de Massa e Educação Superior

A partir de 1961, com a lei 4024, os aspectos educacionais vão precisar ser mais bem compreendidos devido à dependência tecnológica e financeira do país em relação às grandes nações estrangeiras, diga-se, principalmente dos Estados Unidos da América. A proposta de que as famílias poderiam escolher a forma de educar os seus filhos venceu a "batalha" entre escola pública e escola privada.

O Artigo. 5º da Lei 4024/1961, garantiu a vitória de cunho liberal em relação à exclusividade do Estado em fornecer educação. Deste momento em diante, as escolas privadas ganhavam certa autonomia e também poderiam ministrar os programas educacionais do sistema de ensino nacional, desde que obedecessem às diretrizes governamentais. Para Romanelli (1980, p. 182):

> Quanto à questão fundamental, levantadas pelos vários anteprojetos propostos, ou seja, a da "liberdade de ensino", a lei 4024 não mudou substancialmente a orientação do substitutivo Lacerda. Em essência permaneceram, como fundamentos da lei, os "direitos da família" e a igualdade de direitos para a escola privada, em relação à escola pública, tanto no que se refere à representatividade nos órgãos de direção de ensino, quanto no que se refere aos recursos para educação.

A lei aduz que: "São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados." As famílias poderiam buscar no ensino privado a educação de seus filhos. A crítica aqui é que esse ensino privado seria oriundo de recursos públicos, o que de certa forma passa a ser mais uma vez um fator de geração de desigualdade social.

As famílias que colocam seus filhos nas escolas privadas são famílias que podem pagar pelo ensino e será uma afronta àqueles que, além de verem seus filhos em escolas

públicas, sustentarem de alguma forma os filhos dessa elite nas escolas privadas, já que o dinheiro que as mantém sai da esfera pública. Nesse sentido, Romanelli (1980, pp. 182, 183):

> O mais chocante era o que continha o art. 95 letras "a" e "c":
> Art. 95. A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:
> a) subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;
> c) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, (grifo nosso) para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor.
> Para um país, que não tinha recursos para estender sua rede oficial de ensino, de forma que atingisse toda a população em idade escolar e que, por isso mesmo, marginalizava quase 50%, dessa população, na época, era realmente um absurdo o que acabava de ser votado e sancionado. Absurdo, sim, em termos de justiça social, embora, perfeitamente adequado à ordem social vigente e a composição das forças no poder. Na verdade, essa retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, essa proteção a camada social, que podia pagar educação à custa das camadas que não podiam, só é compreensível dentro do quadro geral da organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos no legislativo.

Também essa lei serviu como suporte ideológico para as proposições desenvolvimentistas a partir do governo de João Goulart (1961-1964). Depois de muita discussão e jogo político, tanto na seara educacional quanto política, foi publicada em 17 de dezembro de 1961, no Diário Oficial da União (DOU), a Lei 4024/1961, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E, já fica a pergunta: qual a importância de tal legislação para o ensino técnico profissionalizante? É o que passaremos a tentar elucidar.

A Lei vai trazer um capítulo sobre o ensino técnico, dentro do Título VII, que versa sobre a Educação em Grau Médio:

> CAPÍTULO III
> Do Ensino Técnico
> Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:
> a) industrial;
> b) agrícola;
> c) comercial.
> Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.
> Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.
> Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

> § 1º As duas últimas séries do 1° ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginasial secundário, sendo uma optativa.
> § 2º O 2° ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.
> § 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.
> § 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.
> § 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.
> Art. 50. Os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria, VETADO
> Parágrafo único. Será permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.
> Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.
> § 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos.
> § 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.

Podemos ver que a necessidade, nas décadas de 1950 e 1960, era a formação de profissionais qualificados para atenderem as expectativas do mercado industrial. O eixo latifundiário de mão de obra ruralista, vamos dizer em outras palavras, *a produção café com leite*, nesse período, gradativamente foi ganhando concorrência nos espaços das fábricas e indústrias.

Por isso, a necessidade de mão de obra qualificada oriunda de um sistema educacional que visasse à profissionalização desse trabalhador e sua alfabetização. Como já vimos, algumas leis nesse período visavam dar uma qualificação maior ao aluno que advinha dos cursos técnicos e profissionalizantes. É o caso das leis 1.079/1950 e 1.821/1953 que davam condições, mediante exames, ao ingresso no curso superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 vai dar o mesmo suporte ao aluno oriundo dos cursos profissionalizantes de ingressar no mundo universitário. Mediante exames e que uma vez aprovados, ainda teriam que passar por exames de ingresso no nível universitário que nem sempre condizia com a realidade do estudante, pois as vagas eram poucas para um batalhão de classificados.

Nessa época, o exame vestibular tinha como base tão somente a média exigida para classificação. O que se tornava frustrante para muitos. Eram classificados, mas não havia a tão sonhada vaga na universidade. Esse período ficou conhecido como a crise dos excedentes. Foi nesse diapasão que o ensino universitário não consegue oferecer o número de vagas suficientes aos estudantes e, com isso, gerou uma série de manifestações e protestos dos estudantes querendo mais vagas no ensino superior. Mas, quem se manifestava por vagas nas universidades, afinal de contas? Os filhos dos operários ou os filhos das classes médias? Na visão de Werebe (1994, p.71):

> Embora o ensino profissional fosse em geral encarado como um ensino destinado aos filhos dos operários, nos anos 60 algumas escolas técnicas de bom nível foram criadas e, por isso mesmo, tornaram-se seletivas, na medida em que jovens das classes médias as procuravam com o objetivo de posteriormente prosseguir os estudos superiores. Aliás, para esses jovens tais escolas pareciam mais interessantes do que os colégios secundários, pois permitiam qualificar-se para uma profissão e assim obter um emprego que poderia assegurar-lhes o financiamento dos estudos superiores.

A reforma universitária de 1968 advém do número insuficiente de vagas às demandas existentes no período. E, na visão da classe conservadora, a universidade deveria ser para quem tivesse condições de frequentá-la, ou seja, em outras palavras, os filhos das elites.

Enquanto isso o ensino secundário profissionalizante era destinado aos pobres e desvalidos economicamente. Foi nesse sentido que o então Ministro do Planejamento (1964/1967), Roberto de Oliveira Campos no governo de Castelo Branco, se manifestou da seguinte forma, de acordo com Poli (1999, p.74) "(...) É que, a educação secundária, num país subdesenvolvido, deve atender à educação de massa, enquanto que o ensino universitário, fatalmente, terá que continuar o ensino da elite".

Roberto de Oliveira Campos completa seu ponto de vista dizendo que:

> A educação secundária de tipo propriamente humanista devia, a meu ver, ser algo modificada através da inserção de elementos tecnológicos e práticos, baseados na presunção inevitável, de que apenas uma pequena minoria, filtrada no ensino secundário ascenderá à universidade; e, para a grande maioria, ter-se-á de considerar a escola secundária como sua formação final. Formação final, portanto, que deve ser muito mais carregada de elementos utilitários e práticos, com uma carga muito menor de humanismo do que é costumeiro, no nosso ensino secundário.

Roberto de Oliveira Campos foi um dos idealizadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e também do Banco Mundial. No Brasil, foi um dos idealizadores da

Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) e do Banco Central do Brasil, mostrando o cunho conservador elitista e que estava preocupado em garantir para as elites o ensino universitário e para os pobres o ensino profissional, reforçando mais uma vez o espírito dualista Elites/Massa.

E, com isso, buscava-se através de políticas educacionais, atender às expectativas do mercado produtivo industrial, procurando formar um batalhão de trabalhadores alfabetizados com um mínimo de conhecimento técnico e profissional. Com a reforma universitária, em 1968, abre-se caminho para a promulgação da Lei 5692/1971 que, de certa forma, busca no ensino de primeiro e segundo graus o seu termo final quando enfatiza o ensino profissionalizante para atender os anseios das indústrias e por mão de obra qualificada tecnicamente, deixando com isso o ensino universitário para quem tivesse condições financeiras para tal.

1.6 Uma sociedade em efervescência: Golpe Civil Militar de 1964

Para entender o Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, é necessário saber de que forma a sociedade como um todo participou de tal movimento. É necessário compreender que qualquer forma de luta por melhores condições de vida, principalmente aquelas que buscam a igualdade em todos os aspectos, são consideradas ao longo da história da humanidade como lutas subversivas contra a ordem estabelecida.

Nesse espaço é que se percebe que uma elite ou elites sempre estarão no poder de alguma forma e essas mesmas elites estabelecem as regras do jogo. Mantendo outras classes menos privilegiadas e até marginalizadas pelas políticas adotadas pelos donos do poder, afastadas de seus direitos mínimos fundamentais de sobrevivência, criando sempre um fosso social.

Nas proximidades do Golpe de 1964, houve um episódio anterior na América Central, precisamente no Caribe, que chamou a atenção dos Estados Unidos da América. Forças contrárias ao sistema capitalista americano tomam a Ilha de Cuba, na figura de Fidel Castro, revolucionário socialista afeito às ideias comunistas implantadas principalmente na União Soviética.

Tal ato se constitui na derrocada da influência capitalista dos EUA na Ilha de Cuba. Fidel Castro toma o poder em Cuba no ano de 1959 e se alinha com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Surgiu a partir desse episódio a “Guerra Fria” entre os Estados Unidos da América (USA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

(URSS) com foco na América latina, mais precisamente em Cuba. Uma guerra ideológica, beligerante e política entre o capitalismo e o socialismo. Com isso, os Estados Unidos, tentou manter a sua hegemonia[2] sobre os países demais países da América.

A possibilidade iminente de acontecer uma revolução socialista em outros pontos da América do Sul e América Latina fez com que os EUA agissem na tentativa de não deixar propagar a revolução socialista no continente. Para Germano (1994, p. 50):

> No nível externo, a revolução socialista de Cuba afetou o poder e o prestígio dos Estados Unidos no continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anticomunista na América Latina, que fez surgir os valores da Guerra Fria. Na verdade, a experiência cubana fascinou os oprimidos de vários países e os Estados Unidos empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outro ponto das Américas. Em consequência foi criado um programa de cooperação econômica, denominado "Aliança para o Progresso"; os exércitos continentais foram conclamados a travarem uma prolongada luta anti-subversiva e, em alguns casos, ocorreu uma intervenção inequívoca dos Estados Unidos em favor das forças antidemocráticas e golpistas como se verificou no Brasil, em São Domingos e no Chile.

E no Brasil, o discurso do governo de João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, em favor das reformas chamadas de reformas de base que incluíam os setores educacionais, fiscal, político e agrário contemplava as reformas tão necessárias para que a sociedade atingisse um patamar mais igualitário no tocante aos direitos e garantias fundamentais tão bem quistos ao cidadão marginalizado, para que pudesse também usufruir das políticas governamentais.

As reformas propostas por João Goulart desencadearam a ira das elites dominantes. Elites ainda com resquícios agrários muito fortes que dominavam os setores principais da economia no país através de sua influência nos setores de produção e na política de todo o país. Nesse momento, pode-se verificar que de um lado estarão as lideranças sindicais e dos partidos de esquerda tais como CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PCB (Partido Comunista Brasileiro e a FPM (Frente de Mobilização Popular), formando a

---

[2] Antônio Gramsci (1891 -1937). O conceito de hegemonia se apresenta como inovador. Ele mostra os processos pelos quais uma classe pode exercer domínio sobre as outras: estabelecendo a superioridade mediante o consenso, transformando a ideologia de um grupo num conjunto de verdades que se acredita válido para toda a sociedade. Para Gramsci, a hegemonia significa, em parte, que uma classe ou uma aliança de classes, conseguiu transcender os seus próprios interesses corporativos estritos e incorporou pelo menos alguns dos interesses das classes subalternas. De tal forma que parece representar os interesses da sociedade como um todo. Isto marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da superestrutura. Segundo Gramsci, as classes podem ser os atores principais da história humana, mas para agirem de modo consciente elas precisam de Partidos. (ANGELI, 2012 p.131)

Frente Única de Mobilização, a ala progressista da Igreja Católica e juntamente com o próprio governo um de seus mais influentes Ministros, Darcy Ribeiro.

De outro lado, os setores elitistas da sociedade que viam nas reformas a perda de certa autonomia e poder, junto com forças militares conservadoras, além da ala conservadora da Igreja Católica Apostólica Romana que teve um papel fundamental ao conclamar o povo para marcha da Família com Deus.

Inicia-se com isso um contramovimento liderado pela ala conservadora da Igreja Católica, que idealizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, juntamente com as Forças Armadas que, no dia do comício de João Goulart, enviam cerca de três mil soldados para vigiar cerca de duzentas mil pessoas e finalmente a elite conservadora que alia as propaladas reformas de base de João Goulart aos ideais comunistas. Com isso, duas semanas depois do comício na central do Brasil, no Rio de janeiro, cai o presidente da república João Goulart.

Depois dos fatos ocorridos, no dia primeiro de abril de 1964, inicia-se o período militar oriundo de um golpe, civil-militar. Isso de acordo com as pesquisas e estudos realizados pelos historiadores e críticos do período em questão.

A perseguição a João Goulart remonta a fatos anteriores ao seu governo. Ainda no governo de Getúlio Vargas, 1954, momento em que era Ministro do Trabalho, já sofria forte pressão dos militares por aumentos salariais justificados pela categoria como desprestígio das Forças Armadas frente ao governo e somando-se com isso a possibilidade de aproximação do comunismo em solo brasileiro, segundo a crítica dos militares da época.

João Goulart vai atingir o jogo de interesses das classes conservadoras elitistas juntamente com a ala conservadora da Igreja Católica, ao propor as reformas de base ameaçando com isso seus privilégios, podemos dizer que o golpe foi civil militar. Para Germano (1994, p.51):

> Um dos mais importantes representantes da Igreja Católica no combate ao comunismo e na defesa da propriedade privada foi o arcebispo de Diamantina-MG, D. Geraldo de Proença Sigaud. Suas ideias revelam traços essenciais do pensamento reacionário em nosso país, e, ao mesmo tempo, dão conta do combate intransigente que amplos setores da igreja, aliados a grupos latifundiários, travavam contra a reforma agrária. Assim, conforme D. Sigaud (1962:5 ss.) "o comunismo é uma seita internacional" que visa "instaurar o reino de satanás nesse mundo", destruindo a sociedade humana baseada na lei de Deus e no evangelho". Com efeito "quem inventou este regime foi satanás, que sabe que o melhor meio de levar os homens à perdição eterna é fazê-los rebelarem-se contra a ordem constituída por Deus". Nesta linha de raciocínio, D. Signaud, considera que, "para a seita comunista, o homem é um simples animal; embora mais evoluído do que o

> boi e o macaco, não passa de um animal, a família vale tanto como um casal de bichos. "Por isso o comunismo ensina a dissolver as famílias, a violentar as mulheres dos povos que não são comunistas..."

Com esse discurso, a Igreja Católica através de seus membros conservadores adentrou aos lares das famílias brasileiras, opondo-se de forma veemente às considerações da justiça social que os menos privilegiados desse país lutavam. O referido D. Sigaud ainda se prontifica a defender os interesses dos latifundiários e propalar as desigualdades sociais como vontade de Deus e ser defensor da meritocracia. Germano (1994, p. 51):

> D. Signaud, faz uma contundente defesa da desigualdade social. Desse modo, afirma que na "civilização cristã" as classes sociais são permeáveis; ou seja, a pessoa pertence à classe em que nasceu, mas, pode-se elevar a outra se tiver um mérito saliente. Bem como pode decair em razão de seu mau procedimento. O comunismo ao contrário "quer uma sociedade sem classes, em que todos sejam iguais, no que contraria o princípio natural da hereditariedade e as exigências da justiça" (...), desse modo, se "todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e do direito dos filhos de herdar dos pais. A boa sociedade católica é humana e desigual, hierarquizada". Em decorrência "a igreja condena toda reforma agrária que não respeite como sagrado o direito de propriedade, seja do grande fazendeiro, como do pequeno sitiante".

A força ideológica conservadora da Igreja Católica foi fator bastante considerável na luta das elites conservadoras contra os anseios das classes menos favorecidas que lutavam por melhores condições de vida e igualdade social.

Em contrapartida, a ala progressista da Igreja Católica e parte da sociedade brasileira se mobilizavam em favor das reformas de base através de uma luta ideológica e participação política que já se figurava como luta pelas questões sociais e melhores condições de igualdades na sociedade por todas as classes sociais e o capital que não queria perder a hegemonia do poder econômico e político representado pelos grandes proprietários industriários e latifundiários. Germano (1994, p. 50) assim descreve essa luta:

> As mobilizações populares em favor de reformas na estrutura da sociedade brasileira intensificaram-se e o conflito entre capital e trabalho acentuou-se, agravando a crise de direção política do Estado. Assim sendo, no nível interno, o acirramento das lutas de classes foi notório, uma vez que a sociedade civil tornou-se mais ativa diante da ampliação da participação política e da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Outros setores da sociedade também se organizaram e participaram ativamente das mobilizações em favor das Reformas de Base, como os estudantes e os militares subalternos (sargentos, marinheiros etc.). (...) enquanto uma parcela dos estudantes universitários, através da UNE (União Nacional dos Estudantes) engajou-se na luta pela organização da cultura com vistas a uma transformação estrutural da sociedade brasileira. Greves, mobilizações,

> assembleias, crescimento de organizações sindicais, surgimento das ligas camponesas e dos Sindicatos Rurais faziam parte do contexto político da época.

O que o historiador não pode distanciar de sua visão é que houve um golpe de estado por parte de forças contrárias ao governo e que os militares assumiram o poder e ditaram os *anos de chumbo* para a sociedade brasileira durante 21 anos com repressões e suprimentos dos direitos e garantias fundamentais. A discussão seria, então, no tocante de saber se o regime foi um regime ditatorial ou autoritário.

Segundo Germano (1994, p.24): "Configurado dessa maneira, alguns autores qualificam o Estado brasileiro desse período como autoritário e outros atribuem-lhe uma forma ditatorial." A ditadura em si, para muitos se inicia de forma intensa depois do ato adicional número cinco, AI-5 em 1968. O ato institucional número cinco ao contrário dos demais não teve um tempo determinado de validade. Na verdade, a sua duração era o quanto durasse algum tipo de subversão à ordem estabelecida pelo regime militar. Germano (1994, p. 65-66):

> Em menos de 24 horas, no dia 13 de dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional Nº 5 (AI5), numa clara indicação de que a "linha dura" havia batido os "subornistas-castelistas, na luta pelo poder. A partir daí, evidencia-se uma ditadura com "D" maiúsculo. Os "escrúpulos de consciência" foram "mandados às favas", conforme a famosa frase do coronel Jarbas Passarinho, futuro ministro da educação do Governo do General Médici. Com o AI5, o Estado de Segurança Nacional assumia a sua forma mais acabada. O Estado estava circunscrito ao poder Executivo que incorporava o poder de legislar- em todas as matérias- e de impedir o funcionamento do judiciário. (...) Em tal contexto, todas as pessoas foram transformadas em inimigos potenciais do Estado.

As reformas de base propostas pelo Governo João Goulart assustaram as elites burguesas, a ala conservadora da Igreja Católica, a classe média e os militares conservadores. Segundo Germano (1994, p. 51), "através de seus partidos políticos, notadamente a UDN e o PSD (Partido Social Democrático), as classes dominantes tentam minar, no congresso, as denominadas reformas de base". O que culmina com manifestações por todo o país e consequentemente a concretização do Golpe de 1964.

O regime militar apropriou-se da educação como forma de alcançar mais rapidamente seus objetivos. Uma ditadura visa sempre mudar as formas de pensamentos ideológicos anteriores provocando uma ruptura no modo de pensar de uma sociedade. E foi o que os militares se esforçaram por fazer. O Brasil viveu um período populista de 1930 a 1964 e com isso a educação vivenciou a construção do modo de pensar no país. Os militares se

debruçaram em várias reformas na educação brasileira, visando sempre a tentativa de atender ao mercado e ao capitalismo americano.

Com a reforma Universitária de 1968, o então Ministro Jarbas Passarinho, mudou o sistema de classificação para o ingresso nas universidades. Se antes bastasse atingir a média para ser aprovado e, na grande maioria dos casos o educando atingia a nota de classificação, mas, não havia vagas, com a reforma as vagas disponíveis seriam tão apenas para aqueles que conseguissem notas maiores nas provas vestibulares e fossem aprovados de acordo com a classificação por nota.

Além disso, a reforma terminou com o sistema de cátedras e introduziu o sistema de departamentos nas Universidades. Interessante que esse último ato já foi uma reinvindicação do movimento estudantil. Também foi editado o decreto 477/1969 que permitia a prisão de professores e alunos que fossem considerados subversivos. Segundo Vaz (2004, p.41):

> O exemplo mais expressivo da repressão política e ideológica a estudantes e á universidade Brasileira, foi o decreto-lei 477, de 1969, que obrigou alunos e professores, além de outras imposições, a não se envolverem em movimentos não autorizados pelo regime. Ou seja, qualquer movimento ou manifestação de caráter político, passa a ser considerada atividade subversiva, isto é, perigoso para a segurança nacional.

Em meados da década de 1980, o próprio criador desse decreto o reconhece como um decreto-lei draconiano e muito duro que foi aplicado em demasia naquele momento. A reforma 5692 de 1971 torna o ensino profissionalizante para os estudantes mais pobres em detrimento do propedêutico que era alcançado pelas classes privilegiadas, apesar do discurso de uma educação geral profissionalizante para todos (parecer 76/75). Os militares se esforçaram em introduzir no país escolas profissionalizantes que pudessem atender as demandas dos setores produtivos do país (parecer 45/72), lei 7.044/1982 e parecer 618/1982. As criações dos Ginásios Polivalentes se evidenciaram nessa política militarista. O financiamento de tal projeto custou aos cofres brasileiros quantias vultosas que seriam pagas em dólares americanos. Nos próximos capítulos veremos se tal empreitada do governo militar teve sucesso ou teve que conviver com o fracasso.

O maior instrumento de doutrinação do regime militar foi, sem dúvida, a educação escolar, juntamente com a criação dos conselhos comunitários rurais. Introduziram no currículo as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social Política Brasileira (OSPB), a partir de 1969. Germano (1994, p. 134) afirma que:

> Entretanto, ao lado de medidas repressivas, foi instituído, em todos os graus escolares, um ensino propagandístico da "ideologia da Segurança Nacional" e dos efeitos da "Revolução" de 1964, com vistas à obtenção de alguma forma de consenso e de legitimação. Isso ocorreu com a institucionalização da "Educação Moral e Cívica" e seu prolongamento para o ensino superior (inclusive a pós-graduação), com a denominação de "Estudos de Problemas Brasileiros", que, segundo estabelece o Decreto-lei 869/69, assinada pela junta Militar, tornaram-se disciplinas obrigatórias.

Nesse período de Ditadura Militar, as aulas de Educação Física se tornaram uma cópia do ensino americano, inclusive com os esportes praticados. As aulas de Educação Física tinham aulas de basquetebol, handebol, vôlei e atletismo. Mostrando que a educação no Brasil estaria copiando o modelo americano de formação para o trabalho. A frase *"Mens sana in corpore sano"* é uma famosa citação latina, derivada da Sátira X do poeta romano Juvenal, que foi implantada de forma "invisível" na educação militar que se fez ecoar nos educandários de Patos de Minas e de todo o País.

1.7 Premem, Ipea, Epem e Mec/Usaid: Uma nova abordagem profissionalizante

É necessário buscar o entendimento desse período militar brasileiro em relação à educação, para que possamos ver que a mesma foi apropriada pelo capitalismo e suas necessidades. A escola deve como um todo atender as necessidades educacionais, visando sempre à formação do cidadão em todos os seus aspectos cognitivos e humanos. No período militar, o Brasil fez uma aliança mais contundente com o capital estrangeiro, mais fortemente com o capitalismo americano.

Ora, é visto constantemente pela historiografia que os Estados Unidos da América sempre impuseram uma série de restrições às economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento que aceitam serem submissas aos norte-americanos nos aspectos econômicos através de instituições voltadas ao lucro e equilíbrio fiscal, financeiro e econômico dentre as quais estão o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Consenso de Washington. Na verdade, essas, alianças sempre vêm acompanhadas por uma série de restrições econômicas que visam principalmente combater a distribuição de rendas e dificultar a implantação de políticas públicas por parte do Estado.

No modelo econômico americano, o estado deverá interferir minimamente nas relações econômicas dando livre iniciativa ao próprio mercado. Para se implantar o modelo americano no Brasil militarizado nas décadas de 1960 e 1970 se fez necessário buscar além das restrições econômicas e sociais impostas, um meio de propagação que atendessem aos

interesses empresarial, comercial e agrário (agronegócio). E, foi nesse sentido que o Brasil, através do governo militar, lançou mãos na educação como modelo profissionalizante que pudesse atender às demandas do mercado capitalista. Para Lima (2018, p.52):

> Nesta perspectiva, a sociedade foi se estabelecendo em uma visão global do mundo do trabalho enquanto a educação compulsoriamente ia se tornando fundamental para a promoção das atividades capitalistas, uma vez que a instrução se torna essencial para as práticas profissionais. O período da ditadura civil-militar tornou mais visível a influência dos Estados Unidos no que diz respeito às formas de controle no reforço dos meios de produção capitalistas; era preciso que o mercado se preparasse para receber trabalhadores técnicos capacitados para a produção industrial na execução das diferentes tarefas presentes no setor industrial.

Fato é que foram criados alguns órgãos tecnocratas que iriam gerir a questão educacional profissionalizante. Dentre eles e de suma importância para se entender o investimento por parte do governo em uma educação qualificativa, destacou-se o PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio).

A criação do PREMEM, se deu em 26 de dezembro de 1968, através do Decreto 63.914. Após a promulgação da Lei 5.692 em 1971(Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a sigla PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), foi modificada para PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino) através do Decreto 70.067 de janeiro de 1972, para melhor se adequar às reformas do ensino da LDB vigente naquele momento. Apesar disso, alguns autores continuaram a utilizar a sigla PREMEM e outros PREMEN, como é o caso de Arapiraca (1982).

A criação do PREMEM, se deve ao fato de que o capitalismo americano estava prestes a investir quantias vultosas na economia brasileira no setor educacional e queria a contra partida de que seria garantida através da educação uma mão de obra qualificada para atender as expectativas do mercado, além das garantias de que seria implantado em solo brasileiro um projeto nacional desenvolvimentista voltado para o progresso. Em verdade, um projeto de poder imperialista. Em matéria publicada pelo *jornal dos municípios* da cidade de Patos de Minas, em 06 de fevereiro de 1972, a mesma se refere à mudança de nomenclatura em seu termo final devido à reforma do ensino determinada pela lei 5.692/1971:

Figura 3 - PREMEM muda nomenclatura para PREMEN

«Jornal dos Municípios» 06-02-72

PREMEM muda de nome

O Presidente da República assinou decreto no dia 26 de janeiro mudando o nome do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio — PREMEM para Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN (com N no fim).

O objetivo foi atualizar a sigla PREMEM em virtude da Reforma de Ensino determinada pela Lei 5.692, que instituiu o ensino de 1° e 2° Graus.

O principal objetivo do PREMEN é oferecer uma educação de alta qualidade, sendo que o seu programa de implantação e organização das Escolas Polivalentes é a experiência pioneira da Reforma de Ensino.

DIRETOR ENTREVISTADO EM BH

O Diretor da Escola Polivalente de Patos de Minas, Professor Jacinto Guerra, foi entrevistado na Faculdade de Educação da UFMG, em Belo Horizonte, no Curso de Treinamento do Pessoal Técnico-Administrativo do PREMEN, coordenado pelo Professor Dircen Braz Fonseca. O objetivo da entrevista foi comunicar a experiência do PREMEN em Patos de Minas aos novos diretores da 2ª etapa.

A entrevista realizada durante a aula do Professor João Pacheco, contou com a presença dos diretores que vão administrar as Escolas Polivalentes da 2ª etapa nas cidades de Alfenas, Araguari, Barbacena, Belo Horizonte, Caratinga, Cataguazes, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Lavras, Manhuaçu, Nanuque, Ouro Preto, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Timóteo, Ubá, Pirapora e Varginha.

Fonte: Hemeroteca da Escola Profa. Elza Carneiro Franco.

Além disso, o PREMEN foi o responsável pela implantação das Escolas Polivalentes. A partir daí as negociações entre os dois governos se intensificaram, de um lado o Brasil, através do MEC (Ministério da Educação e Cultura), do IPEA (Instituto de Pesquisas Sociais e Econômicas Aplicadas) e EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) e do outro os Estados Unidos da América através da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O EPEM era composto de tecnocratas brasileiros e americanos. De acordo com Resende (2011, p.52), a partir de 1972, a EPEM foi incorporada ao PREMEN, ficando vinculada ao MEC e perdendo, assim, sua autonomia.

Segundo Pinheiro (1993, p. 132):

> Além das estratégias mais emergenciais voltadas para a solução de problemas a curto prazo, foram intensificados os acordos de cooperação técnica com a United States Agency for Internacional Development - USAID, criada em 1961 pelo governo norte-americano, como parte do aparato voltado para a manutenção e reprodução da hegemonia dos Estados Unidos nos países terceiro mundo sob a órbita de influência desse país. Os "Acordos MEC-USAID" visavam à cooperação técnica e à assistência financeira – já então vislumbrando o futuro a médio e longo prazo ao processo de adequação do sistema educacional à nova realidade econômica, política, social e cultural em delineamento, através das várias instâncias de planejamento então em operação da implantação consequente do modelo decorrente.

É bom saber que foi a partir da década de 1960 que os americanos vão intensificar e implantar no Brasil seus ideários capitalistas através do sistema educacional brasileiro com traços ideológicos americanizados. E, o interesse maior, foi o de criar mercados consumidores.

Na década de 1960, a USAID, através de acordos com o MEC, fará empréstimos milionários ao governo brasileiro, afim de que a educação seja a mola mestra da Aliança para o progresso tão bem difundido pelos Estados Unidos em países subdesenvolvidos na América Latina e do Sul. Em relação à Aliança para o progresso e a política de boa vizinhança, Arapiraca (1982, p. 13):

> A implantação da política da *boa vizinhança* e o movimento desenvolvimentista da Aliança para o Progresso nos pareceram uma tentativa de utilização dos aparelhos superestruturais da sociedade latino-americana e a brasileira em particular, para a conquista *pacífica* de novos parceiros periféricos, principalmente no campo econômico. Neste sentido, o segmento educativo não só exerceu o papel de legitimador do *status quo* como também propiciou a implementação de novo *estudo industrial*, fornecendo-lhe a mão de obra abundante necessária e suficiente "educada".

Às vezes povoa a imaginação de parte da sociedade que os Estados Unidos da América fizeram investimentos no Brasil a nível educacional na época da ditadura militar, através da USAID de forma benevolente e solidária. Ledo engano. O que os americanos propuseram foram empréstimos ao Brasil, através dos acordos com o projeto MEC-USAID, como ficou conhecido. As exigências para tais empréstimos foram severas e a uma taxa de juros elevadas. Afinal de contas, estamos falando do país que mais representa o capitalismo no mundo. Não iria dar nada de graça.

Além dos contratos de garantias para recebimento posterior dos empréstimos, também colocaram uma série de fatores e exigências que o Brasil deveria atender para que o dinheiro fosse liberado. Ou seja, além de emprestar o dinheiro, queriam comandar as ações na área educacional. Silva (1984, p.114) analisando uma das cartas da USAID ao governo brasileiro:

> A USAID, em uma carta enviada aos ministros Hélio Beltrão (Planejamento), Delfim Neto (Fazenda) e Tarso Dutra (Educação), no dia 15 de agosto de 1968, confirma que o administrador da AID autorizou as negociações. O empréstimo seria de U$32 milhões, a ser amortizado em 40 anos, com carência de 10 anos e juros de 2% ao ano, durante o período de carência e de 2 ½% ao ano após esse período. As exigências ao MEC e governo brasileiro não são alteradas. (...) o item 7 dessa carta denuncia o caráter dessa ajuda, (...): "Todos os bens e serviços deverão ser de origem dos Estados Unidos". O item 9, por sua vez, mostra claramente a exigência de subordinação total do governo brasileiro aos ditames da USAID: "o empréstimo estará sujeito a quaisquer termos que a AID julgar apropriados". (WB,1968b)

A indagação começa a surgir quando pensamos a escola e a educação como o fator primordial que porá fim às desigualdades sociais. Deveria ser essa escola o modelo de educação que traria ao ser humano além do aprendizado, das relações para o trabalho, também os princípios de solidariedade e convivência pacífica nos diversos espaços culturais que permeiam a sociedade e os povos.

Neste diapasão, veremos que os convênios firmados entre o MEC e a USAID, buscavam tão somente a reafirmação do capital e suas condições de acumulação primitiva. Nesse sentido, a escola faz muito mais um papel de exclusão social do que inclusão. Aproveitar da escola e da educação para qualificar a mão de obra tão necessária ao sistema capitalista naquele período, não faria da educação o princípio norteador das igualdades sociais. As empresas precisavam de um número determinado de trabalhadores qualificados e outro tanto que não necessariamente precisariam qualificar-se mediante frequência em um educandário profissionalizante, mas tão somente os conhecimentos básicos (leitura e escrita) para que pudessem manusear alguma ferramenta ou máquina.

Nesse sentido, Kuenzer (1991, p. 28):

> Considerando-se, conforme o anteriormente exposto, que o mercado de trabalho demanda um pequeno grupo de profissionais altamente qualificados, alguns técnicos e uma grande massa de trabalhadores desqualificados, adequar a proposta pedagógica da escola a esta realidade significa legitimar seu caráter seletivo e excludente. Esta constatação se reforça ao se observar que o desenvolvimento do processo de simplificação do trabalho pelo avanço tecnológico nesta fase do capitalismo monopolista tende a reduzir cada vez mais a necessidade de profissionais com altos índices de escolaridade. Há, pois, que se contrapor a esta tendência, considerando que a apropriação do saber socialmente produzido, que inclui o saber sobre o trabalho, é um direito do trabalhador; a luta política que ora se desenvolve é para que a escola negue sua função de referendadora das desigualdades, e abra suas portas a toda população. (...). A adequação da oferta às necessidades do mercado é outra questão.

E, com isso, buscava através de políticas educacionais atender ao mercado produtivo industrial, formando com isso um batalhão de trabalhadores alfabetizados e com um mínimo de conhecimento técnico e profissional. Com a economia nos “trilhos” a partir de 1967, através da captação de recursos oriundos de fundos internacionais, o Brasil vai conhecer seu melhor momento nos setores produtivos. Um período que para muitos ficou conhecido como “o milagre econômico” [3] e que passaria a se preocupar com o investimento e retorno na área educacional.

---

3 Entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil viveu um expressivo crescimento econômico que contribuiu para o fortalecimento do regime militar. Chamado de "milagre econômico", esse crescimento esteve relacionado a

1.8 Escolaridade técnica profissional e a produção capitalista: a teoria do capital humano.

Vai surgir outra teoria nesse contexto que será chamada de teoria do capital humano[4], ou seja, o investimento na educação do indivíduo para que o mesmo responda positivamente por essa educação recebida e que também lhe dará a possibilidade de seu crescimento econômico.

Quanto maior o grau de qualificação, maior a renda do indivíduo. Em se tratando de educação, essa concepção vai ser utilizada na medida em que o aluno fosse sendo medido pela sua qualificação profissional oriunda do meio educacional. As políticas nos anos 1970 foram voltadas para o intuito de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho e as indústrias em expansão no país. Para Vaz (2004, p.48):

> Neste período a educação era considerada na ótica do capital humano, isto é, como fator direto para o crescimento industrial intensivo do país. Essa visão da educação repercute na sociedade em termos de crescimento econômico e nos indivíduos em termos de renda, através de uma maior qualificação para o mercado de trabalho. Durante o governo autoritário, em vez de uma preocupação predominante dos estudos em mostrar alterações quanto as barreiras sociais menos rígidas, típicas de uma ideologia democrática, a intenção era, sobretudo, mostrar a possibilidade de rendimentos oferecida pela educação. Ou seja, evidenciar os seus aspectos econômicos, típicas de uma ideologia desenvolvimentista. Por isso, nesse período há uma ênfase nos estudos econômicos da educação.

---

políticas econômicas do Governo Castelo Branco e suas repercussões nos anos seguintes. A economia brasileira cresceu cerca de 11,1% durante o período do milagre econômico. No início do período, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro estava em 9,8% ao ano, chegando a 14% em 1973. CORREA, Michelle Viviane Godinho, Milagre Econômico. 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/milagre-economico/>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

4 Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo "fator humano" na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um "valor econômico", numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros "fatores de produção" (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legitima a ideia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. MINTO Lalo Watanabe. Verbete elaborado.
Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teoria_%20do_capital_humano.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

É necessário procurar a fundamentação e o vínculo entre escolaridade e produção capitalista. Quando se debruça sobre os aspectos da educação profissionalizante, vemos que a mesma é vista como um termo de ascensão do indivíduo com seu crescimento no mundo capitalista. A escola passa a ter uma função de elevar o indivíduo socialmente, retirando-o da marginalidade, como destacaria Saviani (1999, p. 16) ao estudar a escolarização como fator de coesão e reforço dos laços sociais de acordo com a teoria do grupo não crítico da Educação:

> A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de seus membros o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida. A educação emerge aí como um instrumento de correção dessas distorções. Constitui, pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social. Sua função coincide, pois, no limite, com a superação do fenômeno da marginalidade. Enquanto esta ainda existe, devem se intensificar os esforços educativos; quando for superada, cumpre manter os serviços educativos num nível pelo menos suficiente para impedir o reaparecimento do problema da marginalidade. Como se vê no que respeita às relações entre educação e sociedade, concebe-se a educação com uma ampla margem de autonomia em face da sociedade. Tanto que lhe cabe um papel decisivo na conformação da sociedade evitando sua desagregação e, mais do que isso, garantindo a construção de uma sociedade igualitária.

E um dos meios utilizados foi a capacitação profissional do educando ou no mínimo vocacional. A partir dessa relação entre Escola e indivíduo, tendo como objetivo primordial sua ascensão econômica e social é que podemos elaborar um contexto em que o governo enxerga a Escola como fonte de produção de mão de obra para o mundo laboral necessária às indústrias, ao comércio e ao agronegócio e, por outro lado, o indivíduo que passa a ver a escola como possibilidade de ascensão socioeconômica.

Dentro da lógica capitalista, tal indivíduo na verdade será um mantenedor do sistema, pois na medida em que se qualifica e tem remunerações pela força de trabalho desprendida, também se torna um consumidor do mercado de bens, produtos e serviços. O raciocínio maior da teoria do capital humano então se traduz na medida em que o indivíduo busca na qualificação educacional da sua mão de obra traduzindo-os em ganhos de produtividade. (Silva et al. 2019, p. 84).

A crítica a tal teoria se dá quando se nota que o capitalismo é dinâmico e exige cada vez mais do indivíduo e suas capacidades. O que implica em dizer que o processo não é mecânico e automático. Devendo o indivíduo se aprimorar cada vez mais e dominar as técnicas laborais. Nesse sentido, podemos dizer que a Escola não trará ao indivíduo

crescimento econômico de forma geral, pois demandará de seu esforço e continuidade no aprendizado técnico-científico. Para Franco (1987, p. 76):

> O exemplo mais típico do mecanicismo que procura estabelecer um vínculo direto entre escolaridade e produção capitalista nos é fornecido pela teoria do capital humano. Para essa teoria é possível detectar altos coeficientes de correlação entre crescimento econômico, distribuição de renda e nível educacional. De acordo com os teóricos do capital humano, as diferenças na formação da renda pessoal e da produtividade são fruto do nível de educação adquirido pelo indivíduo. Quando aplicada à questão da pobreza, por exemplo, a teoria do capital humano simplesmente sugere que os pobres são pobres porque lhes faltam conhecimento e habilidades, isto é capital humano.

Em conformidade com o pensamento do autor acima, a maior riqueza do indivíduo passa a ser o conhecimento e suas habilidades técnicas. Essa somatória seria na verdade o capital do indivíduo. A crítica a esse pensamento é que na medida em que tal indivíduo vai desenvolvendo suas habilidades e conhecimentos ele vai se tornando um verdadeiro capitalista, pois aumenta consideravelmente sua renda e seus bens. Daí pode-se auferir que quem tem conhecimento e poder, domina também as ideias e as ideologias.

Ora, essa teoria em sua análise mais extremista nos diria então que qualquer pessoa nascida na pobreza extrema, através da escolarização profissional alcançaria a riqueza, o conhecimento e consequentemente o poder. Seria na verdade um capitalista possuidor do capital monetário, capital intelectual e detentor das ideias. Mas, na realidade não foi isso que ocorreu. Como já foi dito, o capitalismo é dinâmico em suas relações e ideações e na maioria dos casos acorrenta a alma e suga todo o suor e sangue do trabalhador, dando lhe tão somente uma condição de subsistência dentro do sistema.

O conhecimento técnico adquirido na Escola vai dar ao indivíduo uma oportunidade de adentrar o mundo laboral e se tornar um indivíduo não marginalizado ou marginalizado dentro do sistema de acordo com Saviani (1999, p. 34). É nesse sentido que a Escola foi apropriada como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e suas ramificações com o capitalismo. Ainda segundo Saviani, dois grupos de teóricos se fazem presentes. Um grupo crítico e outro não crítico em relação à verdadeira função da Educação apropriada pelo aparelho ideológico do Estado. De acordo com o pensamento crítico, para Saviani (1999, p. 34):

> Nesse contexto; como se coloca o problema da marginalidade? O fenômeno da marginalização se inscreve no próprio seio das relações de produção capitalista que se funda na expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas.

> Marginalizada é, pois, a classe trabalhadora. O AlE escolar, em lugar de instrumento de equalização social, constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses. Se as teorias do primeiro grupo (por isso elas bem merecem ser chamadas de não-críticas) desconhecem essas determinações objetivas e imaginam que a escola possa cumprir o papel de correção da marginalidade, isso se deve simplesmente ao fato de que aquelas teorias são ideológicas, isto é, dissimulam, para reproduzi-las, as condições de marginalidade em que vivem as camadas trabalhadoras.

1.9 A Lei 5692/1971 e suas implicações no sistema educacional profissionalizante.

Final da década de 1960 e início da década de 1970, a economia brasileira crescia em passos largos com uma média de 10% ao ano, causando uma crença entre os brasileiros que o país poderia se tornar uma potência econômica, apesar da repressão do Estado no tocante às liberdades e garantias fundamentais. O país viveria nesses tempos o que ficou conhecido como "milagre econômico". Foi nessa esteira que as mudanças em relação ao ensino de primeiro e segundo graus se tornariam a mola propulsora para o progresso, segundo a própria educação militar.

A dicotomia educação e trabalho entrariam em voga a todo vapor. Educar para o trabalho seria parte de maioria dos discursos políticos por parte dos governantes, que viam na educação uma forma de produzir mão de obra qualificada para o parque industrial crescente no país, apoiando-se na teoria do capital humano. Como já vimos, a reforma universitária de 1968 abriu caminho para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1971, que enfatizou naquele momento o ensino profissionalizante como um meio de produzir mão de obra para os setores da economia no País tais como a indústria, a agricultura e o comércio.

O Decreto-lei 5.692/1971 foi forjado em um curto espaço de tempo pelo governo militar. Para se ter uma ideia dos objetivos primordiais de tal empreitada, devemos lembrar que o projeto de lei foi aprovado por um grupo de trabalho escolhido pelo governo, de forma não democrática, já que o Congresso Nacional estava "fechado" de acordo com o Ato Institucional número 5 (AI5), depois de algumas emendas e ponderações.

Destarte, o povo não teve nenhuma representação na elaboração e aprovação de tal lei. Mais uma vez, reforça o caráter particular da reforma que procurava atender interesses do capital privado no país, nesse sentido podemos elencar dois pontos no Decreto-lei ora aprovado. Antes a obrigatoriedade do ensino era apenas o primário, ou seja, as quatro

primeiras séries e mesmo se o aluno tivesse condições de continuar os estudos deveria passar por exames de admissão, para alcançar o ginásio.

Com a nova lei, cria-se o ensino de primeiro grau com oito anos de obrigatoriedade e eliminam-se os exames de admissão. O outro ponto é a criação do segundo grau que vem substituir o ensino clássico/propedêutico e introduzir a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, com disciplinas elencadas pelos planos educacionais do governo militar. Mas, talvez um dos objetivos da reforma de 1971, será no tocante à estruturação do ensino de primeiro e segundo graus como fim de terminalidade[5] para que os alunos pudessem alcançar uma carreira profissional na crescente industrialização do país.

Uma vez que esses alunos estariam imbuídos de atingirem essa meta, o ensino universitário seria dedicado a quem de direito o conquistasse, ou seja, os alunos oriundos de cursos propedêuticos/ científicos, agora de segundo grau, que teriam tempo e recursos financeiros para adentrarem as universidades em concursos vestibulares, colocando um termo final no sonho de muitos alunos oriundos de classes marginalizadas de adentrarem as universidades e que não alcançariam média nos vestibulares para tal feito.

Com a lei 5692, a tendência foi voltar o olhar para as legislações educacionais, com o intuito de formar no aluno o espírito de cidadania e qualificação para o mundo do trabalho. Acreditava-se que pela profissionalização, o homem chegaria à totalidade da cidadania. Através dessa lei, a educação vai buscar na qualificação de mão-de-obra uma saída para as exigências da produção de maneira prática, ampla e barata.

O período de criação da referida lei, remonta o período do autoritarismo militar e a educação é dirigida com base na política militar e em função das relações econômicas externas. Principalmente as relações com os Estados Unidos da América e seu modo de financiamento da educação em países periféricos (USAID), com o intuito de conter os movimentos sociais em busca de igualdade de condições entre todos. Nessa perspectiva, reafirma-se o espírito dualista da educação no Brasil. Escolas secundárias para as elites e escolas profissionalizantes para o povo.

---

5 A terminalidade seria a característica de um curso (o médio no caso) de dar aos seus concluintes um benefício imediato que eles não colheriam se não tivessem concluído. No caso, seria a possibilidade de conseguir ocupações mais vantajosas que outras, dada em consequência do curso. A lei 5692/71 pretendia que o ensino médio tivesse a terminalidade como característica básica, manifestada através do ensino profissional. (CUNHA, 1977, p. 125).

Dessa forma é que a nova LDB/1971 foi promulgada. Para Kuenzer (1991, p. 9), a nova diretriz educacional não conseguiu atingir seus objetivos ditados na exposição de motivos nº 273 de 30 de março de 1971. Para a autora em questão:

> Em termos estruturais, a lei no 5.692/71 pretendeu romper com a dualidade, substituindo os antigos ramos propedêutico e profissionalizante por um sistema único – por onde todos passam independentemente de sua origem de classe – cuja finalidade é a qualificação para o trabalho através da habilitação profissional conferida pela escola. A terminalidade como norma no ensino de 2º grau define uma nova forma de relação entre educação e trabalho neste nível: o compromisso da escola com a formação profissional, independentemente da classe social a que pertence o aluno.

A autora vai elencar uma série de pontos que a reforma traria consigo. Na sua visão, muitos fatores de cunho estruturais fizeram com que do ponto de vista prático, a reforma não mudasse muita coisa em relação aos ditames educacionais anteriores. Dentre elas, podemos citar a falta de vontade política, as condições de desigualdade de acesso à Escola, falta de verbas por parte dos governantes, falta de profissionais qualificados dentre outras. Kuenzer (1991, p. 10) denuncia justamente esses aspectos, senão vejamos:

> Na verdade o que se pretendeu foi resolver no interior da escola, através da homogeneidade, a divisão entre trabalho intelectual e manual e as diferenças de classe que estão postas na sociedade, o que significa, no mínimo, ingenuidade. As condições desiguais de acesso à escola, aliadas a falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias à viabilização da nova proposta, à falta de professores qualificados, às dificuldades metodológicas de articulação entre teoria e prática e ao desinteresse do capital em ampliar e regulamentar as carreiras de nível técnico, acabaram por impedir a efetivação da proposta.

Corroborando com o pensamento da autora, Cunha (1977, p. 171-172) expõe claramente que a reforma educacional através do Decreto-lei 5.692/ 1971, não atendeu aos aspectos estruturais da educação até então professada no país. Para o referido autor:

> A elaboração da reforma do ensino médio não levou em conta a realidade objetiva de carência de recursos humanos e materiais das escolas, principalmente das escolas públicas. (...) não se levou em consideração o fato de grande número de escolas ter prédios adaptados, sem dispor sequer de instalações adequadas às disciplinas de educação geral, à recreação dos alunos, bibliotecas e laboratórios passiveis de utilização prática. Mesmo nos municípios das capitais, é comum encontrar professores do ensino médio sem titulação e /ou formação específicas.

Aproveitando que o ensino de segundo grau não estava descrito em lei federal ou estadual e nem no Decreto-lei 5692/71 como ensino gratuito, muitos estabelecimentos de

ensino público, visando aumentar os orçamentos disponíveis passaram a reivindicar uma taxa compulsória para a manutenção da caixa escolar e em relação às Escolas Polivalentes não foi diferente, senão vejamos:

> Quanto à gratuidade, a Escola Polivalente de Uberlândia não cobrava mensalidade, mas recebia contribuições voluntárias dos pais que possuíam uma condição financeira melhor. Essas contribuições iam para a Caixa Escolar e eram utilizadas para suprir as necessidades da escola e ainda ajudar as crianças que não tinham condições de adquirir uniforme ou material escolar. (RESENDE, 2011, p. 28).

Na verdade, segundo Cunha (1977, p. 171) foi a forma de a escola cobrar anuidade dos alunos, já que as subvenções por parte do governo não eram suficientes para cobrir as despesas.

Na esteira das desigualdades sociais, muitos estabelecimentos de ensino que mesmo antes da reforma educacional de 1971, utilizavam a máscara do ensino profissionalizante para oferecer ensino propedêutico, continuaram a oferecer o ensino regular propedêutico para formação dos filhos da burguesia no preparo dos mesmos para o vestibular e as escolas profissionalizantes continuaram a formar alunos nos seguimentos técnicos industrial, comercial e agropecuário.

Enfim, a reforma educacional não conseguiu equalizar nas escolas públicas de segundo grau a problemática entre ensino propedêutico/científico e ensino profissionalizante, principalmente devido à falta de estrutura e condições de precariedade, Kuenzer (1991, p.10), caracterizando-se por uma progressiva perda de qualidade.

Nos próximos capítulos vamos passar a estudar a implantação dos Ginásios Polivalentes com enfoque maior para o estado de Minas Gerais, principalmente Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde se situa a cidade de Patos de Minas e consequentemente o prédio do Ginásio Polivalente de Patos de Minas.

2 CONSTRUÇÃO DOS GINÁSIOS POLIVALENTES NO REGIME MILITAR; FORÇA PARA O TRABALHO?

> Entre 1960 e 1970 houve cerca de quinhentos acordos entre Brasil e EUA. Esses acordos eram firmados, ora entre a USAID e as unidades da federação brasileira, ora entre a USAID e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir deles foram feitas mudanças no sistema educacional brasileiro, com intervenções no ensino fundamental, secundário e superior, no ensino técnico profissionalizante e na alfabetização de adultos. Essas intervenções incluíram construção de prédios, compra de mobiliários, treinamento de professores e técnicos, concessão de bolsas de estudo e outros. O convênio assinado em 1965, entre MEC e USAID, foi o primeiro dos que deram origem à reforma do ensino médio no Brasil. Foram esses convênios de reforma do ensino médio que deram origem ao projeto dos GPEs. Em 1966, num termo aditivo "[...] aparece pela primeira vez entre seus objetivos, o de elaborar planos específicos para melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior. Envolve, igualmente, assessoria americana e treinamento brasileiro" (ROMANELLI, 2003, p.213). Essa assessoria aparece em vários aditivos, tornando-se permanente, como no caso da criação da Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). A EPEM inicial tinha oito pessoas, sendo quatro norte-americanos e quatro brasileiros, mas modificou-se e dela participaram outras pessoas, norte-americanas e brasileiras. Seus objetivos eram planificar o ensino primário e médio. Vários estados brasileiros foram assessorados pela EPEM durante dois anos. Nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, além do assessoramento, foram implantadas EPEMs locais. BITTENCOUT JÚNIOR (2008, p. 14).

A citação acima só vem corroborar com o pensamento de que os Estados Unidos tinham muito interesse nas questões educacionais brasileiras. Como cita o autor, foram mais de quinhentos acordos entre a USAID e o governo brasileiro na tentativa de se construir um ensino voltado para a formação de trabalhadores para suprir os cargos na área laboral ofertados pelas indústrias, pelo agronegócio e pelo comércio. Nestas questões, o governo brasileiro em comum acordo com o capital americano tentou através da educação a efetividade desses projetos.

2.1 O Modelo das Escolas Polivalentes Implantadas no Brasil: influência das High-Schools Americanas.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, o Brasil passava por transformações nos campos educacional, político e econômico, enfim, por toda a sociedade. O país crescia devido à política de endividamento por empréstimos vultosos e acordos com os EUA em todos os segmentos da sociedade.

Com o crescimento econômico veio a necessidade de ter mão de obra qualificada que atendesse à crescente industrialização do país. Com taxas expressivas de analfabetismo, evasão escolar, repetência, desilusão devido ao fato de muitos alunos ficarem sem o ensino superior por falta de vagas nas universidades, caso muito claro dos excedentes, que com isso afirmava o caráter antidemocrático do ensino, fez com que o governo militar pensasse em uma forma de ensino que pudesse atender às demandas da economia e do capital.

Fica claro que o viés de preocupação militar não era com a educação enquanto catalizadora para a formação do caráter e da dignidade do aluno e sim com o modelo educacional que poderia proporcionar mão de obra para o mercado. Nesse sentido a educação no regime militar procurou equacionar os problemas sociais nos moldes do modelo americano. Através de uma educação de periferia voltada para a qualificação profissional buscava-se também resolver o problema da marginalização das classes menos favorecidas que sempre foram solapadas pela desigualdade que o capitalismo provoca no mundo.

O modelo das Escolas Polivalentes no Brasil, que foram financiadas pela USAID, em um primeiro momento, foi o modelo da escola americana para manter a hegemonia da classe dirigente. Os americanos reconheceram seus problemas sociais e já haviam implantado um modelo através das práticas educacionais que mais privilegia o modo de produção capitalista do que a educação em si. Esse modelo foi na verdade o de minorias locais tais como os índios, os negros e os latinos americanos. Segundo Arapiraca (1982, p.127):

> Dessa forma fica evidente, mais uma vez, que, se realmente o programa da ajuda bilateral fosse dirigido no sentido de proporcionar o desenvolvimento independente do Brasil, a partir da exploração de suas potencialidades culturais, o processo jamais teria sido o de copiar modelos educacionais, como se fez. Universalizamos justamente as reformas de exceção utilizadas pelos EUA para manter as estruturas de classes fundamentais de sua sociedade, fundamentada no modo de produção capitalista. O modelo alternativo utilizado pelos EUA conota uma marcante dimensão ideológica na solução dos seus problemas sociais na medida em que, reconhecendo as desigualdades sociais, procura dissimulá-las através de práticas políticas capazes de manter a hegemonia da classe dirigente. É a política de mudar para continuar.

Nesse contexto, é notório que os EUA tratariam o Brasil como país subalterno e periférico que precisava de uma Educação aos moldes dos Polivalentes. Inclusive esse modelo americano é anterior à década de 1920 e visava tão somente tratar das questões das desigualdades sociais em seu vasto território sob a bandeira da democracia e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos americanos. Para Bittencourt Júnior (2015, p. 14), o modelo adotado pelo Brasil em relação aos ginásios Polivalentes foi o norte-americano (high

school), que também se responsabilizou pelo treinamento e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas vocacionais.

Para um país que trazia a bandeira do progresso, esse modelo de educação firmado pelo MEC com a USAID não resolveria a questão brasileira, na verdade, não resolveu nem os problemas educacionais e sociais dos próprios americanos.

Segundo Assis et al. (1972, p. 235-236):

> A experiência norte-americana tampouco é inteiramente positiva. Em entrevista com instrutores e diretores de algumas *high-schools*, um dos autores desta monografia pôde perceber certas tendências gerais. Nas escolas que atendem a clientelas de classe baixa (no caso, uma escola de negros) os cursos de iniciação técnica (carpintaria, mecânica, construção civil etc.) de fato funcionavam no sentido de capacitar profissionalmente os alunos. Nas escolas de classe média (White collar) os cursos técnicos-industriais funcionam tradicionalmente como válvulas de escapes para passar o tempo dos alunos-problema em matérias acadêmicas. A preparação efetiva para a ocupação futura é quase nula.

E o autor continua fazendo a comparação entre os ginásios profissionalizantes americanos e os que foram implantados no Brasil. Nesse ponto abaixo, é interessante a visão dos autores que notam que, no Brasil, já no início das Escolas Polivalentes, grande parte da classe média frequentava as escolas preparadas para o ensino médio propedêutico. É nesse sentido que ao analisarem comparativamente os dois países notaram uma diferença contraditória entre ambos.

Nos dizeres dos autores Assis et al. (1972, p. 235-236):

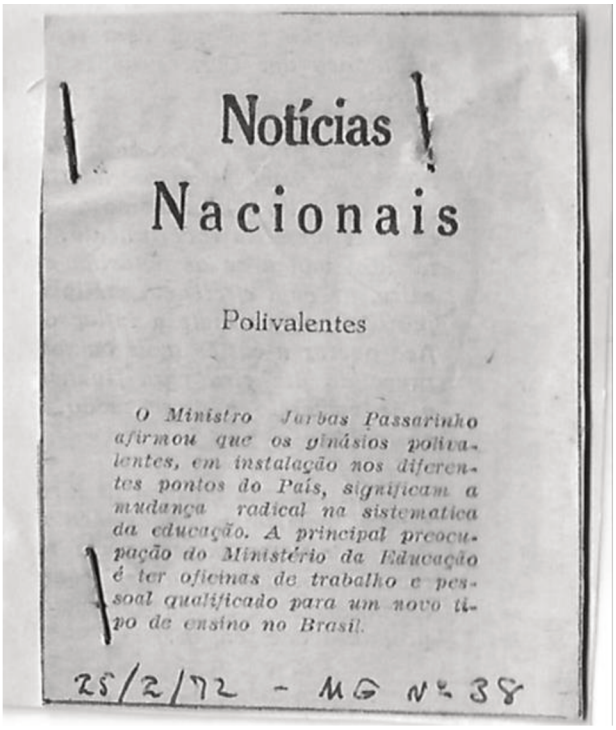
> Em contraste com os Estados Unidos, onde quase todos frequentam *high school*, no Brasil a clientela dos cursos secundários é formada quase que apenas de famílias cujo *status* é pelo menos *White Collor.* Neste caso, é possível que os ginásios orientados para o trabalho, bem como os Polivalentes, estejam em vão tentando iniciar profissionalmente pessoas que por razoes de perfil de aspirações e status não irão exercer este tipo de profissão.

O modelo dos ginásios Polivalentes foi dirigido através da USAID na San Diego State University, já que tal instituição financiou o projeto das escolas Polivalentes. Segundo Lima (2018, p.53), “nesta perspectiva, tais instituições americanas se responsabilizaram em propiciar cursos de formação aos profissionais escolhidos pela USAID na San Diego State Universit, a fim de posteriormente colocá-los em práticas no Brasil.” Dentre os vários programas desenvolvidos por essa universidade, destacamos o Planejamento Educacional que ocorreu entre os dias 13 de outubro de 1969 e 07 de novembro de 1971, através da Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID).

Nesse programa, foi proporcionada, aos educadores brasileiros que se fizeram presentes uma sessão de estudos concentrados, que após análise do funcionamento das escolas secundárias americanas compreensivas, deveriam fazer o relato se teria possibilidades de adaptar e implantar o modelo das escolas Polivalentes no Brasil. Contudo, não era esse o modelo esperado pelos educadores brasileiros para o Brasil.

Eles esperavam um projeto que ajudasse o país a desenvolver projetos científicos no campo educacional que colocaria o país entre os melhores países em termo de educação. À época, uma das preocupações do então ministro da educação Jarbas Passarinho foi a qualificação dos profissionais que iriam trabalhar nos ginásios Polivalentes. Vejamos a reportagem do *jornal Estado de Minas* do dia 25 de fevereiro de 1972 em seu noticiário nacional:

Figura 4 - Reportagem do ministro Jarbas Passarinho



Notícias Nacionais

Polivalentes

O Ministro Jarbas Passarinho afirmou que os ginásios polivalentes, em instalação nos diferentes pontos do País, significam a mudança radical na sistematica da educação. A principal preocupação do Ministério da Educação é ter oficinas de trabalho e pessoal qualificado para um novo tipo de ensino no Brasil.

25/2/72 - MG Nº 38

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Profa. Elza Carneiro Franco.

De acordo com Arapiraca (1982, p. 127), "o que era de se esperar, na verdade, era um programa de ajuda onde fosse possível observar e experimentar criticamente os mais modernos avanços metodológicos para a conquista do conhecimento científico já desenvolvido pelos EUA". Mas, não foi isso que ocorreu. O que o Brasil vai ter de inovação será a criação das Escolas Polivalentes.

Os ginásios foram construídos com base na experiência americana, ou seja, orientados para o trabalho. Esse modelo de escola terá, além do currículo regular, a missão de despertar no aluno vocações que pudessem atender às necessidades das indústrias, do comércio e do setor agrário posteriormente. São integradas ao corpo dos colégios Polivalentes oficinas de artes e de ofícios que permitiriam aos alunos aprenderem algum tipo de ofício ministrado pelo colégio. De acordo com Resende (2018, p.92), tais oficinas contemplaram o ensino de práticas de Artes Industriais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar.

Em um primeiro momento, não foram cursos profissionalizantes nos moldes do SENAI, mas meramente vocacionais. A intenção do modelo era o despertar das vocações, haja vista que esse ensino correspondia ao primeiro grau, ou como ficou conhecido, ensino fundamental. Para Franco (1987, p. 72):

> A orientação vocacional e profissional é também uma maneira de manifestação do trabalho no interior da escola. O que se pode contestar é a forma como isso tem sido realizado até agora. Normalmente a vocação tem sido tratada como algo inato ao homem e não como alguma coisa que muito tem a ver com o meio familiar e cultural, com o grupo e a classe social a que o indivíduo pertence.

Nas escolas polivalentes, o aluno sairia do ensino de primeiro grau (oito anos) para cursar o ensino de segundo grau (três anos). Se tivesse vocação propedêutica e condições favoráveis seguiria o ensino a fim de cursar uma universidade. Se despertasse a vocação para o trabalho e ou não possuísse condições favoráveis de um curso propedêutico ou científico, seguiria a sua vida no trabalho e com isso iria buscar um curso industrial profissionalizante que desse a ele o diploma necessário para que desempenhasse algum labor técnico tais como, eletrônica, eletrotécnica, edificações, química, dentre outros. Ou até mesmo como acontecia naquela época, por falta de vagas nas Escolas de segundo grau, o aluno deixava de ir à Escola.

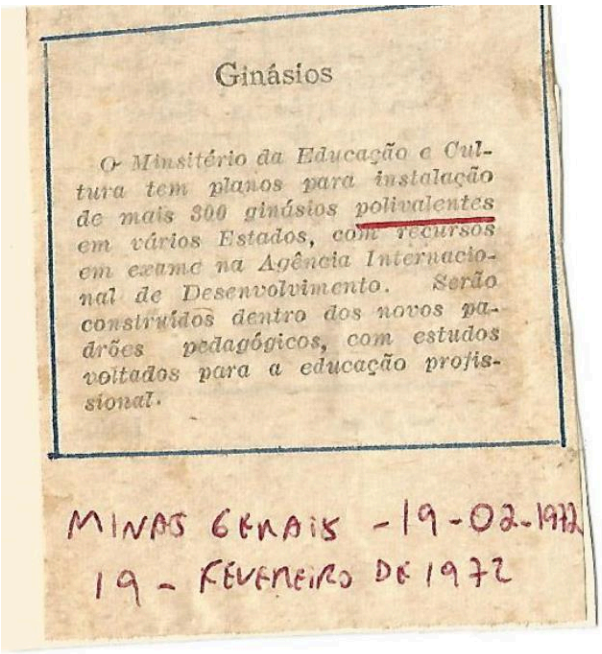
É neste contexto que vemos surgir dois tipos de convênios, ou melhor, financiamentos para o programa das escolas Polivalentes. O primeiro é bem sabido que a USAID vai financiar parte do empreendimento com o montante de 64 milhões de dólares, cabendo ao Brasil contrapor a mesma quantia. Segundo Marinho (1970, p. 77), com as articulações da “Aliança para o Progresso”, foram criados 287 ginásios orientados para o trabalho, inicialmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Guanabara e Espírito Santo.

O outro convênio foi firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, de acordo com Marinho (1970, p. 77), desembolsou a quantia de 29,5 milhões de

dólares. Esse financiamento permitiu construir mais 50 ginásios Polivalentes que tiveram destaques nos Estados do Pará, Sergipe, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. Ainda conforme Marinho (1970, p. 77), esses convênios e financiamentos dos ginásios Polivalentes não foram apenas para a construção dos prédios, estruturas ou para adquirir equipamentos, mobílias e maquinários. Como já foi dito anteriormente, foi principalmente para preparar os profissionais que iriam trabalhar com o projeto. Por isso os profissionais da área educacional receberam cursos de preparação e treinamentos para a empreitada doravante iniciada. Tudo nos moldes da Universidade de San Diego State University dos EUA e ditados pela USAID, pelo MEC e pelo PREMEM.

O governo militar ao prever através de dados estatísticos que a evasão escolar era muito grande, devido principalmente às condições precárias da maioria dos estudantes brasileiros no período, visava dar, àqueles que não conseguissem prosseguir os estudos, uma preparação para que o estudante fosse útil à sociedade. Ou seja, nesse recorte histórico da ditadura militar no Brasil, os estudantes que abandonassem os estudos seriam úteis nas fabricas e indústrias em expansão no país nesse recorte histórico da ditadura militar no Brasil. Segundo Saviani (1999, p. 15), nos anos de 1970, a evasão das crianças em idade escolar , no ensino primário, foi de cerca de 50%. O governo prometeu a construção de mais de 300 Ginásios Polivalentes durante o período de 1972 a 1975 em várias regiões do Brasil de acordo com reportagem do *jornal Estado de Minas* de 19 de fevereiro de 1972:

Figura 5 - Construção de mais de 300 Ginásios Polivalentes



Ginásios

O Minsitério da Educação e Cultura tem planos para instalação de mais 300 ginásios polivalentes em vários Estados, com recursos em exame na Agência Internacional de Desenvolvimento. Serão construídos dentro dos novos padrões pedagógicos, com estudos voltados para a educação profissional.

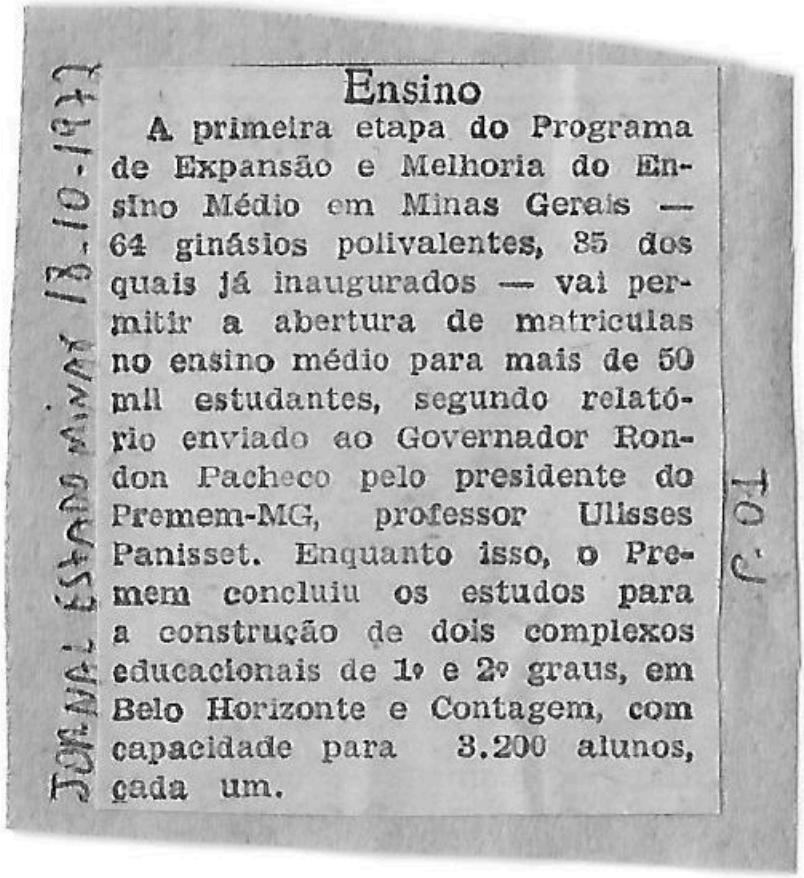
MINAS GERAIS - 19-02-1972
19 - FEVEREIRO DE 1972

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Prof. Elza Carneiro Franco.

De acordo com Bittencourt Júnior (2015, p. 26), somente no Estado de Minas Gerais foram entregues, até o ano de 1975, sessenta Ginásios Polivalentes divididos em cinco etapas de construção e implantação, que se iniciou em 1971: “Em fevereiro de 1975, foi assinado o Termo de Entrega de todos os GPEs instalados em Minas Gerais, com 58 novos prédios construídos e dois GOTs transformados em GPEs, totalizando 60 unidades em Minas Gerais”.

Reportagem do *jornal Estado de Minas*, datada de 18 de outubro de 1972, na p. 6, vai corroborar com o autor acima, apesar da divergência de quatro ginásios a mais, noticiada pelo referido jornal, vejamos:

Figura 6 - 64 Ginásios Polivalentes em Minas Gerais



JORNAL ESTADO MINAS 18-10-1972

Ensino

A primeira etapa do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio em Minas Gerais — 64 ginásios polivalentes, 85 dos quais já inaugurados — vai permitir a abertura de matrículas no ensino médio para mais de 50 mil estudantes, segundo relatório enviado ao Governador Rondon Pacheco pelo presidente do Premem-MG, professor Ulisses Panisset. Enquanto isso, o Premem concluiu os estudos para a construção de dois complexos educacionais de 1º e 2º graus, em Belo Horizonte e Contagem, com capacidade para 3.200 alunos, cada um.

P. 01

Fonte: Hemeroteca da Escola Profa. Elza Carneiro Franco.

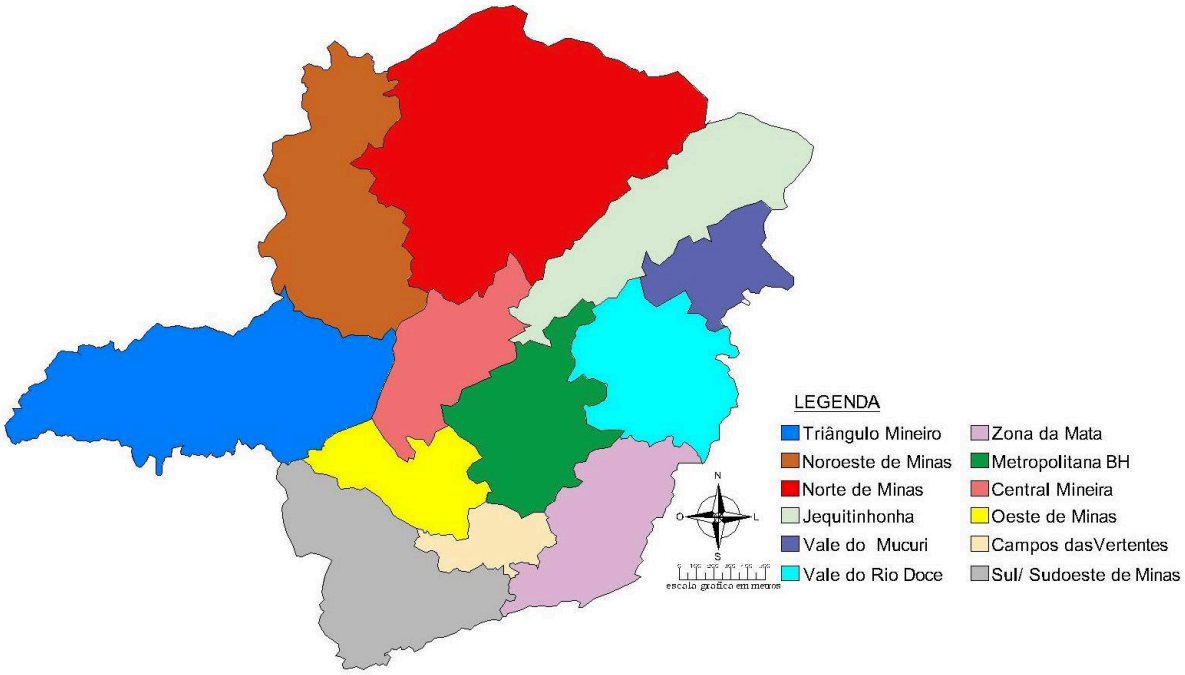
A seguir passaremos a detalhar a implantação e construção das etapas dos Ginásios Polivalentes no Estado de Minas Gerais.

2.2 Implantações das escolas Polivalentes no estado de Minas Gerais

Minas Gerais situa-se na região sudeste do Brasil. Tem como fonte maior de sua economia o agronegócio e a mineração. A educação em Minas Gerais sempre esteve na vanguarda dos debates e das discussões pedagógicas.

Figuras importantes no cenário educacional nasceram em Minas Gerais tais como Fernando de Azevedo, Francisco Campos, Darcy Ribeiro dentre outros. Estado de destaque desde a formação do Brasil. Aqui, nas Gerais, se encontravam as principais Minas exploradas pelos portugueses no ciclo do ouro e do diamante. Riquezas que fizeram parte da construção do Estado e do país. É dividido em Regiões como descreve o mapa abaixo:

Mapa 1 Macrorregiões de Minas Gerais



Desde o período colonial até os dias atuais, a educação foi, na maioria dos governos, uma grande preocupação. Se, no início da formação da República, a grande preocupação era a taxa de analfabetismo que chegou ao índice de 80% da população brasileira, com o passar dos anos, novos modelos educacionais e novas preocupações foram surgindo. O país cresceu economicamente ao longo das décadas, mas, foi principalmente nos governos militares que a correlação entre educação e trabalho se deu de forma mais efetiva.

Entre os anos considerados de chumbo (1964-1985), o país tentou dar uma acelerada no processo de industrialização. Segundo os militares, a educação seria a grande colaboradora para a formação do trabalhador. Foi preciso uma tentativa de profissionalizar a educação. E foi nesta esteira que Minas Gerais saiu à frente dos outros estados da federação através do Governador Rondon Pacheco, braço direito da ditadura militar, na construção do mais novo modelo educacional implantado pela reforma educacional de 1971: a criação e construção das escolas Polivalentes.

Para o primeiro diretor do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, Senhor Jacinto Guerra, o modelo dos ginásios Polivalentes no Brasil, seria para despertar o espírito científico dos educandos, além da formação intelectual e técnica. Matéria publicada na *Folha Diocesana* de Patos de Minas em 22 de julho de 1971, ano XV, número 612 vai dizer o seguinte a respeito de sua pronúncia:

> O que é o Ginásio Polivalente.
> O Ginásio Polivalente é uma escola moderna que visa formar o adolescente através da educação intelectual e do treinamento em diferentes áreas de trabalho técnico e um dos seus objetivos principais é a formação do espírito científico que caracteriza a era da tecnologia nos países desenvolvidos. O aluno do Polivalente vai estudar as matérias do ginásio comum, além disso, vai ser treinado nas áreas da agricultura, indústria, comércio e educação para o lar. (...) esta é a educação que todo brasileiro deve receber. Este é o espírito da reforma de ensino que o Presidente Médice vai implantar no Brasil com o dinamismo e a objetividade do Ministro Jarbas Passarinho. (*JORNAL FOLHA DIOCESANA*, 22 DE JULHO DE 1971, ANO XV, N. 612).

Em 1971, Minas Gerais teve a inauguração do primeiro Ginásio Polivalente do Brasil, na cidade de Belo Horizonte. No início do projeto, foram contempladas as cidades-polo de destaque econômico no estado. Analisando as questões políticas na implantação dos ginásios na primeira etapa, podemos verificar que a grande maioria dos municípios contemplados tinha na época prefeitos eleitos pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que foi o partido que deu sustentação ao regime militar.

Através da resolução número 925, de 27 de maio de 1970, é aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o convênio que daria possibilidades da construção dos Ginásios Polivalentes. Segundo Resende (2011, p. 89), outros aspectos também podem ser analisados para escolha dessas cidades na primeira etapa:

> Essas oito cidades foram escolhidas em função de sua representatividade no cenário mineiro, tanto no que diz respeito a aspectos econômicos quanto sociais e culturais. Além disso, analisando o mapa, tais cidades encontram-se em pontos estratégicos cobrindo quase que a totalidade do território mineiro.

A respeito da implantação da primeira fase dos ginásios polivalentes em Minas Gerais, analisamos a seguir o mapa citado por Resende (2011, p. 89).

2.3 O Governo de Rondon Pacheco e o entusiasmo pela educação profissionalizante.

Em Minas Gerais, o governador do estado, Rondon Pacheco, foi um dos entusiastas da implantação dos Ginásios Polivalentes. No uso de suas atribuições como chefe de governo, colocou a meta de implantação desse modelo de educação como prioridade de seu mandato. Minas Gerais foi o estado precursor do modelo gerenciado pelo PREMEM. Esse modelo de educação visava a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e buscava equacionar as divergências do sistema capitalista com base econômica na educação.

De acordo com Lima (2018, p.55):

> A Educação, de um lado, era considerada como meio de investimento econômico, ou seja, positivamente veiculada a possíveis avanços na área econômica e industrial a partir da formação técnica que proporcionaria aos indivíduos aptidões necessárias para atender a mão de obra especializada às diversas áreas industriais e, de outro lado, criticamente era vista como meio ideológico, com o intuito de beneficiar o capital e consequentemente estaria a usufruir apenas do lado produtivo do ser humano, com vistas à alienação política, restringindo-o a meramente a desenvolver o que era aprazível a demanda da indústria econômica, ou seja, a prática profissional através do trabalho especializado.

O governador Rondon Pacheco, acompanhou o desenvolvimento e construção dos Ginásios e esteve praticamente em todas as inaugurações dos Polivalentes em Minas Gerais e recebeu diversas homenagens, dentre elas a do município de Patos de Minas através do prefeito Sebastião Silvério:

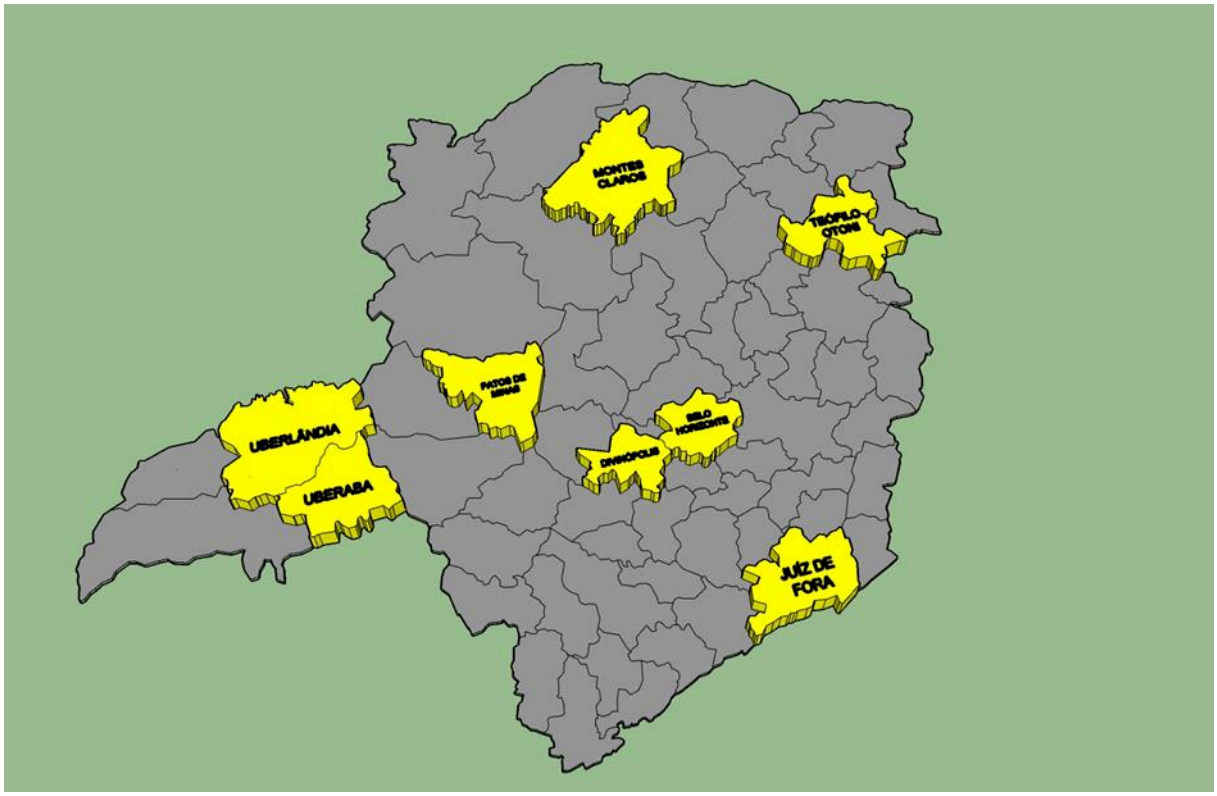
Figura. 7- Homenagem ao Governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco

O governador Rondon Pacheco recebe do prefeito patense Sebastião Silvério de Faria o diploma de Cidadão da Capital Nacional do Milho
JORNAL E.M. 1º JUNHO 1972

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Os termos do convênio aprovado pela resolução n. 925, de 27 de maio de 1970, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da Lei 5.760 de 14 de setembro de 1971 (de acordo com seu artigo primeiro) darão a possibilidade da criação de oito ginásios polivalentes nas seguintes cidades-polo: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Teófilo Otoni, Divinópolis, e Patos de Minas.

Mapa 2 - Da primeira fase de implantação dos Ginásios Polivalentes



Fonte Mapa: o próprio autor.

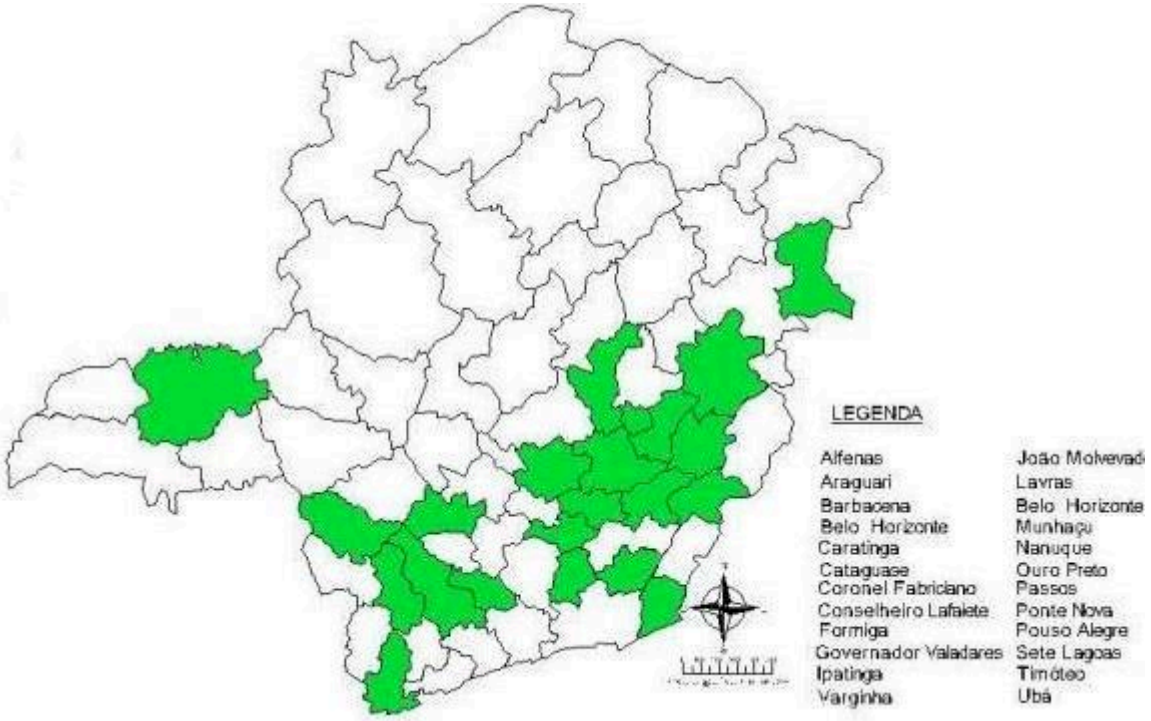
A cidade de Belo Horizonte foi a que teve a primeira construção e o primeiro ginásio inaugurado no Brasil. Desse modo no dia 14 de setembro de 1971 foi inaugurado o Ginásio Polivalente nessa cidade. O esforço foi em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Tanto é que, além dos ginásios da capital mineira, cidade de Belo Horizonte, o governador conseguiu também, já em uma primeira etapa, a construção de mais sete Ginásios Polivalentes em algumas cidades consideradas polos econômicos importantes para o cenário mineiro e nacional, como elencado acima. Bittencourt Júnior (2008, p. 25) defende que, nessa primeira fase, foram realmente essas cidades citadas e indicadas no mapa que foram contempladas, senão vejamos:

> Um relatório encontrado no arquivo morto da SEE-MG acerca da situação dos GPEs no estado de Minas Gerais, em junho de 1972, revela que já havia sido concluída a implantação da primeira etapa do total das quatro do projeto: a) Construção de oito escolas polivalentes nas cidades de Belo Horizonte, Divinópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia, todas em funcionamento. b) Duas transformações efetivadas por meio de programa especial com a Secretaria da Educação do Estado: uma em Pirapora e outra em Caeté, ambas em funcionamento. c) Todas essas escolas polivalentes da primeira etapa, inclusive as duas transformações, receberam equipamento completo, incluindo mobiliário, máquinas e ferramentas. d) Visando ao perfeito

> desempenho de suas funções nos GPEs, o PREMEM-MG abriu concurso de seleção para o pessoal técnico e administrativo.

E o *jornal Estado de Minas* não parava de noticiar os feitos do governo mineiro em relação à educação. Foi notícia do dia 11 de setembro de 1971 a construção em Minas Gerais de mais 24 Ginásios Polivalentes. Na segunda etapa, foram contempladas as cidades de Alfenas, Araguari, Barbacena, Belo Horizonte (região do Barreiro e Ressaca), Caratinga, Cataguases, Coronel Fabriciano, Conselheiro Lafaiete, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Lavras, Manhuaçu, Nanuque, Ouro Fino, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Timóteo, Ubá e Varginha. O mapa abaixo se refere a essas cidades:

Mapa 3 - Mapa da segunda fase de implantação dos Ginásios Polivalentes



Fonte do mapa: o próprio autor.

Isso reforça que o governo mineiro estava empenhado na busca da profissionalização do trabalhador, mesmo que de forma incipiente no início, por meio da educação. O governo viu na fundamentação pedagógica dos Ginásios Polivalentes a oportunidade de formação de mão de obra para que indústrias e empresas aportassem nas terras das Gerais.

Na inauguração do primeiro Ginásio Polivalente do Brasil na capital mineira, esteve presente o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, que segundo o Jornal *Estado de Minas*, 1971, p. 68, manifestou sua extrema alegria, proferindo as seguintes palavras: "Escolhemos Minas para ser o Estado onde faríamos a inauguração do primeiro Ginásio Polivalente, que se firmará como parte da educação fundamental desta terra". Também estiveram presentes na inauguração do Ginásio Polivalente na região do Horto Florestal em Belo Horizonte, além do Ministro da educação, o governador Rondon Pacheco, o diretor do PREMEM, coronel Ulisses de Oliveira Panisset.

O Ministro da Educação e Cultura em seu discurso oficial de inauguração, não deixou de lembrar-se das propaladas reformas de base do ex-presidente João Goulart, ao citar o esforço do governo militar em transformar as palavras em ações através da implantação dos ginásios polivalentes. O governo apostou que esses Ginásios Polivalentes poderiam solucionar os problemas no campo educacional brasileiro e que a partir desse momento o Brasil entraria em uma nova etapa de desenvolvimento econômico. Segundo o Ministro:

> É importante saber que cada estabelecimento deste está custando Cr$ 1 milhão. Durante 1963 e até mesmo parte de 64, ouvíamos falar muito na reforma de base. A conscientização do povo brasileiro foi feita na necessidade de encontrar a realidade nacional e as suas modificações. Analisando o meu ministério, na última década, verifiquei o descompasso entre a palavra de outrora e a realidade, porque 63 marca, nos 11 anos entre 60 e 70, aquele em que menos se aplicou na educação no Brasil, apesar de ter sido aquele em que mais se falou em educação.[6]

Esse discurso de inauguração no Horto em Belo Horizonte por parte do então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, foi na verdade uma tentativa de justificar a falta de ação do governo militar e estagnação em questões educacionais durante uma década. Por isso mesmo, o então Ministro, via nos ginásios polivalentes uma forma de se recuperar esse tempo perdido. É bom salientar que com a promulgação da Lei 5692/1971, procurou-se uma melhor organização do ensino e que para isso, os tecnocratas se debruçaram sobre o ensino fundamental e médio. Era necessário reorganizar e reestruturar o sistema educacional no Estado brasileiro. E foi justamente baseado nos princípios norteadores de tal reforma educacional que o estado de Minas Gerais se pautou em dar a educação um conteúdo laboral, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio.

Para isso, o conceito de terminalidade do ensino médio em seus graus de desenvolvimento foi posto à prova. O educando quando terminava o primeiro grau deveria

---

[6] *Jornal Estado de Minas*, 1971, p. 68

despertar seu espírito vocacional para o mercado de trabalho nas suas diversas áreas de labor. Já o segundo grau das escolas daria a capacitação profissionalizante desejada ao educando que poderia desenvolver suas aptidões profissionais técnicas. Segundo Romanelli (1980, p. 239):

> Assim, a terminalidade, é um princípio que se aplica, na nova lei, da seguinte forma: uma vez concluído o ensino de primeiro grau, o educando já está em condições de ingressar na força do trabalho, se isso lhe for necessário, já que, nesse nível, ele tem uma formação que, se não o habilita, ao menos realiza a sondagem de sua vocação para o trabalho. No nível de 2º grau, a terminalidade diz respeito, à habilitação profissional de grau médio, que proporciona as condições essenciais de formação técnica capaz de assegurar o exercício de uma profissão, ainda que o estudante pretenda prosseguir seus estudos em nível superior. Finalmente a terminalidade, assume um aspecto de adaptação da escola à realidade local e regional, pelo fato de a Lei prever a possibilidade de parte da formação especial do conteúdo poder iniciar-se mais cedo do que o normalmente previsto, caso o Estado, a região ou a localidade não dispuser de condições para assegurar a obrigatoriedade de 8 anos de escolarização.

Como podemos notar, a autora acima corrobora com o pensamento de que se buscou com a reestruturação educacional através da Lei 5692/1971 foi, na verdade, oferecer um ensino de caráter terminal em dois pontos distintos. Com os pareceres 45/72 e 75/76 da lei 5692/71 tornou-se possível a implantação do ensino técnico profissionalizante em nível de segundo grau também nos colégios polivalentes. Em Patos de Minas, o curso politécnico foi implantado na Escola Polivalente em 1986 com o curso técnico de edificações em nível de segundo grau.

Com isso, o primeiro ponto foi aliviar a pressão do campo educacional em relação ao número de vagas disponíveis nas universidades. Os educandos, ao término do ensino de segundo grau, ficavam, em sua maioria, fora das universidades por falta de vagas disponíveis. A solução seria, então, disponibilizar aos educandos os cursos técnicos profissionalizantes.

O segundo ponto, e talvez o mais importante da reestruturação educacional, foi o direcionamento para o campo do trabalho de parte dos alunos do ensino de 1º e 2º graus, através das escolas vocacionais e profissionalizantes, como é o caso dos polivalentes que atenderam a demanda de 1º grau e do ensino profissionalizante de 2º grau a partir de 1982.

De acordo com o disposto acima, Vaz (2004, p.55):

> O que se buscava na verdade com a reforma educacional 5.692/71 era oferecer um ensino de caráter terminal, aliviando assim a pressão da sociedade em busca de ingresso nos cursos superiores e, ao mesmo tempo, atender o mercado nacional com mão- de-obra especializada. Com estas finalidades, o ensino continuava a manter a visão dualista da educação

> brasileira, isto é, a educação profissional para o povo e a superior para a elite.

2.4 Tipo de Contratos para Professores dos Ginásios Polivalentes, Formação e Remuneração.

Todos os profissionais que laboraram nos Ginásios Polivalentes foram contratados mediante concurso público: do cargo de Diretor ao de serviçais. Em Minas Gerais, o PREMEN realizou as provas do concurso em convênio firmado com a SEE/MG e UFMG. A Universidade Federal de Minas Gerais passou a oferecer o curso de licenciatura curta para os profissionais aprovados no concurso público. A licenciatura curta com o tempo estimado em 10 meses, com carga horária de oito horas diárias, alcançou o tempo de 1.600 horas de treinamento para os professores das diversas áreas do conhecimento. Os cursos de reciclagem, também realizados na UFMG e na cidade de Betim, tinham uma carga horária entre oito e dezoito semanas, de acordo com cada disciplina a complementar ou reciclar. De acordo com Bitencourt Júnior (2008, p. 11):

> Caberia ainda ao PREMEM, recrutar o pessoal docente e técnico administrativo, treinando-os em regime intensivo, delineando as diretrizes para cursos especiais de treinamento. Estes profissionais prestaram concurso para realizar a formação exigida no planejamento, que se divide em três modalidades: Curso de curta duração – O objetivo era suprir a carência de professores licenciados, onde o profissional deveria acompanhar com assiduidade e aproveitamento o curso, com carga horária de 1600 horas, para os candidatos à licenciatura em disciplinas acadêmicas e Artes industriais e de 800 horas aula para os demais candidatos às demais técnicas. Concluído este curso os alunos-mestres recebem o grau universitário de Licenciatura Intermediária (hoje considerado "magistério de primeiro grau"). Cursos de reciclagem destinavam-se exclusivamente a professores licenciados, com duração de 320 horas aula, e tinham como finalidade rever técnicas de orientação de aprendizagem e preparar o professorado para uma vivência eficaz na filosofia da Escola Polivalente. Curso de treinamento de Pessoal Técnico e Administrativo – O objetivo era treinar o pessoal de direção, coordenação, orientação pedagógica, orientação educacional e pessoal administrativo escolar com duração de 320 horas aulas. Esses cursos foram realizados na FaE- UFMG- Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e no Centro de Treinamento de Professores para Ginásios Orientados para o Trabalho (GTPGOT) que funcionava na cidade de Betim.

Na verdade, o que ocorreu foi que o PREMEN, ao realizar os concursos para os profissionais que iriam atuar nos Ginásios Polivalentes, selecionava em primeiro lugar quem já tinha a licenciatura completa com o curso de quatro anos. Mas, após ser verificado que grande parte dos profissionais que terminavam seus estudos a maioria das vezes optava pela

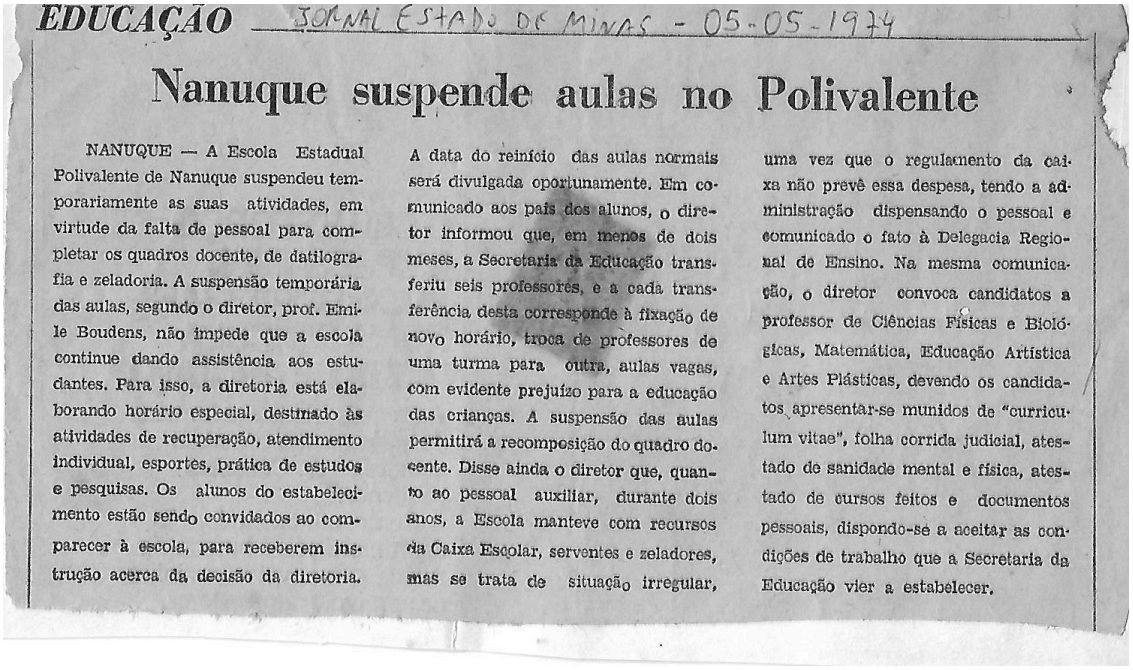
capital e os grandes centros, faltando com isso, profissionais da educação para trabalhar no interior, decidiram dar oportunidades aqueles que faziam a licenciatura curta, pois, essa licenciatura habilitava o professor a lecionar nas escolas de primeiro grau.

E os Ginásios Polivalentes, na sua fase inicial, foram um educandário de primeiro grau. Os cursos de curta duração formavam professores para as oito séries iniciais do primeiro grau e os de duração plena para os ensinos de primeiro e segundo graus. Com isso, as Faculdades de Filosofia tiveram que adequar suas grades para oferecer a licenciatura curta para aqueles profissionais que desejassem laborar tão somente no ensino de primeiro grau. Foi mais uma tática do governo para que as pessoas interessadas em tal empreitada pudessem adentrar mais rapidamente no mercado de trabalho na área educacional e não faltassem profissionais.

Interessante é que os Ginásios Polivalentes abriam suas portas aquelas pessoas que desejassem conhecer a sua estrutura para, quem sabe, se interessarem em laborar nesses educandários, depois de concluídos os cursos superiores e logicamente aprovados nos concursos públicos que o PREMEN realizava visando preencher os quadros dos profissionais da educação.

O que em um primeiro momento foi satisfatório. O que se seguiu a partir de 1974, foi a falta de profissionais qualificados para os Ginásios Polivalentes, tendo o governo dificuldades para compor o quadro como foi o caso do Ginásio Polivalente da Cidade de Nanuque/MG, que chegou inclusive a suspender suas atividades por falta de professores e outros profissionais, senão vejamos na reportagem do *Jornal Estado de Minas* do dia 05 de maio de 1974:

Figura 8 - Nanuque Suspende Aulas no Polivalente



EDUCAÇÃO JORNAL ESTADO DE MINAS - 05-05-1974

Nanuque suspende aulas no Polivalente

NANUQUE — A Escola Estadual Polivalente de Nanuque suspendeu temporariamente as suas atividades, em virtude da falta de pessoal para completar os quadros docente, de datilografia e zeladoria. A suspensão temporária das aulas, segundo o diretor, prof. Emile Boudens, não impede que a escola continue dando assistência aos estudantes. Para isso, a diretoria está elaborando horário especial, destinado às atividades de recuperação, atendimento individual, esportes, prática de estudos e pesquisas. Os alunos do estabelecimento estão sendo convidados ao comparecer à escola, para receberem instrução acerca da decisão da diretoria.

A data do reinício das aulas normais será divulgada oportunamente. Em comunicado aos pais dos alunos, o diretor informou que, em menos de dois meses, a Secretaria da Educação transferiu seis professores, e a cada transferência desta corresponde à fixação de novo horário, troca de professores de uma turma para outra, aulas vagas, com evidente prejuízo para a educação das crianças. A suspensão das aulas permitirá a recomposição do quadro docente. Disse ainda o diretor que, quanto ao pessoal auxiliar, durante dois anos, a Escola manteve com recursos da Caixa Escolar, serventes e zeladores, mas se trata de situação irregular, uma vez que o regulamento da caixa não prevê essa despesa, tendo a administração dispensando o pessoal e comunicado o fato à Delegacia Regional de Ensino. Na mesma comunicação, o diretor convoca candidatos a professor de Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Educação Artística e Artes Plásticas, devendo os candidatos apresentar-se munidos de "curriculum vitae", folha corrida judicial, atestado de sanidade mental e física, atestado de cursos feitos e documentos pessoais, dispondo-se a aceitar as condições de trabalho que a Secretaria da Educação vier a estabelecer.

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Outra curiosidade é que a escolha dos candidatos aprovados no certame pelas cidades onde tinham construído os Ginásios Polivalentes era por ordem de classificação e o que ocorreu foi, sobretudo nos anos iniciais da implantação desses Ginásios, um intercambio muito rico de profissionais oriundos várias cidades. Nesse aspecto, podemos dizer que cada profissional que se deslocou para outra cidade para trabalhar, levou consigo um pouquinho da cultura de sua terra, enriquecendo muito os educandos e educandários com essa diversidade de conhecimentos. De acordo com Bitencourt Júnior (2008), a convocação dos aprovados em concurso era feita pelo diário do *jornal Estado de Minas*, sendo posteriormente convocados para fazerem os cursos específicos em cada área. Resende (2011, p. 105), assim o testifica:

> Primeiramente, para ser admitida junto ao quadro de profissionais das escolas Polivalentes, a pessoa precisaria ser aprovada em concurso público. Para tal, a pessoa não necessitava, no caso no cargo para professor, ter graduação em licenciatura, o nível de escolaridade exigido era o médio. Aprovada neste concurso, aí sim, ela passaria por treinamento oferecido pelo PREMEM, específico da área para a qual foi aprovada. Todas as pessoas selecionadas para os Polivalentes tinham que passar por esse treinamento que, no caso dos professores foi realizado pela Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, e para secretários, pela UTRAMIG, também em Belo Horizonte. Para os professores que já possuíam curso superior, o programa oferecia um curso de aperfeiçoamento, intensivo, com duração de três meses. Para o professor que ainda não tinha o curso superior, era ministrada uma licenciatura curta, também em regime intensivo, nos períodos da manhã e da tarde, totalizando dez meses de aula.

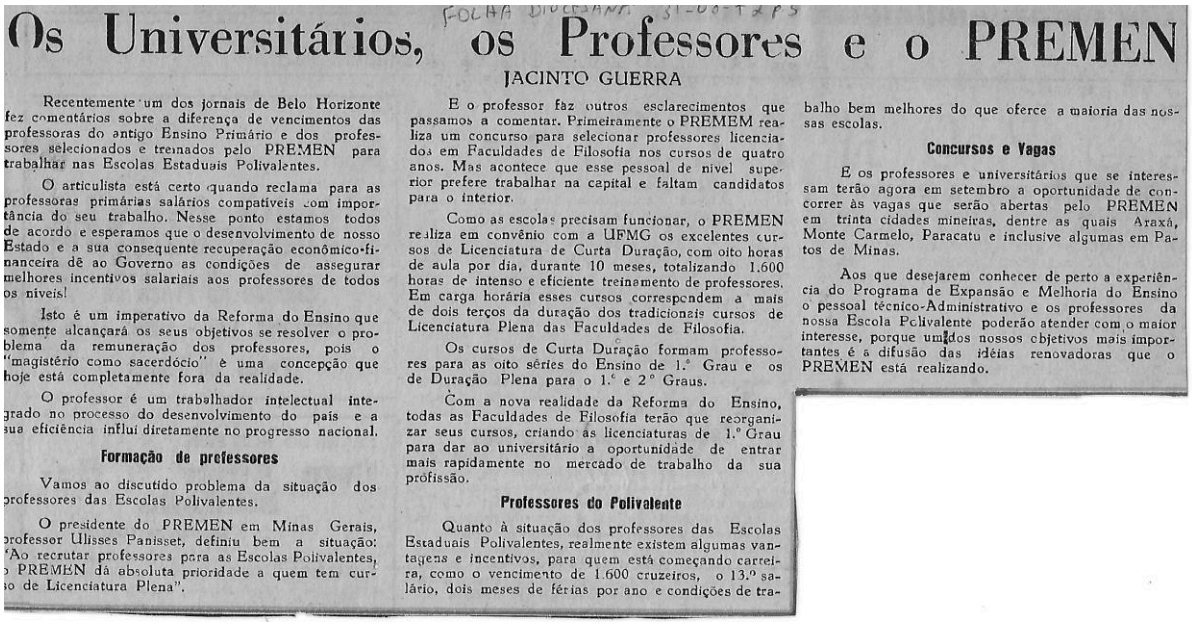
Em relação à remuneração dos profissionais dos Ginásios Polivalentes, essa realmente foi diferenciada. A remuneração inicial dos professores foi de Cr$ 1.600,00(mil e seiscentos cruzeiros). Segundo Bitencourt Júnior (2008, p. 11):

> Durante o curso, os alunos recebiam uma ajuda de custo de Cr$ 300,00 (trezentos cruzeiros), e depois de formados, os profissionais assinavam um contrato, regido pela CLT- consolidação das Leis de Trabalho e recebiam um salário entre Cr$ 268,80 + 30% e Cr$ 3.240,00 (conforme tabela salarial de 1973), dependendo do cargo ocupado e no caso dos professores da carga horária.

Além de duas férias anuais, décimo terceiro e fundo de garantia por tempo de serviço, FGTS. Apesar de ser exigido concurso público para o preenchimento das vagas que foram ocupadas por profissionais diversos, o regime de trabalho dos servidores foi o celetista, inclusive com registro na carteira de trabalho desses profissionais.

Lembrando que cada Estado brasileiro teve autonomia para fixar as remunerações dos profissionais das Escolas Polivalentes. De maneira geral, as remunerações foram de certa forma uniformes em todo o Brasil. O então Diretor da Escola Polivalente de Patos de Minas, o professor Jacinto Guerra, em entrevista concedida à reportagem da *Folha Diocesana de Patos de Minas* do dia 31 de agosto de 1972, vai comentar diversos fatos, dentre eles a remuneração dos professores das Escolas Polivalentes na época:

Figura 9 - Os Universitários, os Professores e o PREMEN



FOLHA DIOCESANA 31-08-1972

Os Universitários, os Professores e o PREMEN

JACINTO GUERRA

Recentemente um dos jornais de Belo Horizonte fez comentários sobre a diferença de vencimentos das professoras do antigo Ensino Primário e dos professores selecionados e treinados pelo PREMEN para trabalhar nas Escolas Estaduais Polivalentes.

O articulista está certo quando reclama para as professoras primárias salários compatíveis com importância do seu trabalho. Nesse ponto estamos todos de acordo e esperamos que o desenvolvimento de nosso Estado e a sua consequente recuperação econômico-financeira dê ao Governo as condições de assegurar melhores incentivos salariais aos professores de todos os níveis!

Isto é um imperativo da Reforma do Ensino que somente alcançará os seus objetivos se resolver o problema da remuneração dos professores, pois o "magistério como sacerdócio" é uma concepção que hoje está completamente fora da realidade.

O professor é um trabalhador intelectual integrado no processo do desenvolvimento do país e a sua eficiência influi diretamente no progresso nacional.

Formação de professores

Vamos ao discutido problema da situação dos professores das Escolas Polivalentes.

O presidente do PREMEN em Minas Gerais, professor Ulisses Panisset, definiu bem a situação: "Ao recrutar professores para as Escolas Polivalentes, o PREMEN dá absoluta prioridade a quem tem curso de Licenciatura Plena".

E o professor faz outros esclarecimentos que passamos a comentar. Primeiramente o PREMEM realiza um concurso para selecionar professores licenciados em Faculdades de Filosofia nos cursos de quatro anos. Mas acontece que esse pessoal de nível superior prefere trabalhar na capital e faltam candidatos para o interior.

Como as escolas precisam funcionar, o PREMEN realiza em convênio com a UFMG os excelentes cursos de Licenciatura de Curta Duração, com oito horas de aula por dia, durante 10 meses, totalizando 1.600 horas de intenso e eficiente treinamento de professores. Em carga horária esses cursos correspondem a mais de dois terços da duração dos tradicionais cursos de Licenciatura Plena das Faculdades de Filosofia.

Os cursos de Curta Duração formam professores para as oito séries do Ensino de 1.º Grau e os de Duração Plena para o 1.º e 2.º Graus.

Com a nova realidade da Reforma do Ensino, todas as Faculdades de Filosofia terão que reorganizar seus cursos, criando às licenciaturas de 1.º Grau para dar ao universitário a oportunidade de entrar mais rapidamente no mercado de trabalho da sua profissão.

Professores do Polivalente

Quanto à situação dos professores das Escolas Estaduais Polivalentes, realmente existem algumas vantagens e incentivos, para quem está começando carreira, como o vencimento de 1.600 cruzeiros, o 13.º salário, dois meses de férias por ano e condições de trabalho bem melhores do que oferece a maioria das nossas escolas.

Concursos e Vagas

E os professores e universitários que se interessam terão agora em setembro a oportunidade de concorrer às vagas que serão abertas pelo PREMEN em trinta cidades mineiras, dentre as quais Araxá, Monte Carmelo, Paracatu e inclusive algumas em Patos de Minas.

Aos que desejarem conhecer de perto a experiência do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino o pessoal técnico-Administrativo e os professores da nossa Escola Polivalente poderão atender com o maior interesse, porque um dos nossos objetivos mais importantes é a difusão das idéias renovadoras que o PREMEN está realizando.

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

2.5 Decreto Lei 14414/1972: Reforma da Educação em Minas Gerais e sua abordagem profissionalizante

O estado de Minas Gerais, através do Decreto Lei 14414/1972, vai se adequar à Lei 5692/1971 de forma gradativa. De acordo com parágrafo único do artigo 72 da lei 5692/71, o Conselho Estadual de Educação através de uma série de medidas no campo educacional, juntamente com Secretaria Estadual de Educação colocou em prática esse decreto, que adequava o ensino de 1º e 2º graus

O Decreto 14414/1971 aduz:

> Art. 1º – Fica aprovado o Plano Estadual de Implantação, no Sistema Estadual de Ensino, do regime instituído na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, para o ensino de 1º e 2º graus.
> Art. 2º – O Secretário de Estado da Educação fará executar, nos termos e prazos previstos no Plano Estadual de Implantação, os programas que o integram, ressalvada a possibilidade de sua reformulação, pelos órgãos próprios do Sistema Estadual de Ensino, para ajustá-lo, se for o caso, às normas e critérios do planejamento nacional de educação, nos termos do artigo 54 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
> Art. 3º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de recursos próprios do Orçamento do Estado, dos Planos de Aplicação de Recursos e de créditos adicionais autorizados em lei.
> Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
> Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 24 de março de 1972.
> RONDON PACHECO
> Abílio Machado Filho
> Caio Benjamim Dias

O governador mineiro, Rondon Pacheco, aliado do presidente militar de Emílio Garrastazu Médici, buscou a implantação da legislação federal através de sua adequação na esfera estadual. Para tanto, foram criadas comissões municipais de educação.

O governo chamou os municípios para sensibilizarem e empreenderem o espírito comunitário para assumir as responsabilidades de promover e coordenar todo o esquema de renovação do sistema educacional. Cerca de 60 comissões municipais foram criadas para colaborar com a Secretaria de Educação de Minas Gerais. Sua tarefa principal era a implantação da lei estadual nos municípios. Notícia que o Executivo Mineiro publicou no *Jornal Estado de Minas* no dia 13 de maio de 1972:

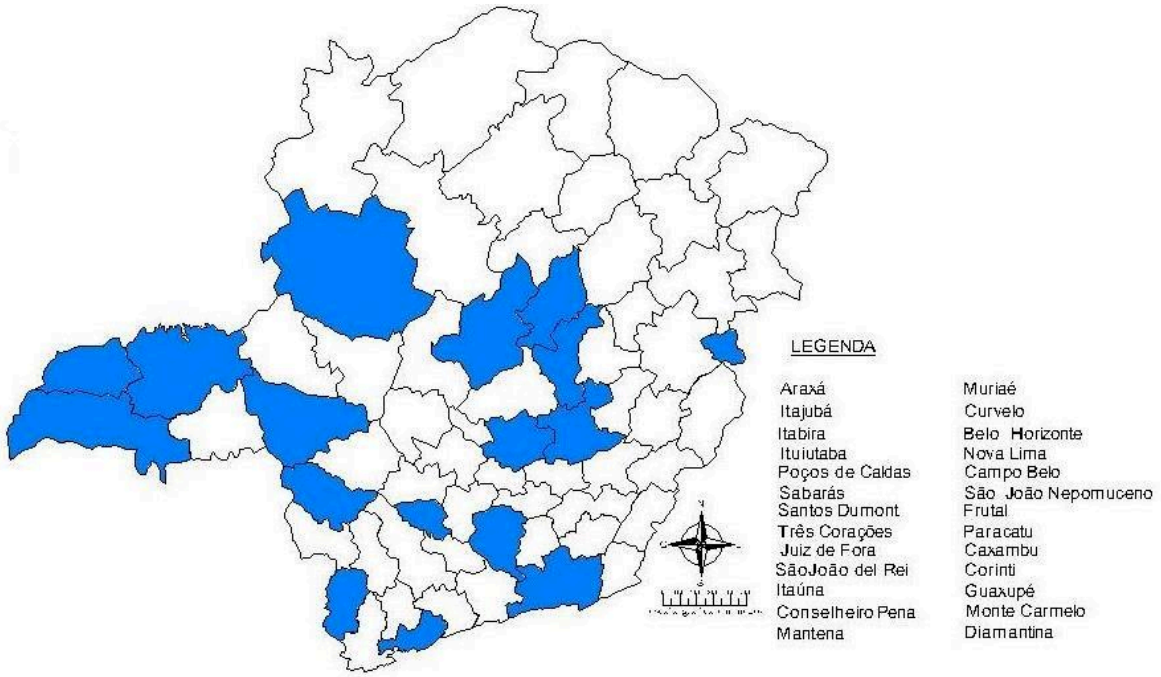
> Partindo desse pensamento, promove o governo mineiro o seminário de preparação das 60 comissões municipais selecionadas para iniciar a implantação da reforma, em Minas Gerais. Participam do seminário os representantes da Grande-BH, de municípios com mais de 50.000 habitantes

> e outros já dotados de condições e equipamentos capazes de permitir a projetada renovação.[7]

O entusiasmo pela educação profissionalizante por parte do governo de Rondon Pacheco fez com que o Estado de Minas Gerais se esforçasse na construção e implantação dos Ginásios Polivalentes em praticamente todos os centros econômicos importantes do estado.

Em uma terceira e quarta etapas foram contempladas, no período de 1972 a 1974, as cidades de Araxá, Itajubá, Itabira, Ituiutaba, Oliveira, Poços de Caldas, Sabará, Santos Dumont, Três Corações, Juiz de Fora, São João Del Rei, Itaúna, Conselheiro Pena, Muriaé, Curvelo, Nova Lima, Campo Belo, São João Nepomuceno, Frutal, Paracatu, Caxambu, Corinto, Guaxupé, Monte Carmelo, Mantena e Diamantina. Através do mapa abaixo podemos melhor visualizar as cidades contempladas nesta fase:

Mapa 4 - Mapa da terceira e quartas fases de implantação dos Ginásios Polivalentes – 1972-1974



Fonte: o próprio autor.

De 1971 a 1975, o Governo de Minas Gerais se esforçou para que o projeto dos Ginásios Polivalentes pudesse abranger grande parte do estado. O governo via nas escolas polivalentes a oportunidade de expansão da educação que colocasse o aluno em contato direto

[7]*Jornal Estado de Minas*, 13 de maio de 1972.

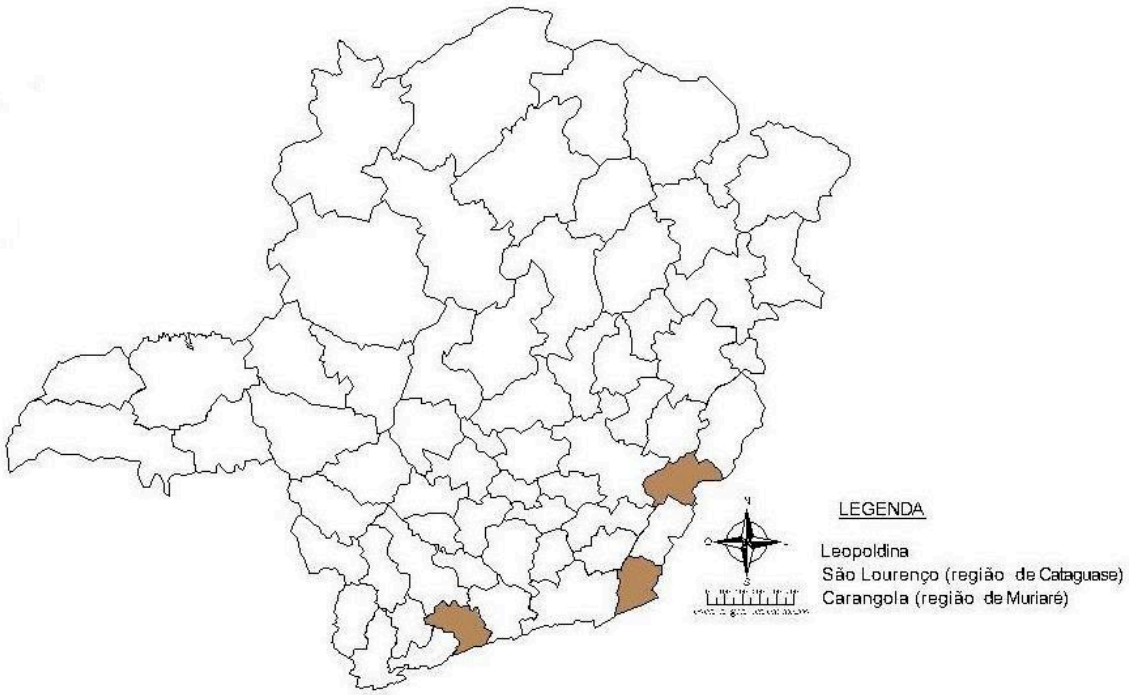
com suas vocações laborais para que desenvolvessem suas aptidões. No contexto da ditadura militar, o governo impôs a relação entre economia e educação na tentativa de fazer da escola o "chão das fábricas". Nesse contexto, via-se a oportunidade de formar profissionais para ocupar as vagas das indústrias e das fábricas, do comércio e do agronegócio.

Para Lima (2018, p.44):

> A partir da consideração dos ideais articulados entre o desenvolvimento econômico e o ensino em prol da profissionalização técnica para o mercado de trabalho, em torno da intenção de um país industrializado e preparado para a demanda de mão de obra especializada, surgem os acordos entre Brasil e Estados Unidos visando um equilíbrio no modelo social-econômico. Contudo, a educação dos governos ditadores não se baseava na democracia, isso pode ser observado com a assinatura dos acordos MEC-USAID que foram impostos ao sistema educacional em todos os seus níveis.

Ainda seriam construídos em 1975 mais três ginásios abrangendo as cidades de Leopoldina, São Lourenço e Carangola, consideradas construções tardias. Conforme o mapa abaixo se pode visualizar essas cidades:

Mapa 5 - Mapa da quinta fase de implantação dos Ginásios Polivalentes - 1975



Fonte: o próprio autor.

Nesse período do governo de Rondon Pacheco (1971-1975), a indústria de Minas Gerais se consolida no cenário brasileiro. No seu governo, deu-se forte ênfase ao

empreendedorismo e a criação de institutos que fomentassem o crescimento econômico em Minas Gerais. Foi o protagonista da instalação da Fiat em Minas Gerais e da consolidação do Vale do aço, região de Ipatinga no cenário industrial brasileiro.

Nesse contexto de crescimento econômico, acreditou-se que a escolarização profissional traria o preenchimento das demandas nos setores de mão de obra nas indústrias. O modelo dos Ginásios Polivalentes, financiados pela USAID e pelo BIRD, em convênio com o PREMEN o MEC e as Secretarias Estaduais de Ensino, foi consolidado em Minas Gerais.

O J*ornal Estado de Minas* datado do dia 22 de março de 1972 apresentou uma manchete que dava maior ênfase às expectativas do estado quanto às instalações de mais unidades dos respectivos ginásios, com o título em caixa alta: "ESCOLAS POLIVALENTES PARA MAIS 34 CIDADES MINEIRAS". E o conteúdo da reportagem não poderia ser diferente, a não ser procurar refletir o momento que o estado vivia de euforia com a reforma educacional e o direcionamento para os ginásios polivalentes.

O enaltecimento por parte do jornal em relação ao projeto chega a ser contagiante. O treinamento dos educadores que iriam protagonizar a reforma educacional também nos chama a atenção. Um treinamento de todo o quadro educacional que é necessário para que uma escola possa funcionar. Treinamento já discutido nesse trabalho e que foi gerenciado pelo modelo de educação americana nos idos de 1920.

Eis o conteúdo da manchete:

> Em trinta e quatro cidades mineiras serão instaladas até o mês de abril as suas escolas polivalentes, possibilitando o aumento das matriculas para 19 mil, que, somadas às 8.000 já existentes, representam um expressivo esforço do governo do Estado para implantar o novo modelo da escola de primeiro grau preconizada pela reforma da Educação. As escolas polivalentes orientam-se pela filosofia que inspira a reforma do ensino e tem currículos dirigidos à formação intelectual do aluno, preparando-o para o trabalho, mediante intensa exploração de suas aptidões e adequada orientação vocacional. Uma das características mais positivas do programa de implantação das escolas polivalentes é a que se refere à preparação de recursos humanos para o exercício nesses novos educandários, das atividades docentes e técnico administrativo. Paralelamente à execução do projeto de construções, desenvolveu-se o projeto de treinamento de recursos humanos, preparando 775 professores, 113 diretores, orientadores técnicos, bibliotecários, secretários e 100 auxiliares de administração.[8]

A estruturação das escolas polivalentes como modelo educacional obedecia a uma premissa**.** Os ginásios foram criados para serem modelos de educação voltados para despertar a aptidão vocacional do educando. Para isso, a estruturação das construções foi feita no

[8]*Jornal Estado de Minas,* quarta-feira, 22 de março de 1972.

sentido de impactar a vida escolar dos alunos daquele período, mediante a disposição das pequenas oficinas construídas dentro do ginásio.

Resende (2011, p. 95) nos mostra que, entre os anos de 1971 e 1975, tanto os alunos como os professores do Colégio Polivalente não tiveram a noção de que a educação praticada pela escola tinha um viés de despertar a vocação para o trabalho. Naquele momento, ainda não tiveram condições de fazer essa associação. Para eles, o objetivo da escola não foi esse e viam a escola como um educandário que se preocupava com a formação normal do educando.

Segundo a mesma autora, os profissionais e alunos que participaram do Colégio Polivalente, após 1975, já notaram o viés vocacional para despertar aptidões para o trabalho. Para esse outro grupo de pessoas que esteve ligado ao Ginásio Polivalente de Uberlândia, foi necessário um distanciamento no tempo para perceberem que o Ginásio Polivalente tinha como diretriz a vocação para o trabalho. Bittencourt Júnior (2008, p. 14) é favorável à ideia de que os Ginásios Polivalentes, o que ele chama de GPEs, foram vocacionais:

> A filosofia do PREMEM definia que, dando continuidade à experiência dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT), os GPEs tinham a pretensão de harmonizar, nos currículos, o desenvolvimento intelectual e a vocação para o trabalho, com base no ensino de matemática, ciências e letras, e a prática vocacional de artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar. O aluno iria da sala de aula ao laboratório e deste às oficinas, acumulando experiências de iniciação humanística, científica, artística e prática, exercitando aptidões, desvendando tendências e vocações, para, no ensino de segundo grau, definir-se pela sua habilitação profissional imediata.

O modelo dos prédios com o maquinário e as aulas de técnicas agrícolas iria de encontro às práticas laborais que os educandos encontrariam fora do espaço estudantil, tão logo ganhassem o mercado de trabalho. Para testemunhar toda a dinâmica da estrutura dos ginásios polivalentes, o *Jornal Estado de Minas* noticiou de que era composto e como seria a funcionalidade dos mesmos:

> Para se implantar uma Escola Polivalente, levou-se em conta dotá-la de condições técnicas indispensáveis. Construída numa área de 20.000 m^2, possui oito salas de aulas, salas para serviços técnicos e administrativos, oficinas de artes industriais, equipada, oficinas de técnicas comerciais, sala-ambiente de educação para o lar, laboratório para ciências, área para educação física e desportos, sala para biblioteca (5.000 volumes). Todas as salas recebem equipamento próprio. A capacidade de lotação de cada sala de aula das escolas polivalentes é de 40 alunos em cada turma nas aulas de

> formação intelectual e de 20 alunos em cada turma nas atividades de artes práticas e laboratório. A Escola Polivalente funcionará em dois turnos.[9]

A quem interessa uma reportagem que enaltecesse os feitos gloriosos de determinada pessoa, seja física ou jurídica? Podemos verificar a ênfase dada aos feitos educacionais referente à implantação dos colégios polivalentes em Minas Gerais e à reforma educacional para se adequar a estrutura educacional do estado à Lei 9.692/1971, por parte do Jornal *Estado de Minas*, no período de 1971 a 1975.

Devemos lembrar que o período do governo mineiro é o mesmo período dos governos militares. Enquanto uma parte da imprensa questionava os atos do governo militar, outra parte, nesse período, traria os feitos realizados pelo governo, para que a população que lia jornal fosse esclarecida sobre os fatos cotidianos e é claro sob a ótica do governo. Era a maneira de o governo dar publicidade aos seus atos.

E foi justamente nessa ótica que o *jornal Estado de Minas* continuou a dar publicidade aos feitos do governo na área educacional. Para uma análise historiográfica dos recortes das manchetes é necessário verificar nas entrelinhas o objetivo governamental.

Fica evidente a publicidade dos feitos do governo de Rondon Pacheco durante o período de implantação e construção dos Colégios Polivalentes em Minas Gerais. É inerente aos governos ditatoriais a propaganda e a publicidade de seus feitos perante a população de forma enfática e fervorosa. E nesse sentido, Rondon Pacheco, aliado dos governos militares, foi indicado ao governo de Minas Gerais pelo General Emílio Garrastazu Médici, presidente do Brasil de 1969 a 1974.

A reforma educacional do estado de Minas Gerais não ficou despercebida. O Secretário da Educação, Professor Caio Benjamim Dias, vai abraçar a causa da implantação das Escolas Polivalentes em Minas Gerais. E que também foi motivo de várias reportagens, dentre elas:

> O secretário de educação, professor Caio Benjamim Dias, afirma que "é pensamento da Secretaria de Educação obter a máxima rentabilidade do **vultoso** (*grifos nosso*) investimento aplicado na rede de escolas polivalentes, programando a plena utilização da capacidade de suas oficinas e equipamento técnico, de sorte que se beneficiem deles outras escolas da comunidade". Medidas concretas, - continua ressaltando o secretário da Educação- "estão sendo tomadas nesse sentido, o que virá alargar a faixa das escolas a serem atingidas pelo impacto do novo regime instituído pela Lei 9652". Para aqueles que ainda perguntam "quando será implantada a reforma do ensino em Minas Gerais? – O professor Caio Benjamim Dias responde convicto: "Ela já teve seu início promissor através deste e de outros

[9] *Jornal Estado de Minas*, quarta-feira, 22 de março de 1972.

> empreendimentos consignados no Plano Estadual de Implantação, recentemente encaminhado ao Conselho Estadual de Educação". [10]

Nota-se na fala do secretário que a quantia recebida por parte do governo para implantação dos colégios polivalentes foi vultosa, o que corrobora com o que defendemos até aqui, que o financiamento de tal projeto resultará do convênio com a USAID e o BIRD. Também é notório que o governo poderia utilizar de tais recursos para estender o projeto para estender o projeto a outras escolas que se viessem a adequar ao modelo vocacional das Escolas Polivalentes.

Podemos falar da relação de poder do estado frente à empreitada educacional proposta pela lei 5692/1971 e sua ênfase na profissionalização do educando. O governo tem os meios ideológicos, econômicos e políticos ao seu lado. Diante do exposto, ficou evidente a preocupação do governo em implantar a reforma educacional e as escolas polivalentes em Minas Gerais.

Corrobora com esse pensamento Vaz, (2004, p.58):

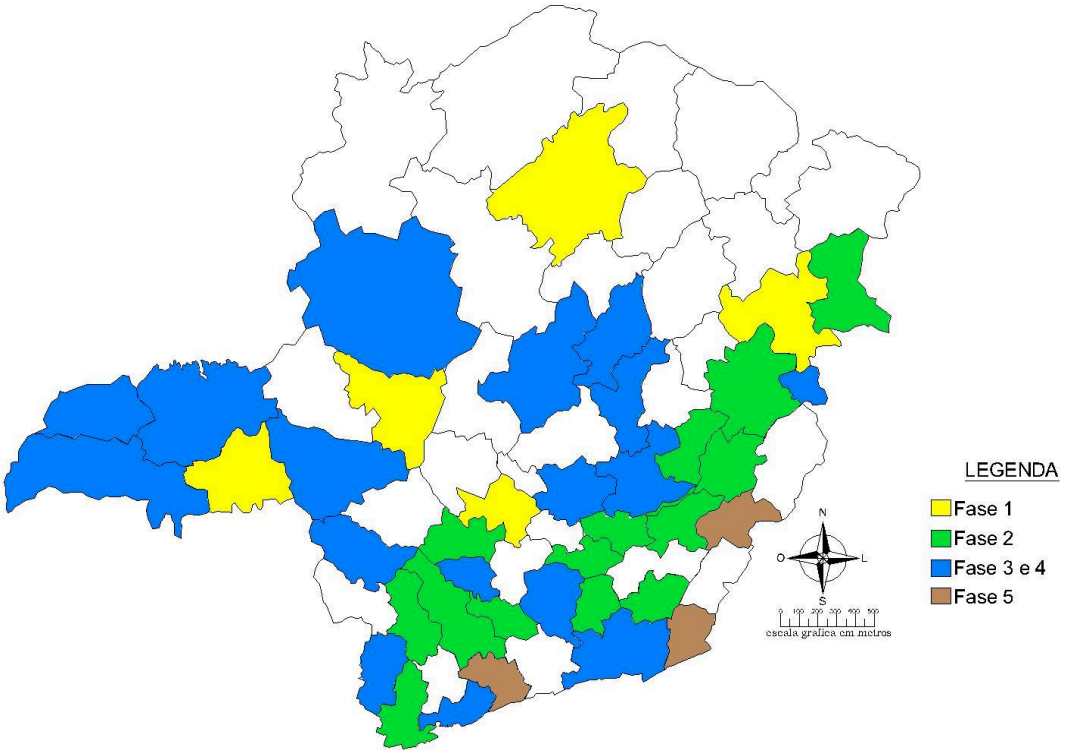
> Entender essa implantação da reforma educacional pressupõe situar os acontecimentos específicos da educação. Entendendo que toda reforma envolve relações de poder e conhecimento. De um lado, o poder de definir e normatizar novas práticas por parte do Estado, bem como o poder de definir o alcance de tais medidas governamentais e a quantidade de dinheiro a ser investido na sua reordenação. Ao mesmo tempo, o poder de legitimar um determinado discurso sobre a educação, incluindo nisso uma compreensão sobre o que deve ser melhorado, quais os setores a receberem prioridade, que parcela do público será revitalizada ou beneficiada com essas reformas. À capacidade de decidir acrescenta-se um conjunto de saberes técnicos e racionais, que procuram definir o melhor ou o mais eficaz meio de legitimar tal reforma.

Em uma configuração mais ampla, o mapa abaixo vai nos mostrar as cidades consideradas polos em que foram construídos e implantados os ginásios Polivalentes, entre 1971 e 1975, no Estado de Minas Gerais:

---

[10] *Jornal Estado de Minas*, quarta-feira, 22 de março de 1972.

Mapa 6 - Mapa de todas as fases de implantação dos Ginásios Polivalentes



Fonte: o próprio autor.

Observando o mapa acima, verificamos que no norte de Minas foram implantados apenas dois ginásios polivalentes: um em Pirapora e outro em Montes Claros. Talvez devido à precariedade de condições da grande maioria das cidades do norte de Minas, em situação sócio econômica desfavorável na década de 1970, momento de implantação dos ginásios polivalentes.

2.6 A Educação Polivalente e seus significados

Como já foi discutido nesse trabalho, a influência americana na criação dos Ginásios Polivalentes se deu através das high school. Mas, no Brasil havia um modelo anterior, parecido com o que foi os Polivalentes e que fora criado em 1959: os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs). Inclusive alguns dos GOTs foram adaptados para Ginásios Polivalentes. Procurando sistematizar e colocar em um mesmo patamar a formação

intelectual e a orientação para o trabalho nas áreas de Educação para o Lar, Técnicas agrícolas, Técnicas comerciais e Artes Industriais, os GOTs buscavam equacionar os problemas sociais no Brasil em relação à educação baseados na síntese da escola profissionalizante e na escola propedêutica. Os GOTs surgiram através de estudos do Professor Gildásio Amado, Diretor do antigo Departamento de Ensino Secundário do Magistério da Educação e Cultura.

Após a promulgação da Lei de diretrizes e Bases da Educação de 1961, que reformou o ensino secundário e introduziu o ensino profissionalizante no país, as experiências através dos GOTs podem ser consideradas a precursora dos Ginásios Polivalentes no país, apesar da forte influência americana.

Outro aspecto interessante é saber o motivo que levou o governo a chamar os Ginásios de Polivalentes de tal forma. Resende (2011, p. 31) diz que Polivalente é aquela escola que engloba em seu currículo "múltiplos valores". Isso quer dizer que essa polivalência vai englobar o ensino intelectual e o ensino prático e dar ao educando possibilidades de despertar seu espírito vocacional. Já para Jacinto Guerra, professor e diretor do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, no ano de 1971:

> Surgia com isso, em nosso país, a noção de Polivalência em educação. O termo polivalente significa mais de uma valência. Valência, em química, é a capacidade ou poder de combinação dos elementos. Polivalente é o que tem a múltipla capacidade ou poder de combinação. No ginásio ou Escola Polivalente integra-se uma educação orientada para a cultura e para o trabalho, conquistas humanas que não se opõem, mas se completam na formação do homem moderno.[11]

E, na mesma reportagem, o então diretor, faz uma analogia muito interessante em relação ao ensino comparado. Para esclarecer, ensino comparado é aquele que se faz buscando elementos educacionais em outros países. Em relação aos Ginásios Polivalentes, o diretor fará uma analogia entre a educação comprensiva dos Estados Unidos da América e a educação técnica desenvolvida na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Continua ele:

> Não se criava no Brasil nada de novo em termos de Educação Comparada, uma vez que muitos países já seguiam essas tendências modernas do ensino fundamental e médio, especialmente a União Soviética com a sua "Escola Politécnica" e os Estados Unidos com suas "Escolas Comprensivas". Procurava-se, dessa forma, um tipo de escola totalmente sintonizada com a realidade Brasileira e estudos minuciosos realizados pela Equipe de

[11] *Jornal Folha Diocesana*, 1972, p. 5

> Planejamento do Ensino Médio (EPEM) definiram as linhas mestras desta arrojada experiência educacional que é a Escola Polivalente. [12]

Apenas no início na concepção dos Ginásios é que os mesmos se chamaram Polivalentes. Tão logo foram implantados nas cidades receberam outros nomes. Pelo estudo realizado, verificamos que os nomes foram dados segundo a importância que determinados sujeitos tiveram na construção e crescimentos das cidades ou, então, apenas por questões políticas. Nesse momento, muitos Ginásios Polivalentes, passaram a se chamar Escola "fulano (a) de tal", como verificaremos no caso do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, que passou a ter a denominação de Escola Professora Elza Carneiro Franco. Tal questão será objeto de estudo no próximo capítulo.

A variação do termo Escolas e Ginásios Polivalentes se faz presente em muitos estudos sobre o tema. Alguns autores vão utilizar do termo escola e outros ginásios, ou mesmo ambos os termos. Depois de verificar a Resolução 925/1970 da SEE, foi observado que essas expressões são corretas. De acordo com Resende (2011, p. 87), a Escola Polivalente é conhecida como ginásio único, pluricurricular e moderno.

Nos próximos itens, estudaremos em síntese o Ginásio Polivalente de Patos de Minas, suas nuances políticas e os impactos que a cidade teve com sua criação.

2.7 Implantação do Ginásio Polivalente na Cidade de Patos de Minas

O município de Patos de Minas pertence à mesorregião do Triangulo Mineiro, situado na região do Alto Paranaíba, com uma área de 3.182 km quadrados. No último recenseamento, em 2017, a cidade contava com 149.856 moradores. Sempre teve como atividade principal o agronegócio com vasta região agrícola e rica bacia leiteira tendo como expoentes a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas, COOPATOS e a Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda, CEMIL. Na década de 1970, a mineradora Fosfértil, empresa estatal, se instalou no município originando centenas de empregos. Com o programa de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, a empresa foi vendida e os empregos diminuíram consideravelmente com a paralização de quase toda produção de fosfato.

Patos de Minas se destaca no cenário nacional devido à produção de cereais e dentre eles o milho. Em 1959, no Distrito de Bonsucesso, foi criada a Festa do Milho, realizada também em 1961 no Distrito de Posses do Chumbo. A partir dessa data a festa

---

[12] *Jornal Folha Diocesana*, 1972, p. 5

passou a ser realizada na cidade de Patos de Minas, com a participação de todo o município nas festividades. Em 1965, através do decreto presidencial 56286/65, a Festa passa a ser considerada Festa Nacional do Milho. O desfile cívico militar, que faz parte das festividades, realizadas no dia 24 de maio, aniversário da cidade, sempre teve destaque com a participação das Escolas da cidade, dentre elas, o Polivalente.

2.7.1 De arraial à emancipação política

Toda cidade tem sua história. Desde os primeiros rudimentos de aglomerações em torno de um ponto específico até à emancipação. A cidade de Patos de Minas não se furtou a esta história. O memorialista Oliveira Mello (1978), descreve com maestria o surgimento dessa cidade. No início, a região foi habitada por nativos, sendo os mais conhecidos, aqueles que pertenciam à tribo Cataguá.

Em busca de riquezas por parte dos colonizadores, os bandeirantes abriram picadas em todo Estado Brasileiro. A presença de bandeirantes na região data de 1670, segundo Mello (1978, p. 16). Com a descoberta das minas de ouro de Goiás e de Paracatu, outras picadas foram abertas e a presença de bandeirantes na região se tornou uma constante. Por estas paragens não havia ouro, mas servia de pouso para os bandeirantes.

Outro fator relevante foi a criação de quilombos em toda região que hoje é o Alto Paranaíba. Com o trabalho forçado e os maus tratos nas minas de Paracatu e Goiás, os escravos fugiam e construíam os quilombos, principalmente na bacia do Rio Paranaíba que margeia a cidade de Patos de Minas, onde estariam longe das garras dos feitores e capitães do mato. Grande parte das terras conhecidas hoje como região do Alto Paranaíba pertencia a Dom José Luiz de Menezes Abranches Branco de Noronha, mais conhecido como Conde Valadares que, segundo Mello (1978, p. 18) doavam sesmarias para que as terras fossem povoadas.

E foi isso que aconteceu na região da cidade de Patos de Minas. Com os bandeirantes precisando de pousos para descanso das tropas e cavalos, foram surgindo, ao longo das picadas, pequenas aglomerações de pessoas afeitas ao comércio que davam pouso e alimentação. Pela descrição de Mello (1978, p. 22), uma dessas cartas de sesmaria foi doada a Afonso Manoel Pereira no dia 29 de maio de 1770, tornando-se dono legitimo de toda região onde se situa o município de Patos de Minas. O primeiro ato como proprietário das terras foi o de ordenar a destruição de todos os quilombos que se encontrassem nas suas terras, com o pretexto que estava havendo muitos roubos e assassinatos na região por parte dos habitantes

dos quilombos. No início do século XIX, por volta de 1820, já se mencionava o nome de "os Patos", sendo uma pequena aglomeração de casas que era subordinado ao povoado de Santa Ana da Barra do Rio Espirito Santo e que já possuía outros fazendeiros como proprietários de terras, muita das vezes sendo fruto de heranças.

Nas pesquisas que Mello (1978, p. 26) fez, foi possível encontrar outro documento, sendo uma escritura de doação por parte de Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua esposa Dona Luíza Correa de Andrade a Santo Antônio para que fosse edificada uma igreja e demais casas para os povos. Esta escritura foi lavrada em 19 de julho de 1826. Com a construção da capela de Santo Antônio, as casas foram aumentando e gradativamente o povoado foi crescendo até que recebeu o nome de Arraial de Santo Antônio dos Patos da Beirada do Rio Paranaíba, ainda em 1826. Em 30 de outubro de 1866, o Arraial foi elevado a Vila e o nome mudou para Vila de Santo Antônio dos Patos. Em 29 de fevereiro de 1868, a Vila consegue sua autonomia política.

Em 1892, o nome foi mudado para Patos, depois de ouvido o povo pelo então deputado da província de Minas Gerais e representante da região, o Senhor Olegário Dias Maciel. Nesse mesmo ano, no dia 24 de maio, foi elevada à categoria de cidade. A partir de 31 de dezembro de 1943, Patos passa a ter o nome de Guaratinga por ter outro homônimo no Brasil. Já havia o nome da cidade de Patos, na Paraíba, e, por ser mais velha, a cidade de Patos mineira teve que mudar de nome. Foi um descontentamento só, segundo Mello (1978, p. 30), pois a população queria ser patense e não guaratinguense. Por esse motivo, o prefeito da época, Senhor Clarimundo José da Fonseca Sobrinho, juntamente com o coronel Osório Dias Maciel, conseguiram, em 3 de junho de 1945, junto ao governador da província, o nome de Patos de Minas, nome que permanece até os dias de hoje.

A cidade de Patos de Minas teve pontos comerciais importantes como armazéns, lojas de tecidos e confecções, indústrias nas áreas de metalurgia e mineração. Os pontos comerciais, principalmente os que havia na beira da lagoa, no bairro Brasil, e os do mercado municipal, abasteciam o povo da zona rural que, até a década de 1960, tinha a população maior que o da zona urbana. Nesse período, o comércio com a zona rural foi intenso. A população do município de Patos de Minas, na década de 1960, era de 32.511 habitantes na zona urbana e 40.328 habitantes na zona rural, perfazendo um total de 72.839 habitantes. Já na década de 1970, o quadro começa a inverter e a população urbana é superior à população rural, sendo que 44.877 habitantes eram oriundos da zona urbana e 31.244 habitantes eram oriundos da zona rural, perfazendo um total de 76.211 habitantes.

2.7.2 Patos de Minas e seu desenvolvimento educacional

A base para o desenvolvimento de uma sociedade é a educação**.** Não é por acaso que os governantes e lideranças desde o surgimento dos Povoados, Arraiais, Vilas e Cidades se preocuparam com os aspectos educacionais, mesmo que tenha parecido mínimo. Em Patos de Minas, essa preocupação foi desde a formação da cidade. Com a grande maioria da população morando no campo até meados da década de 1970, a instrução sempre foi pauta daqueles que assumiam o município nos aspectos políticos ou de terceiros que lecionavam de forma particular, às expensas dos donos das fazendas que os contratavam. Segundo o memorialista Mello (1978, p. 58):

> Desde o começo do arraial, o patense se preocupou com a instrução pública para seus moradores. No dia 7 de maio de 1853 criou-se a primeira escola pública e, em 3 de outubro do ano seguinte, foi nomeado o primeiro professor, Francisco de Paula e Souza Bretas. No começo deste século houve várias escolas do curso secundário, mas todas com a vida curta. O primeiro foi o <<Atheneu>>.

Segundo Fonseca (1974, p.149), o Grupo Atheneu foi instalado no dia 3 de junho de 1906 e, realmente, teve curta duração. No ano de 1880, a Vila de Patos teve um ganho exponencial na área educacional para aquela época. Foi transferido da cidade de Araxá para Patos o Professor Valeriano Rodrigues. Essa figura que inscreveu seu nome no campo educacional patense, nasceu em Formiga no ano de 1842 e teve sua iniciação educacional na cidade de Bambuí até chegar à Vila de Patos. Chegando pelas paragens patenses, o mesmo observou o elevado número de analfabetos que existia na Vila dos Patos. Preocupado com a situação, o referido professor trabalhou arduamente para que a instrução chegasse à população de maneira geral, inclusive lecionando para escravos. Para Fonseca (1974, p. 131):

> Condoído com o grande número de adultos analfabetos, o professor Valeriano, com a ajuda da câmara, abre uma aula noturna a 1º de setembro de 1884. A escola funcionava às 2ª. s, 4ª. s e sábados, recebendo matrículas de maiores de 14 anos e, além do mais – o que é significativo – de escravos, com permissão de seus senhores. O tempo das aulas ia de 7 às 9 da noite, e constavam as mesmas de leitura e caligrafia, noções de gramática portuguesa, noções de geografia e história do Brasil, as quatro operações decimais, com exercícios práticos de reduções de pesos e medidas.

No ano de 1889, o professor Valeriano é aposentado. Com isso, ele começa a lecionar de forma particular, momento em que anuncia no jornal da época *O Trabalho* a

abertura de aulas de instrução primária para adultos. Ele cobrava por mensalidade cerca de 8 mil réis no ato da matrícula, isso de acordo com Fonseca (1974, p. 131).

Uma curiosidade que não poderia passar despercebida é a dificuldade que as mulheres, nessa época, tinham de frequentar a escola, gerando consequentemente dificuldades em ter profissionais do sexo feminino para a educação na região. O Distrito de Santo Antônio dos Patos experimentou sérias dificuldades com o aprendizado das mulheres no campo do saber, dentre elas o descaso dos pais para com as filhas. Para Fonseca (1974, p. 135):

> Mesmo criado o município perduravam as incertezas e, consequentemente, o descaso dos pais de famílias pelo ensino às suas filhas. Pouco caso esse, agravado mais ainda, pela mentalidade quase generalizada, de que a mulher era traste de casa, escondida a sete chaves, até o namoro (de longe, sem pega de mãos e muitas vezes – e quantas – através dos buracos das fechaduras). A bondosa Dona Queta afirmava que, para a mulher de tempo antigo eram exigidos três "cês": costura, cueiro e comida. Boa costureira, boa lidadeira com os recém-nascidos e boa cozinheira de forno e fornalha.

No ano de 1889, a Escola Municipal teve a primeira orientadora e professora do sexo feminino. Eliza Jane Smith, de nacionalidade inglesa e de origem protestante, começa os trabalhos na Escola Municipal que não possuía prédio próprio, sendo o mesmo particular. Em 1896, já havia quatro classes em funcionamento com 41 alunas. A professora em questão ensinava asseio, educação, boas maneiras, aulas de canto, além das disciplinas de leitura, elementos de gramática, análise etimológica, aritmética, geografia geral e especialmente do Brasil, dentre outras disciplinas (Fonseca, 1974, p. 137).

Com o desenvolvimento econômico patense, foram sendo necessárias novas medidas no setor educacional, dentre elas a luta pela construção de um espaço que pudesse atender a grande maioria dos alunos da cidade. Com isso, foi formada uma comissão para construção do primeiro Grupo Escolar de Patos, criado pelo decreto 4.065, de 23 de dezembro de 1913. O Grupo foi construído com sede própria da municipalidade e doado ao Estado. No dia 4 de julho de 1917, foi instalado o Grupo Escolar, tendo como primeiro Diretor o professor Modesto de Mello Ribeiro, tendo-se matriculado inicialmente 321 alunos. Segundo Fonseca (1974, p. 145), em 2 de abril de 1918, o Grupo Escolar passa a se chamar Grupo Escolar Marcolino de Barros. Mello (1978, p. 58), também relata que:

> Acontecimento importante foi a fundação do Grupo Escolar Marcolino de Barros, instalado no dia 4 de junho de 1917. Tratava-se de um grande feito, pois muito poucas cidades possuíam um Grupo Escolar, que requeria professores normalistas para lecionar. O seu primeiro diretor foi o Prof.

> Modesto de Melo Ribeiro. Criar um Grupo Escolar naquela época era tão importante quanto fundar uma faculdade nos dias de hoje.

A primeira experiência do município patense em relação ao ensino técnico foi o do Ensino Técnico Agrícola no ano de 1911. Fundada pelo patense e empreendedor Dr. Jacques Dias Maciel com o nome de Aprendizado Agrícola de Patos e instalada na fazenda Limoeiro. O tamanho do empreendimento para época nos chama a atenção, já que a cidade possuía 14 ruas, 6 praças, 400 casas, duas farmácias e duas igrejas. Durou apenas dois anos, mas teve lugar de destaque na pesquisa de Fonseca (1974, p. 150):

> O aprendizado começou com 7 alunos, cinco dos quais às expensas da municipalidade. Dispunha de casa para escola, dois galpões – para máquinas e para laticínios – olaria, doze máquinas agrícolas, vinte e cinco vacas leiteiras, dois reprodutores – zebu e caracu – dezoito bois de carro, dois animais de arado, trinta e oito porcos de engorda, e duzentos galináceos de raças diversas. Área de 144 hectares, dos quais 21 em culturas e 70 em pastagens artificiais. Era ideia do diretor, em 1913, a equiparação do estabelecimento aos congêneres federais, o que não conseguiu. Razão de seu fechamento, no mesmo ano.

Em 1932, a cidade de Patos de Minas foi contemplada com o curso normalista. Foi construída, então, a Escola Normal Oficial que tinha como princípio a formação de normalistas para atuarem no ensino primário. A Escola Normal, como ficou conhecida, formava professoras no ensino médio para atuarem nas primeiras séries iniciais ou ensino primário.

Em 1956, foi criada a Escola Técnica de Comércio Pio XII. Segundo Fonseca (1974, p. 153), esse estabelecimento de ensino, apesar de ser da iniciativa privada, teve ampla ajuda do município com a doação do terreno, sendo um quarteirão para construção da sede própria, através da lei 309 de 1956. Também contou com um auxílio em dinheiro, no valor de Cr$ 47.775,90 (quarenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco cruzeiros e noventa centavos), através da lei 421 de 1958, além de isenções de impostos e taxas municipais (lei 394 de 1957). Essa escola passa a ter denominação de Colégio Comercial Silvio de Marco até o ano de 1985, momento em que encerrou as suas atividades.

Nos anos que se seguiram, a cidade de Patos de Minas foi construindo dezenas de Grupos Escolares na zona urbana e também na zona rural. Também passou a contar com várias Escolas Estaduais, Escolas particulares e Uma Faculdade. O ápice das construções de Grupos Escolares se deu no governo de Ataídes de Deus Vieira que foi prefeito de Patos de Minas no período de 1967 a 1970 e foi considerado o prefeito da educação.

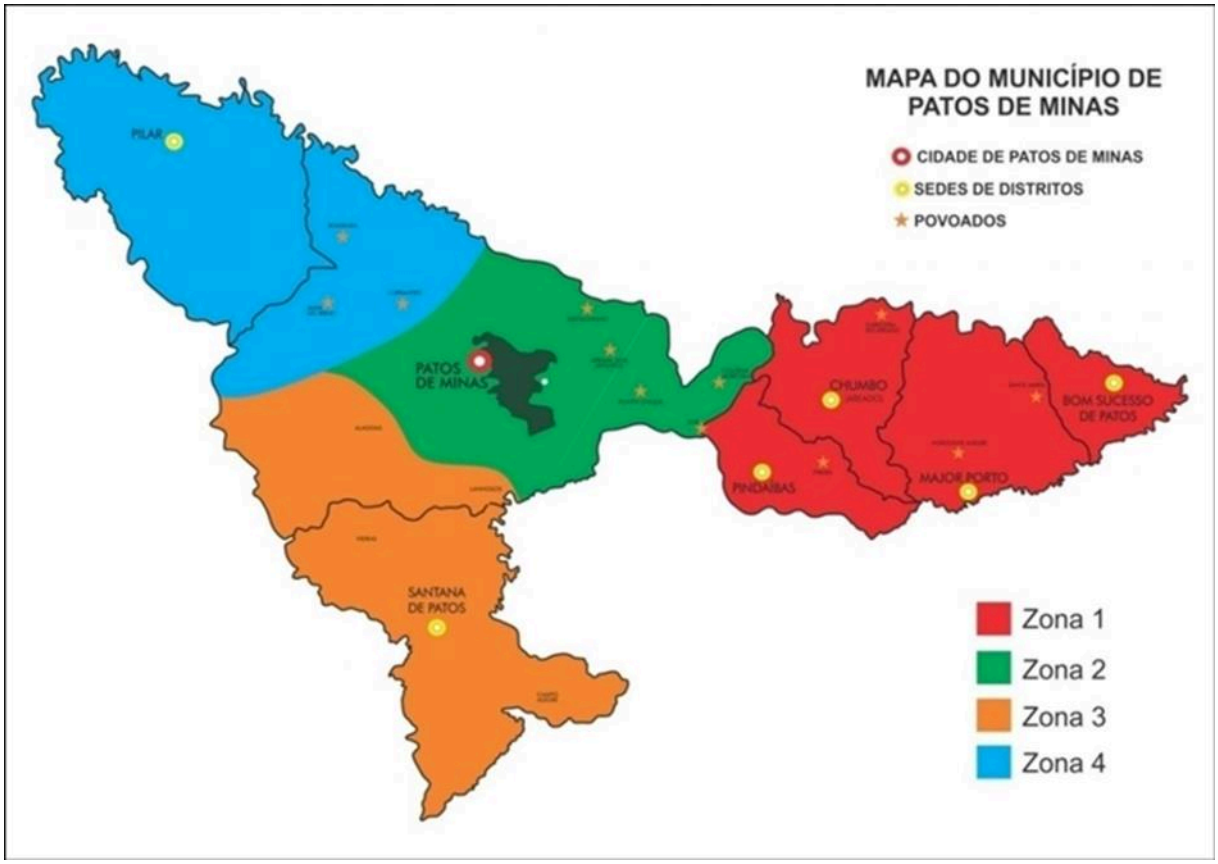
Apesar do bordão que era dado a quase todos os prefeitos da época, notamos que esse prefeito justificou o nome de prefeito da Educação devido ao fato de que, durante esse período, abriu uma escola por mês. Para comprovar isso, veja fragmento do *Jornal Folha Diocesana* de 24 de maio de 1969:

> Pessoas existem que a influência de números estatísticos nelas predomina de tal forma a não ser possível contestação. Cento e nove grupos escolares na zona rural em funcionamento. Cento e dezesseis professoras na zona rural; 4453 alunos matriculados na zona rural. Estes dados poderiam forçar uma convicção ao povo patense de que a situação do ensino no meio rural é tranqüila. É verdade para aqueles que pautam seus "modus pensandi" em cifras. Não é essa a convicção do chefe do executivo patense, Ataídes de Deus Vieira. População Rural Melhor Amparada. Vale tanto afirmar que é uma preocupação constante da administração Ataídes de Deus Vieira. A educação que, em obediência a um programa, meta administrativa que vem sendo cumprida e previamente estabelecida, grupos escolares vêm sendo inaugurados mensalmente na base de um por um, um mês um grupo, prova disto, em vinte e cinco meses como administrador do município de Patos de Minas, 21 grupos foram construídos, inaugurados e estão funcionando. Faltam quatro grupos para complementação da meta 25 meses, 25 grupos. Na próxima semana, as localidades denominadas: Zeca Mota; Augusto Alves; Antônio Alves serão incorporadas ao quadro de onde se localizam Escolas Rurais. Farão essas três unidades escolares que o número 109 seja acrescido para 112 escolas e que a meta pré-estabelecida vá se concretizando. Aproximadamente 4.500 alunos rurais frequentam os diversos grupos espalhados pelo município. Conhecido é de todos que a condição alimentícia de nossa zona rural, e antes fosse só a nossa, são as mais precárias em proteínas e higiene. Nosso prefeito municipal Ataídes de Deus Vieira, através do Deputado Sebastião Alves do Nascimento, iniciou entendimentos com a Campanha Nacional da Alimentação Escolar, CNAE, para suprimento, aos grupos escolares rurais, de merenda.[13]

Lembrando que foi no pleito de Ataídes de Deus Vieira que houve a doação do terreno para construção do Ginásio Polivalente, em 1970. Abaixo mapa do Município de Patos de Minas.

[13] *Jornal Folha Diocesana*, 24 de maio de 1969.

Mapa 7 – Município de Patos de Minas



2.7.3 As Bases políticas para implantação do Ginásio Polivalente em Patos de Minas

A cidade de Patos de Minas foi contemplada para receber uma unidade do Ginásio Polivalente dentro do novo modelo de educação, que ora se desenhava com a reforma educacional no país. A Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, considerada por muitos estudiosos na área educacional como a nova LDB, é que deu suporte à criação dos Ginásios Polivalentes, sempre lembrando que esse modelo, como já anteriormente dito no capítulo anterior, é americano. O governo militar via na educação técnico profissionalizante a "mola para o progresso".

De acordo com Lima (2018, p. 48):

> A década de 1970 nos revela um período em que a Pedagogia Tecnicista esteve à frente de um modelo implantado com maior intensidade na Educação brasileira, uma vez que esta se encontrou diretamente vinculada ao trabalho pedagógico escolar. Assim, como sabemos, o ensino técnico profissionalizante configurou-se com maior ênfase durante a ditadura civil-militar, ocorrendo mudanças consideráveis de ordem política, social e econômica que buscavam expandir o mercado capitalista. O intuito diante dessas mudanças seria o de promover um país voltado para o

> desenvolvimento econômico, pautado na produção industrial, sendo considerada como uma das mais importantes vias para tal alcance: a educação.

Na verdade, a criação dos primeiros Ginásios Polivalentes, através da lei 5760 de 14 de outubro de 1971 é uma antecipação da reforma de 1º grau que ocorreu no Estado de Minas Gerais e que adotou nova nomenclatura no ensino, sendo o ensino de 1º grau (séries iniciais) e de 2º grau (três anos finais). O 1º grau uniu o primário e o ginásio, somando oito anos.

Em Patos de Minas, o Ginásio Polivalente vai oferecer as séries finais do 1º grau (5ª a 8ª séries) nos dois primeiros anos de funcionamento (1971-1973). O antigo primário (1ª a 4ª séries) só foi oferecido através da intercomplementaridade que os Grupos Escolares Frei Leopoldo e Coronel Osório, ambos com apenas os anos iniciais, firmaram com o Polivalente em 1973, completando com isso todos os anos iniciais do 1º grau, o que será objeto de estudo mais detalhado em tópico posterior.

Mas, a alteração mais radical e que demandou certo tempo para concretização, envolveu o 2º grau, que passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazo, determinava a nova lei que as escolas de segundo grau deveriam oferecer ensino profissionalizante aos educandos. Essas escolas teriam que escolher dentre mais de 100 habilitações definidas pelo Conselho Federal de Educação e que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório, de enfermagem, técnico em edificações, contabilidade, agropecuária, eletrônica, eletrotécnica, dentre outros, para oferecer aos seus alunos.

O aluno receberia, ao término do curso, certificação profissional com habilitação específica naquele curso que frequentou e que obteve aprovação. Os governos estaduais seriam os responsáveis pela consecução das medidas. O que na verdade ocorreu com o Ginásio Polivalente de Patos de Minas, apesar dos trâmites se iniciarem por volta do ano de 1980, é que esse ensino profissionalizante chegará de forma tardia com a implantação da escola politécnica nas dependências do Polivalente em 1985.

Patos de Minas foi uma das cidades que foi contemplada para sediar um dos foros de debates dessa reforma em Minas Gerais. De acordo com a Delegada Regional de Educação, na época, a Sra. Rosa Emília de Araújo Mendes, a reforma demandaria esforço de todas as pessoas envolvidas nos processos de aprendizagem, sendo importante a municipalização do ensino e a constituição de uma comissão municipal de educação.

Também deixou claro que a cidade havia sido escolhida para receber um dos projetos piloto, juntamente com mais 68 cidades, por ter densidade demográfica considerável

e também por ter sido considerada importante polo econômico e cultural pelo Estado. O Jornal *Folha Diocesana,* do dia 13 de abril de 1972, noticiou que a reforma já estava em andamento na cidade de Patos de Minas:

Figura 10 - Implantação da Reforma do Ensino em Patos de Minas

Em Patos de Minas será implantada imediatamente a Reforma do Ensino

O assunto, hoje, mais comentado e mais falado, é o da Reforma do Ensino. A Lei já está aí, desde agosto, para ser executada. E tudo com prazo marcado. Há muita interpretação, muita gente fala uma coisa, fala outra e não se entende quase nada. Pois não se encontra totalmente executada. Aliás, ela virá pouco a pouco, gradativamente. O espírito da lei já está em nosso meio e nós, imbuídos e vivendo as expectativas. De real, durante este ano, foi a nomenclatura. Não se fala mais em Cursos Primário, Ginasial, Científico. É 1.º e 2.º Graus. Mas o Governo do Estado está pisando quente quanto à adaptação do nosso ensino à Reforma. Aliás, Minas Gerais foi sempre o Estado pioneiro nas grandes reformas do ensino, haja visto as reformas de João Pinheiro e de Antônio Carlos, em 1906, e 1928, respectivamente.

De acordo com a Lei e com as orientações e resoluções da Secretaria da Educação, Patos de Minas está incluída para a implantação imediata da Reforma do Ensino. Procurada pela reportagem, para saber da Reforma do Ensino, em Patos, a Sr.ª Rosa Emília de Araújo Mendes, Delegada de Ensino, nos assegurou:

"Entre os 60 municípios onde será implantado o plano da Reforma do Ensino tivemos a inclusão do Município de Patos de Minas. A escolha de nosso Município constata sua posição de sub-polo cultural e econômico do Estado de Minas Gerais, e a consideração pela sua representação demográfica.

Para cumprimento do programa de implantação da reforma, serão necessárias a união de forças comunitárias, a municipalização do ensino e a constituição de uma comissão municipal de educação.

Estão previstas para o início dos trabalhos de implantação da reforma, entre várias outras medidas, a regulamentação da instalação das quintas séries na rede oficial e particular, cursos intensivos de treinamento operacional de especialistas e docentes, construção e adaptação de unidades escolares, assinatura de convênios com instituições particulares e a reformulação dos currículos e programas.

A implantação efetiva do plano de reforma se caracteriza pelos aspectos: peculiaridade, possibilidade e progressividade.

A execução dos programas e projetos será portanto gradual tanto em abrangência de seriação escolar de 1.º e 2.º Graus, quanto em número de estabelecimentos de ensino que passam oferecer condições de recursos humanos e materiais."

A FESTA DO MILHO NUMA COLUNA

RECEPCIONISTAS

Estão escaladas as recepcionistas para o trabalho de orientação aos ilustres visitantes. Dentre elas figuram moças simpáticas como Sandra Cunha, Heloisa Rocha, Priscila Pires e Janes Simões. Mais algumas deverão ser escaladas para tão honroso encargo.

COLÉGIOS

Tudo certo sobre a grande apresentação dos colégios em palanque armado na Avenida Getúlio Vargas. Serão noites inesquecíveis de beleza e de arte. Antecipadamente já se faz o convite a todos os patenses para se concentrarem na praça pública naquelas noites. Será tanta novidade e tanta beleza, que deixará

UMA SEMANA NA CIDADE

Interino

LAGOA FORMOSA

A Festa Nacional do Milho recebeu ampla colaboração da vizinha Lagoa Formosa. O Prefeito Lázaro Mundim, além de patrocinar o carro alegórico da Rainha Nacional do Milho-71, srta. Mara Olina de Queiroz, vai oferecer mais Cr$ 1.000,00 de ajuda. Esta propaganda não é para Patos de Minas, mas uma autêntica promoção para a vizinha e hospitaleira Lagoa Formosa, que soube entender o alto espírito cooperativista para com a Festa Nacional do Milho.

HISTÓRIA

O Colégio Nossa Senhora de Fátima se encontra preparando para dar o maior es

FOLHA DIOCESANA

— INFORMAÇÃO — INSTRUÇÃO — ORIENTAÇÃO —

Ano XVI | Patos de Minas, 13 de abril de 1.972 | Número 646

Diretor Responsável
Pe. A. Dias dos Reis

Diretor de Redação
Oliveira Mello

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Em Minas Gerais, o Governo de Rondon Pacheco deu início às construções dos Ginásios nas cidades contempladas com as construções dos prédios sob a supervisão do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN.

Rondon Pacheco edita a Lei 5760, em 14 de outubro de 1971, autorizando a construção dos Ginásios que estavam incluídos na primeira etapa. Sendo a Cidade de Patos de Minas uma das cidades contempladas juntamente com mais sete cidades e dois Grupos orientados para o trabalho - GOT - que seriam adaptados. Curioso é que muitos desses Ginásios já haviam concluído as construções quando a lei 5760 foi promulgada, inclusive o Ginásio Polivalente de Patos de Minas.

Uma das maneiras de como foi definida as cidades que foram contempladas na primeira etapa foi devido à classificação populacional e também sua importância como cidades-polos regionais.

Nesse sentido, Vaz (2004, p. 63):

> As cidades onde seriam construídos os ginásios passavam por um processo de seleção e o critério utilizado, tomava por base os municípios considerados

> polos que possuía na sua sede, população mínima de 30.000 habitantes. As cidades sedes desses polos também eram chamadas de "cidades diques" como o próprio nome diz, tinham a função de represar a população, impedindo o êxodo para as grandes cidades.

Esse foi um dos aspectos abordado pela referida autora. Outro aspecto que podemos verificar foi o interesse dessas cidades-polo pela construção e implantação dos Ginásios. Em noticiário do jornal patense *Folha Diocesana,* número 511, de 26 de novembro de 1969, isso fica bem claro quando o secretário da educação José Maria Alkimim envia um telegrama ao prefeito de Patos de minas com os seguintes dizeres:

> Sua cidade foi escolhida para possível instalação do Ginásio Polivalente. Solicitamos enviar, até o dia 23 do corrente mês, ofício que demonstre interesse da comunidade na instalação do ginásio, possibilidade de participação da mesma nessa iniciativa através da doação do terreno e outros auxílios.[14]

De forma rápida o prefeito da cidade de Patos de Minas na época, Ataídes de Deus Vieira, respondeu sem nenhuma dúvida sobre o interesse da cidade no projeto. O interesse dispensado pelo prefeito à educação merece inclusive estudos específicos posteriores.

Ataídes de Deus Vieira é, inclusive, lembrado pelo povo, principalmente da área rural, como o prefeito da educação, devido aos avanços que o município teve em seu pleito em relação ao ensino. Ataídes de Deus Vieira assim responde ao secretário, segundo o Jornal *Folha Diocesana*:

> Em atenção ao telegrama n. 9480 de 19 do corrente mês, apraz lhe comunicar que a prefeitura de Patos de Minas terá a maior satisfação em dar estrutura colaboração na instalação do Ginásio Polivalente, inicialmente com a doação do terreno, ficando outros auxílios a serem estudados em momento oportuno, concretiza a instalação, pela câmara Municipal. Positivada criação, e caso necessário, representante do município seguirá a capital para entendimentos diretos, a chamado de V. Exa. Ataídes de Deus Vieira. Esperamos, portanto, que essa ideia se concretize o que beneficiará sobremaneira a nossa juventude estudiosa.[15]

Corroborando com o procedimento adotado pelo executivo patense em relação à reinvindicação política na construção do Ginásio Polivalente, a cidade de Ituiutaba, que fica localizada no pontal do Triângulo Mineiro, também fez seu requerimento através do prefeito municipal. Fato que tomou conta do noticiário jornalístico desta cidade. Também como

---

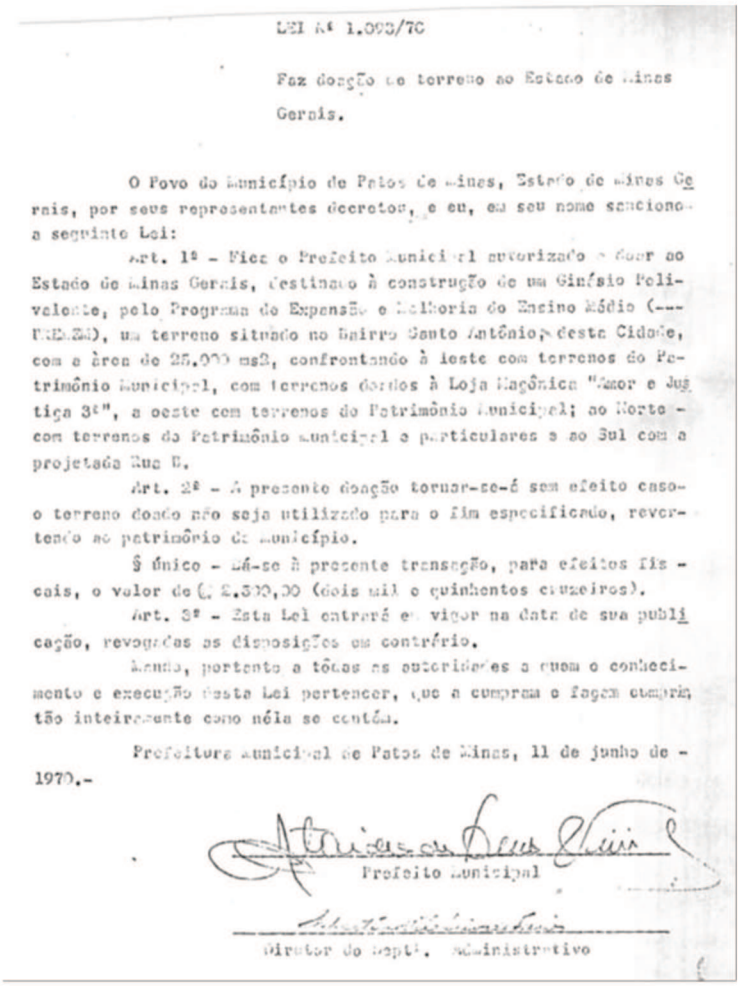
[14]*Jornal Folha Diocesana*, nº 511: 26/06/69.
[15]*Jornal Folha Diocesana*, nº 511: 26/06/69.

ocorreu em Patos de Minas, a Secretaria de Educação de Minas Gerais respondeu de forma positiva pela construção e implantação do Ginásio Polivalente na cidade de Ituiutaba. Essa cidade conseguiu seu Ginásio na terceira fase de implantação. De acordo com o jornal *Cidade de Ituiutaba* (1º de abril de 1971), apud Lima (2017, p. 87):

> Reinvindicações da Prefeitura
> O gabinete do chefe do executivo, dr. A.O.M.A, expediu na última semana, os seguintes expedientes: [...] Ao sr. Secretário da educação, reivindicando a criação de um Ginásio Polivalente em Ituiutaba.[16]

E o prefeito de Patos de Minas cumpriu com sua palavra. No dia 11 de julho de 1970, doou para o Estado de Minas Gerais, através do decreto municipal 1.093/70 de 11 de julho/1970, um terreno cuja área foi de 25.000 m^2. O documento abaixo testifica a veracidade da doação do terreno por parte da municipalidade:

Documento 01 - Doação do terreno ao Estado de Minas Gerais.



LEI Nº 1.093/70

Faz doação de terreno ao Estado de Minas Gerais.

O Povo do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais, destinado à construção de um Ginásio Polivalente, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (---PREMEM), um terreno situado no Bairro Santo Antônio, desta Cidade, com a área de 25.000 m2, confrontando à leste com terrenos do Patrimônio Municipal, com terrenos doados à Loja Maçônica "Amor e Justiça 3º", a oeste com terrenos do Patrimônio Municipal; ao Norte - com terrenos do Patrimônio Municipal e particulares e ao Sul com a projetada Rua E.

Art. 2º - A presente doação tornar-se-á sem efeito caso o terreno doado não seja utilizado para o fim especificado, revertendo ao patrimônio do Município.

§ único - Dá-se à presente transação, para efeitos fiscais, o valor de Cr$ 2.000,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 11 de junho de - 1970.-

Prefeito Municipal

Diretor do Depto. Administrativo

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

[16] *Jornal Cidade de Ituiutaba*, 1º de Abril de 1971.

Sabemos que toda lei municipal deve ser aprovada pela câmara dos vereadores. E o prefeito enviou a referida lei à câmara para apreciação dos mesmos. É de se verificar a crença do então prefeito municipal de que o Ginásio Polivalente traria o ensino profissionalizante aos seus educandos e que os mesmos sairiam do Ginásio com as profissões já definidas.

O apelo do chefe municipal foi no sentido de sensibilizar a vereança para que, imbuídos do espírito do progresso educacional e vendo a grande oportunidade de Patos de Minas adquirir, naquele momento, um Ginásio profissionalizante, aprovassem com distinção e louvor tal ato administrativo. Vejamos a carta de exposição de motivos do prefeito endereçada à câmara municipal de Patos de Minas:

Documento 02 - Exposição de motivos

Em 6 de junho de 1970

EXPOSIÇAO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Desnecessário se torna justificar à apreciação e votação dessa Egrégia Câmara o motivo da presente doação.

A cada um dos senhores Vereadores cabe, de modo particular, incetivar a cultura da juventude Patense e facilitar-lhas os meios para que se eduque.

Soubemos do elevado e esclarecido espirito que norteia o representante do povo de Patos, ainda mais quando se trata da instalação de um Genásio Polivalente, onde se cuidará da Educação Profissinal de nossos filhos e de onde sairão com profissão definida.

É o que submeto à apreciação dos Srs. Vereadores

Atenciosamente

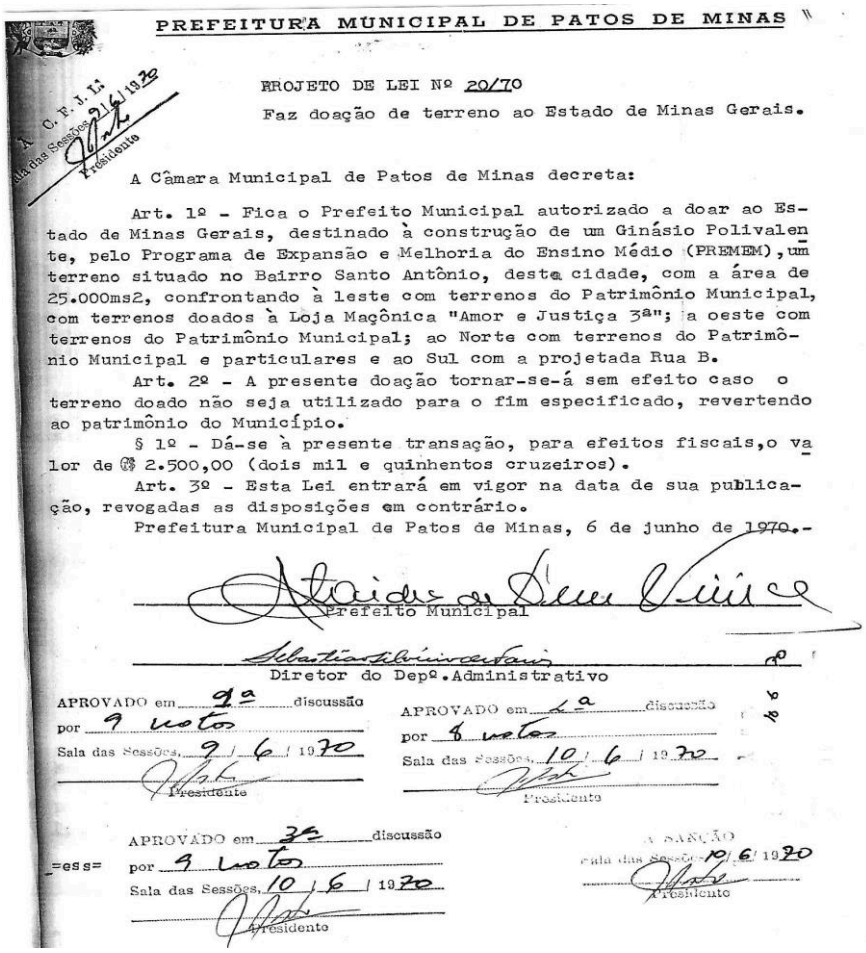
Itardes de Deus Vieira
Prefeito Municipal

Exmo. Snr.
Olegário Caetano Porto
DD. Presidente da Câmara Municipal
PATOS DE MINAS

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A vereança patense não se furtou ao propósito maior de aprovar a lei de doação do terreno. E, em votação, aprovaram a lei 1093/70 no dia seis de junho de 1970. O terreno doado foi no bairro Santo Antônio, zona norte da cidade e situado na periferia da cidade na época da doação. O terreno tinha no ato da doação uma área de 25.000m^2 e o valor fixado de Cr$2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros). Vejamos a aprovação da lei por parte dos vereadores de acordo com o documento abaixo:

Documento 03 - Aprovação da doação do terreno pela câmara de vereadores



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

PROJETO DE LEI Nº 20/70

Faz doação de terreno ao Estado de Minas Gerais.

A C. F. J. L. Sala das Sessões 9/6/1970 Presidente

A Câmara Municipal de Patos de Minas decreta:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais, destinado à construção de um Ginásio Polivalente, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), um terreno situado no Bairro Santo Antônio, desta cidade, com a área de 25.000ms2, confrontando à leste com terrenos do Patrimônio Municipal, com terrenos doados à Loja Maçônica "Amor e Justiça 3ª"; a oeste com terrenos do Patrimônio Municipal; ao Norte com terrenos do Patrimônio Municipal e particulares e ao Sul com a projetada Rua B.

Art. 2º - A presente doação tornar-se-á sem efeito caso o terreno doado não seja utilizado para o fim especificado, revertendo ao patrimônio do Município.

§ 1º - Dá-se à presente transação, para efeitos fiscais, o valor de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 6 de junho de 1970.-

Prefeito Municipal

Diretor do Depº. Administrativo

APROVADO em 2ª discussão por 9 votos Sala das Sessões, 9/6/1970 Presidente

APROVADO em 1ª discussão por 8 votos Sala das Sessões, 10/6/1970 Presidente

APROVADO em 3ª discussão por 9 votos Sala das Sessões, 10/6/1970 Presidente

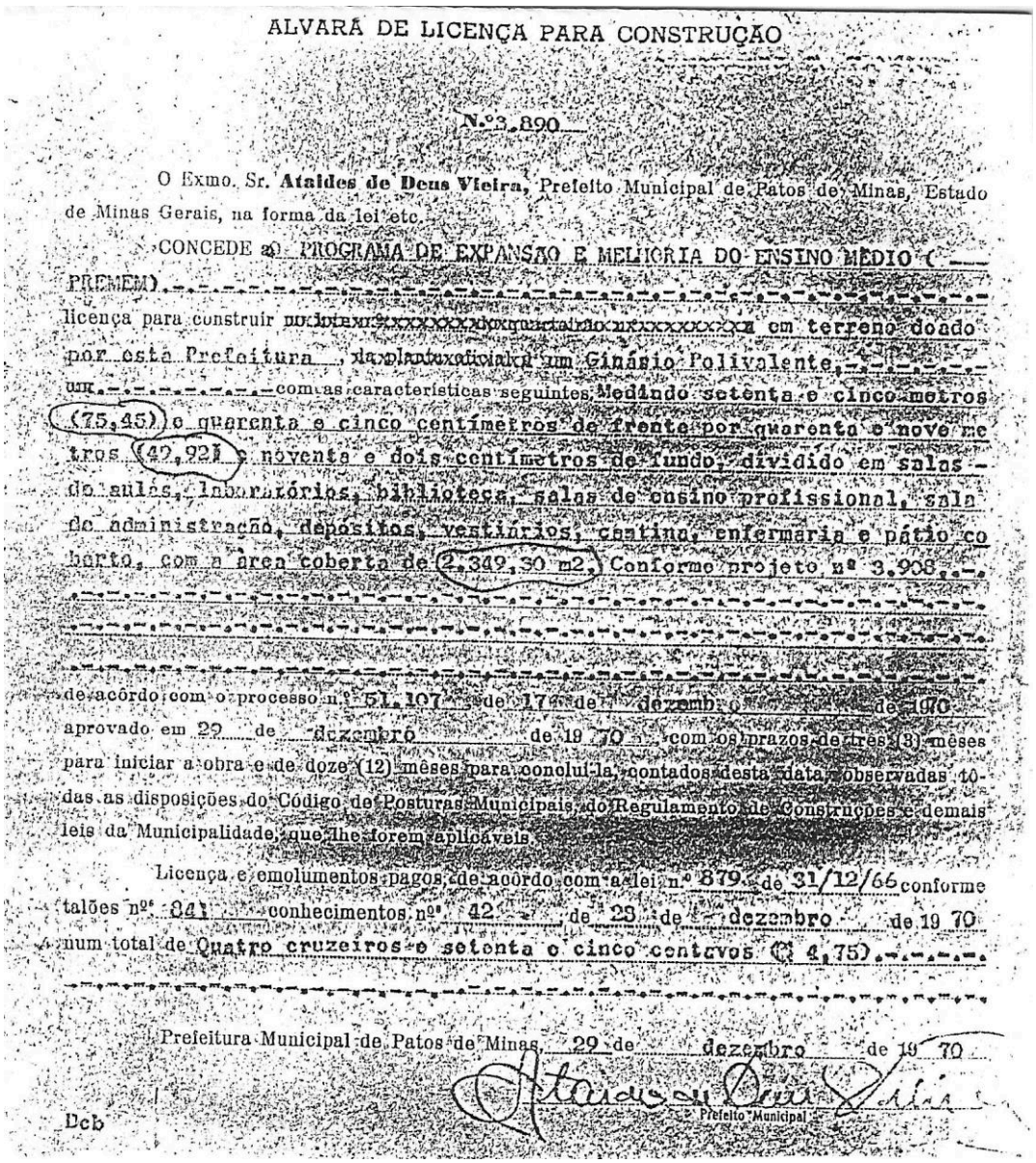
SANÇÃO Sala das Sessões 10/6/1970 Presidente

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

No dia 29 de dezembro de 1970, o prefeito municipal Ataídes de Deus Vieira, assinou o alvará de construção dos prédios do Ginásio Polivalente. É interessante observar que o alvará de construção está no nome do PREMEM. A área coberta foi inicialmente de 2.349,30m^2, distribuídos em salas de aulas, laboratórios, biblioteca, salas de ensino profissional, salas de administração, depósitos, vestiários, cantina, enfermaria, e pátio coberto. O PREMEM deu entrada no referido projeto de número 51.107, na data de 17 de dezembro de

1970, e a aprovação se deu em tempo ágil, já que 12 dias depois o alvará foi expedido com o tempo de três meses para o início das obras e de doze meses para seu término, tudo de acordo com o documento abaixo:

Documento 04 - Alvará de construção do Ginásio Polivalente.



ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

N.º 3.890

O Exmo. Sr. **Ataides de Deus Vieira**, Prefeito Municipal de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc.

CONCEDE ao PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO (PREMEM).

licença para construir ~~[illegible]~~ em terreno doado por esta Prefeitura, ~~da planta oficial~~ um Ginásio Polivalente, um, com as características seguintes: Medindo setenta e cinco metros (75,45) e quarenta e cinco centímetros de frente por quarenta e nove metros (49,92) e noventa e dois centímetros de fundo, dividido em salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, salas de ensino profissional, sala de administração, depósitos, vestiários, cantina, enfermaria e pátio coberto, com a área coberta de (2.349,30 m2) Conforme projeto nº 3.908.

de acôrdo com o processo n.º 51.107 de 17 de dezembro de 1970 aprovado em 29 de dezembro de 19 70 com os prazos de três (3) meses para iniciar a obra e de doze (12) meses para concluí-la, contados desta data, observadas todas as disposições do Código de Posturas Municipais, do Regulamento de Construções e demais leis da Municipalidade, que lhe forem aplicáveis.

Licença e emolumentos pagos de acôrdo com a lei n.º 879 de 31/12/66 conforme talões nº 841 conhecimentos nº 42 de 23 de dezembro de 19 70 num total de Quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos (Cr$ 4,75).

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 29 de dezembro de 19 70

Prefeito Municipal

Dcb

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Curiosamente, esse foi o último ato do prefeito Ataídes de Deus Vieira (1967-1970) como chefe do executivo patense, já que viria a ser perseguido por lideranças locais e sucedido no pleito pelo próximo prefeito eleito, Sebastião Silvério de Faria (1971-1973) e posteriormente por Waldemar da Rocha Filho. Só para se ter uma ideia, os dois grupos políticos contrários de Patos de Minas se unem para derrubar Ataídes de Deus Vieira. A

corrente de Sebastião Alves do Nascimento e de Pedro Pereira dos Santos. Pelo trabalho desenvolvido frente ao município de Patos de Minas, Ataídes de Deus Vieira havia se tornado um perigo nas intenções políticas desses dois grupos. Em entrevista ao site efecadepatos no dia 30 de março de 2015, o ex-prefeito de Patos de Minas, Waldemar da Rocha Filho, revelou esse fato, senão vejamos:

> Do lado dos pessedistas, Pedro Santos era o nome mais falado para disputar a sucessão de Silvério. Diante da manifestação de muitos, que queriam um candidato de "acordo" – unindo pela primeira vez pessedistas e udenistas – Pedro Santos abriu mão de sua candidatura, optando por Waldemar Rocha Filho, um advogado de 28 anos, com a carreira em franca ascensão. O vice, Antônio Cirino, foi convidado por Binga, Hildebrando de Souza e Virmondes Afonso de Castro (todos da antiga UDN). Ataídes de Deus Vieira, que ficou de fora do acordo, passou a trabalhar seu nome junto aos convencionais da Arena, para requerer uma sublegenda e disputar a eleição. Ela precisava obter a adesão de pelo menos oito dos 31 votantes. Pedro Santos e Binga trabalhavam no caminho inverso, para impedir a candidatura de Ataídes a prefeito. E conseguiram derrotá-lo na convenção. Ataídes conseguiu apenas seis votos. "Desde a eleição anterior, Ataídes planejava derrotar a liderança do Binga, para se fortalecer. Na verdade, ele queria o mando político de Patos", conta um membro da antiga UDN. "A união de Pedro Santos e Binga foi uma forma de evitar que Ataídes assumisse o comando da política local", acrescenta o udenista, que participou diretamente da campanha de Waldemar Rocha Filho.[17]

Os prefeitos do município de Patos de Minas que tiveram envolvimento direto com a construção do Ginásio Polivalente foram quatro. O primeiro deles e já citado foi Ataídes de Deus vieira (1967-1970), o segundo foi Sebastião Silvério de Faria (1971-1973), o terceiro Waldemar da Rocha Filho (1973- 1976). O Prefeito de Patos de Minas entre 1977 e 1982, o Sr. Dácio Pereira da Fonseca, também teve participação especial na construção do Ginásio. Em um primeiro momento como inspetor de ensino, e em um segundo momento como Prefeito de Patos de Minas, que viria a terminar as obras de infraestrutura por parte do município.

No pleito do prefeito Sebastião Silvério de Faria, se iniciaram as obras de construção do Ginásio Polivalente e as dificuldades se fizeram presentes. Primeiro pela falta de infraestrutura do local em que o Ginásio estava sendo construído. A prefeitura teve que levar água, fazer as redes de esgotos, levar energia elétrica, fazer a pavimentação e parte da

[17] https://www.efecadepatos.com.br

urbanização paisagística da área do Ginásio. Várias reportagens de jornais da época relatam que a prefeitura estava tendo dificuldades em cumprir com sua parte conforme o desejado, não por negligência do município, mas por falta de recursos financeiros.

Com o início da construção do Ginásio Polivalente, era preciso o envolvimento da Prefeitura do Município junto ao Estado e PREMEN. O que se verificou através da fala do Diretor que foi designado pelo governo de Minas Gerais, inclusive para acompanhar os andamentos das obras de construção do Ginásio e compor o quadro organizacional daqueles que iriam prestar seus serviços de alguma forma, foi que o município de Patos de Minas, através do prefeito Sebastião Silvério, teve muitas dificuldades para cumprir o acordado.

Devido a esse fato, o senhor Jacinto Guerra, nomeado primeiro diretor do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, juntamente com sua equipe técnica, buscou apoio junto ao Governo do Estado e PREMEN, para que esse órgão abrisse créditos para a Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Com isso, as obras que seriam de responsabilidade da Prefeitura foram realizadas, tais como: vedação do terreno e abastecimento regular de água. Esse percalço atrasou as obras do Ginásio, que com muito esforço da direção conseguiu o início das aulas em 20 de setembro de 1971. Jacinto Guerra leva o ocorrido ao conhecimento do povo patense através do *Jornal Dos Municípios*, senão vejamos:

> Tendo em vista noticiário divulgado recentemente na imprensa local julgamos de nosso dever prestar ao povo os seguintes esclarecimentos:
>
> Realmente verifica-se um grande atraso no andamento das obras complementares de responsabilidade da Prefeitura, dificultando o completo êxito da Escola Polivalente de Patos de Minas, o que tem sido verificado pelas centenas de visitantes que temos recebido nos últimos meses.
>
> Em face desta realidade esclarecemos ao povo que o início das aulas em 20 de setembro de 1971 somente foi possível graças aos esforços da administração da Escola Polivalente, compreendendo a situação da Prefeitura Municipal, até que se completasse pelo menos o serviço regular de abastecimento d'água e a vedação do terreno, condições mínimas indispensáveis ao pleno funcionamento de qualquer escola e que não foram atendidas até o momento.
>
> Apesar disso o nosso trabalho tem repercutido favoravelmente junto às autoridades educacionais do Estado e, por outro lado é grande o entusiasmo dos alunos e dos pais com a nossa escola, o que poderá ser comprovado facilmente.
>
> Além de nossa responsabilidade na organização da administração e funcionamento da Escola Polivalente, temos prestado outros serviços ao povo de Patos de Minas, como foi a organização técnica da Biblioteca Municipal, realizado por nossa iniciativa, com duas bibliotecárias formadas

> em escola superior, além dos professores colocados a disposição da Prefeitura pelo PREMEN-MG. (...)[18].

Como podemos averiguar no noticiário acima, além de empenho na construção do Ginásio Polivalente, o Diretor disse que ainda organizou a Biblioteca Municipal de Patos de Minas.

O chefe do executivo justificou as dificuldades que o município teve, através de seu chefe de gabinete, Waldemar da Rocha Filho. O mesmo esteve reunido com o representante do PREMEM e demais autoridades, momento em que justificou as dificuldades da prefeitura e o que estava sendo feito.

Segundo o chefe de gabinete do prefeito, a água estava sendo levada através de caminhão pipa até o Ginásio somente enquanto as obras definitivas não se completassem. Em relação ao asfalto, esse mesmo não mais seria de blockets e sim de asfalto. A área de vedação foi completada com mancos de concreto que a própria prefeitura estava fabricando e que a tela já estava no local. Também relatou que já havia sido gramado cerca de 4.000m^2 de área e que já estaria em fase final de plantio.

Aproveitou o ensejo para dirigir-se ao povo patense e dizer que a prestação de contas foi feita a quem de direito tinha o dever de verificar o andamento das obras, ou seja, ao próprio PREMEM e não à direção do Ginásio Polivalente que, segundo o chefe de gabinete, estava jogando a população contra a administração municipal. O *jornal dos Municípios* se fez presente na reunião e veiculou o acontecido no dia 13 de janeiro de 1972:

---

[18] *Jornal Dos Municípios,* ano 16, número 335, de 20 de janeiro de 1972.

Figura 11 - Administração Municipal em relação ao Ginásio Polivalente. Obras complementares

Notícias da Administração Municipal

Bolsa de Estudo

Tendo como meta prioritária de governo para 1972 o SERVIÇO DE ABASTECIMENTO D' AGUA, quando todos os recursos possíveis serão canalisados para este fim, o prefeito Dr. Sebastião Silvério de Faria decidiu que a Prefeitura Municipal não fará distribuição de BOLSA DE ESTUDO este ano, limitando-se, tão sòmente, a renovar as existentes, em número de 400, àqueles que lograram promoção de anos. Esta renovação já está sendo feita na sala anexa ao Gabinete do Prefeito, mediante apresentação do boletim escolar.

A Prefeitura Municipal se reserva no direito de cancelar a BOLSA já concedida tão logo tenha conhecimento comprovado de que os pais, ou mesmo o bolsista, dispõem de recurso financeiro.

Critica Destrutiva

Lamentàvelmente, é bom que se diga causou extranheza ao Sr. Prefeito Municipal, o fato de a Rádio Clube de Patos ter noticiado na noite do dia 10 e na manhã do dia 11, que Patos de Minas deixava de contar, já neste ano, com o curso Científico pelo Ginásio Polivalente por não ter a Municipalidade cumprido com as suas obrigações para com o referido Ginásio. Além de ser completamente infundada a notícia a mesma foi acompanhada de uma critica ferina e proposital, sem sombra de dúvida, pelo locutor do programa matinal.

A Rádio, cuja missão é bem informar, foi bastante infeliz ao divulgar uma notícia altamente comprometedora sem a menor indagação da veracidade da mesma.

O Gabinete do Sr. Prefeito se acha, como sempre, com suas portas abertas para receber a todos e a todos esclarecer e informar sobre os problemas da municipalidade.

Prefeitura Confessa Dívida

A Prefeitura Municipal, pelo prefeito Dr. Sebastião Silvério de Faria CONFESSOU seu debito para com o I. N. P. S valendo-se da Portaria Ministerial nº. 3.311 de 24/9/71, dívida compreendida no periodo de 1940 a 1971 e que atingiu a vultosa soma de Cr$822.000,00 a ser paga em 150 meses.

Também foi confessada a divida para com o IPSEMG, no valor de Cr$150.000,00 cujo pagamento parcelado já está sendo efetuado.

Polivalente

Apesar da enorme dificuldade financeira porque passa a Prefeitura Municipal, esta vem cumprindo com as suas obrigações assumidas no Convênio com o PREMEM-MG, em relação ao Ginásio Polivalente, a despeito das informações divulgadas pela Rádio local e por entrevista em jornais; etc... em sentido contrário:

Dia 6 último, em reunião realizada no referido Ginásio, onde estiveram presentes o representante do PREMEM-MG), o da COSTRIG, da CAE/MG), da CARPE), do GP de Patos de Minas); a Prefeitura Municipal se fêz representar pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, Dr. Waldemar Rocha Filho, o qual relatou aos presentes, e especialmente, ao representante do PREMEM-MG; o atual comportamento da Prefeitura diante dos compromissos assumidos com o PREMEM, tendo o Dr. Márcio Albertino Pereira da Silva – representante do PREMEM, se dado plenamente por satisfeito. Assim é que:

1º. A rede d'água está prestes a ser concluida conforme verificação local. Até então, o G-P. continuará a ser servido de água pelo caminhão da Prefeitura, o que não é nenhum desdouro para o Polivalente.

2º. A pavimentação da via de acesso ao Ginásio, que estava sendo feita à Blockret, será, agora, ASFALTADA pela Rua Olegário Maciel, asfaltamento a ser iniciado ainda este mes pela mesma firma que asfaltará a via de acesso ao Parque de Exposição, e cujas máquinas já estão chegando à cidade.

3º. A vedação final do terreno — área de 25.000m2 — será complementada (de vez que toda a frente já está cercada de tela) tão logo estejam prontas as estacas de concreto (em fabricação no barração da Prefeitura, conforme se pode constatar no local).

4º. — O plantio da grama está em fase final, já tendo sido gramada a área 4000m2.

Com êste relato sincero e facilmente comprovado, a Prefeitura Municipal presstou contas, na referida reunião, a quem de direito - ao PREMEM-MG, e não à direção do Ginásio Polivalente local que teima em usar de expediente deselegante para jogar o povo de Patos contra a atual administração.

Ano 16 — Nova Fase | Patos de Minas, 13 de Janeiro de 1972 | Número 334

«Jornal dos Municípios»

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Ainda no jornal acima, podemos ver a lamentação da administração municipal em relação aos noticiários dados pela Rádio Clube de Patos a respeito das obras do Ginásio Polivalente, até de forma estranha, já que o dono da Rádio na época era um dos líderes políticos, Sebastião Alves do Nascimento (mais conhecido como Binga), cujo partido era o mesmo do chefe do executivo patense, ou seja, ARENA.

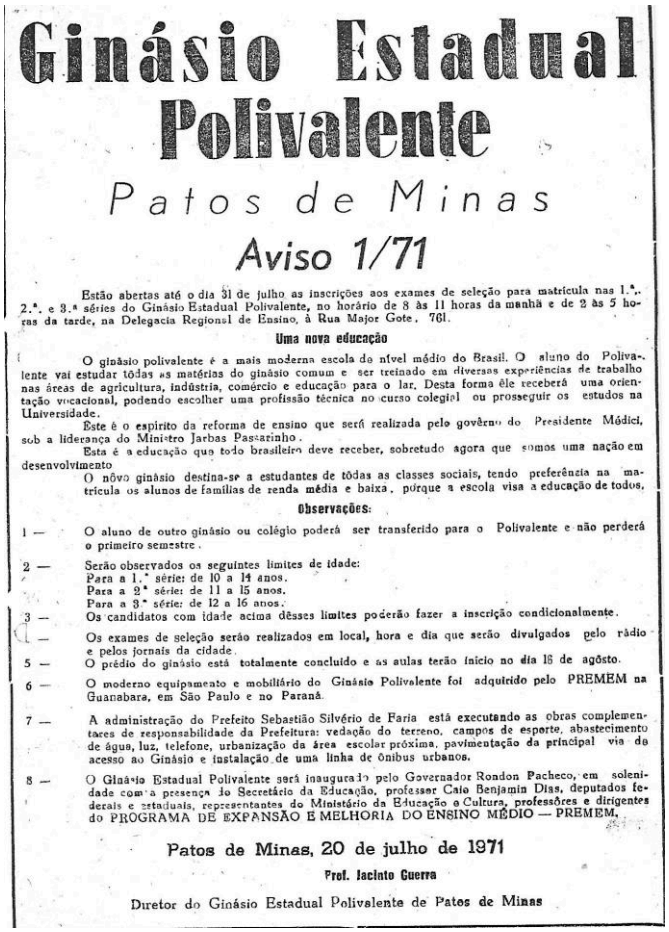
Apesar de todas as dificuldades expostas acima, finalmente o Ginásio Polivalente teve parcialmente concluída a sua construção no dia 20 de setembro de 1971, faltando algumas obras complementares, assim como analisamos acima. Diante da previsão do término das obras, o diretor do Ginásio Polivalente fez a comunicação que as inscrições para a prova

de seleção de quem desejasse estudar em tal instituição de ensino, estariam abertas até o dia 31 de julho de 1971. Nesse sentido, foram elaborados panfletos chamativos dizendo qual a finalidade do Ginásio, além de noticiários na imprensa e rádio patense.

No anúncio, o diretor já deixa claro que o Polivalente seria uma escola voltada para a orientação profissional do aluno. O diretor anuncia, então, que o prédio do Ginásio está completamente terminado e que as aulas iriam iniciar dia 18 de agosto de 1971. Ficariam faltando apenas as obras complementares, dentre elas, o asfaltamento das vias de acesso ao Ginásio.

As vagas do Ginásio, segundo a resolução 925/1970, seriam prioritariamente para alunos carentes. O anúncio fala de classe média e baixa e ainda justifica que a educação Polivalente é para todos. Vejamos os dizeres de um dos panfletos daquela época em referência à chamada para preenchimento das primeiras vagas disponibilizadas para a formação das primeiras turmas do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, no segundo semestre de 1971:

Figura 12 - Chamada para inscrição para prova de seleção no Ginásio Polivalente segundo semestre de 1971.



Ginásio Estadual Polivalente

Patos de Minas

Aviso 1/71

Estão abertas até o dia 31 de julho as inscrições aos exames de seleção para matrícula nas 1.ª, 2.ª e 3.ª séries do Ginásio Estadual Polivalente, no horário de 8 às 11 horas da manhã e de 2 às 5 horas da tarde, na Delegacia Regional de Ensino, à Rua Major Gote, 761.

Uma nova educação

O ginásio polivalente é a mais moderna escola do nível médio do Brasil. O aluno do Polivalente vai estudar tôdas as matérias do ginásio comum e ser treinado em diversas experiências de trabalho nas áreas de agricultura, indústria, comércio e educação para o lar. Desta forma êle receberá uma orientação vocacional, podendo escolher uma profissão técnica no curso colegial ou prosseguir os estudos na Universidade.

Êste é o espírito da reforma de ensino que será realizada pelo govêrno do Presidente Médici, sob a liderança do Ministro Jarbas Passarinho.

Esta é a educação que todo brasileiro deve receber, sobretudo agora que somos uma nação em desenvolvimento

O nôvo ginásio destina-se a estudantes de tôdas as classes sociais, tendo preferência na matrícula os alunos de famílias de renda média e baixa, porque a escola visa a educação de todos.

Observações:

1 — O aluno de outro ginásio ou colégio poderá ser transferido para o Polivalente e não perderá o primeiro semestre.

2 — Serão observados os seguintes limites de idade:
Para a 1.ª série: de 10 a 14 anos.
Para a 2.ª série: de 11 a 15 anos.
Para a 3.ª série: de 12 a 16 anos.

3 — Os candidatos com idade acima dêsses limites poderão fazer a inscrição condicionalmente.

4 — Os exames de seleção serão realizados em local, hora e dia que serão divulgados pelo rádio e pelos jornais da cidade.

5 — O prédio do ginásio está totalmente concluído e as aulas terão início no dia 18 de agôsto.

6 — O moderno equipamento e mobiliário do Ginásio Polivalente foi adquirido pelo PREMEM na Guanabara, em São Paulo e no Paraná.

7 — A administração do Prefeito Sebastião Silvério de Faria está executando as obras complementares de responsabilidade da Prefeitura: vedação do terreno, campos de esporte, abastecimento de água, luz, telefone, urbanização da área escolar próxima, pavimentação da principal via de acesso ao Ginásio e instalação de uma linha de ônibus urbanos.

8 — O Ginásio Estadual Polivalente será inaugurado pelo Governador Rondon Pacheco, em solenidade com a presença do Secretário da Educação, professor Caio Benjamin Dias, deputados federais e estaduais, representantes do Ministério da Educação e Cultura, professôres e dirigentes do PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO — PREMEM.

Patos de Minas, 20 de julho de 1971

Prof. Jacinto Guerra

Diretor do Ginásio Estadual Polivalente de Patos de Minas

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Foram disponibilizadas 420 vagas iniciais e todas foram preenchidas através do processo de seleção para ingresso no Ginásio Polivalente. O Ginásio começou a funcionar em dois turnos, matutino e vespertino. Foi construído em tempo recorde no prazo de seis meses, a partir da liberação do alvará pela prefeitura de Patos de Minas.

A aula inaugural do Ginásio Polivalente foi uma característica dessa instituição, que, sempre no primeiro dia letivo do calendário semestral, trazia uma autoridade para dar boas-vindas aos alunos, pais e familiares e proferir uma palestra em torno dos aspectos educacionais e voltados aos bons costumes tão propalados na época da ditadura militar. Os discursos foram inflamados pela onda militarista que prezava pelo respeito à bandeira e demais símbolos nacionais. Um misto de autoridade eclesiástica com princípios do militarismo fazia apelos aos jovens para que respeitassem e amassem a pátria Brasil.

A primeira aula Inaugural coube ao professor Paschoal Borges que, na ocasião, representou o prefeito Sebastião Silvério de Faria. Foi realizada no dia 21 de setembro de 1971, no auditório da rádio clube de Patos, diante de um público com mais de 500 pessoas, dentre as quais alunos, pais, familiares, autoridades patenses, diretores e demais professores. Foi um marco na história da educação de Patos de Minas, já que, estava recebendo um dos mais modernos educandários naquela época.

Uma obra que chamou muito a atenção de toda a sociedade do município. O Delegado Regional de Ensino, Dácio Pereira da Fonseca, foi quem presidiu o evento e destacou a participação da comunidade patense na grande obra do PREMEM. Dácio Pereira da Fonseca viria a ser prefeito de Patos de Minas entre 1977 a 1983 e foi o mentor do plano diretor da cidade de Patos de Minas. Também em sua gestão, foram feitos os esforços para que o Ginásio Polivalente recebesse o ensino de segundo grau a nível profissionalizante.

O Diretor do Ginásio Polivalente, Professor Jacinto Guerra, também fez seu pronunciamento dizendo que o Polivalente avança no tempo como escola do amanhã, constituindo-se como uma das mais arrojadas experiências brasileiras na área de educação. O jornalista empolgado pela obra redige que “o Ginásio Polivalente é uma experiência educacional que tem o seu êxito plenamente assegurado.” A foto abaixo nos mostra que o evento foi apreciado pela sociedade patense que lotou as dependências do auditório da Rádio Clube de Patos.

Figura 13 - Foto da Aula inaugural do Ginásio Polivalente de Patos de Minas. Auditório da Rádio Clube

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

O *Jornal Folha Diocesana* também testemunhou o ocorrido, trazendo no dia 30 de setembro de 1971, a reportagem do evento, senão vejamos:

Figura 14 - Aula inaugural do primeiro ano de funcionamento do Polivalente. 21 de setembro de 1971. Auditório da Rádio Clube de Patos de Minas.

Página 5 FOLHA DIOCESANA 30-9-71

Ginásio Polivalente de Patos de Minas começou a funcionar

Em solenidade realizada no dia 21 no auditório da Rádio Clube, com a presença das autoridades municipais e mais de quinhentas pessoas, o professor José Paschoal Borges, representando o prefeito Sebastião Silvério de Faria, proferiu a aula inaugural do Ginásio Estadual Polivalente, destacando que Patos de Minas foi premiada com um moderno estabelecimento de ensino que terá grande influência em tôda a rêde escolar do Alto Paranaiba».

A sessão foi presidida pelo Delegado Regional de Ensino, Dr. Dácio Pereira da Fonseca, que destacou a participação da comunidade na grande obra do PREMEM.

Em seu discurso, o professor Jacinto Guerra, Diretor do Ginásio Polivalente, citou o Ministro Jarbas Passarinho, dizendo que o Polivalente é um monumento à educação e um modêlo nôvo de escola. O prof. Jacinto Guerra concluiu afirmando que o Polivalente avança no tempo como escola do amanhã constituindo uma das mais arrojadas experiências brasileiras na área da educação.

Fato histórico

A solenidade foi transmitida pela Rádio Clube contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Benedito Corrêa, do vereador e jornalista Wulfrano Patrício, juizes Rubens Soares e Deiró Eunápio Borges Júnior, promotor Waldemar Antônio Mendes, Dr. Antônio Ximenes, presidente da Associação Médica, Irmão Geraldo Feliciano, Diretor da Faculdade de Filosofia, jornalista José Maria Vaz Borges, historiador Oliveira Mello, presidente da Academia Patense de Letras, além de representantes de clubes de serviços, Instituições religiosas, colégios, emprêsas e associações de classe.

Na oportunidade, o Gerente de Recursos Didáticos do Ginásio, Prof. José Alvimar Ramos gravou diversas entrevistas com personalidades municipais, que assinalaram o acontecimento como um grande fato histórico da educação em Patos de Minas.

O Ginásio

O Polivalente de Patos de Minas é um dos dez primeiros ginásios dêsse tipo instalados em Minas e começou a funcionar com 420 alunos em dois turnos. O prédio do Ginásio é uma obra da mais moderna engenharia escolar, foi construido no prazo récorde de seis meses e está totalmente concluido e equipado, representanto um investimento material superior a um milhão de cruzeiros atuais. Dotado de excelentes recursos tecnicos e humanos o Ginásio Polivalente é uma experiência educacional que tem o seu êxito plenamente assegurado.

As obras complementares do Ginásio Polivalente de Patos de Minas estão sendo executadas pela Prefeitura e a inauguração oficial do prédio será realizada com a presença de altas autoridades do Governo do Estado e do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio.

Emprêsa São Cristovão - Transportes Coletivos
VIEIRA & CIA. LTDA.
Onibus modernos e confortáveis para bem servir
CORRIDAS ENTRE: Brasilia, Paracatu, Patos de Minas, Unai, João Pinheiro, Brasilândia, Araguari, Uberlândia, Patrocinio e Monte Carmelo.
AV. BRASIL, 766 - TELEFONE: 23-89
PATOS DE MINAS - MINAS GERAIS

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Em outro evento no Ginásio Polivalente, o Exmo. Juiz de Direito da Comarca de Patos de Minas, Dr. Deiró Eunápio Borges Júnior, proferiu aos alunos, um belo discurso. Revelando o patriotismo, a moralidade e a religiosidade acima de tudo na sua fala. Mostrando com isso, os aspectos exigidos, naquela época, para que o aluno fosse aceito dentro dos padrões da sociedade. Nesses tempos, os alunos sempre enfileirados e com as mãos nas costas do colega da frente faziam fila para alinhamento e organização, momentos que antecediam o cantar do hino nacional e do hasteamento da bandeira nacional. O respeito e amor à Pátria foram imposições do governo militarista nos educandários brasileiros.

Os discursos por parte das autoridades que se apresentavam nas Escolas acompanhavam essa ideia dentro da educação. Só para comprovar esse ideário, o referido orador faz menção ao discurso de Rui Barbosa, quando de sua visita aos atiradores de um regimento militar na Bahia. Sempre exaltando o cumprimento do dever à pátria e o respeito à bandeira e ao hino nacional como aspectos de civilidade de um povo. Na verdade, é a invenção de uma forma escolar. De acordo com Silva (2015, p. 201-203):

> Trata-se de uma forma inédita de relação social entre um "mestre" e um "aluno", relação que hoje chamamos pedagógica. A forma escolar, que também moraliza, controla os desejos. Sua emergência se dá a partir de um conjunto coerente de traços: a constituição de um universo separado da infância, a organização e a repetição de exercícios, cuja função consiste em aprender conforme as regras. Para além de ensinar e ler, a escrever e a contar, a sociabilidade exercitada na escola ensinaria também civilidade e visaria a formação do cidadão respeitoso e obediente. (...) A incorporação da moralidade pelas crianças seria necessária para formar cidadãos úteis à Pátria, cristãos tementes a Deus ou indivíduos capazes de ter autocontrole suficiente para controlar os próprios impulsos.

Vejamos o pronunciamento exaltado e fervoroso do orador ora citado, no Ginásio Polivalente de Patos de Minas, no dia 06 de outubro de 1971.

Figura 15 – Exmo. Dr. Deiró Eunápio Borges Jr. no Polivalente.

Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Deiró Eunápio Borges Jr. 6/10/71

Por destituido de pendores oratórios, e certo de que seria, como ora sou, dominado pela emoção, de molde a não poder dizer algo que fizesse senrido, julguei de bom alvitre escrever duas palavras que traduzam o meu desvanecimento pela honra insigne que me confere a douta diretoria dêste novel estabelecimento de ensino, ao propiciar-me o ensêjo do hasteamento da bandeira nacional.

Com traduzir a minha justa ufania, êste pronunciamento diz do meu reconhecimento ao ilustre Professor Jacinto Guerra e dos demais compenentes da diretoria do ginásio Polivalente, por tão delicada deferência.

Efusivamente, eu me congratulo com os meus conterrâneos e comarcões, pela construção e aus iciosa instalação, em nossa cidade e municipio, de um dos primeiros ginásios Polivalentes de que serão dotados várias comunas do Estado e do País. Do mesmo passo, felicito calorosamente a seleta diretoria dêste ginásio, ao seu não menos seleto corpo docente e discente, pela prática que, ungida de alto sentido cívico-patriótico, e a exemplo do que, ao parecer, ocorreu quando da inauguração do primeiro ginásio Polivalente, em Belo Horizonte, ao que se vê vai marcando as suas atividades dêste conceituado estabelecimento: o hasteamento da bandeira nacional, como ponto alto as solenidades que aqui se realizam.

A propósito, como remate a estas breves e canhêstras palavras e, como ouvi ou li alhures, a gente não diz nada que outrem não o tenha dito, por portuno, traslado para aqui o seguinte passo do grande Rui, em saudação os Atiradores Baianos em 18/9/1917: "Tôdas as bandeiras são semelhantes no seu estôfo, nos seus matizes, no seu destino convencional. O que a distingue, é a história, o caráter, o vigor moral da consciência coletiva, o que cada uma delas representa. A nossa já p de ensoberbecer de um passado ligeiro e inolvidável nos campos de batalha. Mas a bandeira não é só o emblema da guerra. É, principalmente, o paládio augusto da paz, a liberdade. Sua sombra se projeta sôbre os lares, abriga as instituições, e guarda o sagrado culto da pátria. Não é, pois, um símbolo morto; é uma entidade, viva, consagrada a funções gloriosas: as de representar o vínculo nacional dar ao sentimento da honra comum uma expressão visivel a todos os cidadãos e ser a signa da liberdade nos movimentos populares."

Que sombra da cruz de Cristo, estandarte da fé, como do auriverde pendão, estandarte da patria, abrigue êste Ginásio Polivalente, novel instituição e que legitimamente se orgulha o povo patense

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

As aulas inaugurais continuaram como premissa inicial do semestre letivo. Abaixo temos o convite de mais um desses eventos ocorridos no Ginásio Polivalente no ano de 1972, tanto por parte dos jornais, bem como na forma de convites distribuídos pelo Ginásio. A referida aula foi proferida pelo Professor Augusto Ferreira Neto, membro do PREMEM e professor da UFMG.

Figura 16 - Convite aos alunos e familiares para a aula inaugural do semestre letivo.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE

PATOS DE MINAS

O Diretor da Escola, professor Jacinto Guerra, convida os alunos e os seus pais para a Aula Inaugural do semestre letivo, que será proferida pelo

PROFESSOR AUGUSTO FERREIRA NETO,

chefe do Gabinete da Secretaria da Educação, no próximo sábado, dia 26, às 7 horas da noite.

DM- 20-08-72

Aula inaugural no Polivalente de Patos

Será realizada dia 26, em Patos de Minas, a aula inaugural da Escola Estadual Polivalente, pelo chefe de gabinete do secretário da Educação, professor Augusto Ferreira Neto, da cadeira de Legislação do Ensino da Faculdade de Educação da UFMG, ex-professor de Administração Escolar na Universidade Católica de Minas Gerais, membro da Comissão Estadual do PREMEM e do Conselho Curador do ETRA e vice-presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

No dia 04 de maio de 1973, o prefeito Waldemar da Rocha Filho envia à câmara municipal, a exposição de motivos para doação de área complementar para o Ginásio

Polivalente. Nos dizeres do prefeito, era necessária a doação da área complementar de mais de três mil metros quadrados para que o Ginásio pudesse estender suas ampliações e construções, senão vejamos:

Documento 05 - Documento exposição de motivos Waldemar da Rocha, doação de área complementar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Em 04/maio/1.973.-

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Pela Lei 1.093/70, a Municipalidade doou ao Estado de Minas Gerais um terreno com a área de 25.000 metros quadrados , situado no Bairro Santo Antônio, para nele ser erguido, pelo - PREMEM, a Escola Polivalente local.

Com a construção da Escola, novos entendimentos foram efetivados, no sentido da complementação do terreno anteriormente doado, com o objetivo de possibilitar a expansão integral da unidade escolar. Disso resultou um acréscimo de mais 3.055 metros quadrados à área primitiva, o que totaliza 28.055 metros - quadrados, conforme se vê do levantamento topográfico anexo, que remetemos a esta Edilidade, sob devolução.

Isto posto, encaminhamos à Câmara Municipal a presente Proposição, para a qual solicitamos o apoio e a aprovação, - dos Senhores Vereadores, a fim de que, complementada a área inicial, possa haver a expansão integral da nossa Escola Polivalente.

Cordialmente,

Waldemar Rocha Filho
Prefeito Municipal

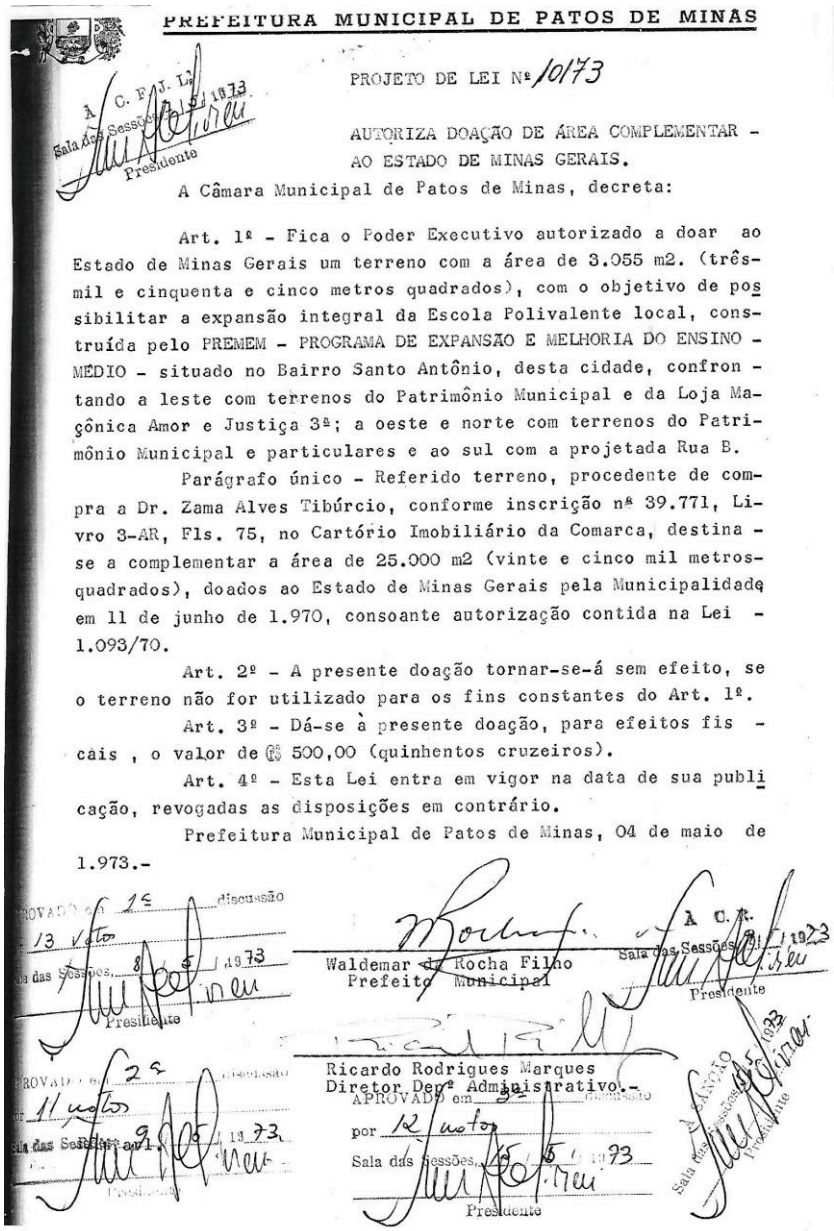
Exmo.Snr.
Ivan Arantes Olivieri
DD.Presidente da Câmara Municipal
NESTA

RRM*arl.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A câmara municipal atendeu prontamente ao prefeito e, no dia 04 de maio de 1973, aprovam por unanimidade a doação do referido terreno ao estado de Minas Gerais para que o mesmo pudesse realizar as complementações na construção do ginásio Polivalente:

Documento 06 - Autorização para doação da área para complementação de obras no Ginásio Polivalente de Patos de Minas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

PROJETO DE LEI Nº 10/73

AUTORIZA DOAÇÃO DE ÁREA COMPLEMENTAR - AO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A Câmara Municipal de Patos de Minas, decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais um terreno com a área de 3.055 m2. (três-mil e cinquenta e cinco metros quadrados), com o objetivo de possibilitar a expansão integral da Escola Polivalente local, construída pelo PREMEM - PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO - MÉDIO - situado no Bairro Santo Antônio, desta cidade, confrontando a leste com terrenos do Patrimônio Municipal e da Loja Maçônica Amor e Justiça 3ª; a oeste e norte com terrenos do Patrimônio Municipal e particulares e ao sul com a projetada Rua B.

Parágrafo único - Referido terreno, procedente de compra a Dr. Zama Alves Tibúrcio, conforme inscrição nº 39.771, Livro 3-AR, Fls. 75, no Cartório Imobiliário da Comarca, destina-se a complementar a área de 25.000 m2 (vinte e cinco mil metros-quadrados), doados ao Estado de Minas Gerais pela Municipalidade em 11 de junho de 1.970, consoante autorização contida na Lei - 1.093/70.

Art. 2º - A presente doação tornar-se-á sem efeito, se o terreno não for utilizado para os fins constantes do Art. 1º.

Art. 3º - Dá-se à presente doação, para efeitos fiscais, o valor de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 04 de maio de 1.973.-

Waldemar da Rocha Filho
Prefeito Municipal

Ricardo Rodrigues Marques
Diretor Depº Administrativo.-

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Com a assinatura desse termo de doação, o município de Patos de Minas cumpre com sua parte no acordo entre a União, o estado de Minas Gerais e com o próprio povo patense. O município ainda ficaria devendo o asfaltamento das vias de acesso ao Ginásio.

Coube ao Governo Federal e ao estado de Minas Gerais manterem o Ginásio em pleno funcionamento, visando a concretização de suas políticas educacionais. O que demostraremos mais a frente é que o programa gerido pelo PREMEN entrou em decadência

por volta de 1975 e, já em 1979, o Ginásio Polivalente de Patos de Minas passa a ser uma Escola Estadual e foi totalmente gerida por subvenções do estado de Minas Gerais.

2.7.4 Localização do Ginásio Polivalente: uma obra moderna que ficou escondida

Muito se falou sobre o local do terreno. Esse terreno ficava, na época, em região periférica e muito pobre da cidade de Patos de Minas. Ladeava com as beiradas do Rio Paranaíba, no início da Rua Escolástica Alves Landim, e do Córrego da Cadeia, no final da Rua Vereador João Pacheco. O local não possuía nenhuma infraestrutura básica. Não tinha água encanada, não tinha redes de esgotos, não tinha asfalto.

Em frente ficava a subestação da Cemig pela Rua Manoel dos Santos. Fazia divisa com o Tiro de Guerra. O único acesso era pela Rua Vereador João Pacheco. A pergunta que sempre intrigou foi o porquê da construção do Ginásio Polivalente em local inóspito naquela época. Parece que o fato dos Ginásios Polivalentes terem sido voltados à população carente, não pode justificar a construção do Ginásio em um lugar desvalido das mínimas condições para tal, por mais esforço que se tenha feito depois para sanear todas as questões levantadas em relação à infraestrutura do local. Neste sentido Vaz (2004, p. 68):

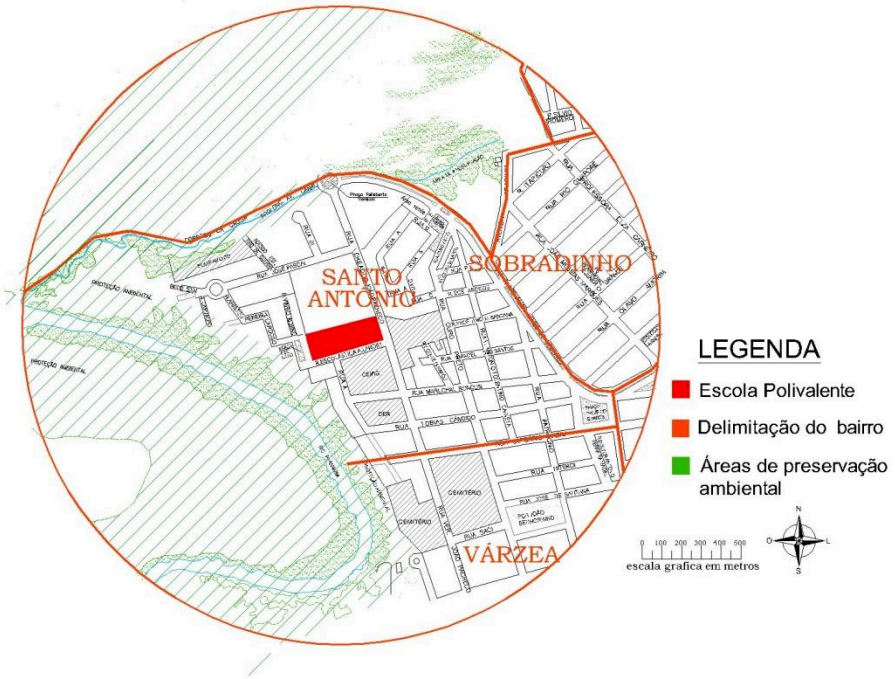
> Quanto à localização da escola verificou-se que ela foi instalada no bairro Brasil, onde grande parte da população de baixa renda se encontrava localizada, isto é, região periférica da cidade. Uma das finalidades da instalação do ginásio nessa região era atender os moradores principalmente dos bairros Brasil (região denominada Antena), lagoinha (região insalubre) e Vila Garcia. Na década de 1970, a maior parcela da população patense morava nesses bairros periféricos. As autoridades viram na construção do ginásio neste local, uma forma de contenção dos alunos que moravam nestas proximidades, que saiam desses bairros em busca de vagas nos colégios do centro como: Escola Estadual Zama Maciel; E.E. Dr. Marcolino de Barros; E.E. Antônio Dias Maciel e que também não tinham muitas vagas disponíveis na época.

A referida autora comete um equívoco em relação ao Bairro que o Ginásio foi construído. Foi em um Bairro ainda mais periférico do que o citado Bairro Brasil. O Ginásio Polivalente foi construído no Bairro Santo Antônio. Bairro em que ficava localizado o único cemitério da cidade naquela época (1971). O Bairro da Lagoinha não tinha nenhum acesso direto ao Ginásio e o Bairro Vila Garcia ficava muito distante do Ginásio polivalente.

Na época da construção do Ginásio Polivalente, o Bairro Santo Antônio tinha acesso ao centro da cidade pela Rua Olegário Maciel e pela Rua Vereador João Pacheco se chegava aos Bairros Brasil, Antena, Cristo Redentor, Lagoa Grande, Vila operária, Santa

Luzia, dentre outros. Os alunos oriundos do Bairro Lagoinha precisavam dar uma volta até o centro, descer pela Rua Olegário Maciel e em sequência pegar a Rua Vereador João Pacheco para chegarem até o Ginásio Polivalente. Muitos alunos passavam por uma "pinguela de madeira" sobre o córrego da cadeia, que daria em frente o início da Rua Vereador João Pacheco. Mas, na época do período chuvoso, esse caminho perdia o acesso devido ao volume de água que o córrego recebia e ao barro que ia se formando.

Mapa 8 - A localização do Ginásio Polivalente



Só para ter uma ideia das polêmicas em torno do local da construção do Ginásio naquela época, a referida autora, Vaz (2004), trabalhou com a pesquisa oral e, em entrevistas registradas a autoridades da época, ficou muito claro o preconceito em relação à localização da escola.

Em uma das entrevistas, o ex-prefeito de Patos de Minas, Waldemar da Rocha Filho, que sucedeu no pleito municipal Sebastião Silvério de Faria, revela que a polêmica foi porque a obra era muito bela, suntuosa e que a localização de tal obra, devido à sua beleza, deveria ser na região central da cidade. Nessa mesma entrevista, o ex-prefeito revela também que essa polêmica por ter a escola construída na periferia não fazia sentido, porque o que mais se dizia era que a cidade não iria crescer para aqueles lados.

O que na realidade acabou acontecendo. Não tinha muito a crescer por aqueles lados. O local onde foi construído o colégio está próximo das margens do Rio Paranaíba e

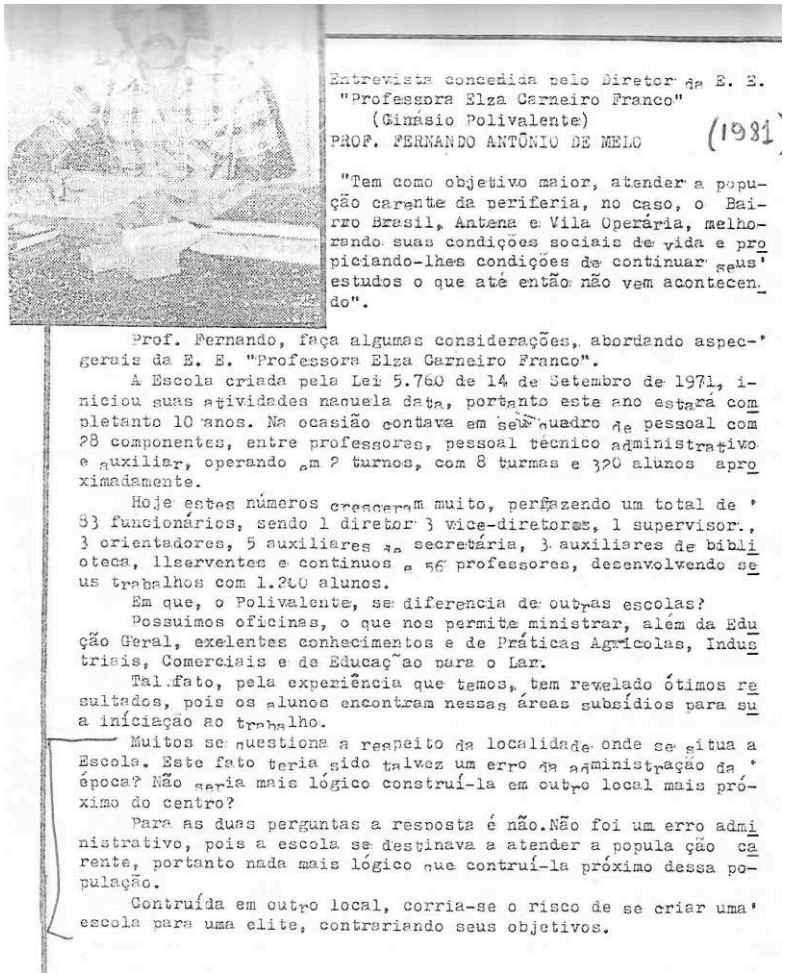
realmente o crescimento do Bairro foi tão somente até à área permitida pela legislação ambiental. Em termos de especulação imobiliária, devido à construção do Ginásio, podemos falar que não houve.

Somente na década de 1990, mais de 20 anos depois da construção do Ginásio, é que alguns terrenos próximos tiveram certa valorização devido à área ter se tornado uma espécie de distrito industrial de empresas de pequeno porte. O interessante é que o ex-prefeito no final da entrevista concorda que a área era realmente periférica e que o Ginásio deveria de fato ter sido construído em outro local. De acordo com o ex-prefeito de Patos de Minas no período entre 1973 e 1976, Waldemar da Rocha Filho, em entrevista concedida a Vaz (2004, p. 69):

> (...) na época com relação ao polivalente, a primeira impressão que se tinha, é porque o polivalente num lugar desses, num fim de mundo, vamos assim dizer, hoje não pode falar isso, lá tem uma área bem habitada, o que já tem hoje de população lá em volta já beneficiando toda aquela população. Mas na época condenou-se muito a instalação do polivalente naquele local, era uma péssima localização, acima de tudo naquela época, pois existiam várias outras áreas. Ele deveria ter sido realmente construído em outra área, porque até naquela época, enquanto ele estava sendo construído e também depois de concluído também, falava que ele era um cartão de visita da cidade, vinha gente de várias cidades conhecer o polivalente. Naquela época era uma baita de uma obra.

E realmente a construção foi uma "baita obra" para aqueles tempos. Uma estrutura faraónica se erguia no meio do mato e nas beiradas da cidade. Para o professor e ex-diretor do Ginásio Polivalente (1977-1989), Fernando Antônio de Melo, ao contrário do pensamento do ex-prefeito, em um relato encontrado nos arquivos do Ginásio Polivalente, realizado no ano de 1981, ao ser questionado se a administração municipal havia errado em escolher tal local, foi enfático ao responder que não houve nenhum erro e que não seria lógico construir o Ginásio em outro local. O Ginásio se destinava a atender a população carente, portanto, nada mais lógico é que deveria sim ser construído próximo à população mais pobre. Para o ex-diretor, se o Ginásio tivesse sido construído em local diverso correria o risco de se criar uma escola para a elite, contrariando com isso seus objetivos. Esses objetivos estavam descritos na resolução 925 em seu anexo III. Segue abaixo o documento com o registro da fala do ex-diretor Fernando Antônio de Melo:

Figura 17 - Relato do Ex-diretor Fernando Antônio de Melo localização do Ginásio



Entrevista concedida pelo Diretor da E. E.
"Professora Elza Carneiro Franco"
(Ginásio Polivalente)
PROF. FERNANDO ANTÔNIO DE MELO (1981)

"Tem como objetivo maior, atender a população carente da periferia, no caso, o Bairro Brasil, Antena e Vila Operária, melhorando suas condições sociais de vida e propiciando-lhes condições de continuar seus estudos o que até então não vem acontecendo".

Prof. Fernando, faça algumas considerações, abordando aspecgerais da E. E. "Professora Elza Carneiro Franco".

A Escola criada pela Lei 5.760 de 14 de Setembro de 1971, iniciou suas atividades naquela data, portanto este ano estará completanto 10 anos. Na ocasião contava em seu quadro de pessoal com 28 componentes, entre professores, pessoal técnico administrativo e auxiliar, operando em 2 turnos, com 8 turmas e 320 alunos aproximadamente.

Hoje estes números cresceram muito, perfazendo um total de 83 funcionários, sendo 1 diretor 3 vice-diretores, 1 supervisor, 3 orientadores, 5 auxiliares da secretária, 3 auxiliares de biblioteca, 11serventes e continuos e 56 professores, desenvolvendo seus trabalhos com 1.200 alunos.

Em que, o Polivalente, se diferencia de outras escolas?

Possuimos oficinas, o que nos permite ministrar, além da Educação Geral, exelentes conhecimentos e de Práticas Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Educaçãao para o Lar.

Tal fato, pela experiência que temos, tem revelado ótimos resultados, pois os alunos encontram nessas áreas subsídios para sua iniciação ao trabalho.

Muitos se questiona a respeito da localidade onde se situa a Escola. Este fato teria sido talvez um erro da administração da época? Não seria mais lógico construí-la em outro local mais próximo do centro?

Para as duas perguntas a resposta é não. Não foi um erro administrativo, pois a escola se destinava a atender a população carente, portanto nada mais lógico que contruí-la próximo dessa população.

Contruída em outro local, corria-se o risco de se criar uma escola para uma elite, contrariando seus objetivos.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

Em sentido contrário à cidade de Patos de Minas, que parece ter atendido às premissas da resolução 925 em seu anexo III, escolhendo um terreno para construção do Ginásio realmente próximo a bairros menos favorecidos economicamente, a escolha do terreno na cidade de Uberlândia parece ter sofrido ingerência política para valorização do mesmo. De acordo com Resende (2011, p. 99):

> Pelo que pudemos apreender nas pesquisas, o bairro Roosevelt foi escolhido para sediar a Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa, principalmente, por questões políticas, visto que no período de 1967 a 1970, o município foi governado pelo prefeito Renato de Freitas, que possuía forte ligação com o bairro. Segundo um dos entrevistados, "O Renato de Freitas, que era o prefeito, era muito ligado com o bairro Roosevelt, foi um loteamento feito pela família dele. Então ele escolheu o bairro onde ele tinha maior ligação". Dizemos que esta escolha teve motivações políticas em função, também, de no anexo III da resolução 925, que versa sobre os critérios para a seleção dos terrenos, apresentar detalhadamente as características necessárias para escolha do local, e o bairro Roosevelt não

> satisfazer a algumas delas, o que poderia justificar a sua inviabilidade para a construção da escola.

Neste contexto, ficou muito claro que a intenção do prefeito municipal, na época da doação do terreno, na cidade de Patos de Minas, Ataídes de Deus Vieira, foi exclusivamente atender os pressupostos indicados pelo PREMEM e pelo estado de Minas Gerais ao criar educandários voltados para as populações mais carentes nas cidades em que foram contempladas e que deveriam ser construídas junto a essas comunidades carentes. Por mais que se critique o local em que foi construído o Ginásio Polivalente em Patos de Minas, na realidade, para aquela época, atendeu o que preconizava a legislação.

Também não parece que o prefeito ou algum outro membro da municipalidade tenham se beneficiado de alguma forma com a doação do referido terreno, já que o mesmo era localizado em uma região pobre e inóspita, não tendo muito valor comercial para aquela época. Só para se ter uma ideia de que o terreno tinha apenas um valor simbólico que, no documento de doação já estudado em capitulo anterior, teve seu preço afixado em 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) e os primeiros professores do Ginásio Polivalente, em 1971, tinham como salários o valor estimado na quantia de 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros, ou seja, dois meses de trabalho de qualquer professor comprava referido terreno, resguardando os períodos inflacionários, é claro.

Outro ponto importante é que o local não tinha a infraestrutura pronta na época da doação do terreno, mas foi assinado um termo de compromisso que o município iria realizar todas as obras de infraestrutura a contento das necessidades que a resolução 925 impunha. O que veio a ocorrer de forma completa, com o asfaltamento das adjacências do Polivalente, depois que o governo federal deixou de financiar os Polivalentes, já na sua fase de Escola Estadual no início dos anos 1980.

3 ENVOLVIMENTO DO GINÁSIO POLIVALENTE JUNTO À SOCIEDADE PATENSE: UMA HISTÓRIA REVELADA.

> A ação desenvolvida pela educação tem visibilidade; ela se realiza no contexto da materialidade. Essa materialidade não nega, no entanto, o aspecto não material da ação educativa. Condicionado pela materialidade, o exercício da educação, assim, implica que sejam articulados a prática desempenhada, a organização do espaço, o currículo, a organização administrativa com uma teoria correspondente. Na prática cotidiana, os professores e alunos fazem teoria mesmo que apenas no nível do que Gramsci chama de senso comum. É preciso identificar, compreender no 'cotidiano" da escola onde estão as rupturas e as continuidades, as possibilidades que atestam a humanidade da ação pedagógica. Isto é, a ação pedagógica se realiza pela relação entre seres humanos, historicamente situados. (GONÇALVES, p. 34, 1996)

3.1 A Arquitetura e Construção do Ginásio Polivalente

A criação de espaços em seu entorno é uma característica da humanidade desde que começa a viver em sociedade. Notamos na linha histórica do tempo que todas as sociedades se preocuparam em construir formas arquitetônicas das mais simples às mais arrojadas. Desde o espaço dentro das cavernas aos templos luxuosos dos dias atuais. A História da Educação, fazendo parte desse contexto, não foi diferente.

Da educação em espaços públicos, como ocorreu na antiga Grécia e como exemplo maior os discursos na Ágora, até os prédios modernos das grandes Universidades. Se antes a educação poderia ser pensada em relação ao lugar e espaço, de forma que, qualquer ambiente poderia propiciar o lugar da escola, seja em uma simples sala da casa do fazendeiro, ou até mesmo o lugar do paiol, nos tempos atuais, a propagação do saber se dá em prédios e construções elaboradas por projetos arquitetônicos. Com a interferência do Estado na vida privada, o mesmo assume a responsabilidade de elaborar critérios para o funcionamento de prédios escolares.

A partir do momento em que a educação é pensada como parte e obrigação do poder público, a escola passa a ser pensada como um lugar. Para Gonçalves (1996, p. 42):

> A fixação do lugar da escola coincide com a institucionalização da educação como tarefa do Estado, da divisão técnica do trabalho e da especialização das funções. A partir daí, a escola é pensada como lugar, como ponto de referência, com um programa arquitetônico próprio. Esta tendência da

> fixação de um lugar que se destacasse como sendo próprio para o ensino, tal qual o lugar do teatro, a igreja, o palácio etc.

No início da construção historiográfica da educação a respeito do espaço e lugar da escola, isso se dá de forma simples. Com o avanço da modernidade, as construções dos educandários passam a ser construções imponentes, geralmente localizadas na praça central das cidades. Em Patos de Minas, a construção do Grupo Escolar Marcolino de Barros, em 1917, se deu no centro da cidade e, para o início do século XX, foi uma construção que causou muito impacto na época na sociedade patense.

A construção da Escola Normal em 1932, também causou outro impacto na cidade. Localizada em área ainda mais central, sua imponência se contrastava com alguns palacetes que a ladeavam na avenida principal da cidade, hoje Avenida Getúlio Vargas. O que levaria à construção de educandários imponentes, cada um em sua época? Para responder a essa pergunta, veremos que muitos aspectos políticos permeavam tais construções arquitetônicas. A escola era considerada o templo do saber. A evolução de uma sociedade.

O crescimento da economia passa a ser atrelado ao crescimento intelectual de um povo. As taxas de analfabetismo não poderiam ser toleradas em um estado que visava a expansão e o crescimento econômico. E acima de tudo, diz respeito às relações humanas em diversas consoantes. Para Goncalves (1996, p. 33), o espaço escolar é um documento material, visível que expressa os estilos, gostos, costumes, do passado e do presente, senão vejamos:

> O enfoque do espaço escolar na sua perspectiva histórica, isto é, considerando-o como obra humana situada no tempo e no território, nos permite ter na arquitetura escolar as marcas do seu tempo, como um lugar de relações humanas- neste caso, relação pedagógica – que traduzem a forma como a sociedade se organiza, qual visão de mundo é hegemônica e quais suas contradições. Assim pensando, o espaço escolar é um documento material, visível, que expressa os estilos, gostos, costumes do passado e do presente. É, portanto, portador de histórias nossas.

Nesse sentido, a arquitetura dos Ginásios Polivalentes, também deixou suas marcas no tempo. O início das construções dos Ginásios de deu a partir de 1971, iniciando-se em Minas Gerais e se propagando para grande parte do território nacional. Mas, antes das construções, é necessário atentarmos para o projeto arquitetônico e suas significações.

Para a época, princípio da década de 1970, principalmente nas cidades interioranas, tais construções significaram um ganho no crescimento dessas cidades, mesmo

que pequeno, e também as deixaram com um prédio chamativo. E esse era o objetivo maior da educação militar, ou seja, crescimento e desenvolvimento econômico através de um programa educacional que iria preparar o aluno para o emprego na seara laboral.

A elaboração de um projeto arquitetônico padrão para todos os Estados brasileiros buscava, na verdade, a afirmação nacional imposta pelo regime militar. A arquitetura dos Ginásios Polivalentes representou a possibilidade de ser expressa a nacionalidade voltada para o trabalho. Só lembrando que tais projetos coincidem com a conquista da copa do mundo pela seleção brasileira em 1970.

Vários discursos nacionalistas se fizeram na época. *Slogans* tais como "Brasil, ame ou deixe-o", ou até mesmo a composição do hino tema da seleção brasileira, reforçaram a intenção dos militares na tentativa de criar na juventude o espírito nacionalista. Vejamos a composição, Pra Frente Brasil de Miguel Gustavo, Copa de 1970, no México:

> Noventa milhões em ação pra frente Brasil do meu coração. Todos juntos vamos pra frente Brasil salve a seleção! De repente é aquela corrente pra frente parece que todo o Brasil deu a mão todos ligados na mesma emoção tudo é um só coração! Todos juntos vamos pra frente Brasil, Brasil salve a seleção!

Nesta esteira, o espírito nacionalista e de respeito à pátria e seus símbolos vão tentando se apossar do espírito da juventude no Brasil. Neste sentido, foi preciso buscar na educação um símbolo maior. No novo projeto de educação Polivalente surgiu a grande oportunidade de os militares concretizarem seus sonhos.

Um projeto arquitetônico que depois de concretizado pudesse envolver a alma, o espírito e o corpo dos alunos, além de dar a cada aluno encaminhamento para o trabalho, já que o objetivo militar foi a importância da política educacional juntamente com a mão de obra para a aceleração do desenvolvimento. Para Gonçalves (1996, p. 118):

> Percebe-se pelos objetivos básicos a preocupação com uma "afirmação nacional". A produção de um projeto arquitetônico padrão das Escolas Polivalentes para todos os Estados, buscava responder a esta necessidade. Novamente, a arquitetura aparece como um instrumento, uma possibilidade de simbolizar ou expressar uma nacionalidade (uma brasilidade) ...

De todas as escolas construídas até então, o projeto arquitetônico dos Ginásios Polivalentes se contrapunha e de forma até enigmática, já que o contexto era repressivo, às

disposições espaciais dos prédios das escolas tradicionais. Se nessas escolas, o vigiar e punir[19] tinha uma dimensão material aos olhos dos diretores e supervisores que de forma centralizada, conseguiam visualizar todo o corpo discente nos lugares estratégicos, segundo a lógica de Foucault (1987), nos Ginásios Polivalentes não foi possível essa forma de vigiar pelas disposições do prédio com corredores largos e construção na horizontal ladeado uns aos outros.

O que podemos deduzir é que esse modelo de arquitetura adotado pelos Ginásios Polivalentes queria introjetar na alma do educando a disciplina e o respeito pelo próprio prédio e suas autoridades. Os prédios que tinham aulas de teoria eram separados dos prédios que ministravam a prática.

Outra grande novidade para aquela época era que os alunos é quem mudavam de sala. Para cada disciplina prática, uma sala diferente com o professor à espera dos alunos. Na realidade, o projeto arquitetônico foi criado dessa forma para que fosse estabelecido um clima de confiança e reciprocidade, que de acordo com conceitos liberais levariam à autodisciplina, o que não significa que as relações de poder não se fizeram presentes. Muito pelo contrário. O poder, principalmente do diretor, supervisores e professores ainda era muito presente. Para Gonçalves (1996, p. 179):

> As premissas pedagógicas e arquitetônicas da polivalente pretendiam, pela adoção de métodos pedagógicos ativos, estabelecer na escola um clima de liberdade e confiança recíproca, que pouco a pouco levaria á autodisciplina, verdadeira aprendizagem de liberdade e espírito de solidariedade.

A disposição dos traços retos da arquitetura dos Ginásios Polivalentes foi predominante de acordo com Gonçalves (1998, p. 178). Para a autora, os corredores foram construídos de forma retilínea recebendo as salas de aulas em sua extensão. Não foi composta

---

[19] (...) O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (...) Um poder de punir que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um. De outro, um funcionamento compacto do poder de punir: ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado, enquadramento de seus gestos, de suas condutas por um sistema de autoridade e de saber; uma ortopedia concertada que é aplicada aos culpados a fim de corrigi-los individualmente; gestão autônoma desse poder que se isola tanto do corpo social quanto do poder judiciário propriamente dito. FOUCAULT (1987, p. 169-149).

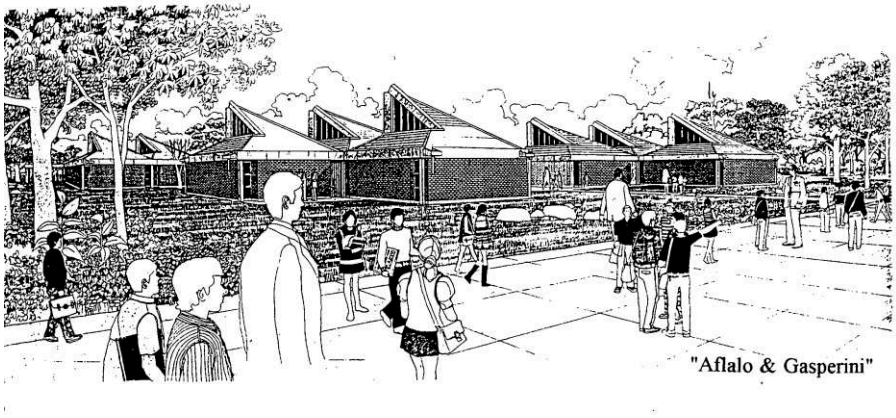
de um pátio central, onde normalmente a vigilância era bem mais fácil. Também não se encontrou no projeto qualquer indício de espaços redondos ou curvos.

Se compararmos as escolas tradicionais com os Ginásios Polivalentes, fica a impressão que nesse novo modelo não se preocupou com a vigilância dos alunos pela disposição dos prédios. Inclusive a sala do diretor não tinha visibilidade para a área externa de acordo com o projeto arquitetônico. A arquitetura dos Ginásios Polivalentes na verdade se preocupou em dar mais movimento tanto de alunos quanto dos professores pelas áreas a serem circuladas. Para corroborar com tal assertiva, Lima (2018, p. 117) aduz que:

> Como verificado, as salas de aulas contaram com vidraças nas duas laterais, e assim com uma ampla visão para a paisagem do lado exterior da escola como para seu interior, o espaço destinado à direção e coordenação pedagógica, como mencionado, localizando-se em frente à parte das salas de aula também eram com vidraças, contudo, algumas não tinham essa ampla visibilidade, já que ficavam em espaço interior desse ambiente, como a sala da direção, que ficava em espaço interior da secretaria.

Os Ginásios Polivalentes tiveram como engenheiros e consultores os arquitetos Plínio Croce, Roberto Aflalo e Gian Carlo Gasperini LTDA, juntamente com o escritório Técnico de José Carlos de Figueiredo Ferraz LTDA. Escritórios esses que se fazem presentes na maioria das capitais brasileiras. Os vencedores da licitação apresentaram o projeto arquitetônico ao PREMEM. Patos de Minas não foi diferente e também recebeu o projeto desses escritórios.

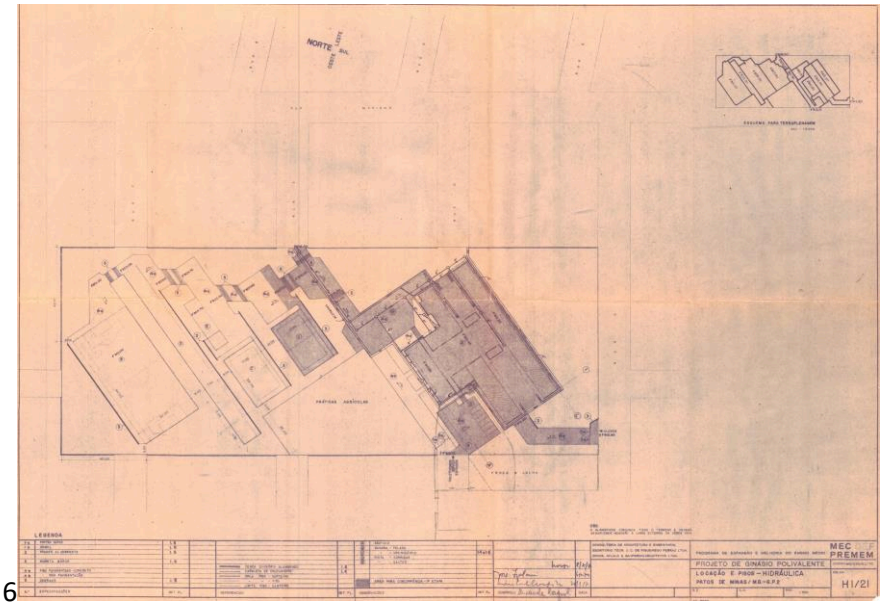
Figura 18 - Projeto Arquitetônico do Escritório Aflalo e Gasperini. Modelo dos Polivalentes no Brasil



Fonte: Capa da Dissertação de Mestrado de Rita de Cássia Pacheco Gonçalves, SC (1996)

O PREMEM desde o início, envolvendo a confecção dos projetos, a execução, finalização e inauguração, se fez presente. Depois de muita pesquisa, conseguimos uma cópia de uma das plantas de construção do Ginásio Polivalente, nos arquivos da própria Escola. Ela mostra claramente a disposição do complexo que foi construído em Patos de Minas, em 1971.

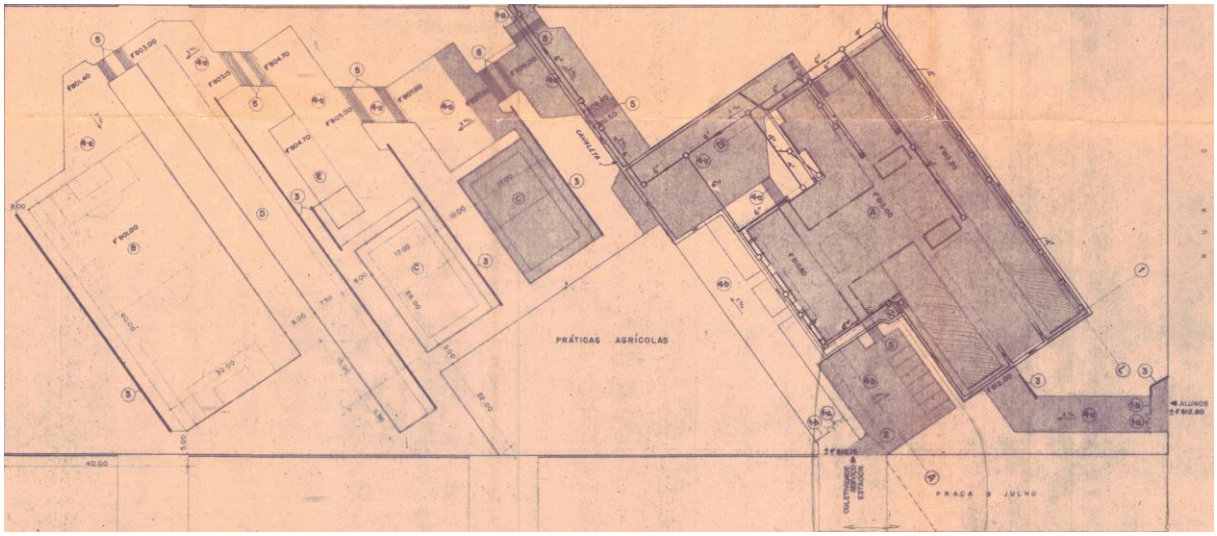
Figura 19 - Um dos Projetos Arquitetônicos Ginásio Polivalente Patos de Minas



6

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Figura 20 - Recorte da planta



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

O Ginásio Polivalente foi construído em terreno doado pela municipalidade e contou com recursos da União, do estado de Minas Gerais e de empréstimos externos através

do convênio firmado entre o MEC e a USAID, sob a supervisão direta do PREMEN. Segundo Bitencourt Júnior, a disposição em relação ao convênio foi a seguinte:

> Os recursos reunidos para a execução do Programa foram obtidos das seguintes fontes:
> - 50% provenientes de empréstimos externos (USAID);
> - 31,5% provenientes do Governo Federal (PREMEM);
> 18,5% proveniente do Governo do Estado participante;
> - As prefeituras municipais, das cidades selecionadas deveriam fornecer o terreno dentro dos padrões do projeto, executar serviços de infraestrutura de acessos viários, terraplanagem do terreno, rede de água e esgoto e iluminação, e urbanização. Também deveria fornecer equipamento esportivo. BITENCOURT JÚNIOR (2008, p. 10).

O Ginásio foi construído na Rua Manoel dos Santos, s/n, esquina com a Rua Escolástica Alves Landim, Bairro Santo Antônio e foi criado através da lei 5780 de 14 de setembro de 1971 com o nome de Ginásio Estadual Polivalente de Patos de Minas.

Foram muitos os trabalhadores envolvidos no projeto. Projetistas, mestres de obras, pedreiros, serventes, carpinteiros, eletricistas, bombeiros hidráulicos, paisagistas, dentre outros. Seus nomes ficarão na memória do espaço construído para sempre, cravados nas paredes e na disposição do que foi construído em determinado espaço. Ao nos depararmos com os prédios e os demais espaços do Ginásio Polivalente, vem na nossa imaginação os questionamentos da memória. E a pergunta inevitável para o pesquisador atento se torna em saber quem foram os construtores de tal obra. A tarefa de buscar o nome de cada trabalhador envolvido na construção do Ginásio é do historiador.

O presente trabalho não procurou estudar nomes específicos das centenas de trabalhadores que laboraram na construção do Ginásio. Mas a certeza que ficou é que as obras ali realizadas ficaram marcadas por todas essas pessoas que, de certa forma, agora fazem parte da memória coletiva do Ginásio Polivalente.

Uma pesquisa mais aprofundada pode, no futuro, pesquisar os nomes de todos os trabalhadores, ou de parte deles, que fizeram dessa obra uma realidade. A música “Cidadão” do compositor Lúcio Barbosa, interpretada pelo cantor José Geraldo e depois com muito sucesso por José Ramalho, talvez não encontre eco no modelo de Ginásio Polivalente que esses bravos construtores e trabalhadores laboraram em Patos de Minas, já que a intenção era dar estudos ás classes menos favorecidas naquela época, de acordo com o anexo II da resolução 925.

Parte da letra da música Cidadão de Lúcio Barbosa.

(...) Tá vendo aquele colégio moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Pus a massa fiz cimento
Ajudei a rebocar
Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Pai vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar
Esta dor doeu mais forte
Por que que eu deixei o norte
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer. (...)

A presente pesquisa verificou se realmente os educandos das classes menos favorecidas é que tiveram seus nomes inscritos nas listas afixadas nas salas de aulas do Ginásio Polivalente de Patos de Minas e consequentemente os filhos dos trabalhadores de forma geral. No tópico 4.4 foi estudado esse viés.

Na fotografia abaixo temos quatro profissionais em atividade na construção da área complementar do Ginásio, em 1973. A fotografia registra suas atividades e seus rostos. Mesmo não sabendo seus nomes, ficaram marcados na memória do Ginásio Polivalente.

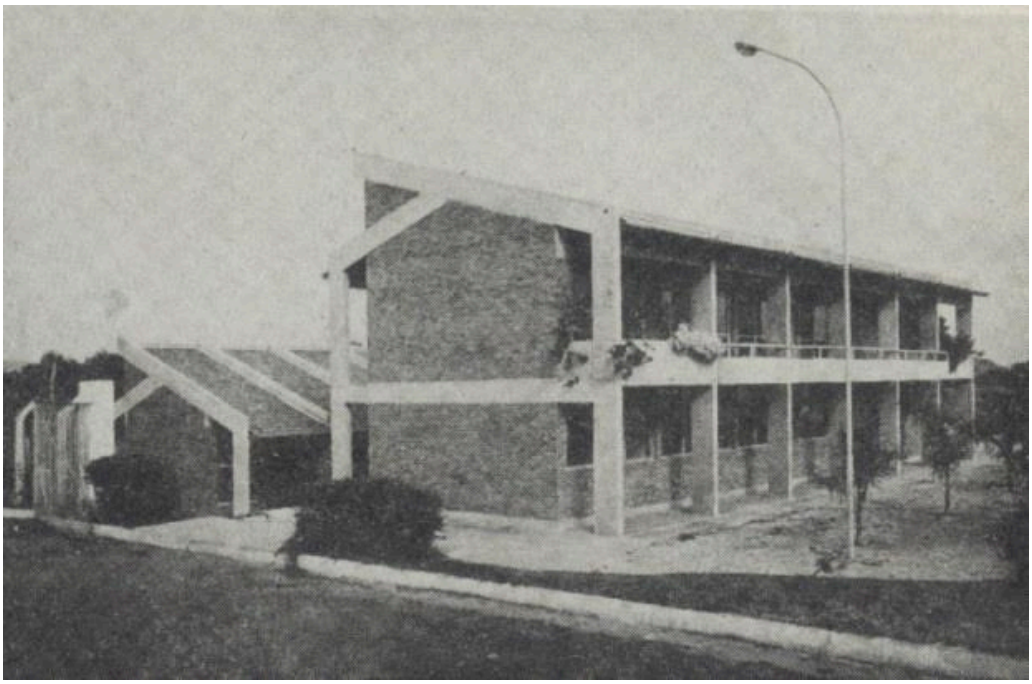
Figura 21 – Foto dos Trabalhadores em atividade na construção do Ginásio Polivalente.

Fonte: <https://www.efecadepatos.com.br/?author=1>

Enfim, o término dos prédios do Ginásio Polivalente, em sua primeira etapa, possibilitou o início das atividades escolares em 1971. Na época, o anúncio afirmava que as aulas começariam no mês de agosto, mas, nas pesquisas realizadas, as aulas tiveram início no mês de setembro.

Isso é facilmente verificado devido ao fato que a lei de criação dos Ginásios, 5760 de 14 de setembro de 1971, surgiu depois das construções de alguns desses Ginásios que foram contemplados na primeira etapa pelo Governo de Minas Gerais. Devido a esse fato, o Ginásio Polivalente de Patos de Minas começa a funcionar legalmente em setembro de 1971, tão logo a lei é publicada. Abaixo, registro dos primeiros prédios do Ginásio Polivalente de Patos de Minas.

Figura 22 - Primeiros prédios do Ginásio Polivalente de Patos de Minas 1971



Fonte: Adoc-pm, Dimep, Diretoria de Igualdade Racial, Memória e Patrimônio Cultural. Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

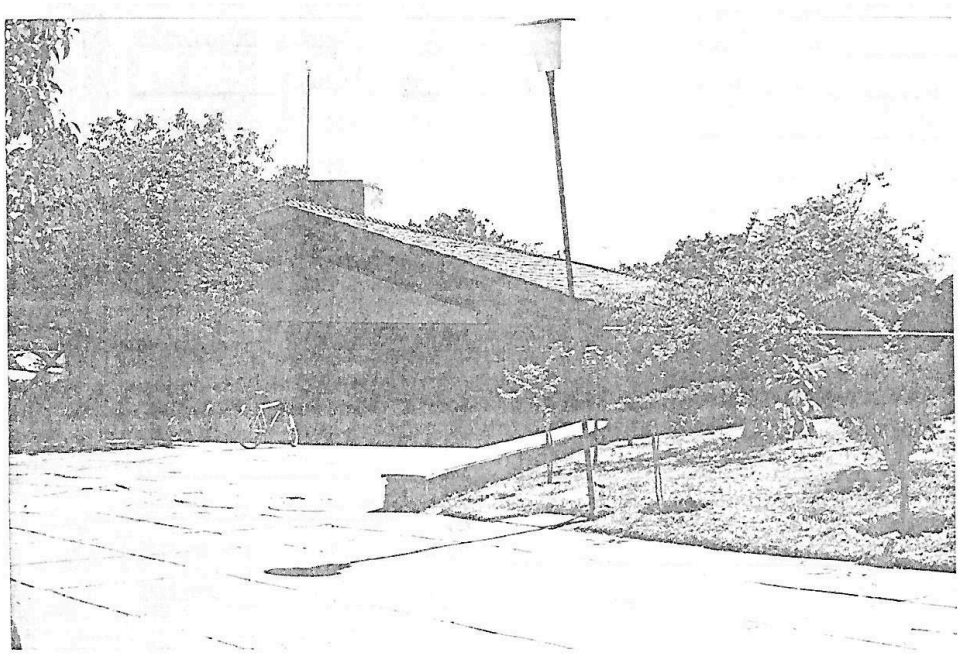
Nessa outra foto podemos verificar a constituição interna do Ginásio Polivalente. A construção das praças poliesportivas e a confirmação da arquitetura paisagística que se fizeram presentes.

Figura 23 - Parte interna do Ginásio Polivalente.

Fonte: acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Nessa outra foto podemos verificar o portão de entrada do Ginásio Polivalente, pela Rua Manoel dos Santos n 01, bairro Santo Antônio em 1971:

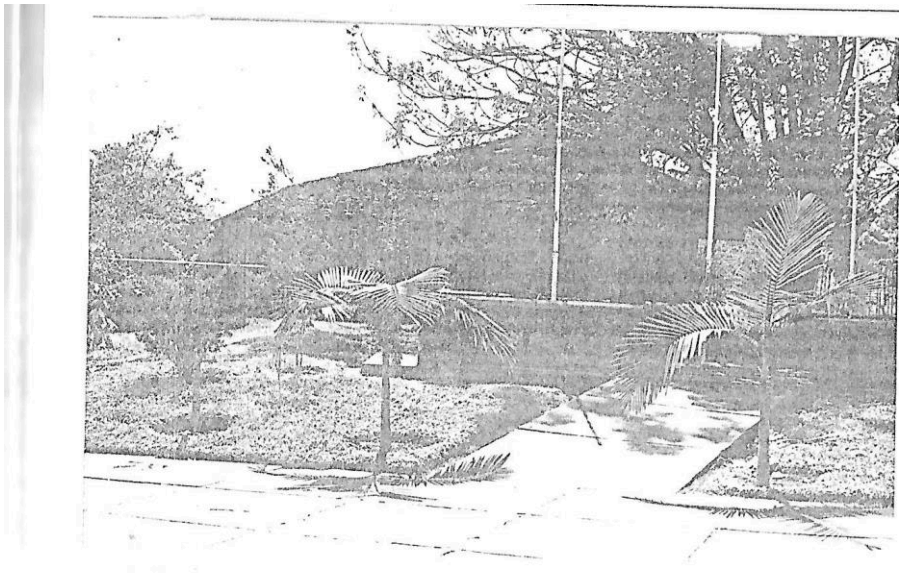
Figura 24 – Foto da Frente do Ginásio Polivalente em 1971.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Na foto abaixo verificamos os mastros onde eram hasteadas as bandeiras do Brasil, do Estado de Minas Gerais e a bandeira do Município de Patos de Minas. Esse local ficou conhecido como o altar da Pátria.

Figura 25 – Foto dos Mastros de hasteamento das Bandeiras. Altar da Pátria.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

O Ginásio Polivalente ficou pouco tempo com a frente aberta. Por volta de 1973, foi iniciada a construção do muro e a frente do Ginásio ficou da seguinte forma:

Figura 26 - Entrada do Ginásio Polivalente de Patos de minas depois da construção do muro.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Passaremos, através do quadro abaixo, a descrever o espaço constituído em detalhes, do complexo do Ginásio Polivalente de Patos de Minas. A descrição do prédio e suas áreas construídas ficaram da seguinte forma:

Tabela 1 - Descrição do Prédio construído na primeira etapa e suas dependências.

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	ÁREA EM METROS
Salas de aulas (matéria acadêmica)	7	54,16
Orientação educacional	1	20,51
Coordenação pedagógica	1	11,23
Secretaria	1	37,41
Biblioteca	1	135,88
Mecanografia	1	7,84
Almoxarifado	1	9,00
Cantina	1	16,28
WC Alunos	16	---------
WC Funcionários	2	---------
WC Professores e Funcionários.	4	---------
Lavatórios Professores, Alunos e funcionários.	25	---------
Laboratório para Ciências	2	54,90
Oficina Artes Industriais	1	135,88
Oficina Técnicas Agrícolas	1	135,88
Sala Ambiente: Técnicas Comerciais	1	81,80
Sala Ambiente: Educação para o Lar	1	81,80
Sala Professores de Educação Física	1	8,17
Vestiário Feminino	1	25,70
Vestiário Masculino	1	25,70
Sala de Educação Artística	1	73,26
Sala de Recursos Didáticos	1	23,68
Sala de Reuniões	1	11,23
Sala de professores	1	24,50
Enfermaria	1	8,17
Zeladoria	1	8,17
Sala do Diretor	1	12,78
Sala do vice Diretor	1	12,78

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Tabela 2 - Área do Ginásio Polivalente construída.

Área total do prédio	3.768 m2
Área total do terreno	25.000 m2
Pátio coberto	106 m2
Pátio descoberto	224 m2
Quadra para basquete e vôlei	600 m2
Quadra para futebol de salão	600 m2
Campo de futebol	1800 m2
Pista de atletismo	120 m2

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A estrutura dos Ginásios Polivalentes seguiu, na medida do possível, as determinações do PREMEM. De acordo com Bitencourt Júnior, era premissa básica as seguintes disposições dos Ginásios:

> - Terreno de 25.000 metros quadrados, doados pela municipalidade; - oito salas de aula; - Salas de serviço técnico administrativo; - Oficina de Artes Industriais; - Oficina de Técnicas Agrícolas; - Oficina de Técnicas Comerciais; - Sala ambiente de Educação para o Lar; -Laboratório de Ciências; - Cantina;- Área para a prática de Educação Física e Desportos;- Sala para Biblioteca, que deverão conter 5.000 volumes;- capacidade de lotação de 800 alunos; 40 alunos em cada turma para as disciplinas intelectuais e 20 alunos para as Artes Práticas e Prática de Laboratório;- Cada Escola teria um quadro de 35 professores;- Funcionamento em dois turnos;- À noite suas instalações deverão estar disponíveis para atividades e iniciativas de cunho comunitário, tais como educação de adultos, conferências, etc. BITENCOURT JÚNIOR (2008, p. 10-11).

Como podemos observar na pesquisa sobre o Ginásio Polivalente de Patos de Minas, o mesmo procurou atender praticamente todas as premissas impostas pelo PREMEM, se não na sua fase inicial, pelo menos ao longo do período de funcionamento e supervisão do PREMEM, entre os anos de 1971 e 1974, quando o modelo americano entra em decadência no Brasil.

Os equipamentos e imobiliário também foram de fundamental importância na consecução do projeto Polivalente. Só para se ter uma ideia, os Polivalentes foram dotados, inclusive, de equipamentos profissionais de alto valor para a época. Tendo entre seus equipamentos, torno mecânico e impressora gráfica profissional. No próximo subcapítulo, dissertaremos a respeito.

3. 2 Mobiliário e equipamentos do Ginásio Polivalente de Patos de Minas

O Ginásio Polivalente de Patos de Minas também foi equipado e mobiliado conforme determinação do PREMEM e da lei 5760/71. Os termos de recebimento desses materiais não foram encontrados durante a realização da pesquisa, mas é fato porque os mesmos passaram a fazer parte do acervo do Ginásio. Os equipamentos e mobiliário foram os mais modernos para a época. Tanto o mobiliário para as salas de aulas, secretarias, bem como os equipamentos que fizeram parte das oficinas. Genis Alves Pereira de Lima, ao pesquisar sobre a Escola Polivalente da cidade de Ituiutaba, coaduna com a mesma proposição. Segundo Lima (2018, p. 120):

> Deste modo, o Mobiliário e Equipamento Escolar destinado às Escolas Polivalentes acabavam por determinar as características do modelo arquitetônico que estas possuíam mediante o ensino ofertado. A Escola Polivalente pesquisada, como constatado, recebeu o seu mobiliário no ano de 1974, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino-PREMEM.

A tabela abaixo revela parte dos equipamentos e mobiliários que foram inseridos no espaço construído pelo Ginásio Polivalente, em 1971, na cidade de Patos de Minas:

Tabela 3 - Pequena amostra dos equipamentos e mobiliários que foi possível elencar

Salas de aulas 41 x 7	Cadeiras de fórmica	287
Salas de aulas 41 x 7	Mesas de fórmica, inclusa a do Diretor.	287
Sala de educação artística	Mesas de fórmica especial, inclusa a do Diretor.	41
Sala de educação artística	Cadeiras de fórmica	41
Biblioteca	Estantes de aço	20
Biblioteca	Mesas de leitura	16
Biblioteca	Cadeiras de fórmica	80
Biblioteca	Acervo	2500 volumes
Laboratório	Microscópio total	14
Secretaria	Fotocopiadora	1
Secretaria	Mimeógrafo	2
Secretaria	Aparelho de som	1

Secretaria	Máquinas de calcular	2
Oficina de Técnicas Comerciais	Máquinas de escrever, armários de aço, mesas, cadeiras etc.	Diversos.
Oficina de Artes Industriais	Torno mecânico, impressora gráfica, serra circular, esmeril, formão, dentre outros.	Diversos.
Oficina de Técnicas agrícolas	Enxadas, enxadões, rastelos, pás, carrinhos, irrigadores, peneiras, dentre outros.	Diversos
Sala de educação para o lar	Poltronas, cadeiras, penteador, conjunto de copa, conjunto de sala de jantar, estantes, armários, talheres, dentre outros.	Diversos

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A tabela acima é apenas uma amostra dos equipamentos e mobiliários que foram disponibilizados para uso no Ginásio. Terminado o prédio em sua primeira etapa e completamente mobiliado e oficinas com os equipamentos em seus lugares, iniciou-se o processo de funcionamento do Ginásio.

Em uma primeira etapa, a propaganda fervorosa do Ginásio pelos meios de comunicação na época se fez presente. Jornais e radiodifusão. Nesse contexto, o Ginásio Polivalente de Patos de Minas realizou sua primeira seleção para o preenchimento das 420 vagas disponibilizadas inicialmente. Para a formação das primeiras turmas, houve um processo de seleção geral para toda a comunidade patense.

Nos anos de 1973 em diante, a seleção seria se houvesse vagas disponíveis. Nesse ano se implantou, no Ginásio Polivalente, o processo de complementaridade entre duas escolas primárias da periferia da cidade. Os alunos oriundos dessas escolas tinham preferência nas vagas do Ginásio Polivalente.

3.3 O Ginásio Polivalente de Patos de Minas era realmente voltado para os alunos menos favorecidos?

A quem tão suntuosa obra arquitetônica iria servir naquela época? Se pensarmos que o propósito inicial dos ginásios polivalentes era o de despertar um ensino vocacional que poderia levar à profissionalização do aluno para atender às demandas de mão de obra do "chão das fábricas", comércio e atividades agrícolas, dentre outros setores da economia, e aliviar de certa forma as universidades em relação ao precário número de vagas disponíveis,

podemos dizer que esse tipo de escola seria destinado à população carente como está disposto no parecer 925 e que foi veiculado pelo *Jornal Dos Municípios*. Senão vejamos:

> Patos de Minas pode se orgulhar do seu Ginásio Polivalente. Todos os recursos materiais e humanos foram mobilizados pelo PREMEN, com a participação do prefeito Sebastião Silvério, para que os patenses tenham uma escola de nível médio realmente identificada com os objetivos da Educação Moderna. O G.P. deve receber alunos das diversas classes sociais, todavia dando prioridade aos mais carentes de recursos.[20]

O que se observou no início, entre os anos de 1971 e 1973, foi que a seleção foi aberta a todos os alunos da cidade, como já foi estudado em capítulo anterior. O Ginásio Polivalente passou a receber um número maior de crianças carentes a partir do segundo semestre de 1973, quando se adotou o regime de Intercomplementaridade curricular sequencial envolvendo dois dos Grupos Escolares em que havia crianças mais pobres, segundo levantamento escolar da época e também devido à localização dos referidos Grupos pertencerem a mesma zona sul do Polivalente na cidade. A partir de 1973, foram destinadas as vagas aos alunos desses dois grupos, sendo que somente se abriria seleção se o número de vagas fosse superior ao número de alunos oriundos desses Grupos.

Os Bairros São José Operário, Brasil, Santo Antônio, Várzea e Lagoinha foram os principais Bairros que o Ginásio Polivalente poderia atender na década de 1970, tão logo teve sua construção concretizada. Grande parte da população desses bairros eram pessoas simples e batalhadoras.

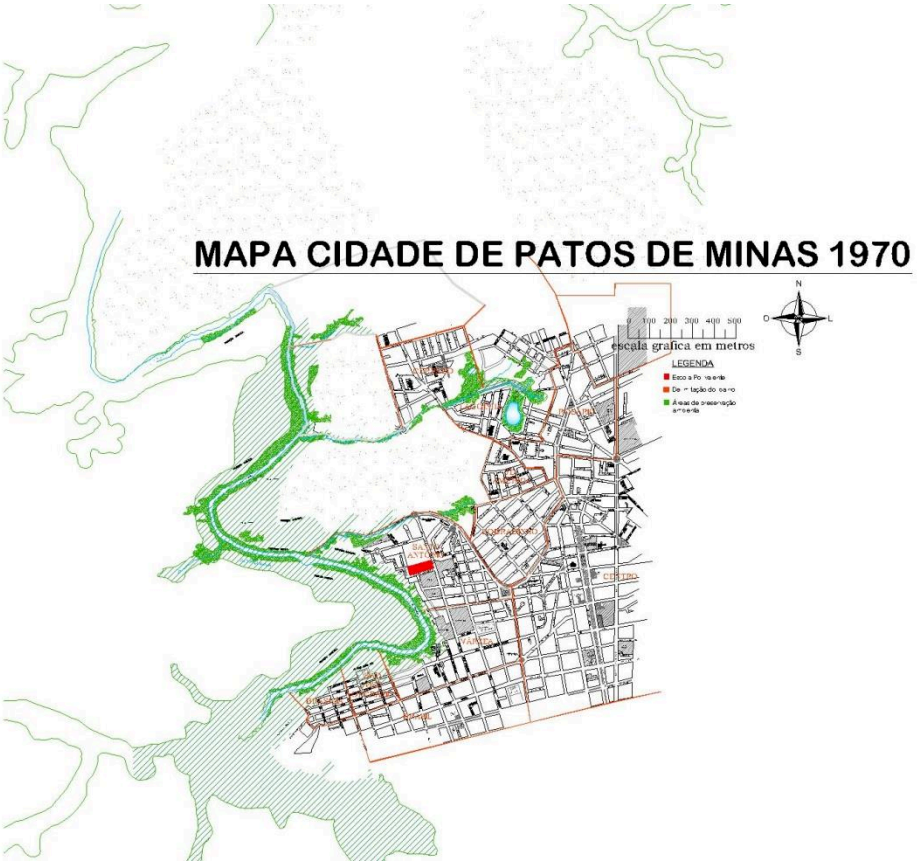
Com a construção do Ginásio seria suprida, em parte, a falta de escolas principalmente para a população carente em relação ao antigo primeiro grau. O Ginásio Polivalente abriu cerca de 800 vagas, sendo 420 logo de início, amenizando-se, de certa forma, o déficit de vagas na época.

As vagas eram preenchidas de acordo com a classificação na prova de seleção nos dois primeiros anos de funcionamento. O mapa abaixo mostra o Ginásio Polivalente destacado em vermelho e os principais bairros citados acima que poderiam ser beneficiados pelo mesmo:

---

[20] *Jornal Dos Municípios*, página 2, de 16 de julho de 1971

Mapa 9 – Cidade de Patos de Minas - 1970

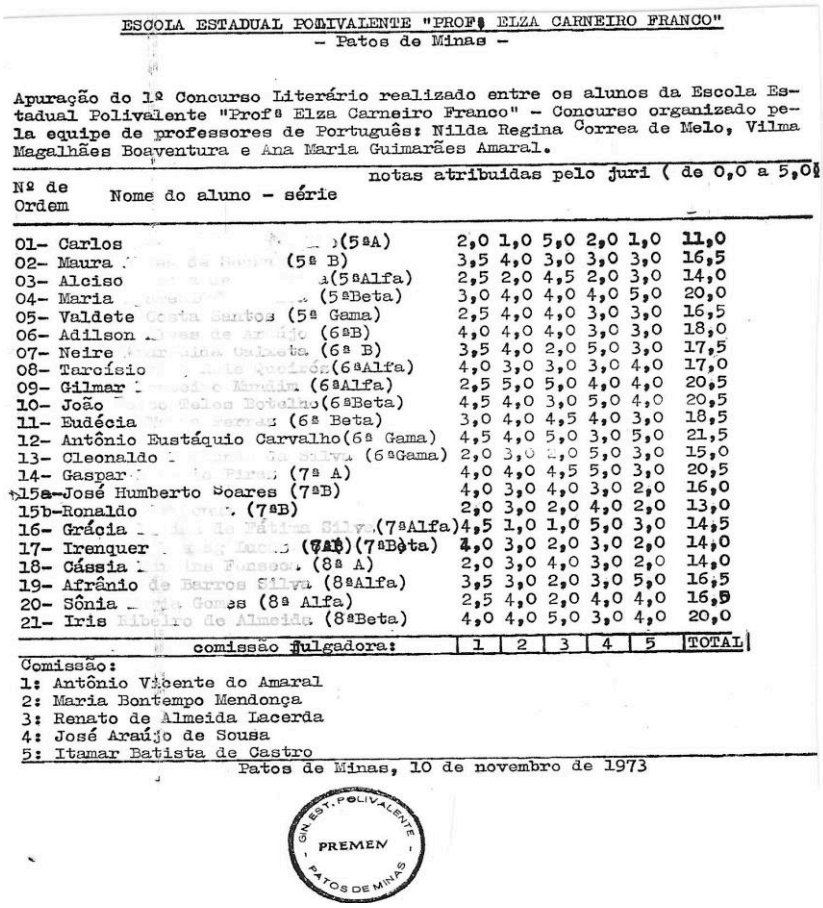


A pergunta que surge é: não seria a prova de seleção um fator excludente educacional na época? Se partirmos da premissa que os alunos de grupos de excelência teriam mais possibilidades de serem aprovados em detrimentos dos grupos periféricos mais carentes, a resposta poderia ser positiva, sobretudo nos dois primeiros anos de funcionamento do Ginásio, entre 1971 e 1973, momento em que a prova de seleção era para toda comunidade de estudantes patenses como já foi relatado acima.

Muitos alunos da classe média, nesse momento, adentraram esse educandário nesse momento, em busca de melhor ensino, pois seus pais haviam sido levados pela propaganda militarista da época e pela exuberância dos prédios do Ginásio Polivalente.

Exemplo disso é a do ex-prefeito de Patos de Minas, José Humberto Soares (2001-2004), que estudou no Polivalente nos anos iniciais de sua implantação na cidade, cujo pai foi um grande empresário da cidade. Na ata abaixo, vemos o nome do ex-prefeito no resultado de um concurso literário do Ginásio, em 1973, quando cursava a 7ª série. O nome dele aparece na 15ª colocação, senão vejamos:

Figura 27 - Participação do ex-prefeito em um concurso literário 1973.



ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE "PROFª ELZA CARNEIRO FRANCO"
- Patos de Minas -

Apuração do 1º Concurso Literário realizado entre os alunos da Escola Estadual Polivalente "Profª Elza Carneiro Franco" - Concurso organizado pela equipe de professores de Português: Nilda Regina Correa de Melo, Vilma Magalhães Boaventura e Ana Maria Guimarães Amaral.

Nº de Ordem	Nome do aluno - série	notas atribuidas pelo juri (de 0,0 a 5,0)					
01-	Carlos (5ªA)	2,0	1,0	5,0	2,0	1,0	11,0
02-	Maura (5ª B)	3,5	4,0	3,0	3,0	3,0	16,5
03-	Alciso (5ªAlfa)	2,5	2,0	4,5	2,0	3,0	14,0
04-	Maria (5ªBeta)	3,0	4,0	4,0	4,0	5,0	20,0
05-	Valdete (5ª Gama)	2,5	4,0	4,0	3,0	3,0	16,5
06-	Adilson (6ªB)	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	18,0
07-	Neire (6ª B)	3,5	4,0	2,0	5,0	3,0	17,5
08-	Tarcísio (6ªAlfa)	4,0	3,0	3,0	3,0	4,0	17,0
09-	Gilmar (6ªAlfa)	2,5	5,0	5,0	4,0	4,0	20,5
10-	João (6ªBeta)	4,5	4,0	3,0	5,0	4,0	20,5
11-	Eudécia (6ª Beta)	3,0	4,0	4,5	4,0	3,0	18,5
12-	Antônio Eustáquio Carvalho (6ª Gama)	4,5	4,0	5,0	3,0	5,0	21,5
13-	Cleonaldo (6ªGama)	2,0	3,0	2,0	5,0	3,0	15,0
14-	Gaspar (7ª A)	4,0	4,0	4,5	5,0	3,0	20,5
15a-	José Humberto Soares (7ªB)	4,0	3,0	4,0	3,0	2,0	16,0
15b-	Ronaldo (7ªB)	2,0	3,0	2,0	4,0	2,0	13,0
16-	Grácia (7ªAlfa)	4,5	1,0	1,0	5,0	3,0	14,5
17-	Irenquer (7ªBeta)	4,0	3,0	2,0	3,0	2,0	14,0
18-	Cássia (8ª A)	2,0	3,0	4,0	3,0	2,0	14,0
19-	Afrânio (8ªAlfa)	3,5	3,0	2,0	3,0	5,0	16,5
20-	Sônia (8ª Alfa)	2,5	4,0	2,0	4,0	4,0	16,5
21-	Iris (8ªBeta)	4,0	4,0	5,0	3,0	4,0	20,0
	comissão Julgadora:	1	2	3	4	5	TOTAL

Comissão:
1: Antônio Vicente do Amaral
2: Maria Bontempo Mendonça
3: Renato de Almeida Lacerda
4: José Araújo de Sousa
5: Itamar Batista de Castro

Patos de Minas, 10 de novembro de 1973

GIN. EST. POLIVALENTE PREMEN PATOS DE MINAS

Fonte: Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Mas a realidade mudou a partir de 1973. O Ginásio Polivalente na época passou a garantir as vagas para alunos oriundos dos grupos que ficavam em seu entorno e que eram considerados sócio e economicamente mais pobres. Mas não foram apenas alunos carentes que estudaram no ginásio. Das vagas remanescentes sempre havia seleção para preenchimento das mesmas. O processo de Intercomplementaridade se iniciou em 1973, como veremos a seguir.

3.3.1 O Processo de intercomplementaridade entre as Escolas de primário e o Ginásio Polivalente.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, em seu Art. 3º aduzia que:

Caput - Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos, integrados por uma base comum e, na mesma localidade:

a) reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;

b) entrosagem e intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir as deficiências de outros;

c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos.

Quando o legislador colocou esse referido artigo na lei 5692/71, provavelmente pretendia solucionar o déficit de educandários no país. Uma solução bem simplista foi a de unir escolas já existentes para que se completassem umas às outras, sem, contudo, deixar de existirem. Analisando o texto legal, Góes et al. (1979, p. 125-126):

> Tomando-se como ponto básico para a compreensão do texto legal as exigências de ordem estrutural decorrentes desse tríplice objetivo, quais sejam: a) conhecer os interesses e aptidões mais profundas do educando; b) fazer levantamentos periódicos e análises precisas das tendências do mercado de trabalho, a fim de oferecer à clientela das escolas, as informações profissionais necessárias à escolha consciente de uma carreira; c) oferecer tantas possibilidades de habilitação profissional quantas necessárias para atender aos interesses do educando; d) criar condições para a formação de um indivíduo cônscio de seu papel dentro da grande comunidade que é o País pressupõe-se que tais exigências, confrontadas com a realidade educacional brasileira, levaram o legislador - idealista, mas conhecedor de tais limitações a propor caminhos que possibilitassem às escolas os recursos imprescindíveis à consecução do objetivo norteador da reforma.

E foi justamente baseado nos princípios norteadores da lei 9652/71, resolução 154 de 16 de dezembro de 1972 e no parecer 169/73, que o Ginásio Polivalente de Patos de Minas se viu na necessidade de ter em seu currículo o ensino de primeiro grau em suas oito séries. Nesse mesmo raciocínio, as Escolas de ensino Primário Frei Leopoldo e Coronel Ozório Maciel estenderam suas séries iniciais ao período de oito anos, aproveitando-se da estrutura do Ginásio Polivalente. Tudo de acordo com o parecer 169/71, que foi enviado e aprovado pelo departamento de ensino de 1º grau da Secretaria de Estado da Educação.

Para Góes et al. (1979, p. 129), quando uma antiga escola primária de 4ª série se entrosa com o antigo Ginásio, com vista a uma reorganização do ensino de 1º grau em oito séries, conforme o previsto na lei, realiza-se uma entrosagem permanente. Para os referidos autores, quando escolas se unem a outras para suprirem, de certa forma, suas carências pedagógicas será o caso de entrosagem.

O projeto manteve a individualidade de cada instituição que fez parte do acordo, apesar da confecção de um plano curricular e regimento interno único. Cada uma, com seus corpos diretivos e demais profissionais de ensino, funcionaram nos respectivos endereços, enquanto o projeto esteve em voga.

O que se concretizou foi que os alunos dos referidos grupos, ao terminarem o ensino primário, passaram a ter preferência nas matrículas do ensino do antigo primeiro grau em sua 5ª série, no Ginásio Polivalente. A distância entre o Ginásio Polivalente e o Grupo escolar Frei Leopoldo era de 1.400 metros (mil e quatrocentos metros) e do Grupo Escolar Coronel Osório Maciel era de 1.850 metros (mil e oitocentos e cinquenta metros).

O processo foi submetido à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais de acordo com o pedido documentado pelos diretores de tais educandários, datado de 25 de setembro de 1973, senão vejamos:

Documento 07 - Pedido de autorização para Intercomplementaridade Curricular Sequencial

D O C U M E N T O I

Exmo. Sr.
Dr. Agnelo Corrêa Vianna
DD. Secretário de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Educação
Belo Horizonte MG

Os abaixo assinado, Diretores dos Grupos Escolares: " Frei Leopoldo ", situado à Rua Minas Gerais, s/n e " Cel. Osório Maciel ", sito à Rua Duque de Caxias, nº 1180 e, da Escola Estadual Polivalente " Professora Elza Carneiro Franco ", situada à Rua Manoel dos Santos, s/n, mantidos pelo Estado, localizados na Zona Urbana, na Cidade de Patos de Minas, no Município de Patos de Minas, vêm, muito respeitosamente, solicitar de V. Exa. autorização para funcionamento em regime de Intercomplementaridade Curricular Sequencial, a partir de 1 973.

Nestes termos,
Pedem deferimento.

Patos de Minas, 25 de setembro de 1 973.

DIRETORA DO G.E. " FREI LEOPOLDO "

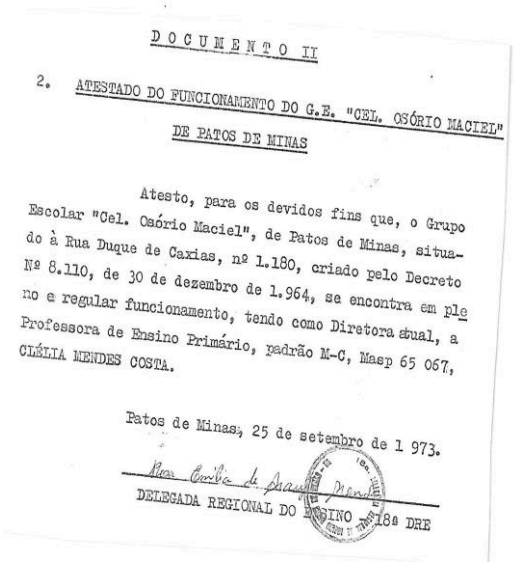
DIRETORA DO G.E. " CEL. OSÓRIO MACIEL "

DIRETOR DA E.E.P. " PROFª ELZA C. FRANCO

Fonte: Acervo da escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

Para que tal termo fosse assinado e aprovado os diretores das referidas Escolas tiveram que lavrar e assinar um termo de existência de cada Grupo Escolar nos respectivos endereços.

Documento 08 - Atestado de funcionamento da Escola Cel. Ozório Maciel.



DOCUMENTO II

2. ATESTADO DO FUNCIONAMENTO DO G.E. "CEL. OSÓRIO MACIEL" DE PATOS DE MINAS

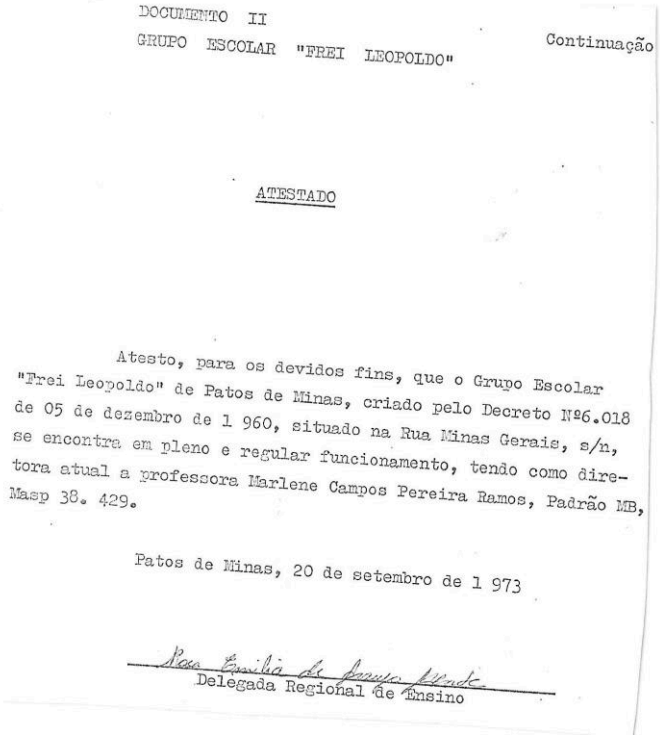
Atesto, para os devidos fins que, o Grupo Escolar "Cel. Osório Maciel", de Patos de Minas, situado à Rua Duque de Caxias, nº 1.180, criado pelo Decreto Nº 8.110, de 30 de dezembro de 1.964, se encontra em pleno e regular funcionamento, tendo como Diretora atual, a Professora de Ensino Primário, padrão M-C, Masp 65 067, CLÉLIA MENDES COSTA.

Patos de Minas, 25 de setembro de 1 973.

DELEGADA REGIONAL DO ENSINO - 18ª DRE

Fonte: Acervo da escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

Documento 09 - Atestado de funcionamento da Escola Frei Leopoldo.



DOCUMENTO II
GRUPO ESCOLAR "FREI LEOPOLDO" Continuação

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que o Grupo Escolar "Frei Leopoldo" de Patos de Minas, criado pelo Decreto Nº6.018 de 05 de dezembro de 1 960, situado na Rua Minas Gerais, s/n, se encontra em pleno e regular funcionamento, tendo como diretora atual a professora Marlene Campos Pereira Ramos, Padrão MB, Masp 38. 429.

Patos de Minas, 20 de setembro de 1 973

Delegada Regional de Ensino

Fonte: Acervo da escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A Delegacia Regional de Ensino, na figura da Delegada de Ensino Rosa Emília de Araújo Mendes, deu parecer favorável, conforme consta do documento datado do dia 28 de setembro de 1973:

Documento 10 - Intercomplementaridade entre Escolas primárias e o Ginásio Polivalente.

18ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS

P A R E C E R

PROGRAMA I		PROGRAMA II
Estabelecimentos	- Col. Esta. Prof. Zema Maciel - G.E. Adelaide Maciel - G.E. Marcolino de Barros - G.E. Santa Terezinha	C.E. Polivalente G.E. Frei Leôpoldo G.E. Ceõ Osório Maciel

LOCALIDADE : Patos de Minas

1. HISTÓRICO

De acordo com o art. 2º da lei 5692 de 11/08/72, "O ensino de 1º Grau correspondente a oito séries deverá ser "ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para' fins idênticos ou equivalentes".

No seu artigo 3º, alínea b, a lei sugere como uma das estratégias de ação, o Regime de Intercomplementaridade.

2. MÉRITO

Os documentos que explicitam a situação educacional de Patos e especialmente do setor onde se acham os estabelecimentos comprovam:

(1º) - Estender as 4 últimas séries nos Grupos Escolares e as 4 primeiras nos Colégios Estaduais para oferecer aos alunos um Currículo de 8 séries, seria irracional porque iria em desencontro com a filosofia da lei, não duplicação de meios para fins idênticos além de incorrer num desequilíbrio entre oferta e demanda.

(2º) - O Colégio Estadual "Prof. Zema Maciel" comportou o fluxo de alunos dos Grupos Escolares na faixa etária de 7 a 14 anos, assim como o Colégio Estadual Polivalente "Profª. Elza Carneiro Franco".

(3º) - proximidade das unidades escolares.

(4º) - Os Colégios Estaduais da cidade comportam 50% da demanda da sede. O setor norte está desprovido de oferta na 5ª série. A medida proposta, em caráter transitória, para atendimento da demanda do setor norte é justa, pois será equitativa com o setor sul.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, concluimos que a medida tomada é a que melhor se adapta à nossa situação educacional solucionando o problema do setor sul da cidade em termos do artigo 2º e 3º da Lei 5692. Somos de parecer favorável a extensão da escolaridade para 8 séries pelo Regime de Intercomplementaridade Curricular Sequencial, dos estabelecimentos acima citados.

Patos de Minas, 28 de setembro de 1973.

Rosa Emília de Araújo Mendes
Delegada Regional de Ensino

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Para que tal empreitada fosse possível, foi feito um inventário de todas as instituições de ensino envolvidas no processo. Desde a área constituída por cada educandário até a disposição dos equipamentos e mobiliário de cada um deles. O que realmente era recomendado na época, segundo Góes et al. (1979, p. 129).

Aprovado o termo de intercomplementaridade ou mesmo entrosagem, de acordo com a legislação pátria, os educandários passaram a se complementar. Os Grupos Escolares

que se completaram ao Ginásio Polivalente eram frequentados por alunos carentes oriundos dos bairros Brasil, Antena, Vila Operário, Santo Antônio, Várzea, dentre outros próximos. Neste diapasão, as vagas do Ginásio Polivalente passaram a pertencer aos alunos que terminavam a quarta série nesses dois Grupos. E, somente haveria prova de seleção se o número de vagas fosse superior ao número de alunos desses grupos. As vagas foram dispostas de tal forma que o Grupo Escolar Frei Leopoldo ficou com 65% e o Grupo Escolar coronel Osório com 35%. De acordo com o termo assinado pelos respectivos Diretores, ficou assim a disposição das vagas:

Documento 11 - Ajustamento de vagas para o Ginásio Polivalente, oriundas dos grupos escolares.

DOCUMENTO I - TERMO DE COMPROMISSO

Pelo seguinte documento abaixo-assinado, os diretores Prof. Joaquim Júlio da Fonseca Filho, da Escola Estadual Polivalente Profª. Elza Carneiro Franco, Profª. Clélia Mendes Costa, do Grupo Escolar Cel. Osório Maciel e Profª. Marlene Campos Perdra Ramos do Grupo Escolar Frei Leopoldo comprometem-se a:

1) Adotar o mesmo regimento interno e o mesmo currículo.

2) Adotar o seguinte critério para matrícula:

a) quando o número de alunos da 4ª série for maior que o número de vagas na 5ª série da Escola Estadual Polivalente 65% das vagas pertencerão ao G.E. Frei Leopoldo e 35% ao G.E. Cel. Osório Maciel. As vagas acima citadas serão preenchidas de acordo com a Resolução 160/72, Capítulo III, Art. 7º, Parágrafo 1º:
"No caso desse artigo, quando o número de candidatos à 5ª série for superior ao número de vagas, 40% das mesmas serão preenchidas por aproveitamento global nos anos anteriores e 60% por ordem decrescente de carência de recursos.

b) Se o nº de alunos da 4ª série for inferior ao número de vagas à 5ª série, a Escola Estadual Polivalente Profª. Elza Carneiro Franco abrirá Edital de Seleção para o preenchimento das vagas restantes.

Patos de Minas, 27 de setembro de 1.973

Joaquim Júlio da Fonseca Filho

Clélia Mendes Costa

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Com a Complementaridade Curricular Sequencial e entrosamento dos Grupos escolares com o respectivo Ginásio Polivalente de Patos de Minas, verificamos que a partir desse entrosamento, o Ginásio Polivalente passou em sua maioria a ser frequentado por crianças oriundas de condições socioeconômicas desfavoráveis. É nesse sentido que o Ginásio

Polivalente tentou cumprir com seus desígnios iniciais da data de sua criação pelo governo brasileiro. Oferecer ensino de qualidade com aspectos vocacionais para uma clientela que pudesse preencher os vários serviços e profissões ao longo da vida.

O convênio celebrado entre as instituições citadas não obstaculizou o ingresso de alunos com condições econômicas favoráveis no Ginásio Polivalente. Muitas crianças da classe média terminaram seus estudos de 1º grau nessa instituição à medida que foram surgindo as vagas.

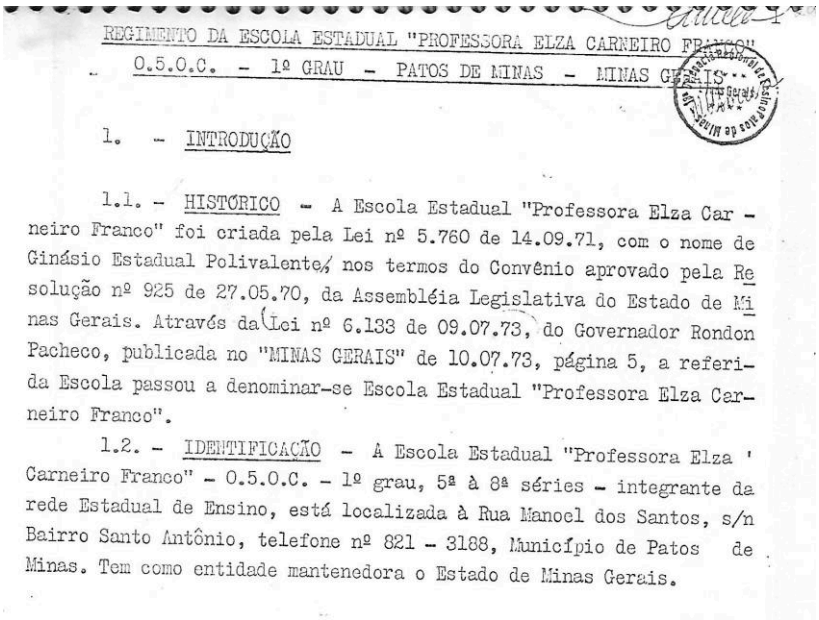
3.4 De Ginásio Polivalente à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

O fato de chamarmos insistentemente o Polivalente de Ginásio terá uma explicação contundente nesse subcapítulo. Quando de sua criação, o educandário foi intitulado tão somente de Ginásio Polivalente de Patos de Minas. O que ocorreu, *a priori*, em praticamente todos os Polivalentes construídos no país e em Minas Gerais em um primeiro momento. Mas, a inovação da classe política não poderia faltar nesse projeto. Dentro de pouco tempo os Ginásios Polivalentes foram ganhando nomes de personalidades de cada cidade em que foram construídos. Sempre com indicação política e acompanhada de uma lei para mudança do respectivo nome.

Em Minas Gerais, quando isso começou a acontecer, os Ginásios já eram em parte geridos pelo Estado. E, desde o princípio das mudanças de nomes, o primeiro termo foi de Ginásio Estadual Polivalente à Escola Estadual "fulano (a) de tal". Terminaria nesse momento o termo Ginásio e entraria em cena o termo Escola Estadual. O termo Polivalente, com o passar do tempo, também foi sendo esquecido, ficando mais forte o nome das referidas Escolas, que outrora abrigaram um projeto do governo financiado pela USAID e gerido pelo PREMEM. Os Polivalentes.

Para comprovar esse fato, atentamos para o regimento do Ginásio Polivalente da cidade de Patos de Minas na parte do histórico do mesmo, que fala do processo de mudança e criação do nome que viria a ser chamado o Polivalente. Notamos também que, na parte de identificação do regimento, o mesmo traz como entidade mantenedora da referida instituição o Estado de Minas Gerais, portanto, uma Escola Estadual, senão vejamos:

Figura 28 - Histórico do Regimento do Polivalente



REGIMENTO DA ESCOLA ESTADUAL "PROFESSORA ELZA CARNEIRO FRANCO"
O.5.O.C. - 1º GRAU - PATOS DE MINAS - MINAS GERAIS

1. - INTRODUÇÃO

1.1. - HISTÓRICO - A Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" foi criada pela Lei nº 5.760 de 14.09.71, com o nome de Ginásio Estadual Polivalente, nos termos do Convênio aprovado pela Resolução nº 925 de 27.05.70, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Através da Lei nº 6.133 de 09.07.73, do Governador Rondon Pacheco, publicada no "MINAS GERAIS" de 10.07.73, página 5, a referida Escola passou a denominar-se Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco".

1.2. - IDENTIFICAÇÃO - A Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" - O.5.O.C. - 1º grau, 5ª à 8ª séries - integrante da rede Estadual de Ensino, está localizada à Rua Manoel dos Santos, s/n Bairro Santo Antônio, telefone nº 821 - 3188, Município de Patos de Minas. Tem como entidade mantenedora o Estado de Minas Gerais.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A grande maioria das cidades contempladas pelos Ginásios Polivalentes optou pela mudança do nome. Sempre de uma personalidade benfazeja aos olhos dos políticos que estavam na situação do poder. Para corroborar com tal assertiva, Lima (2018 p. 94-95):

> Todavia, consideramos importante este aspecto relativo à denominação de uma instituição; é fato que na maioria esta se refere a nomes de pessoas que de algum modo destacaram-se na sociedade, em meio a ações específicas prestadas ao Município, Estado e País. A Escola Polivalente de Ituiutaba recebeu assim o nome de "Antônio Souza Martins". Conforme verificado, Antônio de Souza Martins esteve à frente da administração pública de Ituiutaba no período de 1956 a 1959, destacando-se na atividade política do município, dentre outras.

As perguntas que se fizeram necessárias foram a respeito de alguns pontos, a saber: - Qual foi o critério de escolha do nome para o Ginásio Polivalente de Patos de Minas?

- De quem foi a indicação?

- Quem foi a Professora Elza Carneiro Franco?

As possíveis respostas vêm a seguir.

O critério utilizado na época para que fosse escolhido o nome do Ginásio Polivalente foi a de indicação meramente política.

A indicação do nome, segundo o jornal *folha Diocesana,* datado de 19 de julho de 1973, foi do então deputado estadual Sebastião Alves do Nascimento. Segundo o mesmo

deputado, Elza Carneiro Franco, filha da cidade de Dores do Indaiá, chegou a Patos de Minas por volta de 1938 e faleceu em 1953. Em sua vocação profissional foi professora da Escola Normal Oficial de Patos de Minas nas disciplinas de Música e Canto e substituta nas disciplinas de Matemática, Português e Didática.

Ainda segundo o deputado, a professora Elza Carneiro Franco era prendada nas práticas cristãs e boa mãe. Por esses adjetivos, seu nome foi escolhido para que ficasse na memória da educação patense, dando o seu nome ao Ginásio Polivalente. O projeto de lei apresentado pelo deputado foi de número 572/72, de 25 de setembro de 1972. Com a aprovação do projeto, o mesmo se transformou na lei 6133/73, sendo promulgada pelo governador do Estado, Rondon Pacheco, em 9 de julho de 1973, de acordo com publicação do jornal *folha Diocesana* de 19 de julho de 1973. Vejamos:

Figura 29 - Polivalente adota o nome de Professora Elza Carneiro Franco

FOLHA DIOCESANA

PORTE PAGO
Autorização n.º 17
DR - ECT - Uberaba

— INFORMAÇÃO — INSTRUÇÃO — ORIENTAÇÃO —

Diretor Responsável
Pe. A. Dias dos Reis
Diretor de Redação
Oliveira Mello

Ano XVII | Patos de Minas, 19 de julho de 1973 | Número 708

Polivante de Patos recebeu nome de Profª. Elza Carneiro Franco

Através da Lei n.º 6.133, de 9 de julho de 1973, do Governador Rondon Pacheco, a Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas passou a denominar-se "Profa. Elza Carneiro Franco". Os termos da Lei são os seguintes:

"Dá a denominação de "Profa. Elza Carneiro Franco", à Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - Denominar-se-á "Profa. Elza Carneiro Franco" a Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 9 de julho de 1973.

Rondon Pacheco, Abilio Machado Filho, Agnelo Correa Vianna".

A referida Lei foi publicada no "Minas Gerais" do dia 10 de julho, à página 5.

O autor da lei

O Deputado Sebastião Alves Nascimento, nosso representante na Assembléia Legislativa e atual 2.º Secretário da Mesa Executiva, foi o autor do Projeto que ora se transforma em Lei. Apresentou-o em 25 de setembro de 1972, tendo recebido o n.º 572/72 e foi aprovado em todas as votações por parte de seus pares naquela Casa Legislativa do Estado. Agora, acaba de ser sancionado pelo Governador Rondon Pacheco.

Quem é quem

Na justificativa do projeto, o Deputado Binga apresentou a seus pares uma biografia daquela que desejava homenagear. A certa altura: "É bom que não se esqueça de que a Professora a quem desejamos homenagear, Elza Carneiro Franco, pertence a uma das mais tradicionais e importantes famílias de Dores do Indaiá. Aí ela nasceu, aos 20 de abril de 1916. Era filha de Clarimundo Ferreira Carneiro e de D. Bárbara de Araújo Moura.

Em Dores do Indaiá, a Profa. Elza Carneiro Franco fez todos os seus estudos, desde o primário ao secundário, tornando-se normalista de segundo grau em 1934. Em Dores do Indaiá, por algum tempo, lecionou o Curso Primário. Transferiu-se para Patos de Minas, com os pais, em 1938, ali se dedicando ao magistério. Em 1940 casa-se com o Sr. Teotônio de Araújo Franco, do alto comércio patense. E um ano depois passa a lecionar na Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Então é que ela vai revelar toda a sua vocação autêntica, como mestre-modelo. Além de professora de Música e Canto, lecionou, como substituta, as disciplinas: Matemática, Português e Didática. A Professora Elza Carneiro Franco aliou à vocação de mestra a de mãe. E, como tal, continuou sempre revelando o espírito da mulher forte de que falam as Escrituras. E nós, através da denominação de Profa. Elza Carneiro Franco, à Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas, queremos, de uma maneira mais justa e mais sincera, perpetuar ainda a lembrança daquela que muito fez pela comunidade patense e, principalmente, pela sua juventude.

Quando de sua morte, a 11 de janeiro de 1953, toda Patos de Minas se tomou de consternação e pranteou-lhe a ausência, principalmente os seus alunos, ex-alunos e pais de alunos. De fato, ela havia erguido um monumento imperecível de trabalho, dedicação e amor."

Motoristas de Patos vão festejar seu padroeiro no dia 25

No próximo dia 25 comemora-se a festa litúrgica de São Cristovão, padroeiro dos motoristas. Aqui em Patos de Minas

Na verdade nada somos sem Deus. Hoje em dia, parece-nos, mais necessidade temos do auxílio celeste. É esta vida atribu-

promissos. No entanto, infelizmente, o carro está se tornando uma arma muito grande e muito perigosa. Por culpa do carro?

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Mas os questionamentos, mesmo sendo respondidos pelas notícias do diário do executivo do governo e de jornais da cidade de Patos de Minas na época, ainda permaneceram. Iremos mais a fundo na tentativa de descobrirmos se a indicação de tal nome teve influência de alguma personagem da cidade.

A pergunta que fica é se sempre poderíamos ter nomes expressivos que muito fizeram para o progresso do município se adotássemos uma linha positivista, a qual homenageia sempre grandes personalidades e seus feitos no passado. O nome da referida professora soou bem simples para uma escolha grandiosa para época. Mas, esse não poderia ser o objetivo de uma pesquisa? – o de descobrir os nomes que a história e a memória dos homens esqueceram com o passar dos tempos? – e pessoas que, de um simples trabalho ou gesto, deixaram saudades e carinho incrustado nas suas pequenas obras quase despercebidas? - atentamente iremos responder sim a esses questionamentos.

Mas também não deixaríamos passar o fato de que o genro de Elza Carneiro Franco, o professor Antônio de Oliveira Mello, memorialista da cidade de Patos de Minas era figura muito influente naqueles tempos. Inclusive chegou a ser Oficial de Gabinete do governador do estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro (1966-1971), e tinha forte influência nas questões políticas na época. Também ocupou o cargo de chefe do serviço Cultural do Departamento de Educação e Cultura da prefeitura de Patos de Minas.

Talvez por esse motivo, o ex-professor e vice Diretor do Polivalente, José Izalino Levenhagem, em documento encontrado nos livros de registros do acervo da Escola Polivalente, afirme que a ideia de colocar um nome no Ginásio Polivalente foi, na verdade, do prefeito Sebastião Silvério de Faria (1971-1973). E o prefeito deu a incumbência para o professor Antônio de Oliveira Mello, de arrumar um nome para o Ginásio. Segundo o ex-diretor, o professor Oliveira Mello, como era conhecido, achou por bem colocar o nome da sogra dele. E foi como a Escola Polivalente ficou conhecida, Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, de 1973 até 2019, quando do seu fechamento e ocupação pela Escola Tiradentes da Polícia Militar.

3.5 O corpo laboral do Ginásio Polivalente de Patos de Minas

Os professores e demais funcionários que compuseram o quadro do Ginásio Polivalente passaram por seleção. Para isso, foi realizado seleção de professores através de concursos, conforme já foi estudado em capítulo anterior.

Vamos iniciar com a direção do Ginásio Polivalente. Apesar de também ter sido submetida a concurso público, ficou na impressão que era de composição política, pelo menos no primeiro ano de funcionamento. Só para corroborar com o pensamento ora posto, vimos o fato de que o primeiro diretor do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, Jacinto Guerra, além de filiação partidária política, ARENA (Aliança Renovadora Nacional), também foi

participante assíduo de clubes de serviços tal qual o Rotary Club. Só para situarmos sobre esse partido político é salutar dizer que a ARENA foi o braço direito e sustentáculo da ditadura militar e o mesmo partido do Governo mineiro nessa época. Esse mesmo diretor foi figura importante no curto espaço de tempo que ficou na cidade de Patos de Minas, sendo logo após promovido para a direção do Primeiro Ginásio Polivalente do Brasil, situado no Horto, em Belo Horizonte.

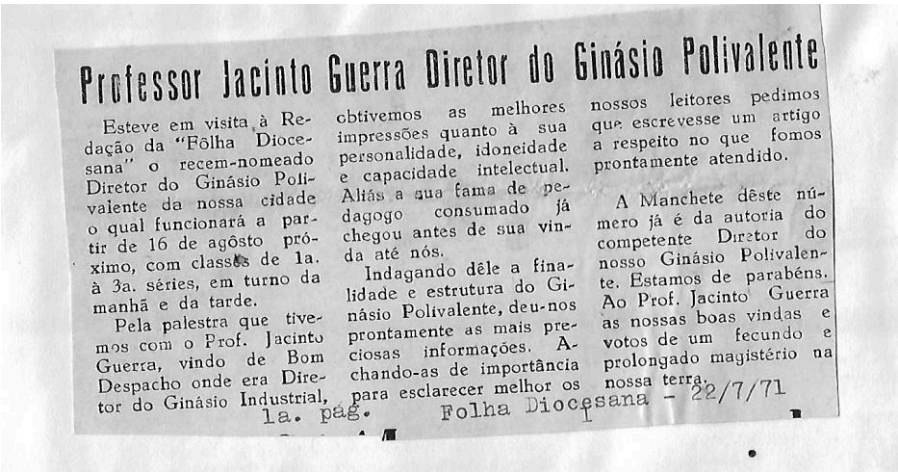
Foi ele quem gerenciou, maior parte do tempo, o andamento para construção do Ginásio Polivalente, inclusive, como já foi estudado em capítulo anterior, chegou a entrar em debate com autoridades do município de Patos de Minas. É de vital importância o estudo de tal personagem histórica, devido à sua importância no cenário político no que tange à construção do Ginásio Polivalente e sua administração à frente dessa instituição de ensino.

3.5.1 A figura de Jacinto Guerra, o primeiro diretor do Polivalente de Patos de Minas

A história do primeiro Diretor do Ginásio polivalente começa bem antes do mesmo e sua esposa fixarem moradia na cidade de Patos de Minas, em 1971. Jacinto Guerra ficou incumbido, por parte do próprio PREMEM, de verificar o andamento das obras e manter os primeiros contatos com a comunidade patense. O diretor do Polivalente na cidade não se furtou a tal incumbência.

Os periódicos *Folha Diocesana e Jornal dos Municípios* trouxeram, em suas páginas, várias reportagens a respeito do diretor do Polivalente e de sua chegada a Patos de Minas, até sua transferência para Belo Horizonte ao assumir a direção do Ginásio Polivalente do Horto. Os jornais se rivalizavam, no bom sentido, quanto às reportagens na época. Para se ter uma ideia dos fatos ocorridos, as notícias a respeito do Ginásio Polivalente eram reportadas por ambos os jornais de maneiras diferentes, mas que tinham um ponto em comum: o Ginásio Polivalente. Abaixo, a notícia da visita do Diretor a Patos de Minas, pelos dois jornais da cidade:

Figura 30 - Diretor do Polivalente visita Patos. Jornal Folha Diocesana 22/07/1971



Professor Jacinto Guerra Diretor do Ginásio Polivalente

Esteve em visita à Redação da "Fôlha Diocesana" o recem-nomeado Diretor do Ginásio Polivalente da nossa cidade o qual funcionará a partir de 16 de agôsto próximo, com classes de 1a. à 3a. séries, em turno da manhã e da tarde.

Pela palestra que tivemos com o Prof. Jacinto Guerra, vindo de Bom Despacho onde era Diretor do Ginásio Industrial, obtivemos as melhores impressões quanto à sua personalidade, idoneidade e capacidade intelectual. Aliás a sua fama de pedagogo consumado já chegou antes de sua vinda até nós.

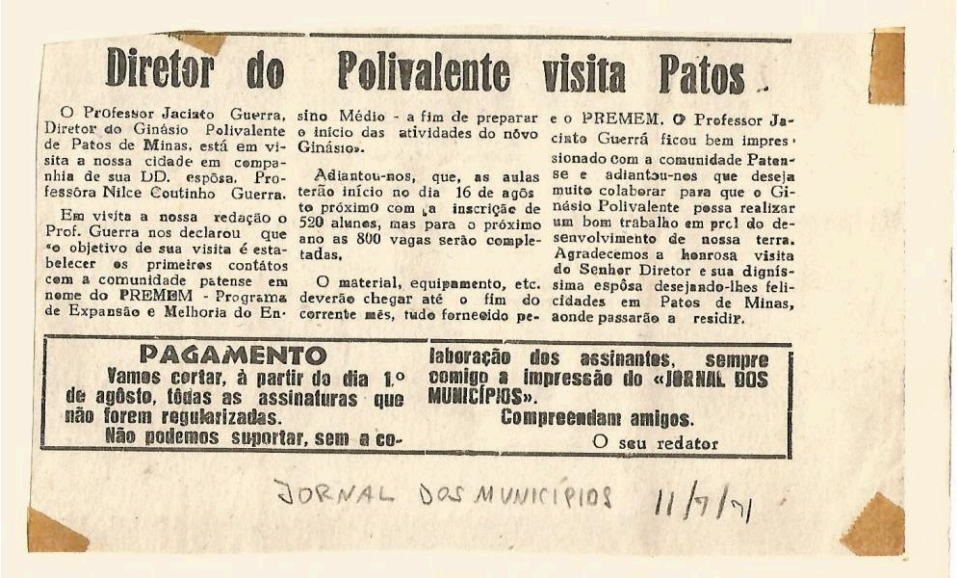
Indagando dêle a finalidade e estrutura do Ginásio Polivalente, deu-nos prontamente as mais preciosas informações. Achando-as de importância para esclarecer melhor os nossos leitores pedimos que escrevesse um artigo a respeito no que fomos prontamente atendido.

A Manchete dêste número já é da autoria do competente Diretor do nosso Ginásio Polivalente. Estamos de parabéns. Ao Prof. Jacinto Guerra as nossas boas vindas e votos de um fecundo e prolongado magistério na nossa terra.

1a. pág. Folha Diocesana - 22/7/71

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Figura 31 - Diretor do Polivalente visita Patos. Jornal dos Municípios 11/07/1971.



Diretor do Polivalente visita Patos

O Professor Jacinto Guerra, Diretor do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, está em visita a nossa cidade em companhia de sua DD. espôsa, Professôra Nilce Coutinho Guerra.

Em visita a nossa redação o Prof. Guerra nos declarou que «o objetivo de sua visita é estabelecer os primeiros contátos com a comunidade patense em nome do PREMEM - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - a fim de preparar o início das atividades do nôvo Ginásio».

Adiantou-nos, que, as aulas terão início no dia 16 de agôsto próximo com a inscrição de 520 alunos, mas para o próximo ano as 800 vagas serão completadas.

O material, equipamento, etc. deverão chegar até o fim do corrente mês, tudo fornecido pelo PREMEM. O Professor Jacinto Guerrá ficou bem impressionado com a comunidade Patense e adiantou-nos que deseja muito colaborar para que o Ginásio Polivalente possa realizar um bom trabalho em prol do desenvolvimento de nossa terra. Agradecemos a honrosa visita do Senhor Diretor e sua dignissima espôsa desejando-lhes felicidades em Patos de Minas, aonde passarão a residir.

PAGAMENTO

Vamos cortar, à partir do dia 1.º de agôsto, tôdas as assinaturas que não forem regularizadas.

Não podemos suportar, sem a colaboração dos assinantes, sempre comigo a impressão do «JORNAL DOS MUNICÍPIOS».

Compreendam amigos.

O seu redator

JORNAL DOS MUNICÍPIOS 11/7/71

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Mas, quem foi Jacinto Guerra, figura que se incorporou rapidamente na sociedade patense, prestando seus serviços não apenas à seara educacional, mas contribuindo com a sociedade patense naquilo que lhe foi possível, como nos é mostrado no boletim mensal do Rotary Internacional, datado de outubro de 1972?

Figura 32 - Discurso de Jacinto Guerra no Rotary Club de Patos de Minas

PATOS ROTÁRIO

Distrito: 452
Caixa Postal, 81
Secretaria: Fone: 24-89

BOLETIM MENSAL

Reuniões:
Quintas-Feiras às 19:00 horas
Patos Social Clube

Fundação: 29-11-57 | Patos de Minas -:- MG — Outubro de 1972 | Ano I | Número 2

Liderança

Nas atividades humanas, quando o trabalho é realizado em grupo, aparece sempre e invariavelmente a figura de um Líder. Não há maneira eficiente de executar trabalho em sociedade senão através da liderança ativa, consciente e entusiástica. De nada vale, nossa grita contra a falta de ação de determinados setores para resolver certos problemas, se estes não estão sendo dirigidos por uma liderança capaz. A maioria dos empreendimentos fracassados, não são frutos da má fé, mas sim de uma liderança incapaz, que não estava preparada para assumir tal atividade.

É muito importante que nós tomemos consciência desse problema, para ajudar encontrar uma solução atenuante, até que nossas escolas coloquem em seus currículos algumas instruções sobre a liderança, aí o problema estará em vias de solução.

Líderes existem muitos, o que falta é sua preparação para exercer atividade de Liderança em seu setor de atividades. Alguns estudiosos do assunto chegam a afirmar que toda pessoa é um líder, dependendo apenas de seu preparo social.

Há líderes que têm um número sem conta de seguidores, porém não são capazes de conduzí-los para uma ação produtiva, perdendo-se assim uma grande oportunidade de dar uma contribuição na solução de algum problema social.

Este é um dos motivos pelo qual a liderança tem que ser exercida com capacidade e consciência. Os seguidores de um líder praticamente só fazem o que é aprovado por ele, por isso a má liderança normalmente impede a dinamização de um grupo social, tornando-o completamente estagnado.

BANDEJA DE PRATA

Jacinto Guerra - Ensino de 1.o e 2.o graus - Administração

(Discurso proferido no dia 21 de setembro de 1972, por ocasião da visita do Governador do Distrito 452)

O Rotary Club de Patos de Minas, sob a liderança objetiva e dinâmica de Waldemar Rocha Filho, e com a presença e a participação expressiva de todos os nossos companheiros, recebe com entusiasmo a visita do ilustre Governador do nosso Distrito 452.

Patos de Minas, campanheiro Governador, é uma comunidade que representa, pelo trabalho de seu povo, o próprio esforço de todos os brasileiros na edificação de uma sociedade moderna, mais humana e mais justa, em que a riqueza e o bem-estar esteja algum dia ao alcance de todos.

Aqui, nestas paragens do Alto Paranaíba, agora mais diretamente ligadas ao Brasil de hoje pela maravilha das telecomunicações e pela excelente Rodovia do Milho, a riqueza da terra é valorizada ainda mais pelos homens que nela trabalham e ajudam o Município a crescer.

O progresso dos povos é o espírito que anima o Rotary Internacional, pelo companheirismo e atuação permanente dos rotarianos de todos os continentes.

O Governador João Viana é um homem de ação e de pensamento, que fez do trabalho o grande sentido de sua vida. Engenheiro-agrônomo e empresário que, auxiliado pela sua esposa, Maria Noemi Câmara Viana, tem realizado ao longo de sua vida, uma colaboração das mais significativas à concretização dos objetivos do Rotary Internacional e do progresso de nosso país. Todos nós estamos entusiasmados com a experiência, com a cultura e com as amplas avenidas de compreensão humana percorridas pelo companheiro Governador.

Sua terra é a extraordinária Cataguazes, que tem dado ao Brasil tantos exemplos de inteligência e de amor às coisas mais belas que Deus ofereceu aos homens: a imaginação criadora nas artes e a capacidade de transformar as idéias em realizações concretas.

É acendendo a chama sagrada do idealismo e da ação que nos reunimos num encontro histórico do nosso Rotary Club, neste setembro em que comemoramos com a vibração cívica o Sesquicentenário da Independência deste grande Brasil do presente.

Desejo concluir repetindo algumas palavras do nosso Presidente Internacional, Roy Hickman, aquele grande companheiro norte-americano: «Para realizar-se algo é necessário trabalhar com os outros» e «o trabalho foi a melhor coisa que me poderia ter acontecido. Ensinou-me a apreciar bem mais as coisas pelas quais lutamos, do que aquelas que nos são oferecidas numa bandeja de prata».

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

No folheto acima, Jacinto Guerra explana sobre a importância do trabalho em grupo e da presença de lideranças que realmente possam colaborar de certa forma com as obras a serem realizadas e o progresso de Patos de Minas. Esse tipo de discurso, progressista por sinal, sempre aliado aos bons costumes, ao trabalho e à moral foi característica marcante das classes políticas no Brasil do século XX. E o diretor em questão era filiado ao partido político, ARENA. De acordo com Gatti Júnior et al. (2015, p. 151):

> Esse discurso ordeiro evidencia a preocupação em superar os resquícios do passado, era preciso transformar a cidade, trazendo-a ao moderno, para isso, era necessário o trabalho de todos, um trabalho com afinco para que as metas republicanas fossem atingidas e a cidade despontasse nesse novo cenário.

Foi possível reconstruir a história de Jacinto Guerra a partir de documentos encontrados no acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Jacinto Guerra nasceu a 16 de julho de 1935 na cidade de Bom Despacho, Minas Gerais. Filho de Antônio Guerra Filho e de Ester Pinto Guerra, iniciou o ensino primário na Escola Rural de Martins Guimarães, Município de Lagoa da Prata, Minas Gerais e terminou no Grupo Escolar Dr. Jacinto Campos, da cidade de Lagoa da Prata, entre os anos de 1942 e 1946. Entre os anos de 1951 e 1955, fez o curso ginasial no Ginásio Estadual de Bom Despacho – Colégio Estadual "Miguel Gontijo". Cursou o segundo grau em Belo Horizonte nos Colégios Municipal e Marconi entre os anos de 1957 e 1960. Cursou entre os anos de 1960 e 1963 o curso de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Durante suas atividades estudantis, mostrou-se desde o início ser um líder em busca do saber e das questões políticas. Foi fundador, diretor e redator de jornais estudantis; presidente do grêmio literário Machado de Assis do Colégio Municipal de Belo Horizonte; membro do Teatro do Colégio Municipal de Belo Horizonte (TECOM); e vice-presidente do Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte (DECM).

Também cursou Literatura Brasileira pela Academia Mineira de Letras em 1958; Jornalismo, em 1960, pelo Diretório dos Estudantes da UFMG, em Belo Horizonte; fez o curso de aperfeiçoamento de diretores de Ensino Médio em 1968; e em 1971, participou do curso de Treinamento do Pessoal Técnico das Escolas Estaduais Polivalentes, promovido pela UFMG.

Entre as atividades profissionais, podemos elencar as atividades que exerceu como comerciante na cidade de Bom Despacho de 1951 a 1954; foi funcionário da extinta Minas Caixa entre 1954 e 1955; e foi bancário, em Belo Horizonte, de 1956 a 1963.

No ano de 1963, entra definitivamente na área de educação. É nomeado professor titular da cadeira de Língua Portuguesa do Colégio Estadual "Miguel Gontijo" de Bom Despacho, entre os anos de 1963 e 1965; foi professor de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Tiradentes, de Bom Despacho, entre 1964 e 1968, e do Colégio Comercial entre 1963 e 1965; e foi Diretor do Ginásio Estadual de Bom Despacho entre 1966 e 1971.

Em 1971, Jacinto Guerra chega finalmente a Patos de Minas, onde foi Diretor do Ginásio Estadual Polivalente e professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patos de Minas.

Como político, foi membro do Diretório Municipal da ARENA de Bom Despacho entre os anos (1968-1970); vereador da Câmara Municipal de Bom Despacho (1967-1971); membro da comissão de Educação e Cultura (1967-1971); membro da Comissão de

Legislação, Justiça e Finanças (1967-1971); Presidente da Câmara de Vereadores de bom Despacho (1969-1970) e também Secretário (1970-1971).

Na cidade de Bom Despacho, foi autor de várias indicações de projetos municipais de interesse público, sobretudo nas áreas de educação, saúde, cultura e arte. Em 1972, recebe por motivo de relevante contribuição ao progresso do Município de Bom Despacho, o Diploma de Mérito Municipal (lei 518 instituída pela Prefeitura Municipal a 15 de março de 1968).

Jacinto Guerra teve uma vida muito ativa em prol das comunidades por onde passou. Nas cidades de Bom Despacho, Belo Horizonte e Patos de Minas, exerceu atividades ligadas ao jornalismo e à radiodifusão. O que talvez explique o número expressivo de matérias dispensadas ao Ginásio Polivalente, no início da década de 1970, na cidade de Patos de Minas, já que foi colaborador do Jornal *Folha Diocesana* de Patos de Minas.

Na cidade de Bom Despacho, foi fundador e diretor da Biblioteca Municipal e do Museu Municipal de Bom Despacho, entre 1964 e 1970. Em Patos de Minas, ajudou a Prefeitura Municipal a organizar sua Biblioteca Municipal.

Também em Bom Despacho, foi o principal nome na fundação e concretização do Ginásio Orientado para o Trabalho com os cursos de Artes Industriais e Técnicas Agrícolas desde o início das construções, em 1966, até à fase inicial de funcionamento, em 1971. Foi também presidente da Comissão de Serviços Comunitários do Rotary Club de Patos de Minas.

O *Jornal dos Municípios* trouxe a bibliografia de Jacinto Guerra na edição de 18 de julho de 1971, conforme recorte abaixo:

Figura 33 - Quem é o Diretor? Reportagem do Jornal dos Municípios em 1971

Pág. 2 18-7-1971 «Jornal dos Municipios»

Rondon Pacheco vem Inaugurar o Ginásio Polivalente

Já se encontra em Patos de Minas, desde o dia 15, todo o pessoal docente, e administrativo do GINÁSIO POLIVALENTE, que será inaugurado em agôsto, com a presença do Governador RONDON PACHECO e do Secretário da Educação, professor CAIO BENJAMIM DIAS.

As aulas terão início no dia 16 de agôsto.

O Diretor do G. P. professor JACINTO GUERRA, está coordenando as atividades de planejamento e de organização do nôvo Ginásio e está entusiasmado com Patos de Minas e sua gente.

QUEM É O DIRETOR:

O professor JACINTO GUERRA nasceu em 16 de julho de 1935 na cidade de Bom Despacho. É casado com a professôra Nilce Coutinho Guerra e tem quatro filhos: Elisabete, Antônio Valter, Eduardo e Leticia.

Fêz o curso primário em Lagoa da Prata e ginásio em Bom Despacho, terminando em 1955, tendo sido orador da turma.

Nesta época, foi comerciário, trabalhou na Caixa Econômica Estadual, na Rádio Difusora Bondespachense e foi correspondente de diversos jornais.

Em 1956, transferiu-se para Belo Horizonte, onde fêz o Curso Clássico nos Colégios Marconi e Municipal. Atuou na Política Estudantil, no Teatro e no Jornalismo.

Fez o Curso de Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia da U F M G, foi bancário em Belo Horizonte e teve atuação no Movimento Sindical.

Em 1953, transferiu-se para Bom Despacho. Aprovado em concurso assumiu a cátedra de português do Colégio Estadual «Miguel Gontijo» de Bom Despacho.

Em 1966 foi nomeado pelo Governador Israel Pinheiro para o cargo de Diretor do então Ginásio Industrial Estadual de Bom Despacho. Nos oito anos que residiu em sua terra, JACINTO GUERRA atuou em diversos setores. Fundador da Biblioteca e do Museu Municipal; exerceu o cargo de diretor-presidente do Jornal «O Bom Despacho»; foi vereador e presidente da Câmara Municipal e colaborou diretamente como Assessor dos prefeitos Roberto de Melo Queiroz e Geraldo Simão Vaz. Organizou e foi o primeiro presidente do Conselho Municipal de Educação.

Aprovado no concurso que selecionou os diretores dos 10 primeiros Ginásios Polivalentes de Minas Gerais, Jacinto Guerra está agora em Patos de Minas e acredita que «vai aprender muito com os patenses e contribuir, com a sua experiência para o desenvolvimento da Capital do Milho».

A EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA

O cargo de Orientador Pedagógico do G. P. de Patos de Minas é ocupado pela professôra Maria Ângela Mantuano de Paiva, que é de Caratinga.

O Vice-Diretor é o professor JOAQUIM JÚLIO DA FONSECA, de Belo Horizonte, que é licenciado em Matemática.

O universitário ITAMAR BATISTA DE CASTRO, aluno da Faculdade de Filosofia de Patos de Minas, é o secretário do nosso G.P.

Ainda não estão ocupados os cargos de Bibliotecário e de Orientador Educacional. Encontra-se também em Patos de Minas, colaborando nos trabalhos de implantação do G.P. a professôra MARINEZ FULGÊNCIO MOTA, Supervisora de Orientação Pedagógica

OS PROFESSÔRES

Uma equipe de professôres jovens, formados em cursos Superiores de curta duração e de longa duração vão trabalhar no GP de Patos de Minas e vieram das mais diversas regiões do nosso estado

São os seguintes:

Setor de Comunicação: Ana Maria Guimarães Amaral, Vilma Magalhães Boaventura e Maria Helena Silva de Vilhena (Português), Carlos Alberto Alves Pena e Antônio Vicente Amaral (Inglês); Maria Bontempo (Francês), e Alfredo Otávio de Sousa (Desenho e Artes Plásticas)

Setor de Ciências: José Alvimar Ramos, José Adão Rodrigues e Clessa Francisca de Oliveira (Ciências Físicas e Biológicas), Renato de Almeida Lacerda e José Araújo de Sousa (Ciências Sociais), Maria Auxiliadora Stussi Melo Ramos e Augusto César de Sousa (Geo-Ciências); Júlio Marra de Araújo, José Italino Levenhagen e Canuto Ferreira de Oliveira (Matemática).

Setor de Artes Práticas: Realda Gomes e Maria Araujo das Dôres (Artes Industriais) Lorde Terra (Técnicas Comerciais), Marta Maria Gomes e Geraldo Calzeta da Silva (Técnicas Agrícolas) Heyde Samartano e Raimunda Helena Araujo (Educação para o Lar). Setor de Educação Física: Cecília Maria Belém

O que é o G. P.

Patos de Minas pode se orgulhar do seu Ginásio Polivalente. Todos os recursos materiais e humanos foram mobilizados pelo PREMEM, com a participação do Prefeito Sebastião Silvério, para que os patenses tenham uma escola de nível médio realmente identificada com os objetivos da Educação Moderna.

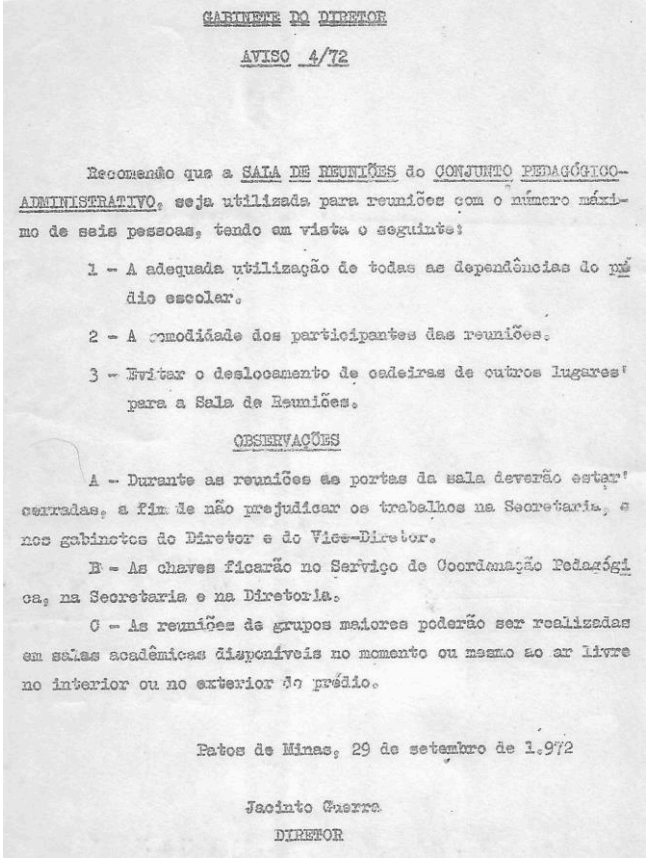
O G. P. deve receber alunos das diversas classes sociais, todavia dando prioridade aos mais carentes de recursos

O Ginásio Polivalente é uma escola que visa formar o adolescente para participar ativamente da vida de sua comunidade e do seu país, através do ensino orientado para a cultura geral e para diversas experiências de trabalho técnico

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

À frente do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, Jacinto Guerra “brigou”, no bom sentido, pela agilidade dos serviços prestados pela municipalidade, como já foi discutido anteriormente. Através dos documentos analisados, verificamos que, como diretor, adotou uma linha de austeridade e respeito dentro e fora do Ginásio. Em documento do acervo do Ginásio, datado de 1972, podemos constatar tal rigor, Vejamos:

Figura 34 - Recomendações em relação às reuniões



GABINETE DO DIRETOR

AVISO 4/72

Recomendo que a SALA DE REUNIÕES do CONJUNTO PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVO, seja utilizada para reuniões com o número máximo de seis pessoas, tendo em vista o seguinte:

1 - A adequada utilização de todas as dependências do prédio escolar.

2 - A comodidade dos participantes das reuniões.

3 - Evitar o deslocamento de cadeiras de outros lugares para a Sala de Reuniões.

OBSERVAÇÕES

A - Durante as reuniões as portas da sala deverão estar fechadas, a fim de não prejudicar os trabalhos na Secretaria, e nos gabinetes do Diretor e do Vice-Diretor.

B - As chaves ficarão no Serviço de Coordenação Pedagógica, na Secretaria e na Diretoria.

C - As reuniões de grupos maiores poderão ser realizadas em salas acadêmicas disponíveis no momento ou mesmo ao ar livre no interior ou no exterior do prédio.

Patos de Minas, 29 de setembro de 1.972

Jacinto Guerra
DIRETOR

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Jacinto Guerra, enquanto esteve na cidade (1971-1972), levou o nome do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, à frente para Minas Gerais e o Brasil. Sempre em suas explanações citava as experiências do PREMEM e de sua gestão à frente do Polivalente de Patos de Minas. Em reportagem do jornal *Folha Diocesana* do dia 03 de fevereiro de 1972, ficou claro este aspecto:

Figura 35 - Entrevista do Diretor Jacinto Guerra. *Folha Diocesana*

Diretor entrevistado

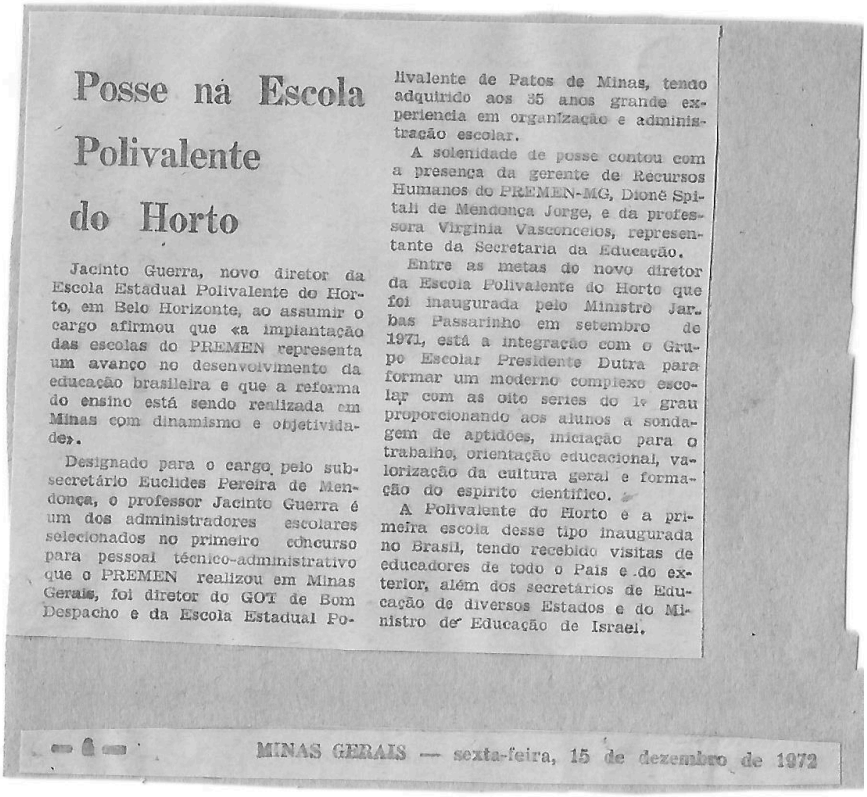
O Diretor da Escola Polivalente de Patos de Minas, Prof. Jacinto Guerra, foi entrevistado na Faculdade de Educaçã da UFMG em Belo Horizonte, no Curso de Treinamento do Pessoal Técnico-Administrativo do PREMEN, coordenado pelo Prof. Dirceu Braz Fonseca. O objetivo da entrevista foi comunicar a experiência do PREMEN em Patos de Minas aos novos diretores da segunda etapa.

Folha Diocesana 3/2/72

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Em dezembro de 1972, a passagem de Jacinto Guerra na cidade de Patos de Minas chegaria ao fim. O diretor do Polivalente de Patos de Minas recebe a missão de ficar à frente do Ginásio Polivalente do Horto em Belo Horizonte. Esse Ginásio foi o primeiro do Brasil nos moldes do Polivalente. Também foi notícia a chegada de Jacinto Guerra, em Belo Horizonte, pelo jornal *Estado de Minas* de 15 de dezembro de 1972.

Figura 36 - Posse de Jacinto Guerra no Polivalente do Horto em Belo Horizonte



Posse na Escola Polivalente do Horto

Jacinto Guerra, novo diretor da Escola Estadual Polivalente do Horto, em Belo Horizonte, ao assumir o cargo afirmou que «a implantação das escolas do PREMEN representa um avanço no desenvolvimento da educação brasileira e que a reforma do ensino está sendo realizada em Minas com dinamismo e objetividade».

Designado para o cargo pelo subsecretário Euclides Pereira de Mendonça, o professor Jacinto Guerra é um dos administradores escolares selecionados no primeiro concurso para pessoal técnico-administrativo que o PREMEN realizou em Minas Gerais, foi diretor do GOT de Bom Despacho e da Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas, tendo adquirido aos 35 anos grande experiencia em organização e administração escolar.

A solenidade de posse contou com a presença da gerente de Recursos Humanos do PREMEN-MG, Dione Spitali de Mendonça Jorge, e da professora Virginia Vasconcelos, representante da Secretaria da Educação.

Entre as metas do novo diretor da Escola Polivalente do Horto que foi inaugurada pelo Ministro Jarbas Passarinho em setembro de 1971, está a integração com o Grupo Escolar Presidente Dutra para formar um moderno complexo escolar com as oito series do 1º grau proporcionando aos alunos a sondagem de aptidões, iniciação para o trabalho, orientação educacional, valorização da cultura geral e formação do espirito cientifico.

A Polivalente do Horto é a primeira escola desse tipo inaugurada no Brasil, tendo recebido visitas de educadores de todo o País e do exterior, além dos secretários de Educação de diversos Estados e do Ministro de Educação de Israel.

— 8 — MINAS GERAIS — sexta-feira, 15 de dezembro de 1972

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

3.5.2 Os demais Diretores do Polivalente enquanto projeto Polivalente

Após o entusiasmo e assentadas as bases para o andamento do projeto Polivalente, o mesmo pareceu seguir as disposições dos concursos. Para testificar essa premissa, o jornal *Folha Diocesana* trouxe reportagem a respeito no dia 26 de julho de 1973:

> Mais uma vez o PREMEM, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação e a Universidade Federal de Minas Gerais, recruta no período de 9 de julho a 3 de agosto, candidatos ao concurso de Pessoal Técnico administrativo das Escolas polivalentes de Minas. Há vagas para Direção, Coordenação pedagógica, orientação Educacional e Bibliotecário em Escolas Polivalentes localizadas em várias cidades de Minas Gerais, inclusive a nossa Escola Polivalente<< Profa. Elza Carneiro Franco>> está com o cargo de Diretor vago. Para maiores informações procure o núcleo de Recursos Humanos da 18ª Delegacia Regional de Ensino.[21]

O vice-diretor de Jacinto Guerra foi o professor Joaquim Júlio da Fonseca Filho. Com a ida do diretor do Polivalente para Belo Horizonte, o professor Joaquim Júlio da Fonseca Filho assumiu a direção do Polivalente de Patos de Minas, depois da notícia do cargo vago pela Secretaria de Estado da Educação. A sua gestão foi de 1973 a 1974. Assim como Jacinto Guerra, teve em seu currículo o acompanhamento da construção do Ginásio Polivalente de Patos de Minas e sua primeira aula inaugural. O professor Joaquim Júlio também teve dois relevantes feitos históricos no currículo: o primeiro deles foi a mudança de nome do Ginásio Estadual Polivalente, que passou a se chamar Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, a 09 de julho de 1973; e o outro ponto marcante foi a inauguração definitiva dessa Escola, em 1974, com a presença do Governador Rondon Pacheco e demais comitiva. Na foto abaixo, vemos a figura de Joaquim Júlio de frente para a placa, cabelos mais longos, de óculos e de bigode, com o olhar fixado no Governador de Minas Gerais Rondon Pacheco quando o mesmo descerra a placa de inauguração do Ginásio Estadual Polivalente de Patos de Minas, em maio de 1974.

---

[21] *Jornal Folha Diocesana,* Patos de Minas 26 de Julho de 1973, Número 710.

Figura 37 - Descerramento da placa de inauguração do Polivalente. 05/1974.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Sua presença na direção da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco também foi muito curta, sendo de praticamente um ano. Talvez por esse motivo a dificuldade de encontrar registros de sua história à frente da escola. Mas, sua biografia ficou nos registros da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Nos documentos pesquisados, descobriu-se que a cidade de nascimento de Joaquim Júlio foi Carmésia, MG. Filho de Joaquim Júlio da Fonseca e Maria Martins de Andrade.

Figura 38 - Inauguração 1974. Diretor Joaquim Júlio sentado à mesa. Em pé o Governador Rondon Pacheco

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

De acordo com Joaquim Júlio, o objetivo dele à frente da Escola Polivalente consistia em valorizar tanto a parte intelectual quanto a parte prática. Nesse diapasão, a Escola deveria criar condições para que o aluno ao sair da Escola, pudesse despertar uma profissão.

Figura 39 - Inauguração do Ginásio Polivalente. Joaquim Júlio à mesa com Rondon Pacheco

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Tão logo o professor Joaquim Júlio deixou a direção da Escola, assumiu em seu lugar a professora Isaura Maria de Araújo. Sua gestão foi de 1974 a 1976. Mais conhecida como Irmã Isaura, era natural da Cidade Vizinha de Presidente Olegário e filha de Vicente Ferreira de Araújo e Maria Petrina de Araújo.

Nasceu em 26 de maio de 1927 e faleceu em 03 de outubro de 1989. Isaura teve seus estudos na cidade de Itabira e fez curso superior na Universidade Católica de Minas Gerais. Foi missionária da congregação religiosa Nossa Senhora das Dores. Trabalhou no Colégio Nossa Senhora das Dores de Itabira e colégio São José de Ibiá. Também passou pelo Instituto Nossa Senhora das Dores do Rio De Janeiro e Colégio São José de Formosa. Antes de chegar a Patos de Minas, passou pelo Colégio Dom Bosco de Brasília.

Figura 40 - Irmã Isaura no centro de óculos em meio às festividades da Escola Polivalente.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

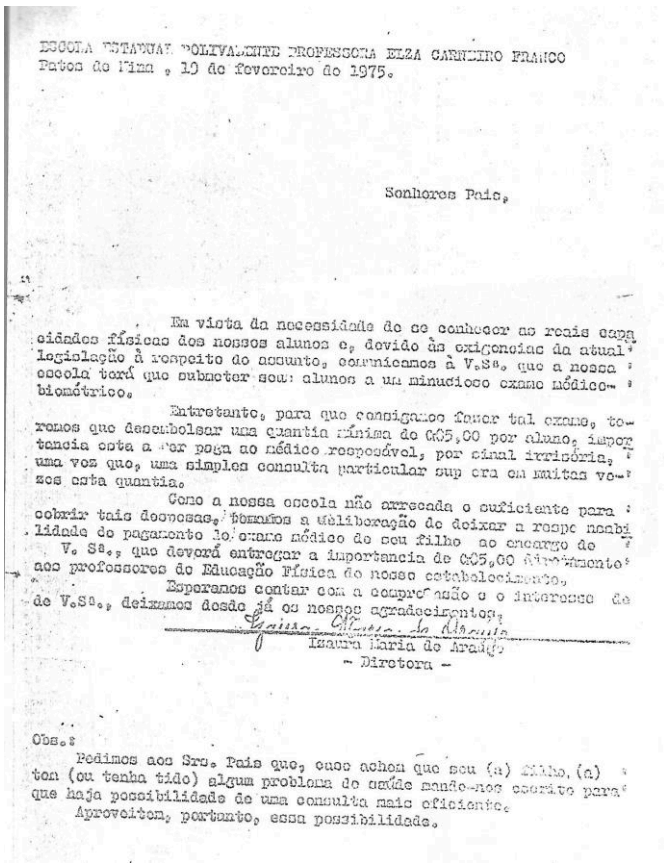
Segundo relatos de documentos do acervo, sua direção foi marcada pelo companheirismo e promoção humana, apesar de algumas divergências. Sua origem religiosa a fez abraçar os profissionais e alunos da Escola como se filhos fossem. Incentivou o teatro na Escola e o esporte.

Propôs a criação da Equipe que ficaria responsável pela limpeza e pela merenda e deu o nome de Equipe das Formigas, talvez em alusão ao conto da cigarra e da formiga. Preocupou-se também com a saúde dos alunos da Escola. Foi incentivadora das práticas desportivas fazendo com que o Polivalente participasse assiduamente nas olimpíadas estudantis patense, nas modalidades de atletismo, voleibol, handebol, futebol de salão e demais práticas. As práticas desportivas tiveram um grande valor nas escolas, pois movimentavam também a sociedade, Gatti Júnior et al. (2015, p. 158).

No documento abaixo, podemos testificar a preocupação da então diretora com a condição de saúde dos alunos do Polivalente, quando a mesma pede aos pais que enviem a

quantia de cinco reais para que se procedesse o exame médico de saúde dos alunos do Polivalente, vejamos:

Figura 41 - Mensagem aos pais em relação à avaliação médica dos alunos.



ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE PROFESSORA ELZA CARNEIRO FRANCO
Patos de Minas , 10 de fevereiro de 1975.

Senhores Pais,

Em vista da necessidade de se conhecer as reais capacidades físicas dos nossos alunos e, devido às exigências da atual legislação à respeito do assunto, comunicamos à V.Sa. que a nossa escola terá que submeter seus alunos a um minucioso exame médico-biométrico.

Entretanto, para que consigamos fazer tal exame, teremos que desembolsar uma quantia mínima de Cr$5,00 por aluno, importância esta a ser paga ao médico responsável, por sinal irrisória, uma vez que, uma simples consulta particular sup era em muitas vezes esta quantia.

Como a nossa escola não arrecada o suficiente para cobrir tais despesas, pomos a deliberação de deixar a responsabilidade do pagamento do exame médico do seu filho ao encargo de V. Sa., que deverá entregar a importância de Cr$5,00 diretamente aos professores de Educação Física do nosso estabelecimento.

Esperamos contar com a compreensão e o interesse de V.Sa., deixamos desde já os nossos agradecimentos.

Isaura Maria de Araújo
- Diretora -

Obs.:
Pedimos aos Srs. Pais que, caso achem que seu (a) filho, (a) tem (ou tenha tido) algum problema de saúde mandá-nos escrito para que haja possibilidade de uma consulta mais eficiente.
Aproveitem, portanto, essa possibilidade.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Irmã Isaura foi sucedida na Direção da Escola Polivalente pelo professor Fernando Antônio de Mello, no ano de 1977. Foi o Diretor mais longevo da história da Escola Polivalente. Sua gestão foi de 1977 a 1989. Durante o tempo em que esteve à frente da Escola, o diretor viu o projeto do PREMEM chegar ao fim, bem como viu a Escola Polivalente se tornar uma Escola Estadual, assim como as outras com o fim do projeto.

Em sua gestão, foi iniciado o processo de fundamentação das Escolas Politécnicas, através do projeto Centro de Educação Politécnica para os Centros Intermediários e a Escola Estadual Elza Carneiro Franco foi contemplada com o ensino de segundo grau profissionalizante com os cursos de Edificações, Agropecuária e Economia Doméstica a partir do ano de 1985. Processo esse iniciado no final dos anos 1970 e intensificado nos anos iniciais dos anos 1980 através da incansável luta do diretor Fernando Antônio de Melo que, em 22 de abril de 1981, levou o projeto de implantação dos cursos

profissionalizantes para a Superintendência Estadual de Ensino de Minas Gerais juntamente com a 18ª Delegacia Regional de Ensino de Patos de Minas com participação dos Frades Capuchinhos, pais e alunos da Escola Polivalente.

A pesquisa contou com a ajuda da Fundação João Pinheiro que catalogou as cidades consideradas intermediárias do Estado de Minas Gerais que poderiam vir a ser contempladas com o projeto de cidades Diques.

Fernando Antônio de Melo nasceu em Brasópolis, MG. Filho de Osório Ferreira de Melo e Noemi Stussi de Melo. Foi aprovado no concurso do PREMEM e cursou Ciências na Universidade Federal de Minas Gerias. Na época fez licenciatura de curta duração, dando-lhe competência para atuar no ensino de primeiro grau.

Figura 42 Professor e Diretor Fernando Antônio de Melo.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Na gestão desse diretor, a Escola também se expandiu. Se no início de seu funcionamento contava com cerca de 30 componentes entre professores e demais funcionários, operando em dois turnos, com oito turmas e cerca de 420 alunos aproximadamente, no auge da gestão do professor Fernando a Escola chegou a ter nos quadros de profissionais cerca de 80 funcionários e 1.200 alunos no ano de 1981.

Em sua gestão, apesar do projeto do governo federal, através do PREMEM, ter chegado ao fim, a Escola ainda permaneceu com as matérias práticas e, na visão do diretor, foi fator de diferenciação da Escola entre as outras Escolas Estaduais.

Outro ponto bastante interessante, de acordo com dados da Delegacia Regional de Educação de Patos de Minas e muito debatido por parte dessa direção, é o número de alunos que terminam o ensino de primeiro grau e o número de alunos que se matriculam no segundo grau no ano seguinte.

Entre os formandos de primeiro grau e os iniciantes de segundo grau no início da década de 1980, houve uma discrepância muito grande. Como exemplo, pegamos o número de alunos matriculados na oitava série de primeiro grau em 1980 e, desses, apenas 357 alunos conseguiram vagas em Escolas Estaduais, em 1981, para o ensino de segundo grau. Ou seja, menos de 30%. O que leva a suposição de que a grande maioria dos alunos que terminava o ensino de primeiro grau não conseguia continuar o ensino de forma regular.

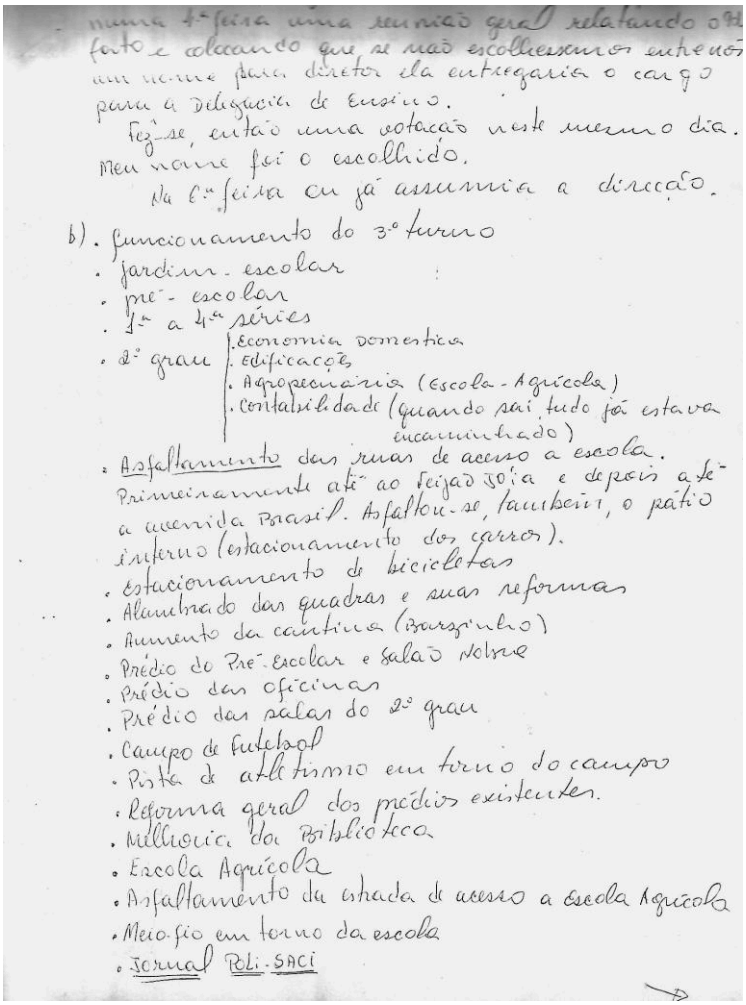
Por essa razão, o diretor Fernando Antônio de Melo lutou pela implantação do ensino de segundo grau na Escola Estadual professora Elza Carneiro Franco e conseguiu seu intento no ano de 1985, em um processo demorado que se iniciou ainda na sua gestão por volta de 1980. O legado do professor Fernando como diretor da Escola Polivalente foi:

- Funcionamento da Escola em três turnos.
- Ensino do jardim escolar, pré-escolar, 1ª a 4ª séries funcionando na própria Escola.
- Implantação do segundo grau na Escola através do projeto de cidades diques que escolheu 16 cidades do estado para iniciar o projeto e Patos de Minas foi escolhida através da Escola Polivalente, em 1981. O projeto contemplou os Centros de Educação Politécnica, para os Centros Intermediários. O Segundo grau foi profissionalizante e teve os cursos de Economia Doméstica, Edificações, Agropecuária em convênio com a Estação Experimental de Sertãozinho. (Escola Agrícola).
- Asfaltamento das ruas de acesso à Escola.
- Estacionamento para bicicletas.
- Alambrado das quadras e reformas das mesmas.
- Aumento da cantina.
- Construções e aumento dos prédios do ensino de pré-escolar; salão nobre; oficinas e salas para o segundo grau.
- Construção do campo de futebol de grama.
- Construção da pista de atletismo em torno do campo.
- Reforma geral dos prédios existentes.

- Melhoria da Biblioteca.
- Anexo da Escola Agrícola.
- Criação do jornal Poli-Saci.

Em agosto de 1995, já afastado da Escola, o professor Fernando deixou uma mensagem assinada aos alunos da Escola Polivalente, além de ter falado de sua atuação frente a esse educandário e que foi encontrada no acervo da própria Escola. Ao que tudo indica, alguma pessoa estava perguntando (o que não foi identificado) e o professor respondendo às perguntas, senão vejamos:

Figura 43 - Fala do professor ex-diretor Fernando Antônio de Melo primeira parte


numa 4ª feira uma reunião geral relatando o fato e colocando que se não escolhessemos entre nós um nome para diretor ela entregaria o cargo para a Delegacia de Ensino.
Fez-se, então uma votação neste mesmo dia. Meu nome foi o escolhido.
Na 6ª feira eu já assumia a direção.

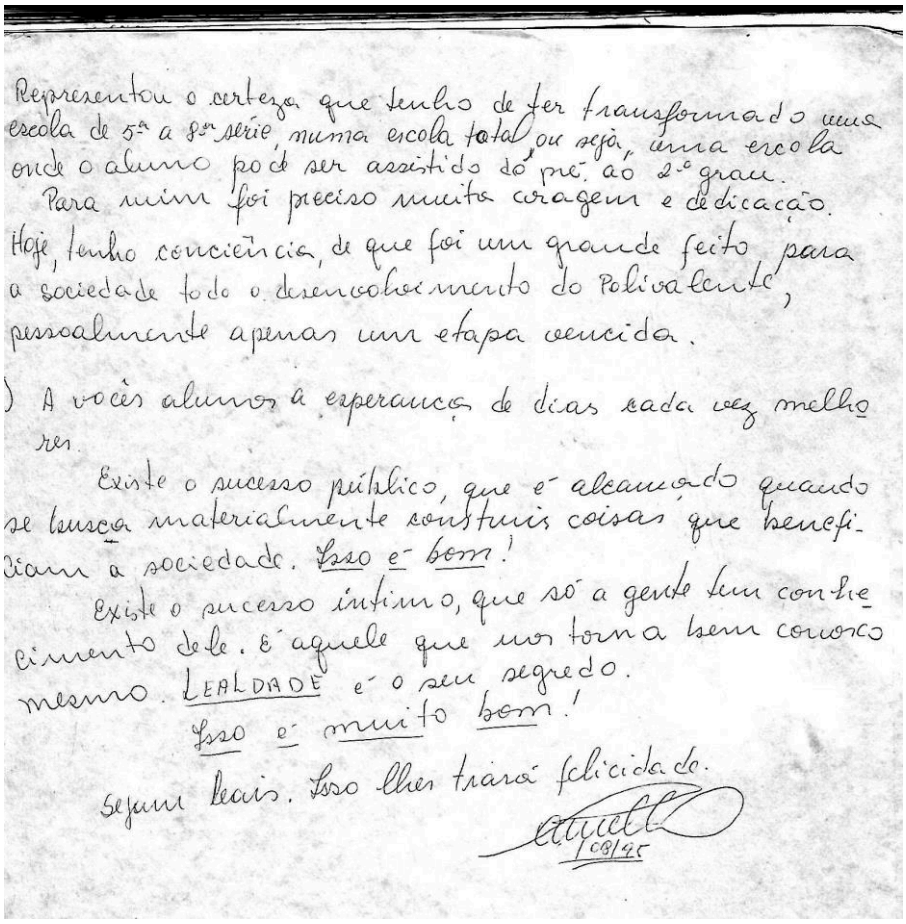
b). funcionamento do 3º turno
. jardim - escolar
. pré - escolar
. 1ª a 4ª séries
. 2º grau
. Economia domestica
. Edificações
. Agropecuária (Escola - Agrícola)
. Contabilidade (quando sai, tudo já estava encaminhado)
. Asfaltamento das ruas de acesso a escola. Primeiramente até ao Seijão Joia e depois até a avenida Brasil. Asfaltou-se, também, o pátio interno (estacionamento dos carros).
. Estacionamento de bicicletas
. Alambrado das quadras e suas reformas
. Aumento da cantina (Barzinho)
. Prédio do Pré-Escolar e Salão Nobre
. Prédio das oficinas
. Prédio das salas do 2º grau
. Campo de futebol
. Pista de atletismo em torno do campo
. Reforma geral dos prédios existentes.
. Melhoria da Biblioteca
. Escola Agrícola
. Asfaltamento da estrada de acesso a Escola Agrícola
. Meio-fio em torno da escola
. Jornal POLI-SACI

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Na sequência do documento, o professor e ex-diretor Fernando deixa uma mensagem muito expressiva quando diz que: “existe sucesso íntimo, que só a gente tem

conhecimento dele. É aquele que nos torna bem conosco mesmos. Lealdade é o seu segredo. Isso é muito bom! Sejam leais. Isso lhes trará felicidades.”:

Figura 44 - Fala do professor ex-diretor Fernando Antônio de Melo, segunda parte



Representou a certeza que tenho de ter transformado uma escola de 5ª a 8ª série, numa escola total ou seja, uma escola onde o aluno pode ser assistido do pré ao 2º grau.
Para mim foi preciso muita coragem e dedicação.
Hoje, tenho consciência, de que foi um grande feito para a sociedade todo o desenvolvimento do Polivalente, pessoalmente apenas uma etapa vencida.

) A vocês alunos a esperança de dias cada vez melhores.

Existe o sucesso público, que é alcançado quando se busca materialmente construir coisas que beneficiam a sociedade. Isso é bom!

Existe o sucesso íntimo, que só a gente tem conhecimento dele. É aquele que nos torna bem conosco mesmo. LEALDADE é o seu segredo.

Isso é muito bom!

Sejam leais. Isso lhes trará felicidade.

10/85

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

3.5.3 Professores e demais profissionais do Ginásio Polivalente

Como já foi estudado nesse trabalho, os profissionais que atuaram nos Ginásios Polivalentes, passaram por concursos públicos e cursos de formação específicos para atuarem nesses educandários. Em relação ao concurso para preenchimento das vagas dos professores, vejamos o pensamento de Vaz (2004, p. 74):

> Os professores que compunham o corpo docente da escola foram selecionados em um concurso vestibular realizado pelo PREMEM em 1970. Os professores fizeram um curso de curta duração que formava professores para as oito primeiras séries do Ensino de 1º grau e os de duração Plena para os de 1º e 2º graus. O objetivo principal desses cursos foi o de preparar professores e pessoal técnico-administrativo para as escolas polivalentes do

> estado. Esses cursos, de curta duração, foram promovidos pela Universidade de Minas Gerais, mediante Convênio com o PREMEN e o MEC. Esses cursos de formação tinham muita procura, pois os favorecimentos eram em torno de 1.600 cruzeiros, 13º salário, dois meses de férias por ano e condições de trabalho bem melhores do que ofereciam as outras escolas da rede estadual.

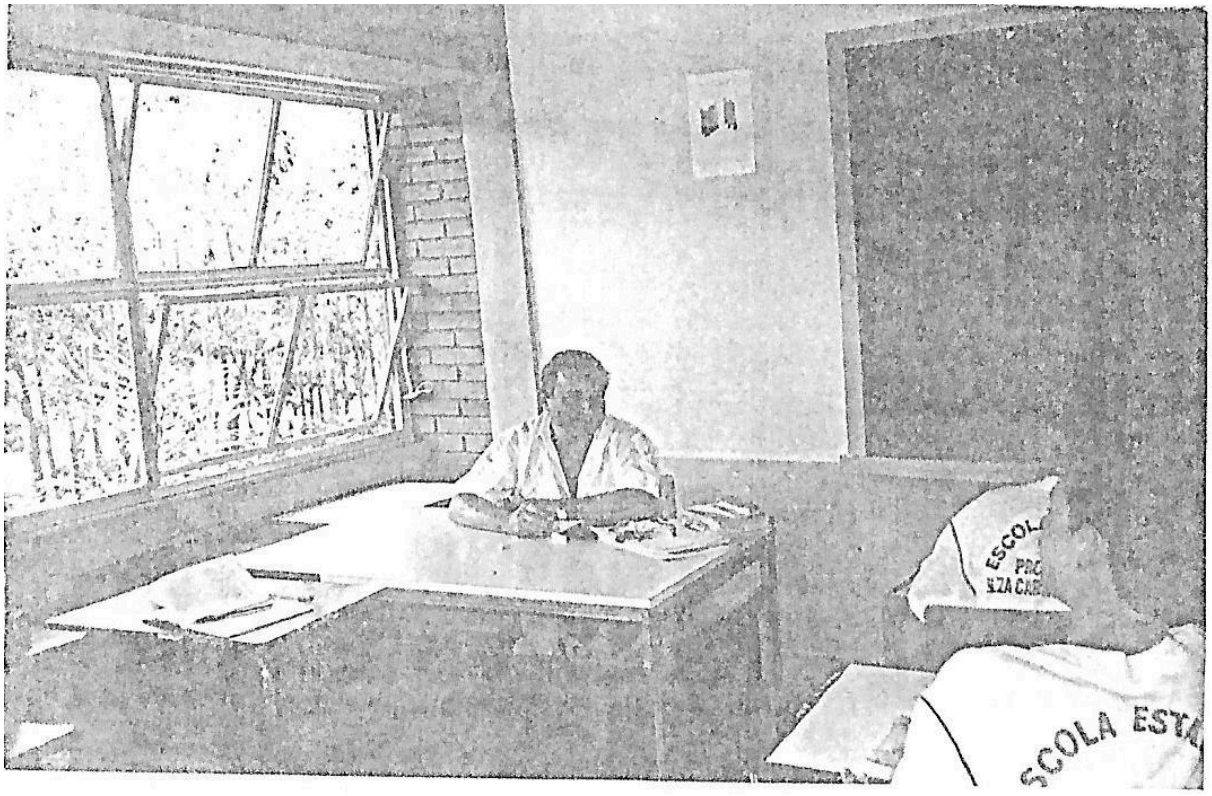
Os primeiros professores que chegaram ao Ginásio Polivalente eram oriundos de diversas regiões do país. Diversos profissionais da área da educação foram atraídos pelo projeto de educação implantado pelos Ginásios Polivalentes em diversas áreas do Brasil.

Esse trabalho levou em conta as pesquisas oriundas de recortes de jornais, documentos, atas, fotografias e bibliografias a respeito do Ginásio Polivalente. Não foi possível trabalhar diretamente com a pesquisa oral. O que estávamos buscando, encontramos em grande parte no Acervo e Hemeroteca da Escola Polivalente, principalmente nos livros e atas de registros.

Foi um processo de garimpagem nas fontes documentais para desvelar as figuras de alguns professores que trabalharam na Escola Polivalente na década de 1970. Não foi possível para esse trabalho o estudo de todos os profissionais envolvidos no labor cotidiano dessa Escola. Para a maioria foi possível citar apenas o nome e as disciplinas que ministraram, e para os demais cargos os serviços prestados. Por esse motivo, tivemos que selecionar apenas alguns nomes, dentre quase uma centena. Esses nomes ficam aqui representando o efetivo do quadro profissional da escola Polivalente na década de 1970.

Em documentos oriundos do Acervo da própria Escola, encontramos algumas entrevistas registradas que foram realizadas e documentadas a respeito de alguns professores, do início das atividades no Polivalente. Dentre eles, podemos começar com o ex-professor de Práticas Comerciais, Ruyvan Dantas, que é natural do Estado de Sergipe. O professor vai dissertar sobre a origem dos Ginásios Polivalentes no Brasil. Ao final, ele diz que o que realmente diferenciou esse modelo de educação foi a introdução de áreas práticas.

Figura 45 - Professor Ruyvan Dantas na Escola Estadual Polivalente

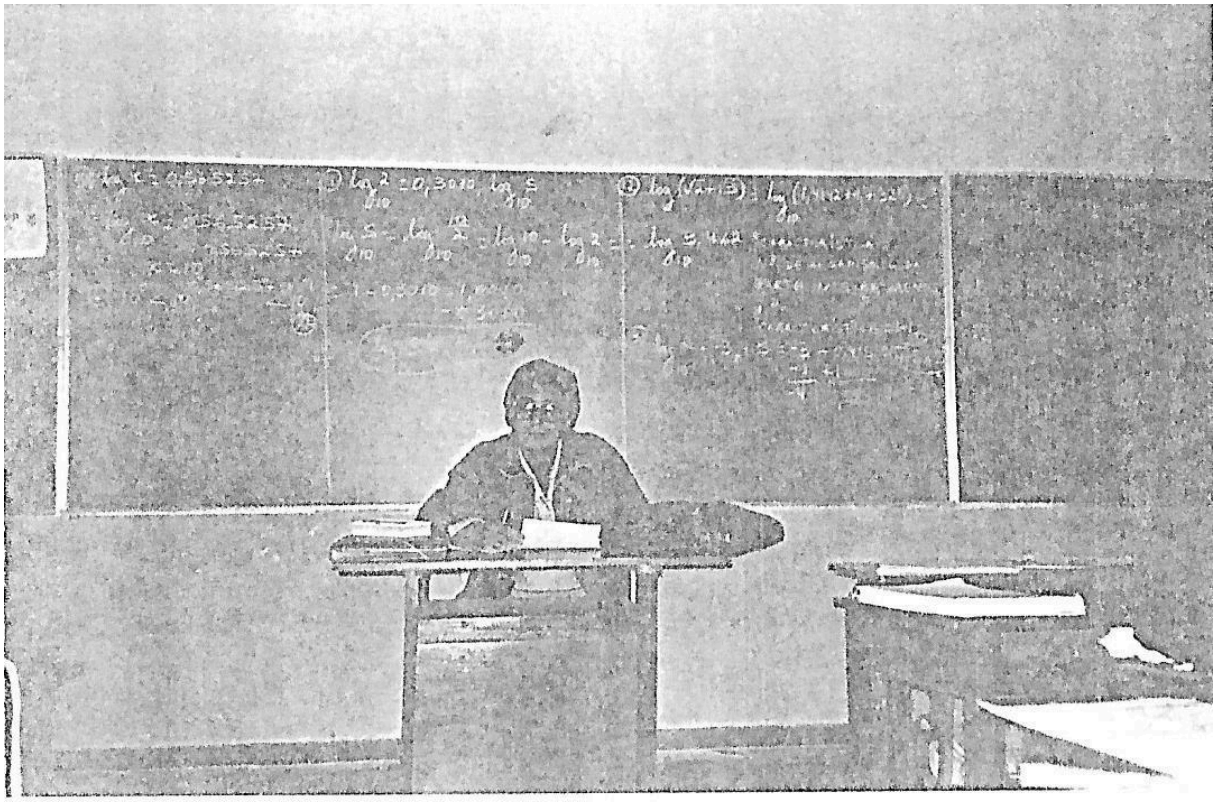


Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

As Práticas Comerciais, disciplina que inclusive era o professor, juntamente com as Práticas Industriais, Educação para o Lar e as Práticas Agrícolas. Segundo o mesmo, o objetivo era preparar o aluno para uma iniciação para o trabalho, visto que muitos desses alunos não teriam a oportunidade de continuar estudando depois da conclusão do ensino de primeiro grau. O professor Ruyvan Dantas está vivo e, na atualidade, é advogado e membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Patos de Minas.

Outra entrevista registrada pela Escola foi do ex-professor e ex-vice-diretor José Izalino Levenhagem Ferreira. Era natural do Sul de Minas. Izalino, como era conhecido, relata pontos importantes dentro do processo que foi as Escolas Polivalentes. Segundo ele, esse projeto na verdade durou tão somente até 1974, com o modelo do PREMEM. Depois de 1974, houve uma etapa de transição que foi até 1978, momento em que o estado gradativamente assume e estadualiza essas instituições. Segundo ele, a partir de 1974, acabam-se os programas de reciclagem e contratação de professores por parte do PREMEM.

Figura 46- Professor José Izalino Levenhagem Ferreira na sala de aula da Escola Polivalente

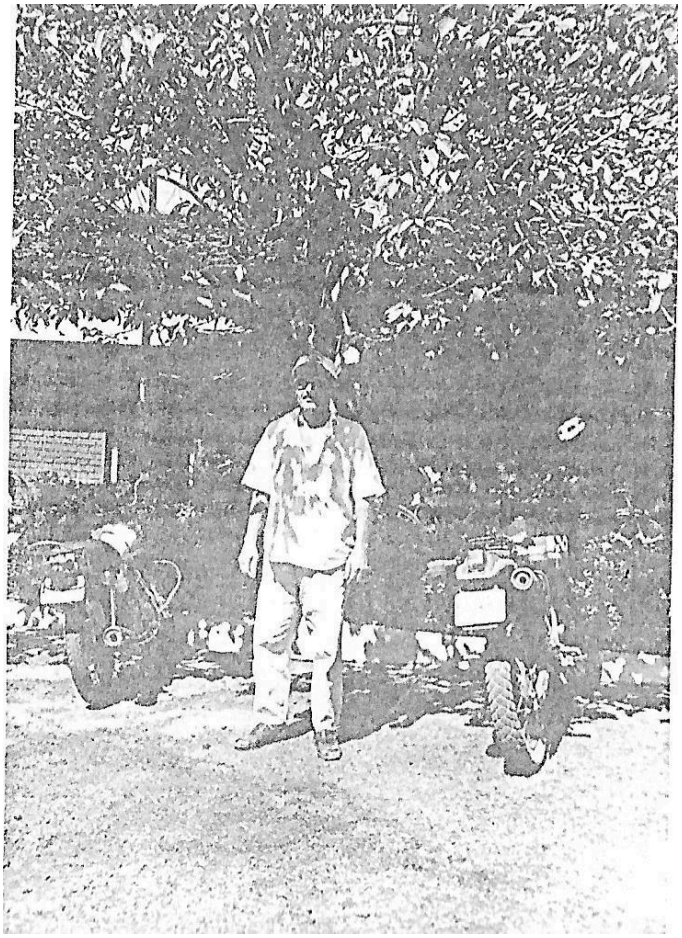


Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

De acordo com o referido professor, nos anos de 1971 a 1974, as aulas diferentes e voltadas para despertar a aptidão do aluno foram as aulas de Práticas Comercial, Industrial e Agrícolas, além da disciplina de Educação para o Lar. Na entrevista, ele afirma que os professores dessas disciplinas foram os professores Ruyvam Dantas e Lúcia Terne para Práticas Comerciais. Geraldo Caixeta e Marta Maria para Práticas Agrícolas. As responsáveis pela Educação para o Lar e pelas Práticas Industriais foram a professora Neide e a professora Renilda, respectivamente. Para Izalino, o diretor mais importante do Polivalente foi o professor Fernando Antônio de Melo que praticamente deixou a Escola com seus ciclos de aprendizagens completos. José Izalino veio a óbito no ano de 2019 na cidade de Patos de minas.

Outro relato é do ex-professor de Práticas Agrícolas, Geraldo Caixeta. O professor descreve as atividades exercidas pelos alunos nas aulas práticas. Segundo ele os pés de manga, pés de goiaba e as hortas, eram cuidados pelos próprios alunos que também saboreavam dos frutos colhidos. E também os jardins eram cuidados pelos alunos da Escola. O professor Geraldo Caixeta veio a falecer no ano de 2004 na cidade de Patos de Minas.

Figura 47 - Professor de Práticas Agrícolas, Geraldo Caixeta na escola Polivalente



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A composição do quadro do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, no seu primeiro ano de funcionamento, em relação aos profissionais da educação era a seguinte:

Tabela 4 - Composição do quadro de funcionários do Ginásio Polivalente de Patos de Minas – Primeiro Ano de Funcionamento

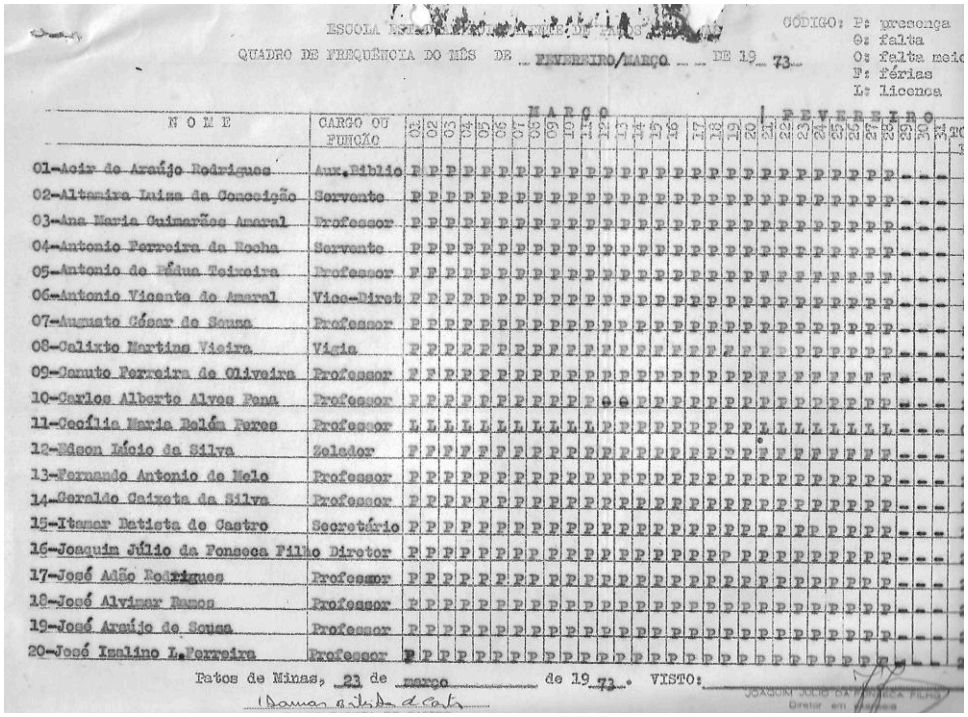
Nome do Profissional	**Cargo Ocupado**
Jacinto Guerra	Diretor
Maria Ângela Mantuano de Souza	Coordenadora Pedagógica
José Araújo de Souza	Coordenador do Turno da manhã
Canuto Ferreira de Oliveira	Coordenador do Turno da tarde
Ana Maria Guimarães do Amaral	Professora de Língua Portuguesa

Maria Helena de Vilhena Queiroz	Professora de Língua Portuguesa
Vilma Magalhães Boaventura	Professora de Língua Portuguesa
Antônio Vicente do Amaral	Professor de Língua Inglesa
Carlos Alberto Alves Pena	Professor de Língua Inglesa
Augusto César de Sousa	Professores de Geografia
Maria Auxiliadora Stussi de Melo Ramos	Professores de Geografia
José Adão Rodrigues	Professor de Ciências
José Alvimar Ramos	Professor de Ciências
Cleuza Francisca de Oliveira	Professora de Ciências
José Izalino Levenhagen Ferreira	Professor de Matemática
Júlio Marra de Araújo	Professor de Matemática
Renato de Almeida Lacerda	Professor de História
Maria Bontempo Mendonça	Professora de Língua Francesa
Marta Maria Gomes	Professora de Técnicas Agrícolas
Geraldo Caixeta	Professor de Técnicas Agrícolas
Neide Samartano	Professora de Educação Para o Lar
Raymunda Helena de Araújo	Professora de Educação Para o Lar
Lúcia Terra	Professora de Técnicas Comerciais
Cecília Maria Belém	Professora de Educação Física
Antônio de Pádua Teixeira	Professor de Educação Física

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

O quadro de frequência do primeiro semestre de 1973 trouxe os nomes dos profissionais que atuavam na Escola Polivalente, senão vejamos:

Figura 48 - Quadro de frequência do Ginásio Polivalente em 1973



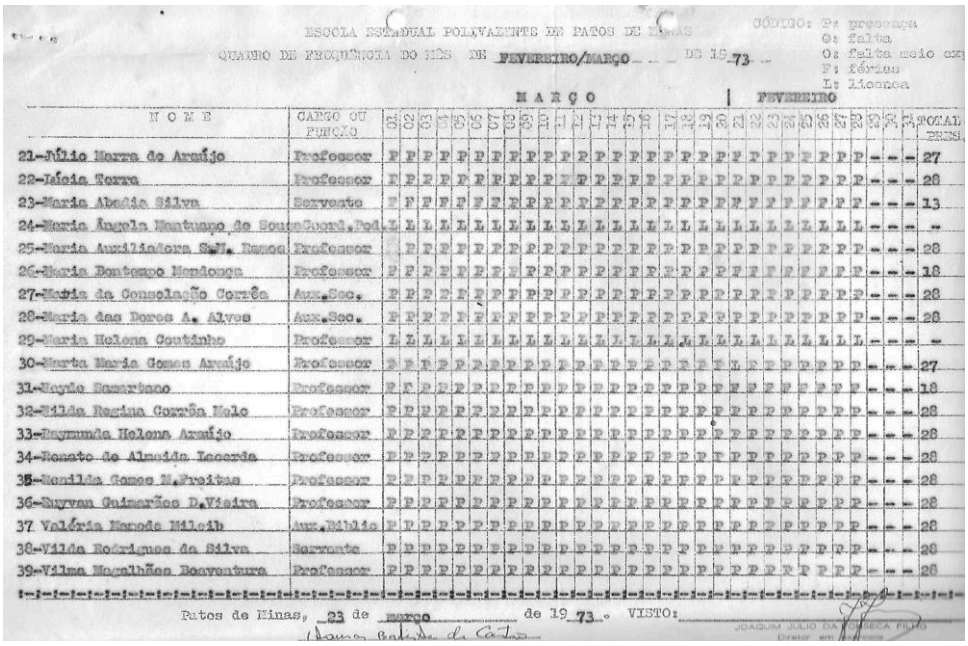
ESCOLA [illegible]

QUADRO DE FREQUÊNCIA DO MÊS DE FEVEREIRO/MARÇO DE 19 73

CÓDIGO: P: presença; Ø: falta; O: falta meio; F: férias; L: licença

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MARÇO 01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	FEVEREIRO 21	22	23	24	25	26	27	28
01-Acir de Araújo Rodrigues	Aux.Biblio	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
02-Altamira Luisa da Conceição	Servente	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
03-Ana Maria Guimarães Amaral	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
04-Antonio Ferreira da Rocha	Servente	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
05-Antonio de Pádua Teixeira	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
06-Antonio Vicente do Amaral	Vice-Diret	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
07-Augusto César de Souza	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
08-Calixto Martins Vieira	Vigia	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
09-Camuto Ferreira de Oliveira	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
10-Carlos Alberto Alves Pena	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	Ø	Ø	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
11-Cecília Maria Beldá Peres	Professor	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	P	P	P	P	P	P	P	P	L	L	L	L	L	L	L	L
12-Edson Lúcio da Silva	Zelador	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
13-Fernando Antonio de Melo	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
14-Geraldo Caixeta da Silva	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
15-Itamar Batista de Castro	Secretário	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
16-Joaquim Júlio da Fonseca Filho	Diretor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
17-José Adão Rodrigues	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
18-José Alvimar Ramos	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
19-José Araújo de Souza	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
20-José Inalino L.Ferreira	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

Patos de Minas, 23 de março de 19 73. VISTO: JOAQUIM JÚLIO DA FONSECA FILHO, Diretor em [illegible]



ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE PATOS DE MINAS

QUADRO DE FREQUÊNCIA DO MÊS DE FEVEREIRO/MARÇO DE 19 73

CÓDIGO: P: presença; Ø: falta; O: falta meio; F: férias; L: licença

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MARÇO 01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	FEVEREIRO 21	22	23	24	25	26	27	28	TOTAL DAS
21-Júlio Marra de Araújo	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	27
22-Jácia Terra	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
23-Maria Abadia Silva	Servente	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	13
24-Maria Ângela Montanço de Souza	Coord.Ped.	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	-
25-Maria Auxiliadora S.N. Ramos	Professor		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
26-Maria Bontempo Mendonça	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	18
27-Maria da Conceição Corrêa	Aux.Sec.	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
28-Maria das Dores A. Alves	Aux.Sec.	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
29-Maria Helena Coutinho	Professor	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	-
30-Marta Maria Gomes Araújo	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	L	P	P	P	P	P	P	P	P	P	27
31-Nayle Samarbano	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	18
32-Nilda Regina Corrêa Melo	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
33-Raymunda Helena Araújo	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
34-Renato de Almeida Lacerda	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
35-Rosilda Gomes N.Freitas	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
36-Ruyvan Guimarães D.Vieira	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
37 Valéria Maroda Miloib	Aux.Biblio	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
38-Vilda Rodrigues da Silva	Servente	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26
39-Vilma Magalhães Boaventura	Professor	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26

Patos de Minas, 23 de março de 19 73. VISTO: JOAQUIM JÚLIO DA FONSECA FILHO, Diretor em [illegible]

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Ao analisar o quadro acima, verificamos que os nomes dos profissionais que apareceram, foram os que escreveram a história do Ginásio Polivalente enquanto projeto do PREMEM. Muitos continuaram na Escola depois do encerramento do projeto. Outros saíram da Escola e retornaram para suas cidades de origem.

Ainda outros foram aprovados em novos concursos de outras áreas profissionais. Mas, todos eles foram parte integrante da construção e sustentação da Escola Polivalente

enquanto essa resistiu ao tempo. E mesmo após a extinção da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, no ano de 2019, deixaram suas marcas em cada tijolo que foi utilizado para construção daquele educandário.

3.6 O currículo e as disciplinas ministradas

Antes das propostas elencadas pela lei 9394/96, ou como ficou conhecida, Lei Darcy Ribeiro, as escolas já obedeciam a um cronograma nacional de disciplinas que poderiam ministrar. A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, só veio a confirmar o que já se executava anteriormente sem uma identidade própria. Os PCNs tinham como fundamento tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, um núcleo comum obrigatório no âmbito nacional, que incluía o estudo de Matemática, de Língua Portuguesa, do mundo físico, da realidade política e social, da arte e Educação Física. Nessa proposta é lembrado que cada estado, município ou escola pode propor seu próprio currículo, desde que contemple as peculiaridades locais, a diversidade, as especificidades e as diferenças individuais dos alunos.

Nos Ginásios Polivalentes, da década de 1970, e tendo como base o projeto do PREMEM, a educação foi dividida para fins didáticos em dois núcleos básicos: o primeiro contendo as disciplinas que toda escola, seja ela pública ou privada, ministrava; e o segundo contendo a parte técnica. Podemos dizer que um núcleo continha a educação geral ou universal e o outro núcleo continha uma iniciação técnica.

O primeiro (núcleo comum), que segundo Bitencourt Júnior (2008, p. 12), era composto das disciplinas comuns a todas as escolas, tais como Matemática, Português, Ciências, Línguas Estrangeiras, Educação Física, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, OSPB etc. O outro, que na verdade foi a grande diferenciação das Escolas Polivalentes face às outras escolas, era composto pelas disciplinas de Práticas de Artes Industriais, Educação para o Lar, Práticas Agrícolas e Práticas Comerciais. Disciplinas estas ministradas no antigo primeiro grau de 5ª a 8ª séries.

A presença de uma proposta curricular no âmbito da educação é importante na medida em que procura uniformizar o conhecimento, respeitando as diferenças culturais e diversidades que existem no Brasil. Também podemos dizer que essa proposta visa regular a prática didática dentro da educação. A esse respeito, Lima (2018, p. 207) aduz:

> O currículo escolar teria sua origem a partir do planejamento específico de conteúdos elaborados e propostos para serem utilizados nas instituições educacionais no decorrer do processo de ensino e aprendizagem com vista à formação dos estudantes, entendidas aqui como reguladoras da prática didática.

A proposta curricular da Escola Polivalente de Patos de Minas obedeceu ao que estava em voga no Brasil em relação ao projeto do PREMEM a respeito da educação dos Polivalentes. Procurou valorizar os princípios das leis 4024/61 e 5692/71. Em seu Regimento, trouxe que a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade deveriam ser respeitados. Praticamente transcreveu o que estava nos artigos primeiro e segundo da lei 4024/61 para o Regimento da escola. A educação nacional estava pautada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, apesar do país estar enfrentando uma ditadura militar. A respeito do currículo as Escolas Polivalentes, Lima (2018, p. 208) assim traduz:

> O ensino assim decorria de um currículo desenvolvido sob planejamento específico, visando à formação integral do aluno com disciplinas regulares, bem como a formação vocacional profissional a partir de conteúdos diversificados e aulas práticas que seriam realizadas em espaços adequadamente organizados, em salas e laboratórios que abrangessem o aparato necessário à aprendizagem, como os mobiliários e recursos de materiais usados por alunos e professores.

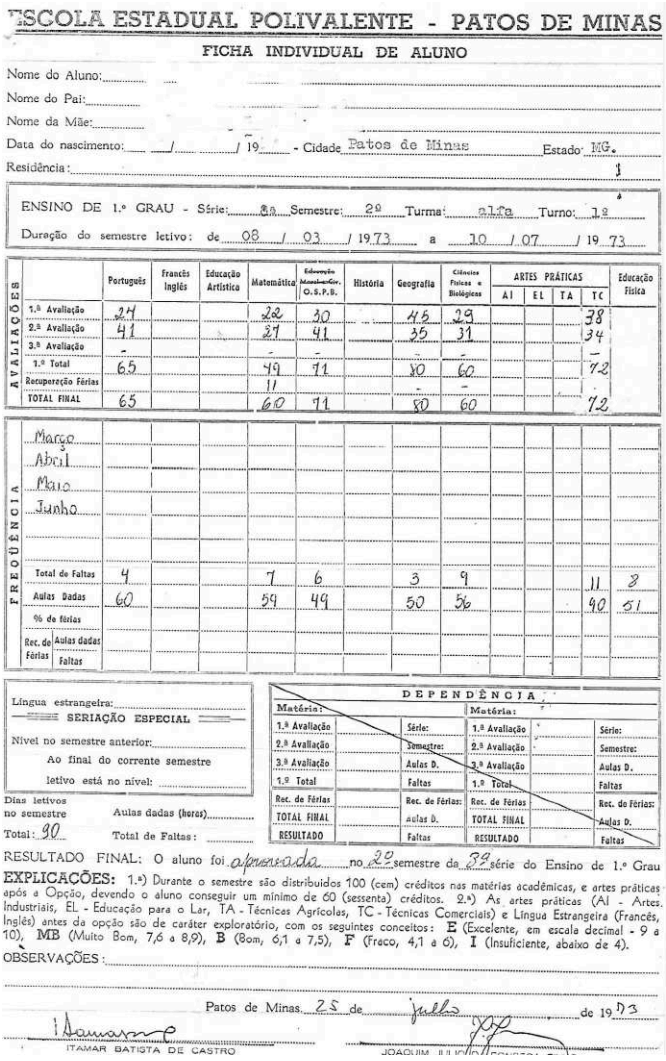
Na Escola Polivalente, o aluno teve a oportunidade de desenvolver suas aptidões para o mundo laboral, mesmo que de forma incipiente, em um primeiro momento. Ao ingressar com as disciplinas práticas no currículo estudantil, a escola tentou despertar as aptidões dos alunos. Nesse sentido, Bitencourt Júnior (2008, p. 10):

> A filosofia estrutural do PREMEM acreditava que dando continuidade à experiência dos GOTs, a Escola Polivalente tinha a pretensão de harmonizar, nos currículos de formação do adolescente, o desenvolvimento intelectual e a potencialização para o trabalho, através do ensino de disciplinas de matemática, ciências e Letras e a prática vocacional de artes Industriais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar. O aluno iria passar da sala de aula ao laboratório e deste às oficinas, acumulando experiências de iniciação humanística, científica, artística e prática, exercitando aptidões, desvendando tendências e vocações, para, posteriormente, já no 2º grau, melhor definir-se pela sua habilitação profissional imediata.

Ao pesquisar os currículos das disciplinas no acervo da Escola Polivalente, descobrimos que as disciplinas práticas não tinham notas. Essas disciplinas eram apenas

conceituadas com letras. Os conceitos eram as letras E, MB, B, F e I. Sendo excelente, muito bom, bom, fraco e insuficiente. No exemplo abaixo, mostramos que o aluno, além das notas das disciplinas regulares, também obteve o conceito B na disciplina prática de Técnicas Comerciais, no segundo semestre do ano letivo da 8ª serie. O nome do aluno foi apagado, mostrando tão somente a ficha individual do aluno com as disciplinas que compunham o currículo da 8ª série, no segundo semestre do ano letivo de 1973.

Figura 49 - Ficha individual de Aluno da Escola Polivalente. 1973



ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE - PATOS DE MINAS

FICHA INDIVIDUAL DE ALUNO

Nome do Aluno:
Nome do Pai:
Nome da Mãe:
Data do nascimento: / / 19 - Cidade Patos de Minas Estado MG.
Residência:

ENSINO DE 1.º GRAU - Série: 8ª Semestre: 2º Turma: alta Turno: 1º
Duração do semestre letivo: de 08 / 03 / 1973 a 10 / 07 / 19 73

AVALIAÇÕES	Português	Francês Inglês	Educação Artística	Matemática	Educação Moral e Cívica O.S.P.B.	História	Geografia	Ciências Físicas e Biológicas	ARTES PRÁTICAS AI	EL	TA	TC	Educação Física
1.ª Avaliação	24			22	30		45	29				38	
2.ª Avaliação	41			27	41		35	31				34	
3.ª Avaliação	-			-	-		-	-				-	
1.º Total	65			49	71		80	60				72	
Recuperação Férias				11			-	-					
TOTAL FINAL	65			60	71		80	60				72	

FREQUÊNCIA	Português	Francês Inglês	Educação Artística	Matemática	Educação Moral e Cívica O.S.P.B.	História	Geografia	Ciências Físicas e Biológicas	AI	EL	TA	TC	Educação Física
Março													
Abril													
Maio													
Junho													
Total de Faltas	4			7	6		3	9				11	8
Aulas Dadas	60			59	49		50	56				40	51
% de faltas													
Rec. de Férias: Aulas dadas													
Rec. de Férias: Faltas													

Língua estrangeira:
SERIAÇÃO ESPECIAL
Nível no semestre anterior:
Ao final do corrente semestre letivo está no nível:

DEPENDÊNCIA

Matéria:		Série:	Matéria:		Série:
1.ª Avaliação		Semestre:	1.ª Avaliação		Semestre:
2.ª Avaliação		Aulas D.	2.ª Avaliação		Aulas D.
3.ª Avaliação		Faltas	3.ª Avaliação		Faltas
1.º Total		Rec. de Férias:	1.º Total		Rec. de Férias:
Rec. de Férias		Aulas D.	Rec. de Férias		Aulas D.
TOTAL FINAL		Faltas	TOTAL FINAL		Faltas
RESULTADO			RESULTADO		

Dias letivos no semestre: Total: 90
Aulas dadas (horas):
Total de Faltas:

RESULTADO FINAL: O aluno foi aprovada no 2º semestre da 8ª série do Ensino de 1.º Grau

EXPLICAÇÕES: 1.º) Durante o semestre são distribuídos 100 (cem) créditos nas matérias acadêmicas, e artes práticas após a Opção, devendo o aluno conseguir um mínimo de 60 (sessenta) créditos. 2.º) As artes práticas (AI - Artes Industriais, EL - Educação para o Lar, TA - Técnicas Agrícolas, TC - Técnicas Comerciais) e Língua Estrangeira (Francês, Inglês) antes da opção são de caráter exploratório, com os seguintes conceitos: E (Excelente, em escala decimal - 9 a 10), MB (Muito Bom, 7,6 a 8,9), B (Bom, 6,1 a 7,5), F (Fraco, 4,1 a 6), I (Insuficiente, abaixo de 4).

OBSERVAÇÕES:

Patos de Minas 25 de Julho de 1973

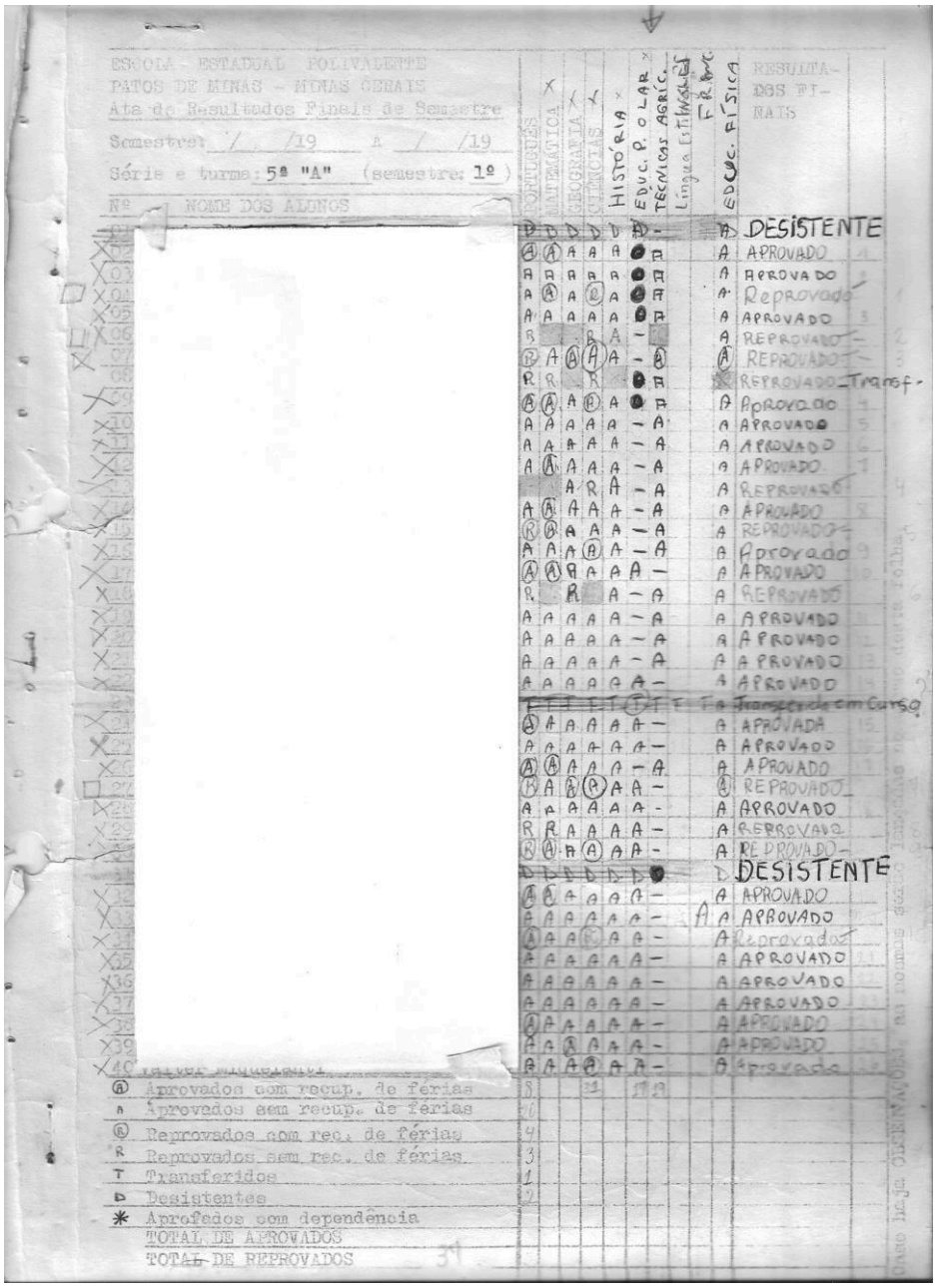
ITAMAR BATISTA DE CASTRO

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Em outro documento encontrado no acervo da Escola, verificamos que os alunos da 5ª série tinham as disciplinas práticas de Educação para o Lar e Técnicas Agrícolas (Os nomes dos alunos foram apagados). Se pensarmos que os alunos da 5ª série teriam a idade entre 11 e 13 anos, podemos dizer que desde muito novos entraram em contato com as tarefas

domésticas e com as tarefas que o meio rural agrário exige. De lavar um copo até capinar o mato, esses alunos aprenderam.

Figura 50 - Ata de resultado 5ª série Escola Polivalente com conteúdo curricular


ESCOLA - ESTADUAL POLIVALENTE
PATOS DE MINAS - MINAS GERAIS
Ata de Resultados Finais de Semestre
Semestre: / /19 A / /19
Série e turma: 5ª "A" (semestre: 1º)

Nº	NOME DOS ALUNOS	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS	HISTÓRIA	EDUC. P. O LAR / TÉCNICAS AGRIC.	Língua Estrangeira Moderna	EDUC. FÍSICA	RESULTADOS FINAIS
01		D	D	D	D	D	D		D	DESISTENTE
02		A	A	A	A	A	A		A	APROVADO
03		A	A	A	A	A	A		A	APROVADO
04		A	A	R	A	A	A		A	Reprovado
05		A	A	A	A	A	A		A	APROVADO
06		R		R	A	–			A	REPROVADO
07		R	A	A	A	–	A		A	REPROVADO
08		R	R		R		A		R	REPROVADO Transf.
09		A	A	R	A	A	A		A	APROVADO
10		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
11		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
12		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
13			A	R	A	–	A		A	REPROVADO
14		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
15		R	R	A	A	–	A		A	REPROVADO
16		A	A	A	A	–	A		A	Aprovado
17		A	A	R	A	A	–		A	APROVADO
18		R		R		A	–		A	REPROVADO
19		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
20		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
21		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
22		A	A	A	A	A	–		A	APROVADO
23		T	T	T	T	T	T		T	Transferido em Curso
24		A	A	A	A	A	–		A	APROVADA
25		A	A	A	A	A	–		A	APROVADO
26		A	A	A	A	–	A		A	APROVADO
27		R	A	R	R	A	A	–	R	REPROVADO
28		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
29		R	R	A	A	A	A	–	A	REPROVADO
30		R	A	R	A	A	A	–	A	REPROVADO
31		D	D	D	D	D	D		D	DESISTENTE
32		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
33		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
34		A	A	A	R	A	A	–	A	Reprovado
35		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
36		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
37		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
38		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
39		A	A	A	A	A	A	–	A	APROVADO
40		A	A	A	A	A	A	–	A	Aprovado

Ⓐ Aprovados com recup. de férias 8
A Aprovados sem recup. de férias 20
Ⓡ Reprovados com rec. de férias 4
R Reprovados sem rec. de férias 3
T Transferidos 1
D Desistentes 2
✱ Aprofedos com dependência
TOTAL DE APROVADOS
TOTAL DE REPROVADOS

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Verificamos na pesquisa que os alunos da Escola Polivalente tiveram aulas práticas na Escola e fora dela. Na escola, aprendiam os aspectos vocacionais e o despertar das aptidões para o trabalho, fora da escola os alunos juntamente com os professores faziam excursões em áreas rurais do município e algumas vezes até em outros municípios. Abaixo,

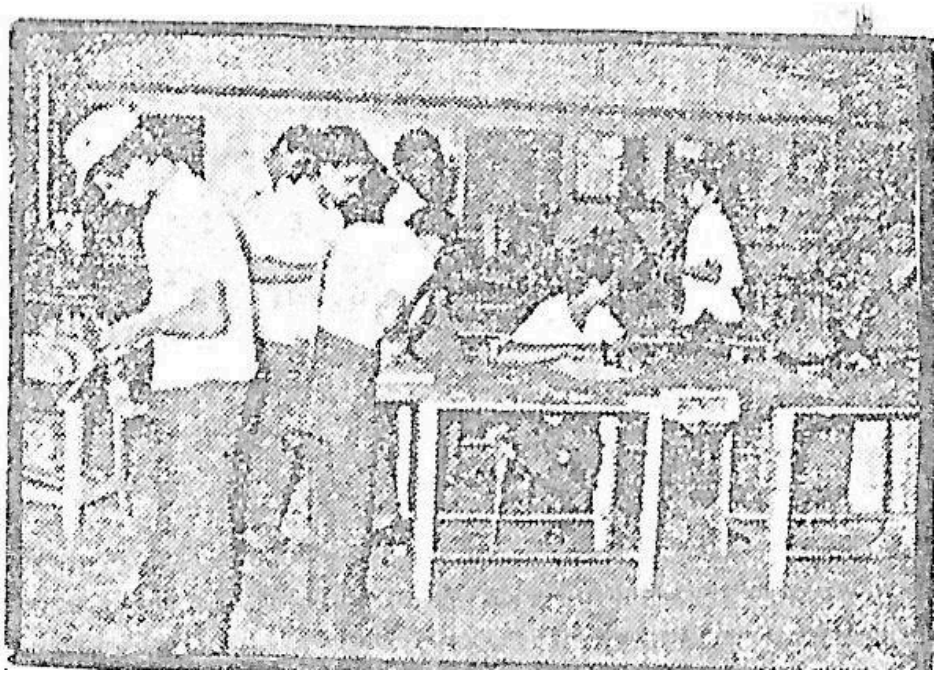
fotografia em que os alunos participavam das aulas de Práticas Agrícolas na própria Escola. Preparavam o terreno para o plantio de diversas plantas e também hortaliças, além de cuidarem da grama e da jardinagem da Escola.

Figura 51 - Alunos na aula prática de Técnicas Agrícolas no interior da Escola Polivalente

Fonte: Hemeroteca da Escola Professora Elza Carneiro Franco.

Nesta outra fotografia, os alunos estão na aula prática de técnicas industriais do Polivalente. Essa disciplina curricular ensinava aos jovens alunos o manuseio com as ferramentas e a forma correta de sua utilização.

Figura 52 - Aulas práticas de técnicas Industriais dos alunos do Polivalente. 1973



Fonte: Hemeroteca da Escola Professora Elza Carneiro Franco.

O núcleo das áreas práticas se dividiu de acordo com o que o mercado demandava na época. A área do conhecimento humano dividiu-se em primária, secundária e terciária. Na área primária, tínhamos a extração dos materiais a serem trabalhados. Exemplo disso são os reinos animal, mineral e vegetal. Tudo que se trabalha como matéria prima advém desses reinos. Já na área secundária, o homem trabalha o que foi extraído de alguns desses reinos. E, finalmente, na área terciária está a área de prestação de serviços.

Na área primária, a Escola Polivalente ministrou a disciplina de Práticas Agrícolas. Momento em que a Escola tentou passar ao aluno o aprendizado de como subtrair do solo e dos demais reinos da natureza a matéria prima e, ao mesmo tempo, como manusear e conservar o solo e os reinos. Na área secundária, havia a disciplina de Práticas Industriais que era dividida em oficinas, a saber: oficina de marcenaria, oficina de metais, oficina de eletricidade, oficina de cerâmica, oficina de Gráfica que, por sua vez, ainda era subdividida em tipografia e encadernação.

Ainda na área secundária, a Escola Polivalente tinha a disciplina de Educação para o Lar. Na área terciária, havia as Práticas Comerciais. Ao analisarmos o estudo da pesquisadora Luciana Resende sobre a Escola Polivalente de Uberlândia, verificamos que esses quesitos foram os mesmos a respeito do currículo da Escola Polivalente de Patos de

Minas, o que nos mostra que realmente houve uma base curricular nacional em relação a essas disciplinas: Resende (2011, p. 93):

> A formação específica era composta pelas três áreas econômicas – primária secundária e terciária – cada uma delas incluindo vários conhecimentos. Primária: olericultura, jardinagem, fruticultura, indústrias de produtos alimentícios, zootecnia (cunicultura, avicultura); secundária: artes gráficas, cerâmica, eletricidade, madeira, metal, mecânica; terciária: miniempresa comercial, atividades comerciais, atividades bancárias, atividades de escritório, datilografia e habilitação e decoração.

Ao analisarmos os documentos alcançados no acervo da Escola Polivalente, notamos que as disciplinas de Educação para o Lar e as Práticas Agrícolas foram ministradas nas duas primeiras séries iniciais, ou seja, na 5ª e na 6ª series. Já as Práticas Industriais e as Práticas Comerciais foram ministradas a partir da 7ª e 8ª series.

As inovações no currículo escolar por parte das Escolas Polivalentes que introduziram as disciplinas práticas não visavam formar o trabalhador desde o início e nem garantiram ao aluno um posto de trabalho ao concluir o ensino de primeiro grau. Foram disciplinas curriculares que tentaram muito mais a formação do ser humano e o despertar de sua vocação do que propriamente estarem voltadas para o objetivo laboral direto. Foi uma preparação para o trabalho na medida em que o aluno despertava interesse em alguma das práticas disponíveis. De acordo com esse pensamento está Franco (1987, p. 85):

> A educação escolar, assim, não garante a priori um posto de trabalho específico ao aluno, mas pode, por outro lado, propiciar conhecimentos que o ajudem a encontrar o seu emprego, dentre as múltiplas alternativas oferecidas pelo "mundo do trabalho". Nesse sentido, a sólida formação científica e tecnológica é a melhor forma de a escola preparar o homem para o trabalho. Isto porque a sólida formação científica, a compreensão da cultura e do significado da tecnologia no mundo moderno são condições imprescindíveis para que o homem eleve seu nível de compreensão sobre a natureza e a sociedade e, particularmente, do trabalho como dimensão fundamental de sua existência.

Como já foi dito nesse subcapítulo, as atividades práticas extrapolavam os portões da Escola Polivalente. Os professores faziam acampamentos na área rural para que os alunos, além de entrarem em contato direto com as atividades práticas, também pudessem contemplar a natureza e as estrelas. Em uma dessas atividades, os professores foram com os alunos para a fazenda Periperí e acamparam às margens do Rio da Prata, na fazenda do Sr. José Silveira. Essa fazenda se situa no município de Presidente Olegário.

Nas fotos podemos ver que os alunos desenvolveram atividades de praticamente todas as disciplinas práticas. Entraram em contato com matéria prima dos três reinos da natureza e, ao mesmo tempo, aprenderam a trabalhar essa matéria. Além de, é claro, colocarem em prática as atividades de Educação para o Lar, pois, eram os alunos que lavavam os talheres e coziam os seus alimentos. Ao prepararem para a excursão tiveram que fazer as compras e ao pescarem tiveram que saber a quantidade de peixes que alimentaria todas as pessoas da equipe e com isso aprendiam técnicas comerciais.

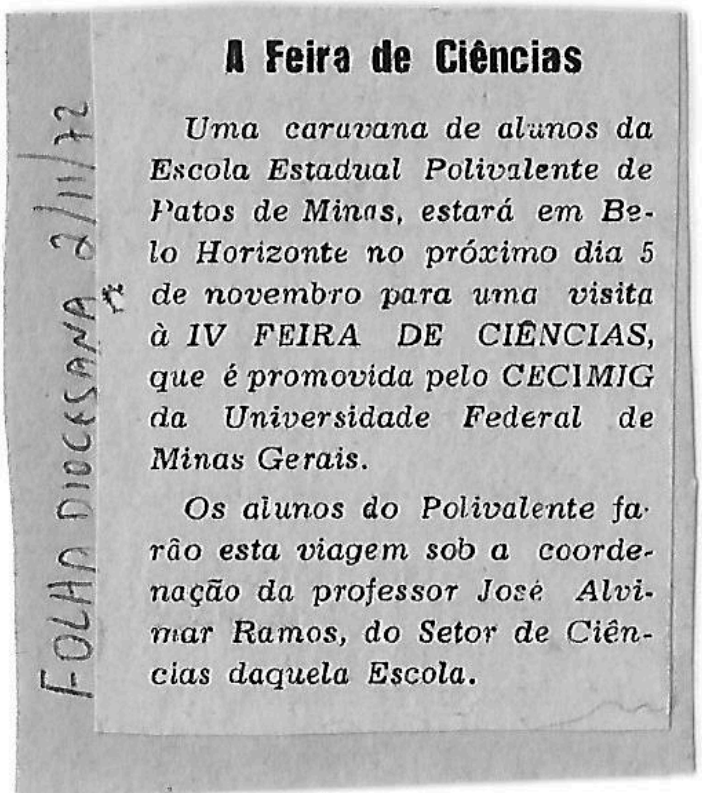
Figura 53 - Alunos da 7ª série do Polivalente em 1973 em excursão prática ao Rio da Prata

Fonte: Acervo particular do ex-aluno Antônio Eustáquio Carvalho.

Para além dos municípios próximos a Patos de Minas, os alunos da Escola Polivalente também participaram da Feira de Ciências na capital do Estado. Nesses eventos,

os conteúdos curriculares se faziam presentes. Esse evento foi noticiado pelo jornal *Folha Diocesana* no dia 02 de novembro de 1972.

Figura 54 - Alunos do Polivalente na Feira de ciências de Belo Horizonte



A Feira de Ciências

Uma caravana de alunos da Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas, estará em Belo Horizonte no próximo dia 5 de novembro para uma visita à IV FEIRA DE CIÊNCIAS, que é promovida pelo CECIMIG da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os alunos do Polivalente farão esta viagem sob a coordenação da professor José Alvimar Ramos, do Setor de Ciências daquela Escola.

FOLHA DIOCESANA 2/11/72

Acervo: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Na pesquisa a respeito do conteúdo curricular da Escola Polivalente, notamos que muitos professores saíram do lugar comum da sala de aula. Tiveram a ousadia de levar os alunos a conhecerem as disciplinas fora do ambiente comum do espaço da escola. Ao ministrar aulas práticas junto à natureza e em outros locais, esses profissionais deixaram as aulas "bancárias", no dizer de Paulo Freire (1996), para, em um processo de interdisciplinaridade curricular, aprenderem ensinando. Segundo Freire (1996, p. 28):

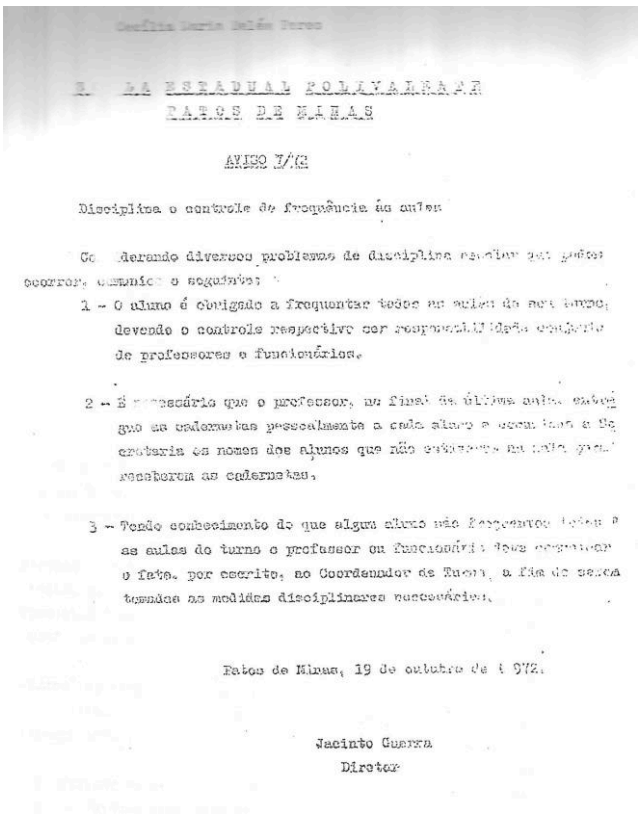
> O necessário é que, subordinado, embora, à prática "bancária', o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o 'imuniza" contra o poder apassivador do "bancarismo". Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornados capazes de ir mais além de seus condicionantes. Isto não significa, porém, que nos seja indiferente ser um educador bancário ou um educador "problematizador".

Em relação à carga horária da Escola Polivalente, essa obedeceu à Resolução 925 que ditava regime semestral de aulas, portanto, 180 dias letivos, organizados em 90 dias semestrais e 5 semanais. De acordo com Resende (2011, p. 93), as aulas tinham duração de 50 minutos e a carga anual era de 750 horas.

3.6.1 Caderneta de presença, caderno de pontos e contribuições sociais

O meio para controle dos alunos foi através das anotações de presença nas cadernetas escolares. Esse foi o passaporte dos estudantes naquela época. De acordo com o diretor do Polivalente os professores, e funcionários deveriam entregar as cadernetas aos alunos no último horário. Se, porventura, algum aluno faltasse às aulas, esse fato deveria ser comunicado por escrito à direção da escola, senão vejamos o aviso 7/72:

Figura 55 - Aviso em relação ao preenchimento das cadernetas escolares.



AVISO 7/72

Disciplina o controle de frequência às aulas

Considerando diversos problemas de disciplina escolar que podem ocorrer, comunico o seguinte:

1 - O aluno é obrigado a frequentar todas as aulas do seu turno, devendo o controle respectivo ser responsabilidade conjunta de professores e funcionários.

2 - É necessário que o professor, no final da última aula, entregue as cadernetas pessoalmente a cada aluno e recomendar à Secretaria os nomes dos alunos que não entregaram na hora, para recebê-las.

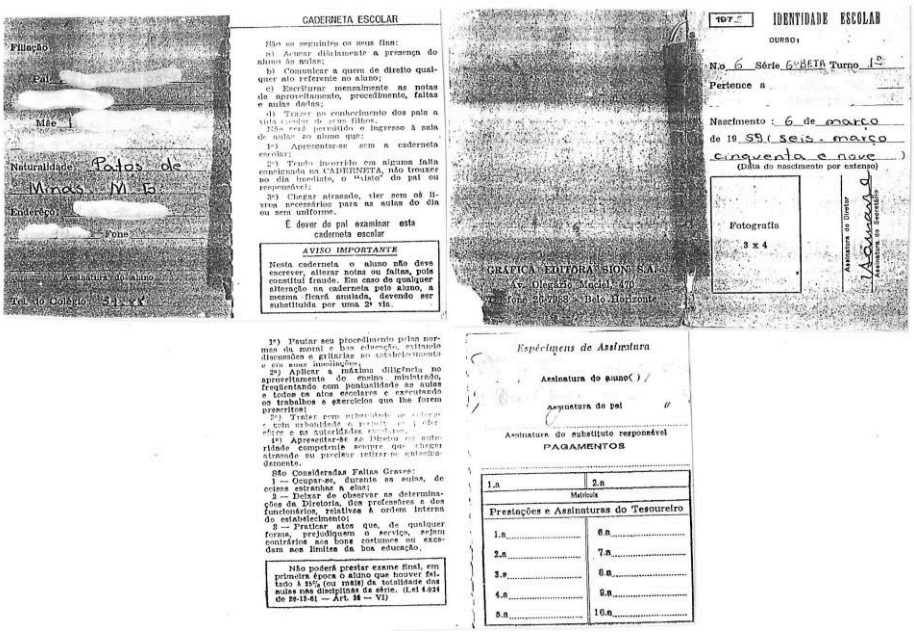
3 - Tendo conhecimento de que algum aluno não frequentou todas as aulas do turno o professor ou funcionário deve comunicar o fato, por escrito, ao Coordenador de Turno, a fim de serem tomadas as medidas disciplinares necessárias.

Patos de Minas, 19 de outubro de 1 972.

Jacinto Guerra
Diretor

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

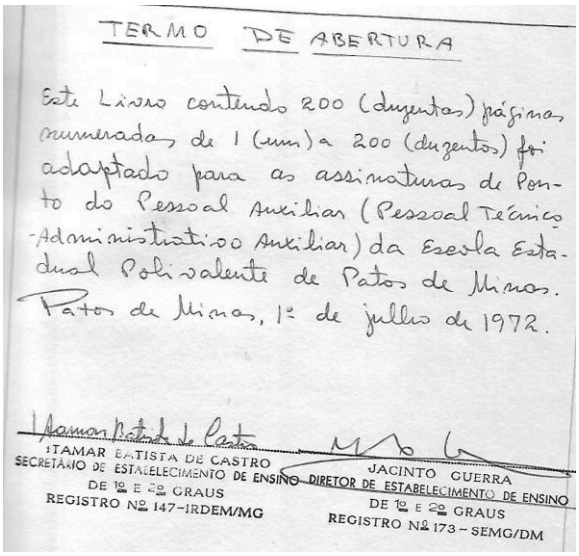
Figura 56 - Cadernetas utilizadas pelos alunos na Escola Polivalente



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Os profissionais que atuavam na escola também tinham seus registros de frequência no trabalho. Para isso foi criado o caderno de ponto, momento em que os profissionais da escola assinavam no caderno ao adentrarem o serviço.

Figura 57 - Caderno de ponto dos funcionários do Polivalente, termo.

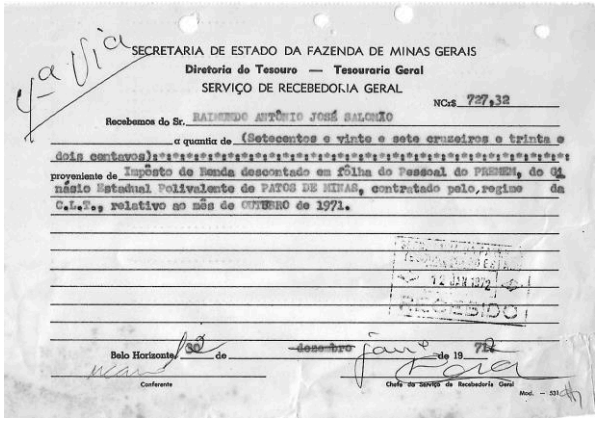


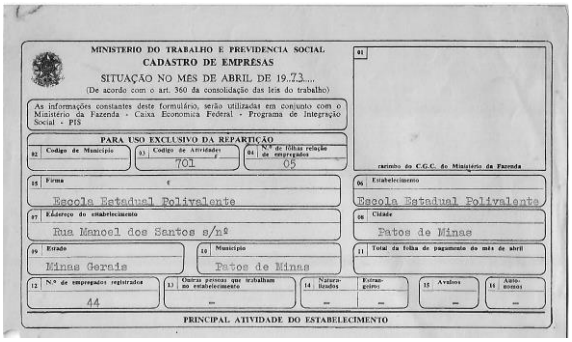
Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

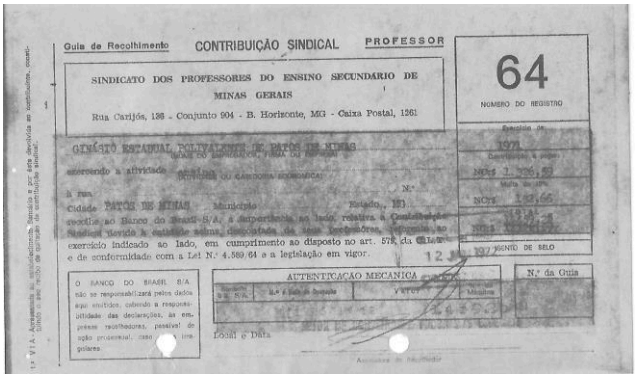
As contribuições dos profissionais eram feitas pela secretaria da escola que recolhia os tributos através de holerites. Encontramos diversos recibos dos recolhimentos da

época, dentre eles o Fundo de Garantia Tempo de Serviço, Imposto de Renda, Instituto Nacional da Previdência Social, contribuição sindical, dentre outros. Esse aspecto nos mostrou que os profissionais das Escolas Polivalentes eram celetistas, ou seja, obedeciam à Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT.

Figura 58 - Recolhimento de tributos dos profissionais do Polivalente


2ª Via
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS
Diretoria do Tesouro — Tesouraria Geral
SERVIÇO DE RECEBEDORIA GERAL
NCr$ 727,32
Recebemos do Sr. RAIMUNDO ANTÔNIO JOSÉ SALGNIO
a quantia de (Setecentos e vinte e sete cruzeiros e trinta e dois centavos)
proveniente de Imposto de Renda descontado em fôlha do Pessoal do PRESEN, do Ginásio Estadual Polivalente de PATOS DE MINAS, contratado pelo regime da C.L.T., relativo ao mês de OUTUBRO de 1971.
Belo Horizonte 30 de dezembro de 19 72
Conferente
Chefe do Serviço de Recebedoria Geral
Mod. — 531


MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL
CADASTRO DE EMPRESAS
SITUAÇÃO NO MÊS DE ABRIL DE 19..73....
(De acordo com o art. 360 da consolidação das leis do trabalho)
As informações constantes deste formulário, serão utilizadas em conjunto com o Ministério da Fazenda - Caixa Economica Federal - Programa de Integração Social - PIS
PARA USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO
82 Codigo de Municipio
83 Codigo de Atividades 701
84 N.º de fôlhas relação de empregados 05
carimbo do C.G.C. do Ministério da Fazenda
85 Firma Escola Estadual Polivalente
86 Estabelecimento Escola Estadual Polivalente
87 Endereço do estabelecimento Rua Manoel dos Santos s/nº
88 Cidade Patos de Minas
89 Estado Minas Gerais
10 Municipio Patos de Minas
11 Total da fôlha de pagamento do mês de abril
12 N.º de empregados registrados 44
13 Outras pessoas que trabalham no estabelecimento —
14 Naturais — Estrangeiros — —
15 Avulsos —
16 Autônomos —
PRINCIPAL ATIVIDADE DO ESTABELECIMENTO


Guia de Recolhimento CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PROFESSOR
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDARIO DE MINAS GERAIS
Rua Carijós, 186 - Conjunto 904 - B. Horizonte, MG - Caixa Postal, 1261
64
NUMERO DO REGISTRO
GINÁSIO ESTADUAL POLIVALENTE DE PATOS DE MINAS
exercendo a atividade
à rua
Cidade PATOS DE MINAS Municipio Estado, MG
exercício indicado ao lado, em cumprimento ao disposto no art. 578 da C.L.T. e de conformidade com a Lei N.º 4.589/64 e a legislação em vigor.
O BANCO DO BRASIL S/A. não se responsabilizará pelos dados aqui inscritos, cabendo a responsabilidade das declarações, às empresas recolhedoras, passível de ação processual, caso a integrem.
AUTENTICAÇÃO MECANICA
N.º da Guia
Local e Data
Assinatura do Recebedor

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

3.7 O uso do uniforme e seus significados

Toda Escola tem seu significado e seus símbolos. Um dos mais marcantes talvez seja a escolha do uniforme da instituição. Nas décadas de 1970 e 1980, às quais se insere esta pesquisa, observamos que a grande maioria dos uniformes das Escolas Estaduais eram compostos de calça azul marinho no caso do sexo masculino e vestido azul marinho no caso do sexo feminino, além de camisa branca e meias pretas. Os sapatos eram das marcas Vulcabrás ou Vulcalite, dependendo das condições financeiras de cada aluno.

Os detalhes que diferenciavam umas das outras era a disposição das faixas com um tom de azul mais forte tanto nas calças, quanto nas camisas e o escudo da Escola. Na época, havia uma marca que foi muito utilizada nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Era a marca Tergal. Na ficha de materiais e uniformes, vinha a indicação de comprar, se possível, o tecido de tergal para confecção dos uniformes. Abaixo, propaganda da tergal em relação aos Uniformes escolares.

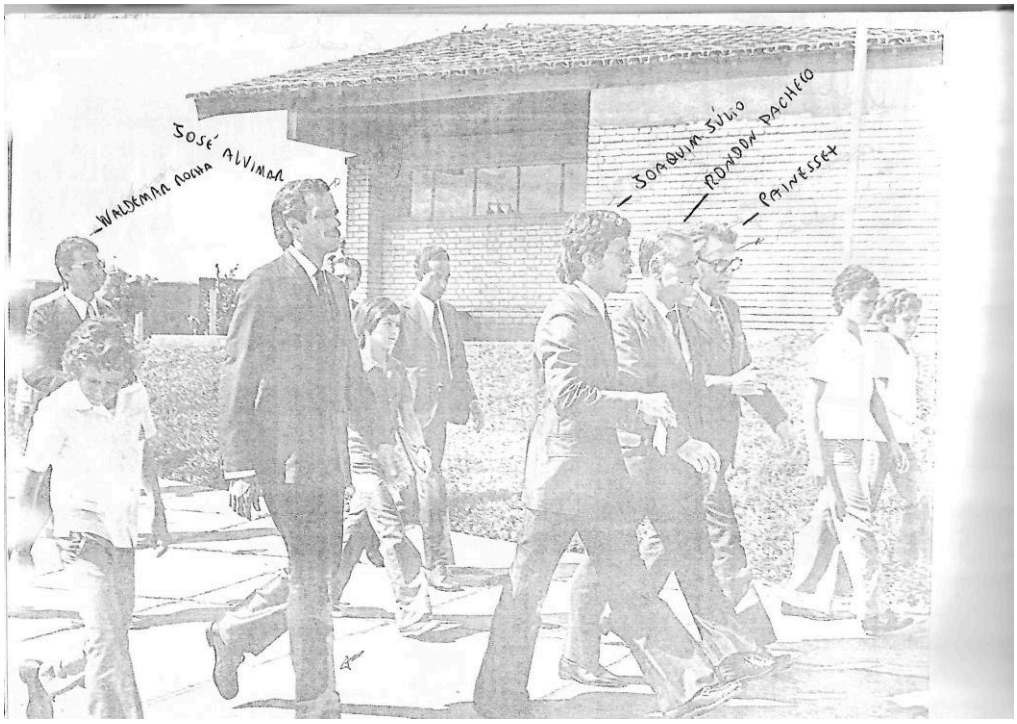
Figura 59 - Propaganda dos uniformes da Tergal nas décadas de 1960, 1970 e 1980

Fonte: site Pinterest.

Em relação à Escola Polivalente, veremos que o uniforme era calça azul marinho e camisa branca. A foto abaixo, apesar de ser em preto e branco revela esses detalhes. Em um aluno que está olhando para baixo é possível ver o escudo da Escola. Essa foto foi tirada na inauguração da escola em 1974, e os alunos caminharam pela Escola Polivalente juntamente

com o diretor Joaquim Júlio, o governador Rondon Pacheco e demais Autoridades. Vejamos os detalhes do uniforme, dos sapatos e do escudo na foto abaixo:

Figura 60 - Detalhes do uso do Uniforme dos Alunos do Polivalente. Inauguração da Escola em maio de 1974.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Em relação ao uso dos uniformes escolares, na Escola Polivalente, podemos dizer que o mesmo trouxe como símbolo maior a sensação de igualdade entre os alunos. Na medida em que todos os alunos se vestem da mesma maneira, o princípio de igualdade se fazia presente. Pelo menos nesse sentido, já que no sentido socioeconômico não poderíamos falar de igualdade. No contexto do uso da vestimenta, a escola via o aluno igual ao outro aluno. Os uniformes escolares eram impostos aos alunos.

De uso e observância obrigatória, quem se apresentava sem estar vestido adequadamente não poderia frequentar as aulas. Portanto, era uma imposição, bem ao caráter do período vivenciado naqueles tempos, o militarismo. Outro aspecto a ser observado é a modernização dos costumes. Dentre eles, o uso da vestimenta adequada a certa função passou a ser causa obrigatória na medida em que refletia algum significado.

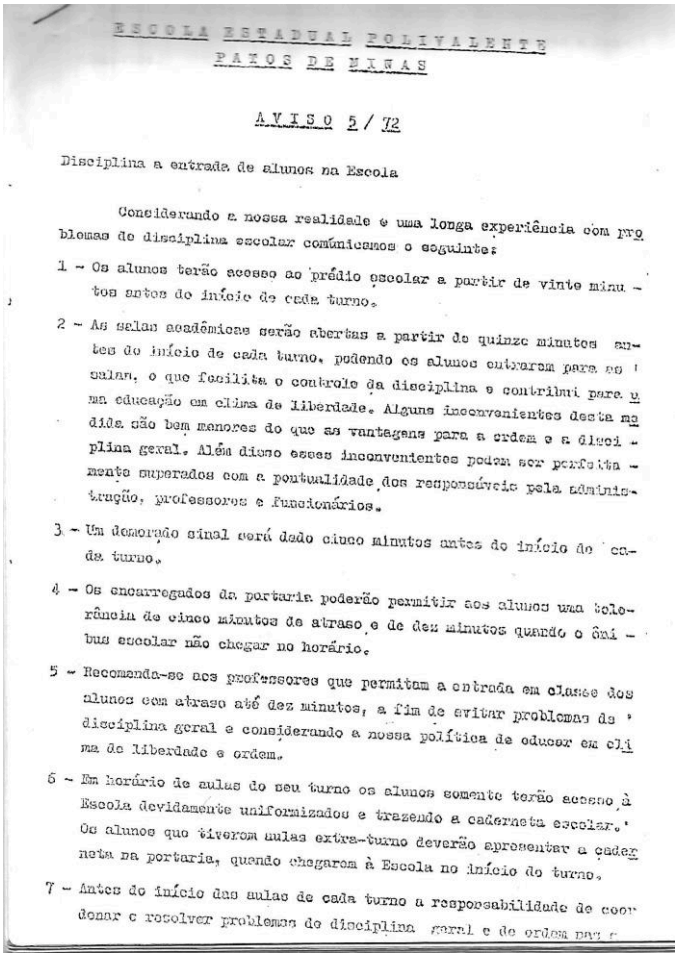
Em pesquisa realizada no estado de São Paulo pela professora e pesquisadora Katiene Nogueira da Silva, constatou-se que dentre a modernização estava o uso das

vestimentas, suas cores e modelos ligadas à representatividade escolar. O regime militar se fazia presente nas cores dos uniformes e podemos levar a contento esse significado para toda educação brasileira na época. De acordo com Silva (2015, p. 198):

> Essa modernização expressava-se de maneiras múltiplas, dentre elas nos modos de vestir, nas cores, nos modelos e contornos das roupas, principalmente dos jovens. Nesse sentido, os uniformes escolares eram vistos como imposição de uma "igualdade" construída pela instituição escolar. As cores azul, branco e cáqui, adotadas nos uniformes escolares paulistas entre os anos de 1950 e 1970, no período de expansão da escola pública paulista, por exemplo, faziam com que os estudantes carregassem no próprio corpo as cores nacionais atreladas ao caráter militar.

Em um dos pareceres da direção da Escola Polivalente fica clara a obrigatoriedade do uso do uniforme por parte dos discentes. O diretor enfatiza de forma clara e concisa que os alunos só teriam acesso às dependências da Escola devidamente uniformizados. Vejamos o item 6 do aviso 5/72 de 18 de outubro de 1972:

Figura 61 - Aviso 2/72 em relação ao uso do uniforme estudantil nas dependências do Polivalente



ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE
PATOS DE MINAS

AVISO 5 / 72

Disciplina a entrada de alunos na Escola

Considerando a nossa realidade e uma longa experiência com problemas de disciplina escolar comunicamos o seguinte:

1 - Os alunos terão acesso ao prédio escolar a partir de vinte minutos antes do início de cada turno.

2 - As salas acadêmicas serão abertas a partir de quinze minutos antes do início de cada turno, podendo os alunos entrarem para as salas, o que facilita o controle da disciplina e contribui para uma educação em clima de liberdade. Alguns inconvenientes desta medida são bem menores do que as vantagens para a ordem e a disciplina geral. Além disso esses inconvenientes podem ser perfeitamente superados com a pontualidade dos responsáveis pela administração, professores e funcionários.

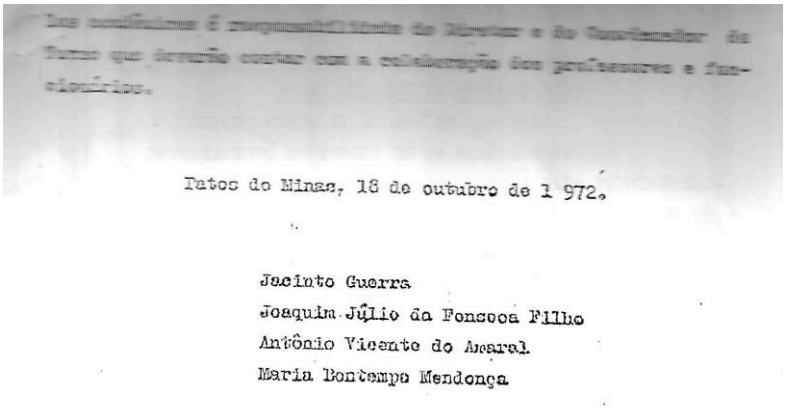
3 - Um demorado sinal será dado cinco minutos antes do início de cada turno.

4 - Os encarregados da portaria poderão permitir aos alunos uma tolerância de cinco minutos de atraso e de dez minutos quando o ônibus escolar não chegar no horário.

5 - Recomenda-se aos professores que permitam a entrada em classe dos alunos com atraso até dez minutos, a fim de evitar problemas de disciplina geral e considerando a nossa política de educar em clima de liberdade e ordem.

6 - Em horário de aulas do seu turno os alunos somente terão acesso à Escola devidamente uniformizados e trazendo a caderneta escolar. Os alunos que tiverem aulas extra-turno deverão apresentar a caderneta na portaria, quando chegarem à Escola no início do turno.

7 - Antes do início das aulas de cada turno a responsabilidade de coordenar e resolver problemas de disciplina geral e de ordem par



Patos de Minas, 18 de outubro de 1 972.

Jacinto Guerra
Joaquim Júlio da Fonseca Filho
Antônio Vicente do Amaral
Maria Bontempo Mendonça

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

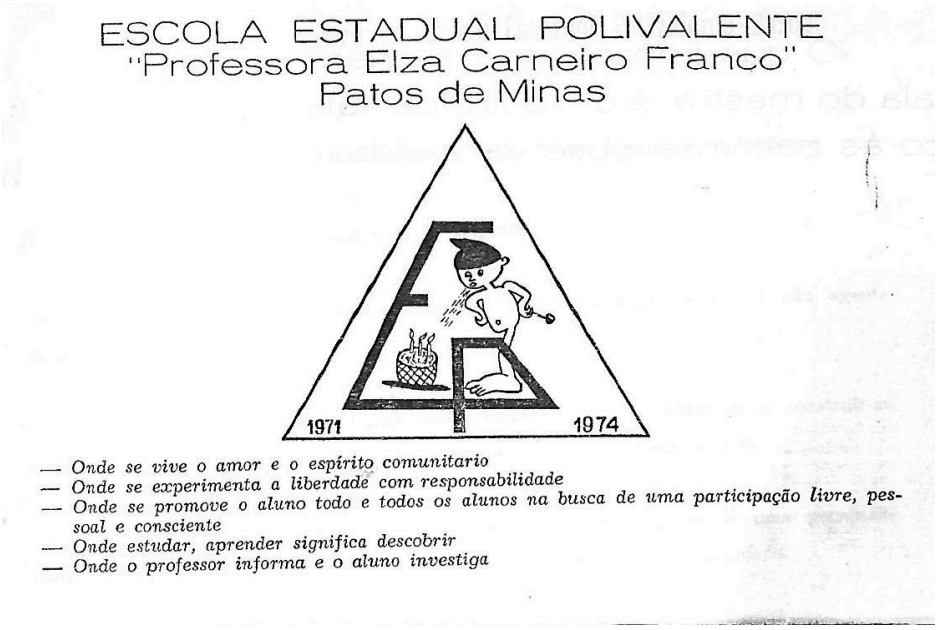
Apesar de constar no aviso que o uso dos uniformes seria obrigatório nas dependências da Escola Polivalente, o mesmo refletia seus aspectos para além das cercas e portões da Escola. O uso do uniforme fora da Escola seria uma forma de olhar invisível para o aluno. Os bons costumes e a disciplina se faziam presentes nas vestimentas estudantis. Outro ponto que não se pode deixar passar era que muitos alunos não conseguiam comprar os uniformes naquela época. Como já foi estudado em capítulo anterior, a escola tinha a caixa escolar. Através do dinheiro arrecadado na caixa escolar, a escola às vezes dispunha da compra do uniforme e de materiais para os alunos mais carentes. Quanto à disciplinarização através do uso do uniforme e seus hábitos, Silva (2015, p. 198) aduz:

> No que diz respeito à disciplina, o uso desse vestuário também estendia o regimento interno da escola para além de seus portões, pois os alunos, onde quer que estivessem, quando uniformizados, deveriam respeitar as normas escolares. Com relação à questão do acesso `a escola, faz-se necessário chamar a atenção para as dificuldades que as famílias mais pobres enfrentavam para conseguir manter os filhos nesse espaço devido as exigências materiais que eram feitas, dentre elas, a obrigatoriedade de uso dos uniformes. No interior do espaço escolar, muitas vezes, associados a higiene e à disciplina, os uniformes estiveram (e estão) presentes não só como dispositivo de controle e imposição de hábitos, mas também como objetivo de moralização e de uniformização da escola.

Incrustado no uniforme, vinha o símbolo maior da Escola. E a escola Polivalente não se furtou a isso. Vamos falar do escudo. O escudo era a representação que a Escola significava para os discentes, docentes, demais profissionais e a sociedade. No Escudo da Escola Polivalente estava a figura de uma personagem lendária e que povoou a infância de grande parte das crianças: o Saci Pererê. Aqui ele pode estar representando as três raças que se fizeram presentes na formação do Brasil. O Negro, que ajudou a construir o país e deu

riqueza a seus senhores, o Índio que conhecia as astúcias das matas e seus segredos e o Português colonizador com seu cachimbo. No trabalho abaixo, o escudo do Polivalente com a figura do Saci. Curioso é que no escudo tem uma data (1971 – 1974). Talvez simbolizando o período em que a Escola Polivalente era projeto do governo federal através do PREMEM, senão vejamos:

Figura 62 - Representação do Saci no Escudo da Escola Polivalente



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

A Escola Polivalente participou de vários desfiles na cidade de Patos de Minas. Na festa nacional do milho de 1974, podemos através da foto abaixo verificar que os alunos (as) se vestiram de Saci Pererê.

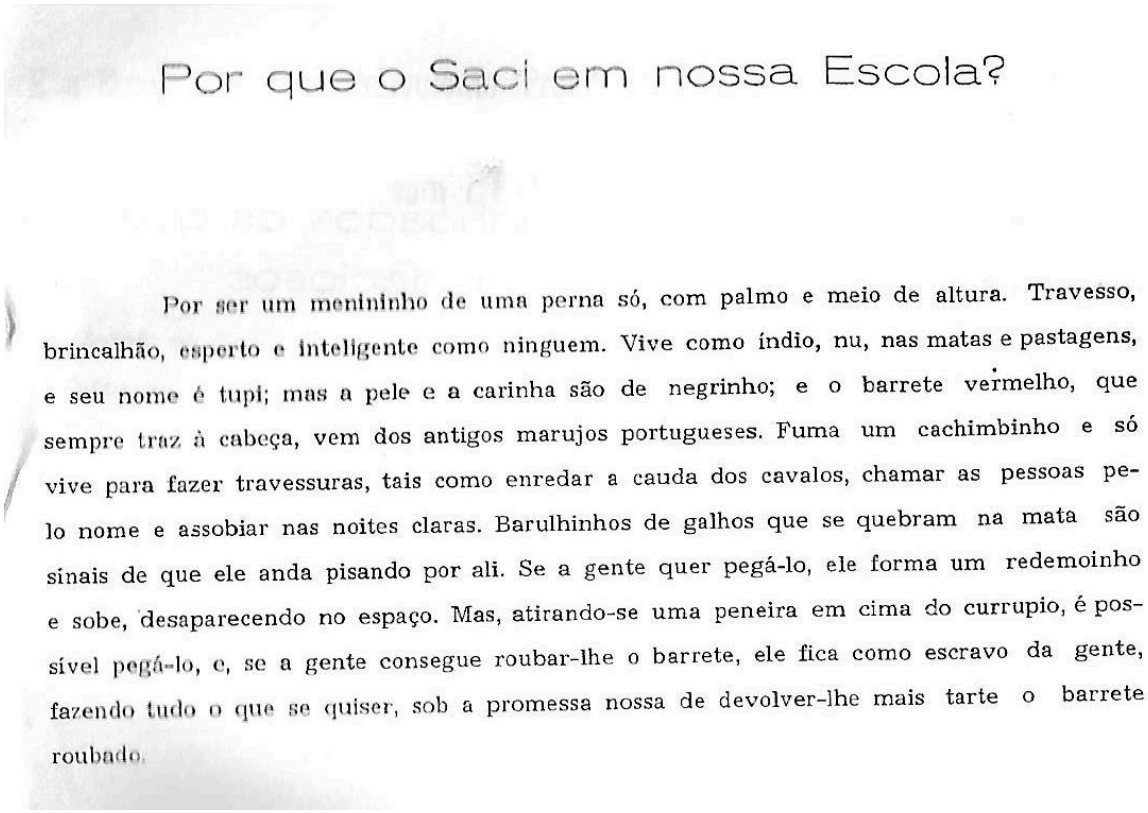
Figura 63 - Alunos do Polivalente no desfile cívico estudantil da festa nacional do milho 1974

Fonte: Acervo particular do ex-aluno do Polivalente, Antônio Eustáquio Carvalho

Também encontramos junto ao acervo da Escola Polivalente a justificativa para o símbolo do Saci no escudo da Escola. É possível traduzir do texto que o Saci foi inserido no escudo da Escola, representando a criança e sua fase de peraltices. Crianças que se encaminham para a Escola para que seus espíritos sejam domados e transformados em sujeitos capazes de aderirem a uma ordem social imposta pelo Estado. Dirigentes dos bons costumes e da boa moral tentam através da educação moldar essas almas para o bem da sociedade.

Quando se fala que para domesticar o Saci é preciso lançar uma peneira sobre ele, talvez aqui se faça uma alusão às malhas da educação na época de cunho obrigatório e com reflexos do militarismo. Uma vez nas malhas dessa peneira educacional seria fácil roubar o barrete dessa criança ou jovem. Claro, com a promessa de devolver-lhes o barrete quando estiverem adestrados para o sistema. Vejamos a justificativa do Saci, no escudo da escola Polivalente de Patos de Minas:

Figura 64 - Por que o Saci em nossa Escola?



Por que o Saci em nossa Escola?

Por ser um menininho de uma perna só, com palmo e meio de altura. Travesso, brincalhão, esperto e inteligente como ninguem. Vive como índio, nu, nas matas e pastagens, e seu nome é tupi; mas a pele e a carinha são de negrinho; e o barrete vermelho, que sempre traz à cabeça, vem dos antigos marujos portugueses. Fuma um cachimbinho e só vive para fazer travessuras, tais como enredar a cauda dos cavalos, chamar as pessoas pelo nome e assobiar nas noites claras. Barulhinhos de galhos que se quebram na mata são sinais de que ele anda pisando por ali. Se a gente quer pegá-lo, ele forma um redemoinho e sobe, desaparecendo no espaço. Mas, atirando-se uma peneira em cima do currupio, é possível pegá-lo, e, se a gente consegue roubar-lhe o barrete, ele fica como escravo da gente, fazendo tudo o que se quiser, sob a promessa nossa de devolver-lhe mais tarte o barrete roubado.

Fonte: Acervo da escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

O uso dos uniformes na Escola Polivalente e em outras instituições do saber evidenciou e ainda evidencia a forma de como a escola tentou, ao longo do tempo, impedir

que, a miséria do seio familiar adentrasse seus portões. Ao instituir o uso obrigatório do uniforme, esse elemento tanto significou a tão desejada igualdade para seus iguais, quanto à desigualdade de seus desiguais na medida em que afastaram dessas instituições aqueles alunos de famílias mais carentes e desprovidas ainda mais de recursos, Silva (2015, p. 217). Afinal de contas, o projeto dos Ginásios Polivalentes era para população mais carente em seu nascedouro. De acordo com Silva (2015, p. 224):

> Talvez por tentar impedir que a miséria do ambiente doméstico no qual viviam as crianças que passavam a frequentar a escola pública ficasse explícita por meio das roupas que usavam, a obrigatoriedade de uso dos uniformes tenha sido tão enfatizada na escola no seu período de expansão. Diversidades de caráter socioeconômico, indissolúveis pela ação da escola, evidenciam o limite frágil no interior do qual as idealizações pedagógicas ou os esforços de imposição de uma democracia na vida escolar mediante políticas e legislação mostram-se inócuos. Ao instituir o uso dos uniformes, a escola fez dessas roupas uma de suas marcas na formação dos indivíduos e no espaço público ao dar visibilidade às suas cores e aos modelos escolhidos para serem exibidos nos corpos dos alunos, transformando-os em práticas da vida escolar e em elementos da cultura dessa instituição.

3.7.1 O Hino da Escola Polivalente

O hino do Polivalente reflete os anseios e expectativas vivenciadas pelos seus atores na década de 1970. A letra fala da grandeza que representou o Polivalente. Com um ensino diferenciado, procurou atrair os jovens para experimentarem um novo saber. Um hino que se traduz pela paz e o amor, anseios tão desejados por todos os povos. Uma nova cultura escolar se desenhava e o hino o traduz de forma simples e profunda. Um novo saber, mais luz e esperança para a juventude da época.

Figura 65 - Hino da Escola Polivalente

HINO DO POLIVALENTE

Quem vem a bela Patos
Quem vem a bela Patos
O coração sorri
vivendo diferente
cantando o amor

Tem o Polivalente cultura
diferente para o jovem estudar
E o Polivalente com um novo
programa agora no ar
Polivalente da cidade é o maior
A juventude está vibrando
com você
Polivalente trouxe mais
luz e saber
Polivalente
Estamos com você.

Fonte: Acervo da escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

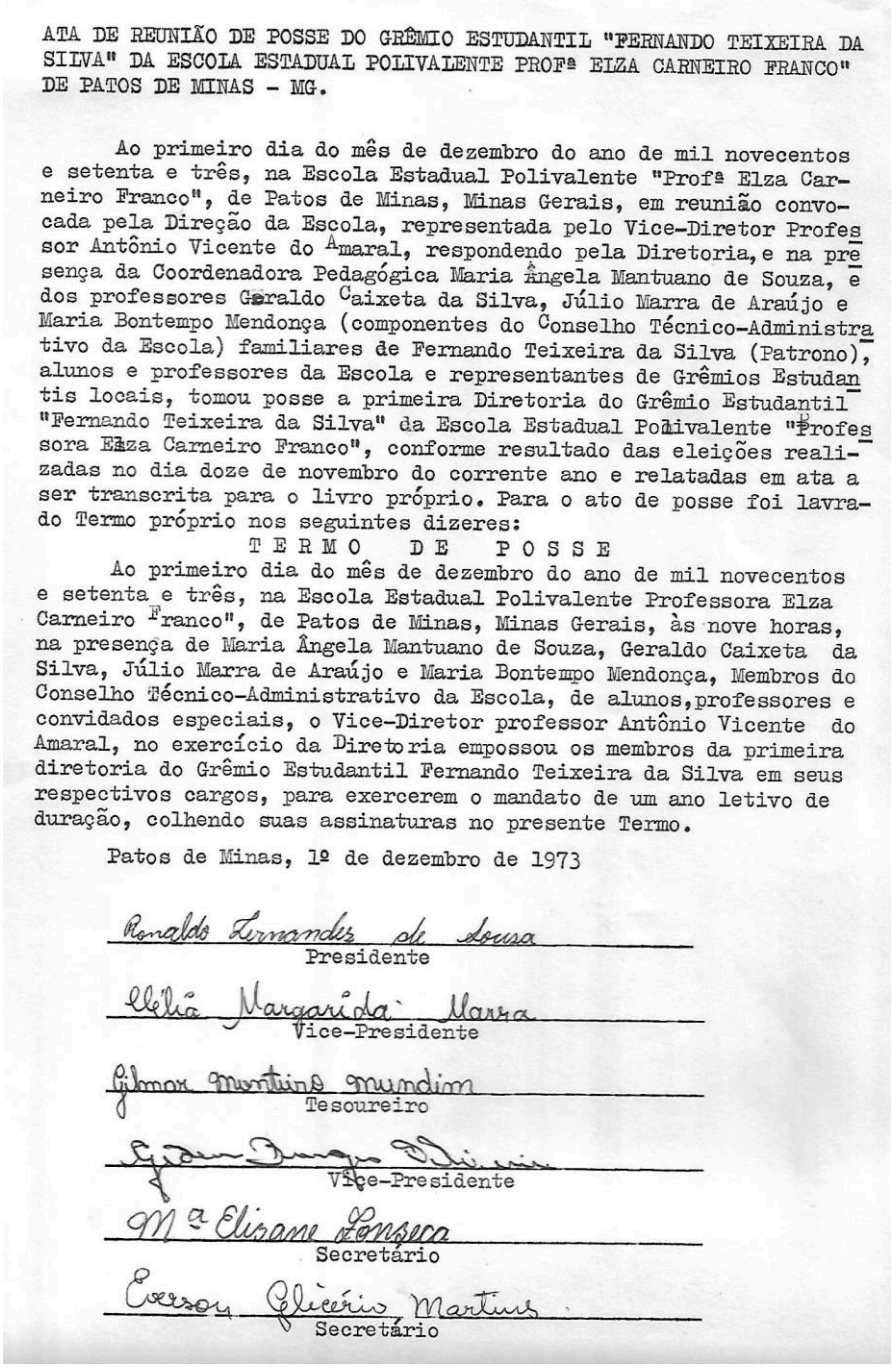
3.8 O grêmio estudantil da Escola Polivalente

Os grêmios estudantis, na década de 1970, soaram como princípio de intelectualidade, responsabilidade e respeito ainda na fase do jovem aluno. Tinham uma importância fundamental, pois, seus componentes participavam de todas as atividades da escola. A direção dos educandários incentivava os alunos a participarem dos grêmios. Na Escola Polivalente, o Grêmio Estudantil surgiu em primeiro de dezembro de 1973. Ocasião em que passou a se chamar Grêmio Estudantil Fernando Teixeira da Silva.

Teve como primeiro presidente o aluno Ronaldo Fernandes de Sousa. Na data da posse da diretoria, toda comunidade dos diversos grêmios estudantis patenses de outras escolas estiveram presentes para prestigiarem os empossados. A escolha da diretoria era por escrutínio e vencia a chapa que conseguia contabilizar maioria simples dos votos.

O grêmio estudantil ajudava a escola a realizar as festividades escolares e as olimpíadas. Só lembrando que o grêmio estudantil da Escola Polivalente tinha seus componentes entre a faixa etária entre 12 e 16 anos. O que nos faz pensar na responsabilidade desses jovens alunos naquela época. Abaixo, a ata de posse do primeiro grêmio estudantil do Polivalente.

Figura 66 - Ata da posse do Grêmio Estudantil da Escola Polivalente de Patos de Minas



ATA DE REUNIÃO DE POSSE DO GRÊMIO ESTUDANTIL "FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA" DA ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE PROFª ELZA CARNEIRO FRANCO" DE PATOS DE MINAS - MG.

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três, na Escola Estadual Polivalente "Profª Elza Carneiro Franco", de Patos de Minas, Minas Gerais, em reunião convocada pela Direção da Escola, representada pelo Vice-Diretor Professor Antônio Vicente do Amaral, respondendo pela Diretoria, e na presença da Coordenadora Pedagógica Maria Ângela Mantuano de Souza, e dos professores Geraldo Caixeta da Silva, Júlio Marra de Araújo e Maria Bontempo Mendonça (componentes do Conselho Técnico-Administrativo da Escola) familiares de Fernando Teixeira da Silva (Patrono), alunos e professores da Escola e representantes de Grêmios Estudantis locais, tomou posse a primeira Diretoria do Grêmio Estudantil "Fernando Teixeira da Silva" da Escola Estadual Polivalente "Professora Elza Carneiro Franco", conforme resultado das eleições realizadas no dia doze de novembro do corrente ano e relatadas em ata a ser transcrita para o livro próprio. Para o ato de posse foi lavrado Termo próprio nos seguintes dizeres:

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três, na Escola Estadual Polivalente Professora Elza Carneiro Franco", de Patos de Minas, Minas Gerais, às nove horas, na presença de Maria Ângela Mantuano de Souza, Geraldo Caixeta da Silva, Júlio Marra de Araújo e Maria Bontempo Mendonça, Membros do Conselho Técnico-Administrativo da Escola, de alunos, professores e convidados especiais, o Vice-Diretor professor Antônio Vicente do Amaral, no exercício da Diretoria empossou os membros da primeira diretoria do Grêmio Estudantil Fernando Teixeira da Silva em seus respectivos cargos, para exercerem o mandato de um ano letivo de duração, colhendo suas assinaturas no presente Termo.

Patos de Minas, 1º de dezembro de 1973

Ronaldo Fernandes de Sousa
Presidente

Elélia Margarida Marra
Vice-Presidente

Gilmar Martins Mundim
Tesoureiro

Vice-Presidente

Mª Elizane Fonseca
Secretário

Everson Glicério Martins
Secretário

Fonte: Acervo da escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

3.9 As festividades na Escola Polivalente e suas representações

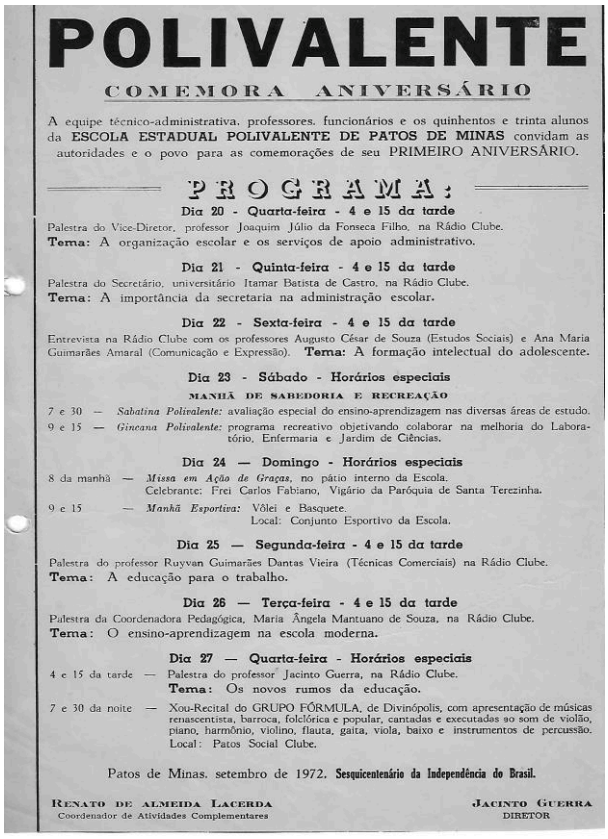
A Escola Polivalente de Patos de Minas desempenhou juntamente com a sociedade patense seus aspectos culturais. Participou constantemente dos eventos promovidos ora pela própria escola, ora pela diversidade cultural da cidade. Sempre fez parte da cultura escolar a comemoração de datas festivas. Os alunos aprendem desde novos os significados

que as datas nos trazem. Desde as comemorações relativas à própria escola, bem como as comemorações exteriores. A data de aniversário da escola sempre foi uma data muito importante, momento em que as direções sempre faziam um discurso eloquente falando da importância da criação de tal educandário. Para Gatti Júnior et al. (2015, p. 157):

> As festas cívicas eram um espetáculo à parte e movimentavam toda a cidade, era um momento muito importante, pois traziam visibilidade a todas as escolas que participavam desses eventos, além de perpetuar os projetos de civilidade pautado no lema da ordem e do progresso.

Em relação à Escola Polivalente, abaixo o convite destinado a toda a comunidade patense para estar presente nas festividades de seu primeiro aniversário. Nota-se que as festividades foram intensas. Foi uma semana de comemoração. Iniciando dia 20 de setembro de 1972 e encerrando no dia 27 de setembro de 1972. As festividades contaram com palestras, brincadeiras e gincanas. A palestra do dia 25 de setembro foi realizada pelo professor de Práticas Comerciais, Ruyvan Dantas e teve como tema a Educação para o Trabalho.

Figura 67 - Polivalente comemora aniversário



POLIVALENTE

COMEMORA ANIVERSÁRIO

A equipe técnico-administrativa, professores, funcionários e os quinhentos e trinta alunos da **ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE PATOS DE MINAS** convidam as autoridades e o povo para as comemorações de seu PRIMEIRO ANIVERSÁRIO.

PROGRAMA:

Dia 20 - Quarta-feira - 4 e 15 da tarde

Palestra do Vice-Diretor, professor Joaquim Júlio da Fonseca Filho, na Rádio Clube.
Tema: A organização escolar e os serviços de apoio administrativo.

Dia 21 - Quinta-feira - 4 e 15 da tarde

Palestra do Secretário, universitário Itamar Batista de Castro, na Rádio Clube.
Tema: A importância da secretaria na administração escolar.

Dia 22 - Sexta-feira - 4 e 15 da tarde

Entrevista na Rádio Clube com os professores Augusto César de Souza (Estudos Sociais) e Ana Maria Guimarães Amaral (Comunicação e Expressão). **Tema:** A formação intelectual do adolescente.

Dia 23 - Sábado - Horários especiais

MANHÃ DE SABEDORIA E RECREAÇÃO

7 e 30 — *Sabatina Polivalente:* avaliação especial do ensino-aprendizagem nas diversas áreas de estudo.
9 e 15 — *Gincana Polivalente:* programa recreativo objetivando colaborar na melhoria do Laboratório, Enfermaria e Jardim de Ciências.

Dia 24 — Domingo - Horários especiais

8 da manhã — *Missa em Ação de Graças*, no pátio interno da Escola.
Celebrante: Frei Carlos Fabiano, Vigário da Paróquia de Santa Terezinha.
9 e 15 — *Manhã Esportiva:* Vôlei e Basquete.
Local: Conjunto Esportivo da Escola.

Dia 25 — Segunda-feira - 4 e 15 da tarde

Palestra do professor Ruyvan Guimarães Dantas Vieira (Técnicas Comerciais) na Rádio Clube.
Tema: A educação para o trabalho.

Dia 26 — Terça-feira - 4 e 15 da tarde

Palestra da Coordenadora Pedagógica, Maria Ângela Mantuano de Souza, na Rádio Clube.
Tema: O ensino-aprendizagem na escola moderna.

Dia 27 — Quarta-feira - Horários especiais

4 e 15 da tarde — Palestra do professor Jacinto Guerra, na Rádio Clube.
Tema: Os novos rumos da educação.
7 e 30 da noite — Xou-Recital do GRUPO FÓRMULA, de Divinópolis, com apresentação de músicas renascentista, barroca, folclórica e popular, cantadas e executadas ao som de violão, piano, harmônio, violino, flauta, gaita, viola, baixo e instrumentos de percussão.
Local: Patos Social Clube.

Patos de Minas, setembro de 1972. **Sesquicentenário da Independência do Brasil.**

RENATO DE ALMEIDA LACERDA
Coordenador de Atividades Complementares

JACINTO GUERRA
DIRETOR

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

As festividades exteriores se destacavam mais devido ao grande número a serem comemoradas anualmente. Datas tais como os dias do descobrimento do Brasil e de sua independência não passavam despercebidas, tanto é que os desfiles cívicos militares do dia sete de setembro lotavam a Avenida Getúlio Vargas.

Era construído um palanque em frente ao prédio do Fórum, onde as autoridades se faziam presentes. Ao passar em frente ao palanque, os alunos enfileirados paravam e prestavam suas homenagens a essas autoridades. Dia do Índio, Tiradentes, Abolição da Escravatura e Dia da Árvore também faziam parte das comemorações. Mas, teve uma que a Escola nunca deixou de comemorar junto à sociedade patense: foram os desfiles estudantis no dia do aniversário da cidade e em plena festa nacional do milho.

No dia 24 de maio, a Escola Polivalente sempre esteve entre as escolas que mais alunos colocavam enfileirados nos desfiles. Com cores variadas e desempenho diferente sempre prestigiou a cidade. Em relação às festividades escolares, Cândido (2015, p. 230) nos diz que:

> A escola forma a festa e é formada por ela; as ocasiões festivas, ao serem apropriadas pelas instituições de ensino, ganham contornos particulares capazes de indicar em "grande estilo" o festivo, o lugar social ocupado pela escola e seus ensinamentos. Nesse sentido, a cultura escolar não designa somente as pessoas da escola, mas os saberes e o saber-fazer, os hábitos e as atitudes que não pertencem propriamente à escola ou às pessoas da escola, sendo assim a definição de cultura escolar ultrapassa o sistema de ensino.

A Escola Polivalente também participou de teatros com seus alunos. Formou-se um grupo teatral que inclusive participou de peças no antigo Cine Riviera, como foi verificado no acervo da escola. Os participantes eram entusiasmados pela arte do teatro. Esse fato foi notícia no jornal Estado de Minas em 23 de outubro de 1973.

Figura 68 - Criação do Grupo Teatral da Escola Polivalente

"Estado de Minas"

EM. 23/10/73

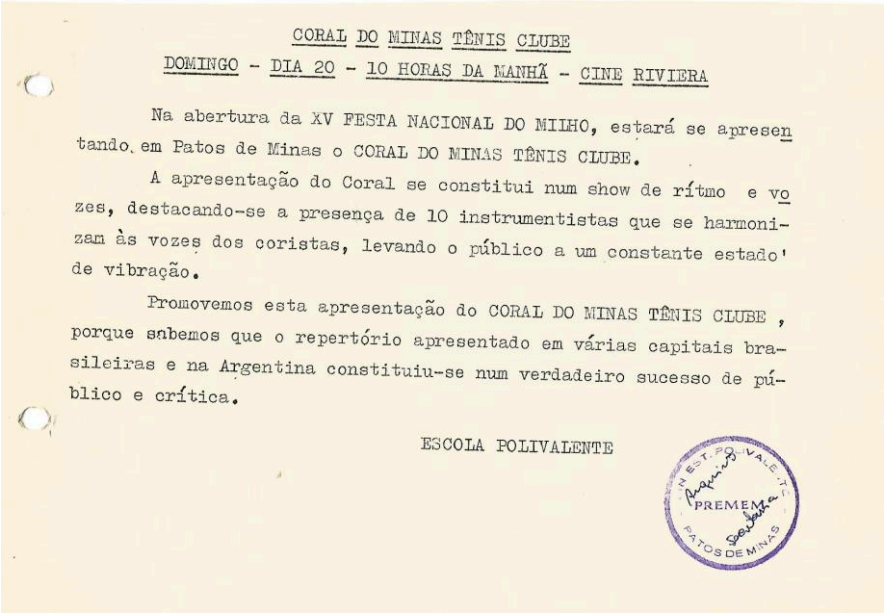
Patos ensina teatro aos estudantes

PATOS DE MINAS — Escola Estadual Polivalente, professora Elza Carneiro Franco, dentro do objetivo da melhor formação de seus alunos, criou o Grupo de Teatro Polivalente, sob a direção do professor Antônio Vicente do Amaral, que fará a primeira apresentação no Cine Riviera, às 10h do próximo domingo, com a peça "Pluft, o Fantasminha". Os alunos-atores estão entusiasmados com o sucesso que a peça poderá alcançar entre as crianças da cidade, porque confiam no bom desempenho do grupo selecionado e a qualidade da peça de Maria Clara Machado, que tem feito sucesso entre todas as crianças do Brasil. O professor Joaquim Júlio da Fonseca Filho, diretor do Polivalente, é o grande estimulador de mais este setor educacional do estabelecimento que dirige.

Fonte: Hemeroteca da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

No embalo da cultura, a Escola Polivalente também participava de forma assídua nas festividades da cidade, colaborando com a agenda de shows. Nas comemorações da XV Festa Nacional do Milho, a Escola Polivalente trouxe a Patos de Minas o Coral do Minas Tênis Clube que se apresentou no extinto Cine Riviera. Senão vejamos:

Figura 69 - Apresentação do Coral do Minas Tênis Clube



CORAL DO MINAS TÊNIS CLUBE

DOMINGO - DIA 20 - 10 HORAS DA MANHÃ - CINE RIVIERA

Na abertura da XV FESTA NACIONAL DO MILHO, estará se apresentando em Patos de Minas o CORAL DO MINAS TÊNIS CLUBE.

A apresentação do Coral se constitui num show de rítmo e vozes, destacando-se a presença de 10 instrumentistas que se harmonizam às vozes dos coristas, levando o público a um constante estado de vibração.

Promovemos esta apresentação do CORAL DO MINAS TÊNIS CLUBE, porque sabemos que o repertório apresentado em várias capitais brasileiras e na Argentina constituiu-se num verdadeiro sucesso de público e crítica.

ESCOLA POLIVALENTE

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco

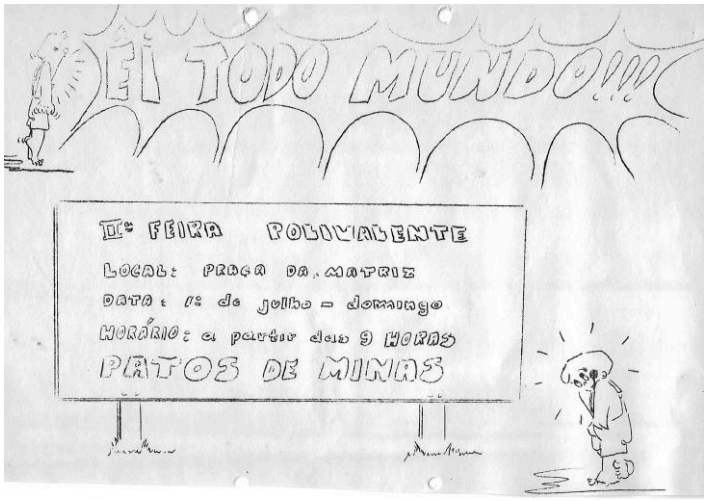
Além dessas atividades escolares, os alunos participavam das feiras de ciências, de concursos literários, olimpíadas estudantis e tinha até eleição para Rainha do Polivalente. Essas festividades sempre fizeram parte do imaginário escolar e dos alunos. Foi um momento de compartilhar além da aprendizagem intelectual também as habilidades culturais dos alunos.

Os governos também se inseriam nesse momento de descontração. Para o governo, as festas, principalmente as festas cívicas, mostravam para a população a possibilidade de progresso econômico e social. Para Cândido (2015, p. 232):

> No âmbito social e político, as celebrações possuíam como objetivo deixar bem patente para a população não só a escolar os progressos e o empenho do governo republicano brasileiro no âmbito educacional. As escolas representavam, para os dirigentes da época, a possibilidade do progresso econômico e social do país, e somente por meio delas a população poderia e deveria instruir-se. As comemorações de aniversário, inauguração e de encerramento do ano letivo contribuíam a disseminação da ideia considerada moderna sobre a importância da instrução e das escolas para os países que se queriam desenvolvidos. Já as festas cívicas evidenciavam a relação com o sistema político, então vigente, seja na celebração dos ideais e valores republicanos sejam por meio da escolha das datas e dos temas que deveriam ser comemorados, além dos rituais praticados.

A Escola Polivalente se inseriu nesse contexto. Ao iniciar o semestre letivo era apresentada alguma autoridade da gestão escolar para fazer uma palestra para a comunidade estudantil, pais e demais autoridades, como já foi estudado em tópico anterior. Os discursos e apresentações sempre apelavam para o lado cívico, dos bons costumes, da preservação da família e da aprendizagem para o trabalho. Enfim, procuravam incrustar na alma do aluno os aspectos de civilidade do bom cidadão. Abaixo, o convite para feira de ciências no ano de 1972.

Figura 70 - Convite para a Feira de Ciências apresentada na Praça da Matriz (1972)



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

Outro convite encontrado foi de um baile na sede do clube de futebol União Recreativa dos Trabalhadores (URT). Também chamada de Mangueirão. No convite, notamos a criatividade dos alunos. O chamado foi para o Poli Baile, no qual foi coroada a rainha do Polivalente.

Figura 71 - Coroação da Rainha do Polivalente

Ei, Você! É, você mesmo!

Você está convidado[a] para a Festa da Coroação da Rainha do Polivalente.

Vai ser sexta feira próxima, dia 27, no «Mangueirão».

É, eu sei que o dia parece impróprio, mas quem foi que falou que Baile não pode ser às sextas feiras? O negócio é quebrar a rotina.

Você ouviu bem sim; eu disse Baile! O Poli Baile! Vai ser animado pela turma do Abole Som, e à meia noite teremos a Coroação. «Falô»?

Esquece não; sexta feira no «Mangueirão».

E estamos conversados.

Gentileza do delicioso
CAFÉ CRISTAL
Rua Olegário Maciel, 605 — Fones: 26-17 e 24-56 — Patos de Minas — Minas Gerais

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

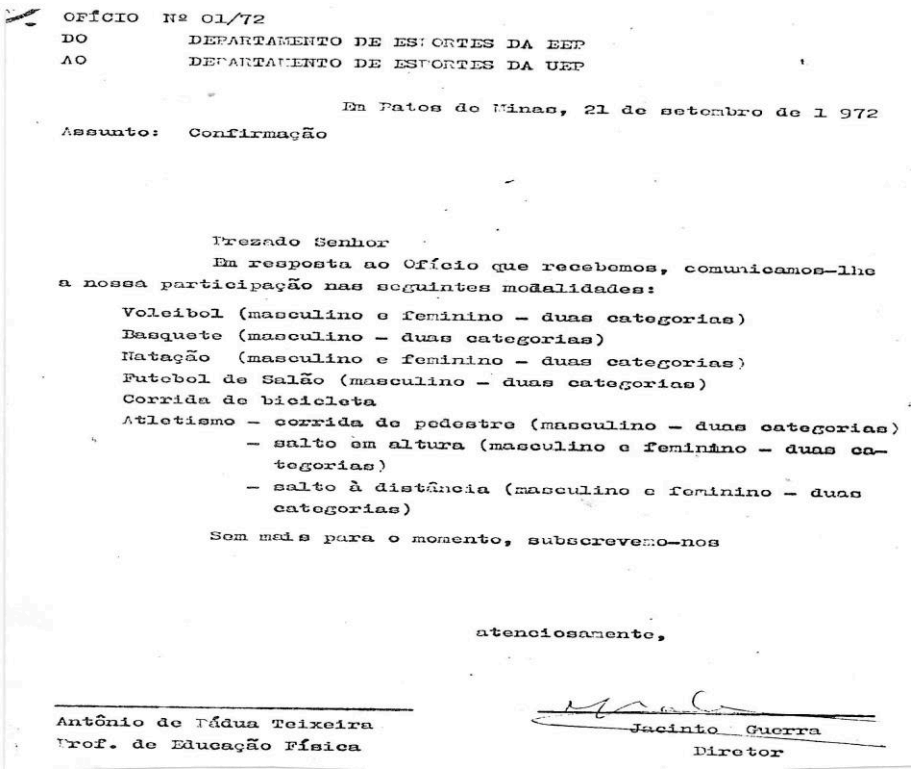
No contexto da ditadura militar, a Escola Polivalente tentou cumprir com seu papel de além do despertar vocacional para aptidões voltadas ao trabalho, também despertar nos alunos o civismo, a arte, o fazer científico e, de certa forma, introduzir o educando na

sociedade, longe da marginalidade e das mazelas sociais. As formaturas dos alunos eram acompanhadas de festividades com a participação de toda comunidade estudantil e familiares. Para Gatti Júnior et al. (2015, p. 159):

> Eventos sociais como bailes também faziam parte dessas celebrações culturais da cidade, em especial, os bailes de formatura dos alunos do Ginásio. Esses eventos, além do momento de integração social, também deixavam sua marca no meio desse ritual, como forma de distinção social na cidade, marcando a presença da escola na cidade.

O Polivalente, também participou das olimpíadas estudantis em diversas modalidades de esporte. O esporte nessa época era muito valorizado nas escolas. A prática de Educação Física era disciplina obrigatória no currículo de qualquer educandário. Para Gatti Júnior et al. (2015, p. 158), "As práticas esportivas também movimentavam não só as escolas como também a sociedade". Abaixo ofício do professor de Educação Física, Antônio de Pádua Teixeira, e do diretor Jacinto Guerra à União dos Estudantes Patenses, UEP, informando a participação do Polivalente nas olimpíadas estudantis.

Figura 72 - Participação do Polivalente nas Olimpíadas Estudantis de 1972.



OFÍCIO Nº 01/72
DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DA EEP
AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DA UEP

Em Patos de Minas, 21 de setembro de 1 972

Assunto: Confirmação

Prezado Senhor
Em resposta ao Ofício que recebemos, comunicamos-lhe a nossa participação nas seguintes modalidades:

Voleibol (masculino e feminino - duas categorias)
Basquete (masculino - duas categorias)
Natação (masculino e feminino - duas categorias)
Futebol de Salão (masculino - duas categorias)
Corrida de bicicleta
Atletismo - corrida de pedestre (masculino - duas categorias)
- salto em altura (masculino e feminino - duas categorias)
- salto à distância (masculino e feminino - duas categorias)

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

atenciosamente,

Antônio de Pádua Teixeira
Prof. de Educação Física

Jacinto Guerra
Diretor

Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco.

3.10 Escola Polivalente: Ensino profissionalizante ou vocacional?

Outro ponto bastante interessante e um dos questionamentos desse trabalho é que o próprio diretor desmistifica o caráter profissionalizante dos cursos do Ginásio Polivalente na Cidade de Patos de Minas, pelo menos até à constituição da primeira etapa. Segundo Jacinto Guerra, o curso do Ginásio Polivalente seria tão somente o ensino de 1º grau, apesar da veiculação na cidade que o Ginásio seria profissionalizante.

Segundo o próprio diretor, o PREMEN iria levar o ensino técnico de segundo grau a apenas a algumas cidades e Patos de Minas poderia ser contemplada também. Ademais, vejamos a fala do diretor Jacinto Guerra que foi veiculada no *Jornal dos Municípios*:

> A Escola Polivalente de Patos de Minas é um estabelecimento de ensino de 1º grau. Portanto não teremos curso colegial (científico), como chegou a ser divulgado. O que realmente existe a este respeito é que o PREMEN deverá instalar em algumas cidades o COLÉGIO POLIVALENTE com ensino de 2º Grau (Antigo Curso Colegial), dispondo de todas as condições e recursos para profissionalizar o aluno como determina a Lei 5692, sancionada pelo Presidente MÉDICE em 11 de agosto de 1971. E ainda existe a possibilidade de Patos de Minas conseguir esse novo estabelecimento de ensino que poderá ser uma grande realidade do nosso progresso no setor educacional.[22]

Os dizeres do então diretor da Escola Polivalente foram contundentes no sentido de que o ensino seria o de primeiro grau e que apenas algumas cidades teriam o ciclo completo de ensino com o segundo grau.

Um fato interessante que a pesquisa nos revelou foi que alguns atores que participaram do projeto do PREMEM para as Escolas Polivalentes, no início da década de 1970, sejam professores, alunos, pais, supervisores, dentre outros, não tiveram a noção da importância em que as Escolas Polivalentes se constituíram no que diz respeito aos aspectos vocacionais e ao despertar do aluno para o mundo do trabalho. Esse ponto levantado encontrou respaldo nas pesquisas de Lima (2018) e Resende (2011), ao abordarem as Escolas Polivalentes de suas respectivas cidades: Ituiutaba e Uberlândia. Para esses atores, as Escolas Polivalentes foram um educandário que se preocupava com a qualidade da educação e visava propiciar aos alunos o bom ensino.

Mas, passados quase 45 anos do início do projeto, foi verificado no estudo sobre as fontes que o objetivo do governo na época era realmente despertar a vocação e a aptidão laboral nos alunos. De acordo com Arapiraca (1983, p. 160):

---

[22] *Jornal dos Municípios*, ano 16, número 335, de 20 de janeiro de 1972.

> As disciplinas de caráter prático e vocacional são consideradas obrigatórias no currículo mínimo dos cursos da escola polivalente. Nas duas séries iniciais (5ª e 6ª), a fim de cumprir as necessidades de sondagem das aptidões vocacionais, os alunos serão obrigados a um mínimo determinado de atividade prática, que varia entre artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas, Economia Doméstica e Educação para o Lar. Esse processo é intensificado na 7ª série, quando o aluno é obrigado a optar por uma das práticas acima enumeradas. E na 8ª série, ele se envolve com umas das opções, definitivamente.

E, enquanto durou o projeto do PREMEM, houve a tentativa de que ao passarem pelas Escolas Polivalentes, os alunos saíssem com uma mínima formação e conhecimento daquilo que cerca o mundo laboral. Com isso, o governo criou a expectativa de que os alunos pudessem continuar o ensino de segundo grau profissionalizante *a posteriori*, ou mesmo que com mais alguns anos já começassem a trabalhar em algum segmento aprendido, já que ao término da 8ª série a grande maioria dos alunos tinham 14 anos. De outro viés, basta olhar para as vultosas quantias de dinheiro que o governo brasileiro tomou como empréstimos do BIRD e da USAID e desprendeu para que o projeto das Escolas Polivalentes fosse avante. Nesse sentido, é que Arapiraca (1983, p. 179):

> Com essas informações, sustentamos que a ajuda internacional ao sistema educativo brasileiro visou simplesmente a transformação do estudante em um indivíduo treinável pela fábrica, e mais facilmente preparável para o aperfeiçoamento de sua competência profissional e técnica na força de trabalho do que seria se não tivesse tal educação.

Nos dizeres do autor acima, fica evidente que as Escolas Polivalentes tiveram caráter vocacional e que toda tentativa do governo em relação à educação foi no sentido de que, *a posteriori*, os alunos que passassem pela formação Polivalente, se transformassem em trabalhadores e, se possível, em trabalhadores polivalentes.

O projeto do PREMEM em relação às Escolas Polivalentes começa a entrar em declínio ainda no ano de 1974. Quando é lançada a quarta etapa de construção das últimas Escolas Polivalentes em Minas Gerais, o governo já teve dificuldades não só em terminar as Escolas que faltavam no cronograma, bem como relativamente aos vencimentos dos profissionais dessas Escolas. A partir de 1974, começa a estadualização das Escolas Polivalentes, fato esse que culmina no ano de 1979, momento em que toda a educação das Escolas Polivalentes passa definitivamente à esfera estadual de ensino. É praticamente o fim de um projeto que durou pouco mais de 4 anos. Fato curioso é que da mesma forma que a Escola Polivalente do Barreiro no Horto em Belo Horizonte foi a primeira a ser inaugurada no

Estado, de forma contrária, também foi a primeira a ser desativada do projeto PREMEM, passando a ser uma escola estadual comum, apesar de ainda levar o nome de Polivalente, senão vejamos:

> Em 1974, após menos de quatro anos de funcionamento das primeiras unidades e sendo entregues as unidades da quarta etapa de implantação, começa a descaracterização do projeto, são desativados os Ginásios experimentais, e o Ginásio Polivalente do barreiro passa a funcionar com períodos anuais, carga horária diária de 4 horas e meia e grade curricular tradicional dentro dos moldes da rede estadual de ensino. A orientação da secretaria de Estado da Educação era para que se doassem os equipamentos e maquinarias, pois as aulas práticas que utilizavam esses equipamentos passaram a ter frequência de uma única aula semanal, isso acontecia quando o professor comprava ou pedia aos alunos para trazerem o material a ser utilizado nas aulas. Quando um professor saia ou se aposentava a disciplina era extinta. (...) a maioria dos equipamentos, maquinarias e ferramentas foram doadas para a Fundação Estadual do bem Estar do Menor – FEBEM. BITENCOURT JÚNIOR (2008, p. 13).

Só para se ter uma ideia do que foi exposto acima, o noticiário sobre a Escola Polivalente de Patos de Minas começou a desaparecer por volta do segundo semestre de 1975. As notícias e reportagens foram ficando cada vez menores. Em pesquisa na hemeroteca do Polivalente, foi constatado que os jornais pertencentes ao acervo estão entre os anos 1970 e 1975. Nesse período, o PREMEM repassa a responsabilidade dos Polivalentes ao estado.

A Escola Polivalente de Patos de Minas ainda tentou sobreviver nos moldes do projeto do PREMEM, mas com a falta de verbas por parte do governo, com o fim da formação dos professores por parte do PREMEM, com os salários vinculados ao estado e, por fim, com a falta de profissionais treinados nas áreas práticas, o Polivalente foi se tornando um núcleo comum até ser encampado por completo pelo estado.

Hoje, aquela Escola que começou seu ciclo em 1971, como Ginásio Polivalente de Patos de Minas e, em 1973, passou a se chamar Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, só existe na memória de todos aqueles que passaram por ela um dia. A Escola Polivalente de Patos de Minas encerrou suas atividades definitivamente no ano de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como ponto de partida a simpatia que, enquanto pesquisadores, sentimos pela Educação. Em 2002, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, inaugurou o Núcleo de História e Historiografia da Educação- NUPHE. Tivemos o privilégio de fazer parte desse grupo de pesquisadores. Presidido pelo professor Carlos Henrique de Carvalho, hoje professor da Universidade Federal de Uberlândia, e tendo como colaboradores professores expressivos na área, o núcleo tomou forma e muitos alunos aderiram à proposta. Dos debates e apresentações na área educacional, surgiram ideias e propostas que gradativamente foram sendo concluídas. Uma delas, bem nos lembramos, foi a mapeação das instituições escolares da cidade que tiveram relevante papel para a educação. Nesse sentido, a História e Historiografia das Instituições Escolares tomou vulto maior entre as diversas propostas. Das referências educacionais, o Grupo Marcolino de Barros, a Escola Normal Oficial, a Escola Estadual, as Escolas Rurais, o Ginásio Polivalente, dentre outras propostas, foram sendo concluídas nas formas de monografias e dissertações. Os debates foram calorosos e, o melhor de tudo, é que todos os integrantes do núcleo passaram a conhecer as pesquisas dos nobres colegas.

Nossa pesquisa inicial foi a mapeação de todas as Escolas Rurais que se fizeram presentes no município de Patos de Minas. Foram mais de três anos de pesquisa nessa área com o mapeamento completo de todas as Escolas que se fizeram presentes no meio rural do município. Entre escombros e evidências do passado, descobrimos os vestígios de muitos educandários que ficaram na memória dos mais velhos que, com lágrimas nos olhos, nos contaram as histórias e estórias de um momento importante em suas vidas. Verem seus filhos com os cadernos nas mãos frequentarem as escolas que eles não tiveram chance de frequentar.

Essa pesquisa teve início em 2002. Voltamos em muitos desses locais e passados 18 anos, meus “velhinhos” também ficaram na memória. Em muitos locais, as casas simples e humildes deixaram de existir, quiçá os Grupos Escolares. Tudo se transformou em grandes lavouras com irrigações instaladas de no mínimo 50 hectares cada pivô. Terras concentradas nas mãos de grandes latifundiários, que em nome do progresso, passam as máquinas em cima de tudo, inclusive de nossa História. No momento em que vivemos, não sei dizer se foi o progresso ou a ganância a causa de tentar apagar os vestígios do passado e da sua história.

As construções imponentes também sempre nos chamaram a atenção. Sejam as grandes catedrais e igrejas, sejam os templos do saber. E a Escola Polivalente se torna destaque dentre os educandários na cidade de Patos de Minas. Com uma construção moderna

para a época e de uma arquitetura arrojada, logo ganhou vários simpatizantes pesquisadores e dentre eles, nos quais nos incluímos. O tema foi amplamente debatido no NUPHE. Entre os temas propostos na época, nos lembramos de que nossa colega Cláudia Maria Vaz, do curso de História (2001 – 2004) do Centro Universitário de Patos de Minas, desenvolveu um trabalho a respeito do Ginásio Polivalente. E, justamente aqui, surge o trabalho do historiador e pesquisador, de levar adiante um debate, uma pesquisa. Verificar as fontes, as bibliografias, os vestígios e procurar deixar o tema sempre "vivo" na memória cultural de um povo. Foi assim que surgiu a ideia de fazermos uma pesquisa a respeito do Ginásio Polivalente de Patos de Minas.

Tendo em vista o tema e a época, não poderíamos deixar de fazer uma conjectura das políticas educacionais, mesmo que de forma breve, que levaram o Brasil a implantar os Ginásios Polivalentes, na década de 1970. Verificamos, durante a pesquisa, principalmente através das leituras bibliográficas, que uma das grandes preocupações dos governos brasileiros ao longo da história da República, foi com a mão de obra. De acordo com as necessidades de cada tempo: do fim da escravidão (1888), república velha (1889-1930), era Vargas (1930-1945), dos governos populistas (1946-1964) às políticas desenvolvimentistas militares da época de chumbo (1964-1985). A historiografia brasileira aborda um desenvolvimento na industrialização do país com implantação de novas tecnologias, seja no campo, seja nas fábricas e indústrias.

Vimos também que a grande maioria do povo brasileiro não tivera, nesses períodos, oportunidades para estudar, ou na melhor das hipóteses, para continuar os estudos. Nos primórdios da República a taxa de analfabetismo foi de 80 % da população, fato esse que foi motivo de preocupação dos governantes que queriam imprimir no país políticas desenvolvimentistas. Foi preciso dar ao trabalhador pelo menos as noções das letras e dos números, Nagle (1974).

No início do trabalho foi necessário um pequeno estudo filosófico e sociológico da influência do positivismo na educação brasileira. Tópico bastante interessante na medida em que trouxe pontos de ligação da educação militar com a formação do indivíduo na sua condição moral e de obediência e subserviência à ordem estabelecida. Isso ficou comprovado, principalmente durante o regime militar, momento em que os alunos dos diversos educandários eram obrigados a saber cantar o hino nacional em posição de continência à bandeira nacional, fazer filas com a mão no ombro do colega da frente, vangloriar os símbolos da pátria e despertar o espírito patriótico e laboral. A introdução das disciplinas de Moral e

Cívica e Organização Social Política Brasileira em conjunto com as aulas de Educação Física, confirmaram os ideários gregos de outrora, mente sã, corpo são.

Logo a seguir se fez necessário estudar algumas leis que deram respaldo à criação da educação profissional no país. Dentre elas o decreto 1606/1906 que regulamentou o ensino profissional. Em 1909, através do decreto 7566 foi criado as escolas de Aprendizes Artífices. O interessante é que essas escolas tinham um princípio parecido com o dos Ginásios Polivalentes da década de 1970. O de dar ao aluno hábitos de trabalhos saudáveis através do ensino prático, Poli (1999).

Segundo Kuenzer (1991), a constituição do ensino no Brasil se dá de forma a estabelecer duas finalidades: a primeira, a de dar aos alunos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte um ensino que pudesse levar a uma preparação para o mundo do trabalho; a segunda, a de estabelecer o ensino propedêutico aos alunos privilegiados economicamente. Nesse mesmo sentido, o estudo de Saviani (1999); Assis et all (1972), Buffa et al. (1998), Poli (1999); Romanelli (1980), Fernandes (2017); dentre outros, coadunaram com a respectiva autora.

A necessidade de mão de obra qualificada passa a ser gerida pela educação. Seja pelas instituições voltadas para esse fim, como é o caso do sistema S, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) , Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), dentre outras, segundo Romanelli (1980), seja pelo ensino ministrado pela escola regular, como foi o caso das escolas vocacionais Polivalentes, segundo Arapiraca(1982); Bitencourt Júnior (2008); Resende (2011) ; Lima (2018) e as escolas profissionalizantes, Kuenzer (1991).

A influência da escola nova na educação brasileira foi de fundamental importância na medida em que, apesar de ser de cunho liberal, propôs o ensino gratuito e obrigatório. Em 1932, o manifesto dos pioneiros da educação liderado pelos escolanovistas trouxe dentre outros temas a educação profissional e o ensino técnico. A partir de 1940, a demanda da economia visou a mão de obra qualificada, pois, o Brasil adotou o modelo de substituição das importações devido à economia de guerra que impunha restrições às importações. Só lembrando que o período foi o da 2.ª Guerra Mundial e por esse motivo foi necessário a educação voltada para o ensino profissionalizante (Romanelli, 1980).

Outro ponto importante estudado foi a reforma Capanema de 1942, que dividiu a educação em ensino secundário ginasial ou científico e o ensino industrial. Apesar dos

esforços na tentativa de melhorar a educação brasileira, ainda assim o sistema educacional continuou como fator de desigualdades (Assis, et all ,1972).

Na tentativa de equacionar o problema da educação brasileira algumas leis surgiram logo após a segunda grande guerra. Dentre elas, Poli (1999), destacou a lei 1079/1950 que permitiu ao aluno oriundo do ensino profissionalizante de primeiro grau, ingressar nos cursos clássicos ou científicos e a lei 1821/1953 que permitiu aos alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes ingressarem nos cursos superiores mediante exames de qualificação. O que ocorreu, de fato, foi o ingresso de uma classe mediana nas universidades, já que os alunos carentes e desvalidos da sorte precisavam trabalhar para sustentar as suas famílias.

A década de 1960, já trouxe efetivamente uma riqueza muito grande de acontecimentos no país. Os mais importantes incidiram nas questões educacionais, políticas e econômicas. Em 1961, foi publicada a lei 4.024 que ficou conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei apresentou, no capítulo III, as especificidades sobre a educação técnica. Teve como abrangência os cursos industrial, agrícola e comercial nos dois ciclos, ginasial e colegial.

Em 1964, a tragédia anunciada. Uma coalisão entre setores conservadores da Igreja Católica, dos latifundiários, de empresários e parte da sociedade civil somadas aos militares, derrubaram o presidente João Goulart, estabelecendo no país um governo autoritário e ditatorial. Com medo das reformas de base anunciadas por João Goulart, com o perigo constante da ronda do “comunismo”, que segundo essas classes já teriam tomado a ilha de Cuba de assalto, juntamente com uma somatória de interesses particulares, tomaram o poder. O jogo de interesses do imperialismo americano se fez presente no Brasil nesse momento, devido à importância estratégica do Brasil em relação a América do Sul. Segundo Souza (2011):

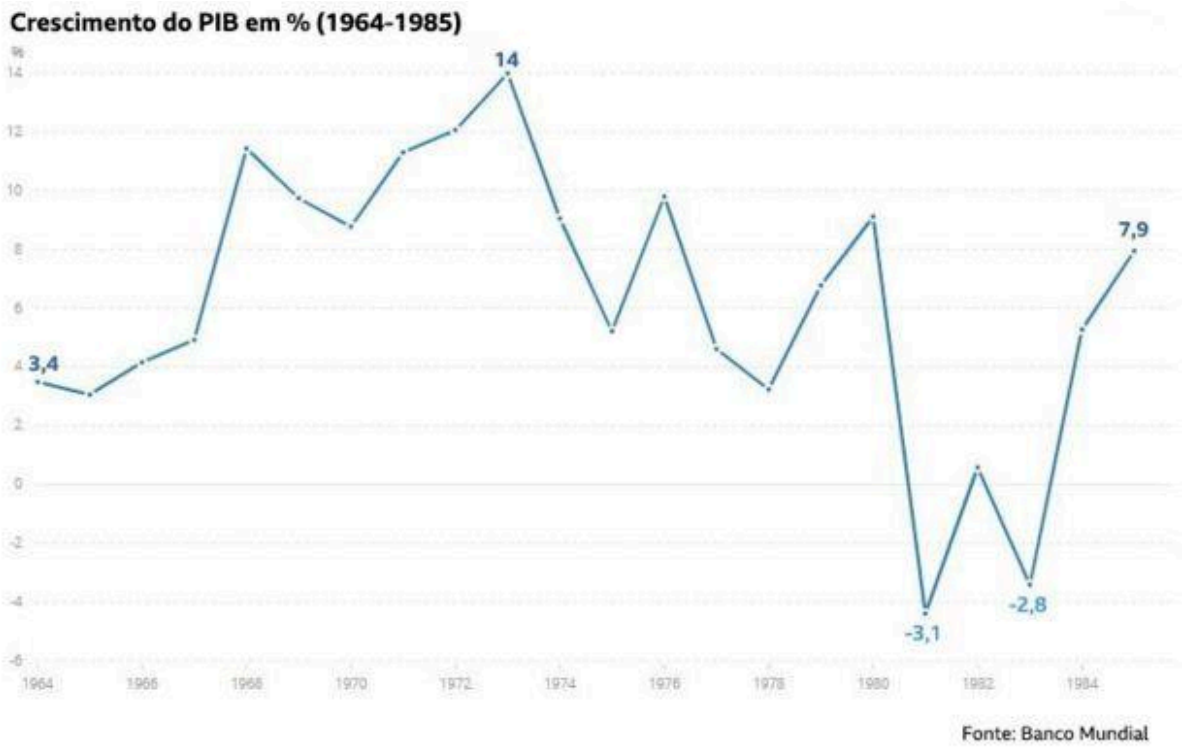
> Neste período, cerca de 60% dos investimentos no exterior provinha de empresas dos EUA, que no Brasil detinham, por exemplo, 70% dos investimentos externos no setor de papel e celulose, 65% do setor de mineração e petróleo, lembrando também, sua liderança nos setores automobilístico, de máquinas e de utilidades domésticas Com tal nível de investimento e com o fantasma do comunismo rondando o Hemisfério Ocidental, após a Revolução Cubana, as relações dos EUA com os países da América Latina tomaram novo rumo, e a propaganda ideológica norte-americana se acentuaria em meio às incertezas da polarização comunismo/capitalismo, designada como Guerra Fria.

Foram anos de chumbo, como bem ficou conhecido e registrados nos anais da História, com investimentos do capital americano no país.

Outro ponto a destacar foi a reforma universitária de 1968 oriunda da crise dos excedentes. Muitos alunos ficavam pelo caminho sem vagas nas universidades, por essas serem restritas aos primeiros colocados na média que eram para os alunos que tiveram condições de se prepararem melhor, ou seja, para aqueles cujas condições financeiras não foram favoráveis, a opção foi o ensino profissionalizante.

No governo militar, o interesse pela educação profissionalizante cresceu, principalmente entre os anos de 1968 e 1973. Esses anos ficaram conhecidos como o milagre econômico. Com uma política de endividamento e empréstimos externos pelo governo militar, o país teve nesse momento histórico a sensação de crescimento, chegando a uma média de crescimento do PIB em 10 % de 1968 a 1980, com o ponto culminante em 1973, momento em que o PIB esteve em aproximadamente 14 %. O Gráfico abaixo nos revela tais dados.

Gráfico 1: Histórico do PIB no contexto militar.



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>.

O país abriu as portas ao capital privado e grandes indústrias se instalaram no país. Foi preciso voltar o olhar para a educação. Mão de obra qualificada foi necessária para preencher os espaços das fábricas, indústrias, do agronegócio e do comércio em geral.

Segundo Bitencourt Júnior (2008), o país, através do MEC, firmou cerca de 500 convênios com a USAID e o BIRD, buscando empréstimos para investir em educação e principalmente na educação profissionalizante. Foram milhões de dólares financiados pelo governo militar junto a esses órgãos americanos.

Para isso, o governo criou alguns órgãos para gerir o ensino profissionalizante dentre eles o PREMEM. Esse órgão surge em 1968 através do decreto 63.914. E, foi o PREMEM o responsável pela construção dos Ginásios Polivalentes no Brasil. Para Arapiraca (1982), o que houve foi a implementação de uma política de boa vizinhança alinhavada com a aliança para o progresso que propiciou, nesse momento, a implantação do estudo industrial para fornecer uma mão de obra pacífica e educada para atender ao capital americano.

Com esse investimento americano na área educacional, o governo exigia o retorno em números de trabalhadores qualificados para a demanda de mão de obra. E, para muitos estudiosos, a soma da educação com os processos laborais, ficou conhecido como teoria do capital humano. Fator direto para o crescimento e expansão do país em termos econômicos e nos indivíduos em termo de renda. Quanto mais qualificado o indivíduo, maior sua renda. Quanto mais pobre o indivíduo, menor a sua qualificação (Franco, 1987).

Em 1971, o governo de forma autoritária aprova e promulga a lei 5692. A lei 5692 / 1971 ficou conhecida como a nova LBD e estabeleceu as bases para a profissionalização do ensino. É criado o primeiro grau, contendo as oito séries iniciais e o segundo grau com a obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Esse teor da referida lei mostrou que a sua promulgação objetivou atender aos interesses capitalistas americanos no país. Uma vez exigida a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, o governo ficou na expectativa de que seria suprida a falta de mão de obra qualificada para atender às demandas laborais por parte dos estudantes. Segundo Cunha (1977), a lei 5692/71 pretendia que o ensino médio tivesse a terminalidade como característica básica, manifestada através do ensino profissional. Ou seja, a velha dicotomia e às questões das vagas nas universidades voltam à tona. Ensino profissionalizante para os desvalidos e universitários para a elite.

E foi justamente no início da década de 1970 que o Brasil, através dos convênios MEC/USAID, vai intensificar as construções dos Ginásios Polivalentes. O modelo americano dos Polivalentes é implantado no país. Os noticiários dos jornais ocupavam páginas inteiras a respeito dos Ginásios Polivalentes e, em Minas Gerais, não foi diferente. Aliás, foi no estado de Minas Gerais que o projeto dos Polivalentes teve início. O governo da época era Rondon Pacheco, de partido aliado aos militares: a ARENA. Rondon Pacheco foi um entusiasta pelo projeto dos Polivalentes. Já na primeira etapa, foram construídas oito unidades dos Ginásios

no estado. A Lei 5.760 de 14 de setembro de 1971 vai dar a possibilidade da criação de oito ginásios polivalentes nas seguintes cidades-polo de acordo com o seu artigo primeiro: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Teófilo Otoni, Divinópolis, e Patos de Minas, nos termos do convênio aprovado pela resolução n. 925, de 27 de maio de 1970, da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte teve o primeiro Ginásio construído e inaugurado no Brasil, na região do Horto Florestal. (Resende, 2011 e Lima, 2018). E, por incrível que pareça, o primeiro a terminar com o modelo de forma precoce, ainda em 1974, por falta de verbas dos governos Federal e Estadual (Bitencourt Júnior, 2008).

A cidade de Patos de Minas também foi contemplada ainda na primeira etapa e teve o término da construção dos prédios em 1971, respectivamente com o início das aulas. O prefeito de Patos de Minas na época do levantamento geográfico parta implantação dos Ginásios foi Ataídes de Deus Vieira. Esse prefeito foi um entusiasta da educação e não mediu esforços para que a cidade tivesse ainda na primeira etapa seu Polivalente. Com a aprovação em tempo recorde da doação do terreno e liberação do alvará de construção, Patos de Minas concretizou o sonho de ter o Polivalente.

Quando pensamos nos interesses políticos em torno de um projeto, logo estes se evidenciam pelos discursos e propagandas em torno dele. Indagação premente foi o interesse político na construção do Ginásio Polivalente em Patos de Minas. Durante a pesquisa, ficou evidenciado que, para qualquer projeto que possa beneficiar uma cidade e município, de uma forma ou de outra, sempre haverá interesse político. Seja para o bem da cidade ou para hegemonia de um determinado grupo. Em Patos de Minas não foi diferente e o chefe do executivo na época foi determinante para que a cidade tivesse ainda na primeira fase o Polivalente. Mas, as perguntas sobre esse quesito serão respondidas em pesquisa posterior.

Um dos questionamentos da pesquisa foi a respeito do terreno em que foi construído o Polivalente. E foi verificado que o terreno doado pela municipalidade estava de acordo com a resolução 925/1970. O local da construção dos Ginásios deveria atender as populações carentes dos municípios, portanto, próximo aos bairros menos favorecidos economicamente (Resende, 2011). O local da construção, ainda nos dias de hoje, é habitado por uma população humilde. Em outras cidades foi evidenciado que os locais de construção dos Ginásios Polivalentes foram permeados de interesses particulares de políticos e familiares para valorização de terrenos para especulação imobiliária, Resende (2011). Fato que não foi comprovado na pesquisa em relação a Patos de Minas.

O que se seguiu, foi a mudança de cenário político no município com a eleição de mais três prefeitos que tiveram participações importantes na finalização das obras do Polivalente.

O primeiro diretor do Polivalente foi o Professor Jacinto Guerra. Figura importante desde o início das obras do Ginásio Polivalente. Depois de estabelecidas as bases e com o Polivalente funcionando, Jacinto Guerra foi transferido para o Polivalente do Horto em Belo Horizonte. Os demais diretores que ocuparam o cargo deixaram seus legados.

Outro questionamento foi se o Polivalente de Patos de Minas cumpriu seu papel social. A resolução 925/1970, segundo Resende (2011), dispunha que esses educandários seriam afeitos à população de baixa renda. O que ficou evidenciado é que, nos dois primeiros anos de funcionamento, o Polivalente realizou provas de seleção aberta aos estudantes da cidade que desejassem estudar no Ginásio. Com isso, muitos alunos de situação financeira melhor adentraram o Polivalente. A partir de 1973, com a complementaridade entre dois grupos da periferia da cidade, as vagas existentes ficaram para os alunos de tais grupos. O Polivalente só realizava provas para seleção se houvesse vagas para tal. O que ficou de acordo com a resolução 925/1970. O Polivalente teve participação efetiva nos acontecimentos sociais da cidade de Patos de Minas.

Questionamentos movem uma pesquisa e esses foram surgindo ao longo da jornada que, enquanto pesquisadores, imprimimos. Qual foi a grande diferença dos Polivalentes com as outras escolas? Bitencourt Junior (2008); Resende (2011); Lima (2018) afirmam que a grande diferença foram as aulas práticas. Foi introduzido no currículo, além das disciplinas regulares, as práticas voltadas à aptidão laboral do educando. Disciplinas tais como Técnicas Industriais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar. Neste diapasão, os Polivalentes além de tentarem formar os aspectos humanísticos no aluno, tentaram dar-lhe também os aspectos vocacionais. Na realidade, a intenção do projeto foi a sondagem vocacional. Com a implantação de oficinas dentro do Polivalente, os alunos aprendiam um ofício ou, no mínimo, imprimiam-lhe na matriz da memória tais práticas. O que, com o passar do tempo e maturidade, poderia despertar um sentido profissional.

Outro aspecto verificado na pesquisa, e de conotação política, foi a mudança de nome do Ginásio Polivalente para Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Uma luta no campo político para escolha do nome se fez presente. Nome que ficou conhecido até os encerramentos de suas atividades em 2019.

O país estava nesse momento (1964 a 1985) em um regime ditatorial e autoritário. Os militares estavam no poder. Por incrível que pareça os militares adotaram o modelo de

economia estatizante, apesar dos empresários apoiadores do regime terem uma visão progressista do Estado. As estatais brasileiras tiveram crescimento nesses governos. O governo foi centralizado e todas as ações passavam pelo crivo da censura, inclusive os projetos educacionais.

Foi o governo de uma única opinião, pois o parlamento não representava a vontade do povo e sim dos interesses militares influenciados por determinados setores da economia. Não havia debates e nem contraditas quando um projeto era apresentado. Tão somente a aprovação por parte do governo militar. Nesse sentido, pode se afirmar que não houve políticas educacionais militares (Cunha, 2014), por se entender que as políticas no regime militar foram elaboradas por parte do setor privatista brasileiro, que tinham interesse no sucateamento do ensino público. De acordo com Silva Júnior et al. (2014):

> A concepção tecnicista da educação, nesse período, foi assegurada por meio da Lei 5.692/71. Essa Lei, que passou a regulamentar a educação básica, foi elaborada e aprovada em um clima desprovido de mobilizações relativas à questão específica da educação e cultura. Esse fato pode ser entendido em virtude da aprovação do Ato Institucional n. 5 - AI5, em dezembro de 1968. Esse Ato Institucional garantia plenos poderes ao presidente da República, podendo legislar em todas as matérias e impedir o funcionamento do Judiciário. O Estado atingiu o mais elevado grau de autonomia, permitindo até mesmo prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos. Também instituiu a censura na imprensa e passou a controlar as universidades e instituições educativas. Os poucos espaços de liberdade, presentes no texto constitucional, foram eliminados.

As manifestações contrárias a muitos projetos vieram das ruas e não do parlamento. A fiscalização das obras por parte do governo foi incisiva. A cidade de Patos de Minas sofreu esse reflexo justamente na construção do Ginásio Polivalente. Como foi discutido na pesquisa, a obra foi amplamente fiscalizada e acompanhada pelo PREMEM. Devido à construção da obra a cidade passou a ser visitada por técnicos do governo cotidianamente e entrou no mapa do Brasil.

Na inauguração oficial, tardiamente (24 de maio de 1974), devido aos atrasos constantes do município nas obras complementares por falta de recursos, a presença do governador Rondon Pacheco e de pessoas ligadas aos gabinetes da presidência da república, foi um fato marcante para a cidade.

Em relação ao modelo de educação instituída pelo Ginásio Polivalente, o de inserir no contexto curricular disciplinas práticas (Industriais, Agrícolas, Comerciais e

Educação para o Lar), ainda não temos respostas conclusivas. Alguns destes questionamentos poderão ficar para uma pesquisa posterior. Através da pesquisa oral, entrevistaríamos os ex-alunos com o intuito de verificarmos a importância desse modelo vocacional para as suas vidas. Ou seja, se aquele modelo educacional foi realmente uma possibilidade de despertar a vocação profissional para o labor; se realmente verificaram que o ensino do Polivalente tinha como objetivo formar mão de obra, ou no mínimo despertar aptidão para o trabalho.

Através das fontes recolhidas e da bibliografia pesquisada, verificamos a existência de fortes vestígios no que diz respeito ao cumprimento da educação Polivalente em termos diferenciados e seu papel na sociedade patense. Nos moldes que preconizaram o modelo adotado pela USAID, PREMEM e MEC, dentro do governo militar, as escolas Polivalentes trouxeram uma educação diferenciada aos alunos. Desde a arquitetura dos prédios, bem como a qualificação dos professores e demais educadores que foram preparados pelo PREMEM, com aulas práticas e humanísticas. Com o aperfeiçoamento e dedicação dos profissionais, com salários atraentes, com disposição do espaço educacional no tocante a salas de aulas, áreas de lazer, oficinas, equipamentos e mobiliários, o Ginásio Polivalente foi uma escola de referência.

Resende (2011), verificou, justamente através da pesquisa oral, que muitos atores da época que frequentaram o Ginásio Polivalente da cidade de Uberlândia até o ano de 1975, não tiveram a noção de que o ensino de práticas visava o despertar vocacional. E o mais interessante é que muitos professores da época não tiveram essa visão também. Consideraram tão somente o ensino como de excelência. A partir de 1975 é que os seus entrevistados perceberam que o Polivalente tinha como objetivo os aspectos da aptidão vocacional.

Devemos nos desnudar de uma imagem que carregamos pelas nossas convicções ideológicas. O pesquisador deve ficar atento para isso. O fato de que o regime autoritário militar no Brasil torturou, massacrou e matou milhares de pessoas, não nos deve nebular a visão para outros fatos. Nesse tocante podemos falar do projeto dos Ginásios Polivalentes. Mesmo que esses educandários surjam para satisfazer a vontade do governo militar e da classe empresarial privatista e capitalista que estava de olho nas universidades, principalmente com as diretrizes da lei 5.692/1971, não deixamos de analisar os aspectos positivos desse projeto. Em Patos de Minas, o Ginásio Polivalente chegou em um momento que a cidade estava com déficit de vagas no ensino de primeiro grau e segundo grau. A educação e os planos pedagógicos práticos do Polivalente, levou centenas de alunos a adentrarem esse educandário. Alunos, em sua maioria, como foi verificado na pesquisa, de origem humilde.

O trabalho não abordou a pesquisa oral diretamente, porque se assim o fizesse, teríamos dezenas de depoimentos transcritos enaltecendo o fato de terem a oportunidade de estudar no Polivalente e ter aprendido a maneira de ser humano e algumas técnicas vocacionais que muitos seguiram como meta para atingirem uma profissão. Em conversa informal com alguns desses ex-alunos do Polivalente da década de 1970, ficou evidente esse aspecto.

A dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante foi bastante debatido por vários teóricos da educação. E para eles, passaram-se as reformas educacionais, e os problemas continuaram os mesmos. Os alunos que eram desvalidos pela sorte não conseguiam completar seus estudos, enquanto os mais abastados conseguiam chegar até à universidade.

No nosso entendimento, o fato do educando ter seguido a linha da educação profissionalizante, como preconizava a lei 5692/1971, não o fez menor em nenhum aspecto relativamente ao que teve a oportunidade de cursar universidade. Lidamos com seres humanos, com vidas e apesar das políticas públicas implantadas na época da ditadura militar visarem satisfazer o capital, não deixavam, no entanto, de se voltar para os alunos menos favorecidos financeiramente, para que pudessem sair da escola com o diploma em uma área técnica profissional. Nesse sentido, esse ensino teve um grande valor para muitos alunos que puderam ter sua primeira profissão e que garantiram, naquele momento, o sustento de suas famílias de maneira digna.

Nesse aspecto a pergunta é: do regime autoritário implantado no Brasil poderia ter saído algum aspecto que valha a pena estudar e chegar a alguma conclusão razoável? A resposta por ora é positiva. O modelo dos Ginásios Polivalentes, foi uma forma diferente, na tentativa de melhorar a educação no Brasil. Deu certo? Por pouco tempo. Com a explosão das crises do petróleo na década de 1970, o convênio com o PREMEM terminou prematuramente em 1975/1976. A USAID deixa de financiar os projetos do governo brasileiro. Podemos delimitar o espaço de tempo de 1971 a 1976, momento em que o projeto foi do início ao ápice e, após esse período, entrou em declínio vertiginoso, por falta de verbas, Bitencourt Júnior (2008); Resende (2011).

Já, para Lima (2018), o projeto não cumpriu com suas diretrizes que eram embasadas no projeto americano. Para a referida pesquisadora, dois princípios nortearíam o projeto dos Polivalentes. A formação humanística e a ética para o trabalho. Para ela, o projeto brasileiro restringiu-se tão somente às práticas voltadas ao trabalho, valorizando as relações capitalistas. Nessa controvérsia, os leitores poderão extrair suas conclusões.

No Polivalente de Patos de Minas, com o declínio do projeto do PREMEM, os prédios das oficinas foram ocupados por alunos das séries iniciais (1ª a 4ª), pondo de vez, um ponto final na estrutura e modelo do PREMEM. Em 1985, o ensino profissionalizante chega à escola Polivalente de Patos de Minas, mas desta vez com outro tipo de projeto: o das cidades diques.

Fato curioso, e que foi verificado na pesquisa nos jornais da época, é que a imprensa local e do estado para de veicular os noticiários a respeito da escola Polivalente por volta de 1975, coincidindo com o fim do projeto do governo federal. Lima (2018) também nota esse fato em sua pesquisa a respeito da escola Polivalente de Ituiutaba.

Com o fim do projeto do PREMEM, as escolas Polivalentes em todo o Brasil passam a ser administradas pelos estados e gradativamente deixam de ter o diferencial nas práticas vocacionais se tornando em escolas comuns.

Na medida em que essa pesquisa foi se desenvolvendo, perguntas iam surgindo, tal como:

A Escola Polivalente tinha como escopo a profissionalização da mão de obra no sentido de atender à demanda das indústrias e comércio locais ou não passaram de um educandário voltado ao despertar vocacional dos alunos?

Nesse quesito o que se verificou foi que o projeto inicial seria a profissionalização do educando. Em um primeiro momento, o ensino de primeiro grau (5ª a 8ª), com introdução das disciplinas práticas e aspectos meramente vocacionais e, em um segundo momento, o ensino profissionalizante, 1º ao 3º ano do segundo grau, de acordo com a lei 5.692/1971 que tornou regra o ensino profissionalizante no país. Inclusive, anteriormente, a Resolução 925/1970, em seu Anexo I, do governo do estado de Minas Gerais, orientava todas as escolas a adotarem de forma gradativa o modelo dos Polivalentes (Resende, 2001).

O que se observou foi que a cidade de Patos de Minas não possuía grandes indústrias na época. A maior indústria era a Fosfértil, que se situava a aproximadamente 70 km da cidade. Outro aspecto que foi levantado foi que ao término do ensino de primeiro grau, o aluno teria idade inferior à permitida por lei para início da vida laboral dentro da formalidade. Parte dos alunos concluiu o primeiro grau com 14 anos. As práticas para o despertar das aptidões e vocações laborais se impuseram nesse momento, já que o Polivalente de Patos de Minas ofereceu nesse período (1971 a 1985) somente o ensino de primeiro grau (5ª a 8ª). As séries iniciais (1ª a 4ª) em um primeiro momento tiveram o processo de complementaridade com dois grupos escolares próximos e posteriormente a implantação na própria escola dessa modalidade de ensino.

Foi instrumento nas mãos de um grupo privilegiado (políticos), através do qual se mantinha a dualidade (Propedêutico/profissionalizante) aliada à ditadura militar inerente ao sistema Educacional no Brasil?

A resposta, quanto a esse quesito, é positiva. Apesar da já referida qualidade do projeto Polivalente em um pequeno período, os aspectos que permearam tal projeto foram, no entanto, de cunho político que visava o status quo de uma parcela da população no Brasil. A dicotomia ensino propedêutico versus ensino profissionalizante permaneceu.

As Escolas Polivalentes cumpriram o seu papel ou foram meramente escolas integrais para ocupar o tempo dos educandos com mais atividades do cotidiano para as classes menos favorecidas economicamente e, consequentemente, com esse modelo de educação estariam fora das universidades?

A problemática, em relação às vagas nas universidades, continuou e os princípios da terminalidade que preconizava que o aluno ao se profissionalizar encontraria um trabalho e não uma universidade, não se concretizou. Muitos não encontraram nada na realidade. Aliás, o saldo da educação na época de chumbo foi o aumento da evasão escolar e taxa de analfabetismo.

Outro aspecto estudado foi se o modelo das escolas Polivalentes, pelo investimento que o governo fez na época, seria a tão propalada “mola para o progresso”?

Foi verificado que esse termo, na verdade, é uma construção epistemológica do conhecimento e suas estruturas. O projeto das escolas Polivalentes teve no regime ditatorial um discurso bastante forte nesse sentido. Seria as Escolas Polivalentes a salvação do ensino no país? Seria esse projeto educacional a “mola para o progresso”? Essas perguntas ainda vão ecoar por muito tempo, deixando a cargo dos pesquisadores e leitores uma conclusão lógica.

Questionamentos continuarão a povoar tanto a nossa imaginação quanto a dos leitores. Dentre eles, se o fato do Ginásio Polivalente de Patos de Minas, que recebeu o nome de Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, ter sido construído no local onde hoje se situam os prédios, fez com que ao longo do tempo, mesmo como escola estadual, fosse perdendo números de alunos até o encerramento de suas atividades em 2019, momento em que os prédios foram repassados à escola Tiradentes da Policia Militar?

E se tivesse sido construída em outro local, de melhor acesso, teria cumprido sua função social ou teria se elitizado? No momento presente, com a arquitetura ainda atual e diferenciada, estaria em pleno funcionamento e talvez fosse a principal escola da cidade?

Questionamentos que devem ser analisados com base em uma pesquisa com um aprofundamento maior sobre o tema. Por enquanto, fica a cargo dos leitores fazerem essa análise.

Essa pesquisa buscou trazer aos leitores uma pequena introdução na historiografia da educação brasileira no tocante ao ensino profissionalizante e à parcela da história do Ginásio Polivalente de Patos de Minas. Vimos que essa história teve início com a luta do prefeito em 1970 em viabilizar a construção do Ginásio Polivalente na cidade. Depois, o estudo voltou-se para as concepções arquitetônicas, espaços, construções e trabalhadores da obra, início das aulas, corpo diretivo, corpo docente, corpo discente, práticas pedagógicas, função social fora e dentro dos muros do Polivalente, enfim, um pequeno apanhado dos fatos com argumentos científicos que desencadearam a historicidade desse educandário.

O presente trabalho não teve a intenção de esgotar o tema e muito menos trazer certezas a respeito dele, mas tão somente evidenciar alguns fatos que através da pesquisa, na medida em que foram comprovados com base nos vestígios encontrados nas fontes e nas bibliografias pesquisadas, potencializaram outros questionamentos. Fato é que para cada resposta surgiam outras perguntas. O terreno ainda é muito fértil para sequência dessa pesquisa. No momento oportuno, debruçar-nos-emos mais detalhadamente sobre as fontes e buscaremos novas formas de enriquecer esse trabalho.

Dentre as muitas perguntas que ficam, ao final, é que se houve realmente um modelo de educação militar para o Brasil e se esse modelo teria sido o projeto dos Ginásios Polivalentes? A Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco Polivalente, teve influência na mentalidade dos jovens alunos daquela época, no progresso e na formação profissional para o mundo laboral? A cidade de Patos de Minas teve reflexos no seu progresso com a implantação da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco Polivalente? Futuramente debruçar-nos-emos sobre essas questões.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Disponível em: http://www.abnt.org.br/. Acesso em junho de 2019.

ANGELI, José Mario. Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política. Revista Espaço Acadêmico-N^{0}122- julho de 2011, mensal ano XI- ISSN 1519-6186. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13903/7222>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

AQUI começa toda a fertilidade da lavoura. Editora Globo S.A, Copyright © 2002. Edição 1 – ago.2006. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/0,3916,1245091-1641-4,00.html>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

ARAPIRACA, José Oliveira. USAID e a educação brasileira. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.

ARAUJO, José Carlos Souza. CARVALHO, Carlos Henrique De. NETO, Wenceslau Gonçalves. Discutindo a História da Educação: A Imprensa Enquanto Objeto de Análise Histórica (Uberlândia – MG, 1930 – 1950). In: ARAUJO, José Carlos Souza. JÚNIOR, Décio Gatti. (org.). Novos Temas Em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. – (Coleção memória da educação).

ASSIS, Milton Pereira de; CASTRO, Cláudio de Moura; OLIVEIRA, Sandra Furtado de. Ensino Técnico: desempenho e Custos. (Brasil. IPEA/NPES, Relatório de pesquisa, n. 10), Rio de Janeiro, 1972.

AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed., Rev. e ampl. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: contexto, 2016.

BARROS, J. D'assunção. Os campos da História: uma introdução ás especialidades da História. Revista HISTEDBR On line, campinas, n. 16, p. 17-35, dez. 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3 16.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2018.

BARRUCHO, Luís. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. 13 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em 29 de maio de 2020.

BATISTA, Eraldo Leme; MULHER, Meire Terezinha (Orgs.). Instituições de educação profissional no estado de Minas Gerais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. https://doi.org/10.29388/978-85-53111-89-3-0

BITTENCOURT JÚNIOR, Nilton Ferreira. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: um estudo sobre os ginásios polivalentes (1971- 1974), Trabalho e educação, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9408>. Acesso em: 04 março de 2020.

BITTENCOURT JÚNIOR, Nilton Ferreira. A Extensão do Ensino Fundamental nas Escolas Brasileiras: A Experiência dos Ginásios Polivalentes. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/593.pdf>. Acesso em 04 de março de 2020.

BUFFA, Ester. História e Filosofia Das instituições Escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza. JÚNIOR, Décio Gatti. (org.). Novos Temas Em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. – (Coleção memória da educação).

BUFFA, Ester; NOZELLA, Paulo. A escola profissional de são Carlos. São Carlos: Ed. UFSCar, 1998.

CAMPOS, Raquel Discini de. No Rastro de Velhos Jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. Ver. bras. hist., Campinas-SP, v.12, n.I(28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares. In: CATANI, Denice Bárbara; JÚNIOR, Décio Gatti. (orgs.) O Que a Escola Faz? Elementos para a Compreensão da Vida Escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. Coronelismo. In Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro, Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, Forense Universitária, (1980a).

CATANI, Denice Bárbara; JÚNIOR, Décio Gatti. (orgs.) O Que a Escola Faz? Elementos para a Compreensão da Vida Escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) História novos problemas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CORREA, Michelle Viviane Godinho, Milagre Econômico. 2017. Disponível em: < https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/milagre-economico > Acesso em: 26 de maio de 2019.

CRIPPA, Adolpho (Coordenador) As ideias filosóficas no Brasil. São Paulo, Convívio, 1978, 3 vols. (Vol. I - Séculos XVIII e XIX; Vol. II - Século XX- Parte I; Vol. III - Século XX, Parte II).

CUNHA, Luiz Antônio. Política Educacional no Brasil: a Profissionalização no Ensino Médio. Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.

CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da Ditadura Para a Educação Brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a02.pdf>. Acesso em 29 de maio de 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002

CUNHA, M. T. S. Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, C; T. (Org.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

DANNEMANN, Eitel T., Como Foi a Eleição de Waldemar da Rocha Filho. Disponível em: <https://www.efecadepatos.com.br/?p=12172>. Acesso em 27 de abril de 2020.

DANNEMANN, Eitel T., Inaugurado o Ginásio Polivalente. Disponível em: <https://www.efecadepatos.com.br/?attachment_id=19593>. Acesso em 12 de abril de 2020.

DECCA, Edgar Salvatori de. "Narrativa e História" in: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luis (orgs.). História e História da Educação. O Debate Teórico-Metodológico Atual. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 1998.

FARIAS, Itamar Mazza de. Diferenças Entre Polivalência e Politecnia: Implicações Para a Formação da Concepção Sobre o Trabalho no processo Educativo. Educação e Filosofia, 12 (23), jan./jun. 1998 Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/861/773>. Acesso em 04 de março de 2020.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995.

FONSECA, Geraldo. Domínios de Pecuários e Enxadachins. História de Patos de Minas. Belo Horizonte: INGRABRAS, 1974.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra: 1996.

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 8 ed. São Paulo: Ática, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História Das Instituições Educacionais; Inovações Paradigmáticas e Temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza. JÚNIOR, Décio Gatti. (org.). Novos Temas Em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa.

Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. – (Coleção memória da educação).

GERMANO, José Weliington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOES, Francisco de Assis Mendes; SÁ, Maria Ivoni Pereira de. A Entrosagem e a Intercomplementaridade Nas Escolas de 1º e 2º Graus. Rev. Educ. Em Debate - Fort., V. 3 - N.º 3 – p. 91-124 1979. Disponível em < http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11486/1/1979_art_famgoesmipsa.pdf> Acesso em 13 de abril de 2020.

GONÇALVES NETO, W. et alii. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. Revista de Educação Pública, 1997, Cuiabá, nº 6.Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_no_jornal.html.> Acesso em 26 de janeiro de 2020.

GONÇALVES, Rita de cássia Pacheco. Arquitetura Escolar. A Essência Aparece. Fábrica e Escola Confundem-se no Desenho da Polivalente. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Santa Catarina. 1996.

GUSTAVO, Miguel. Hinos de Futebol. Pra Frente Brasil (copa de 1970). < https://www.letras.mus.br/hinos-de-futebol/394819/ > Acesso em 05 de abril de 2020.

KOSSOY, B. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, B. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KUENZAR, Acácia Zeneida. Educação e Trabalho no Brasil: o Estado da Questão. Impressão, Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

KUENZAR, Acácia Zeneida. Ensino Médio e Profissional: As políticas do estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Unicamp, 2003.

LEITÃO, Rui. Canções que Falam Por Nós: “CIDADÃO” de Lucio Barbosa. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/analise-de-obras/6162120. Acesso em 12 de abril de 2020.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Genis Alves Pereira de; SOUZA, Sauloéber Tárcio de. A ESCOLA POLIVALENTE DE ITUIUTABA-MG: a proposta da Pedagogia Tecnicista no contexto do Regime Militar (1974-1985). Disponível em:

<http://www.semanahistoria.facip.ufu.br/sites/semanahistoria.facip.ufu.br/files/genisalvespereiradelima.pdf>. Acesso em 25 de março de 2020.

LIMA, Genis Alves Pereira de. Os Colégios Polivalentes Na Ditadura Civil-Militar Como Modelo De Educação: Estudo Sobre A Escola Estadual "Antônio Souza Martins" De Ituiutaba-Mg (1974-1983). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal De Uberlândia, Minas Gerais. 2018.

LOPES, E; GALVÃO, A. Território plural: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, C. (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Revista Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2019. https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100011

MARINHO, Heloisa. Educação e Cultura na Mensagem Presidencial. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. V. 53, nº. 117, jan./mar.1970.

MARTINS, A.L. e DE LUCA, T.R. (Orgs.) História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. Verbete elaborado. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teoria_%20do_capital_humano.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NALLES, Evelyn. Propaganda da Tergal com sua linha de uniformes escolares no final dos anos 60. Disponível em: < https://br.pinterest.com/pin/762375043146822568/>. Acesso em 27 de abril de 2020.

NISKIER, Arnaldo. Educação brasileira: 500 anos de história, 1.500-2000. - 2ª. ed. – Rio de janeiro: Consultor, 1995.

NUNES, C; CARVALHO, M. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, J.G. (Org). Pesquisa em História da Educação no Brasil, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de. Patos de Minas: Minha Cidade. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras,1978.

PAIM, Antônio. O estudo do pensamento filosófico brasileiro. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. (Biblioteca Tempo Universitário; v. 57).

PINHEIRO, João Eudes Rodrigues. O PREMEN NO ESPÍRITO SANTO - Educação, Autoritarismo e tecnocracia: Subsídios para a História Da Educação Capixaba. (Doutorado

em Educação), Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio De Janeiro, 1993.

POLI, Maria Cristina. Ensino Médio Profissionalizante: Quem o quer? A quem ele serve? Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1999.

PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. História da Educação no Brasil (1930 – 1973). 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de. As Escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): Sondagem Vocacional no Projeto Desenvolvimentista Civil-Militar (1965–1976). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal De Uberlândia, Minas Gerais. 2015.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de. Ensino Profissionalizante e Estado Militar: (Re) articulação por meio dos Polivalentes. (Uberlândia, MG, 1971-1980). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal De Uberlândia, Minas Gerais. 2011.

SAVIANI, Dermeval. Educação no Brasil: Concepção e desafios para o século XXI. HISTEDBR on-line, n. 3, jul./2001.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: Polêmicas do Nosso Tempo. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5).

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23ed São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2007, pp. 99-126 (cap. III). <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf.> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

SILVA, Jorge Graças de Alcântara. Educação e Hegemonia: Um Estudo Sobre os Papéis Desempenhados Pela EPEM e PELO PREMEM, A Partir da Década DE 60. (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio De Janeiro, 1984.

SILVA JÚNIOR, A. F.; SOUSA, J. J. M. Dimensões históricas da escolarização no meio rural e urbano brasileiro: um estudo nos municípios de Araguari, Uberlândia e Patos de Minas. Revista HISTEDBR On-line, v. 14, n. 55, p. 267-284, 28 jun. 2014. Disponível em < https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640474>. Acesso em 29 de maio de 2020. https://doi.org/10.20396/rho.v14i55.8640474

SILVA, Katiene Nogueira da. O que a escola faz ao instituir o uso dos uniformes escolares? In: CATANI, Denice Bárbara; JÚNIOR, Décio Gatti. (orgs.) O Que a Escola Faz? Elementos para a Compreensão da Vida Escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015.

SOUSA, Altamir Fernandes de. Colégio Estadual de Patos de Minas: memórias de sua criação. Patos de Minas: FEPAM, 2017

SOUZA, S. T. DE. O Universo Escolar Nas Páginas Da Imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG - Anos De 1950 e 1960). Cadernos de História da Educação, v. 9, n. 2, 29 jan. 2011. < http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11461>. Acesso em 02 de maio de 2020.

SPEYER, Anne Marie. Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo: Loyola, 1983.

VAZ, Claudia Maria. Tempos, Espaços e Singularidades na História da Educação: O Ginásio Polivalente de Patos de Minas, MG. 1971 a 1982. Monografia (Graduação em História), Faculdade de Filosofia ciências e Letras, Centro Universitário de Patos de Minas, Minas Gerais, 2004.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 Anos Depois: grandezas e misérias do ensino Brasil. São Paulo; Ática, 1994.

Legislação

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Estabelece a lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 de março de 2019.

BRASIL. Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Gustavo Capanema; Lei Orgânica do Ensino Secundário; Reforma Gustavo Capanema. Disponível em: < https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1942-04-09;4244>. Acesso em: 01 de março de 2019.

BRASIL. Legislação Informatizada – Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 - Publicação Original. Lei orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 de março de 2019.

BRASIL. Legislação Informatizada – Lei nº 1.821 de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: < https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1953-03-12;1821>. Acesso em: 04 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 3552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <

https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59>. Acesso em 03 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: < https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 494 de 10 de janeiro de 1962. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm494.htm>. Acesso em 06 de março de 2019.

ATO INSTITUCIONAL nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 21 de março de 2019.

BRASIL. Legislação Informatizada - Decreto-lei nº 63.914 de 26 de dezembro de 1968. Provê o Programa de Expansão e melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. RESOLUÇÃO 925 de 27 de maio de 1970. Aprova o Convênio celebrado Entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Primário [Médio] – PREMEM – e o Estado de minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=RAL&num=925&comp=&ano=1970. Acesso em 02 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: < https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei nº 5.760, de 14 de setembro de 1971. Cria Oito Ginásios Estaduais Polivalentes e dá Outras Providências. Disponível em: < https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1971-09-14;5760>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Legislação Informatizada - Decreto-lei nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) e dá outras providências. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70067-26-janeiro-1972-418584-norma-pe.html>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Decreto nº14.414, de 24 de março de 1972. Aprova o Plano Estadual De Implantação do Regime Instituído na Lei Federal no 5.692, de 11 de agosto de 1971, para o Ensino de 1º e 2º Graus e dá Outras Providências. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1972-03-24;14414>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf > Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

Artigos de Jornais

24 GINÁSIOS Polivalentes. *Jornal Estado de Minas*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, 11 jul. 1971.

A ESCOLA Polivalente de Patos de Minas é um estabelecimento de 1º Grau. *Jornal Dos Municípios*, ano 16, Patos de Minas, n. 335, 20 jan. 1972.

A FEIRA de Ciências. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 02 nov. 1972.

A REFORMA do Ensino em Minas Gerais: criação de 60 comissões. *Jornal Estado de Minas,* Diário do Executivo, Belo Horizonte, 13 maio 1972.

AULA Inaugural no Polivalente de Patos. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 20 ago. 1972.

COLÈGIO da Penha é marco na cidade. *Jornal Minas Urgente*, Patos de Minas, ed. 1986.

DIPLOMA de Cidadão da Capital Nacional do Milho. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 jun. 1972.

DIRETOR do Polivalente visita Patos. *Jornal dos Municípios*, Patos de Minas, 11 set. 1971.

DIRETOR entrevistado. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 03 fev. 1972.

EM PATOS de Minas será construído o Ginásio Polivalente. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, n. 511, 26 nov. 1969.

EM PATOS de Minas será Implantada Imediatamente a Reforma do Ensino. *Jornal Folha Diocesana*, ano XV, Patos de Minas, 13 abril 1972.

ENSINO. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 out. 1972, p. 06.

ESCLARECIMENTOS, Jacinto Guerra. *Jornal Dos Municípios*, ano 16, Patos de Minas, n. 335, 20 jan. 1972.

ESCOLAS Polivalentes para mais 34 Cidades Mineiras. *Jornal Estado de Minas*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, 22 mar. 1972. p. 02.

GINÁSIO de Patos de Minas começou a funcionar. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 30 set. 1971, p.5.

GINÁSIOS. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 fev. 1972.

INAUGURAÇÃO do Ginásio Polivalente no Horto. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1971, p. 68.

INVESTIMENTO aplicado na rede de Escolas Polivalentes. *Jornal Estado de Minas*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, quarta-feira, 22 mar. de 1972

MINAS, ganha o 1º Polivalente do Brasil. *Jornal Estado de Minas*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, 14 set. 1971. p. 08.

MODELO dos Polivalentes. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, quarta-feira, 22 mar. 1972.

NANUQUE suspende aulas no Polivalente. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 maio 1974.

NOTÌCIAS da Prefeitura Municipal: Polivalente. *Jornal Dos Municípios*, ano 16, Patos de Minas, n. 334, 13 jan. 1972.

O QUE é o Ginásio Polivalente. *Folha Diocesana*, Patos de Minas, n. 612, ano XV, 22 jul. 1971.

OS UNIVERSITÁRIOS, os Professores e o Premem. *Jornal Folha Diocesana,* Patos de Minas, 31 ago.1972.

PATOS de Minas pode se orgulhar de seu Ginásio Polivalente. *Jornal dos Municípios*, Patos de Minas, 16 set. 1971, p. 02.

PATOS ensina teatro aos estudantes. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 out. 1973.

PLEITO de Ataídes de Deus Vieira na área educacional. *Jornal Folha Diocesana,* Patos de Minas, 24 maio 1969.

POLIVALÊNCIA em Educação. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 1972, p. 5.

POLIVALENTES. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, n. 38, 25 fev. 1972.

POLIVALENTE de Patos de Minas recebeu o nome de Profª. Elza Carneiro Franco. *Jornal folha Diocesana*, ano XVII, Patos de Minas, n. 729, 19 jul. 1973.

POSSE na Escola Polivalente do Horto. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, sexta-feira, 15 dez. 1972.

PREMEM muda de nome. *Jornal dos Municípios*, Patos de Minas, 06 fev. 1972.

PROFESSOR Jacinto Guerra Diretor do Ginásio Polivalente. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 22 set. 1971, p. 7.

PROGRAMA de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEM-MG. Escola Polivalente de Patos de Minas, *Jornal dos Municípios*, Patos de Minas, 20 jan. 1972.

REFORMA Capanema. *Jornal Folha de Patos*, Patos de Minas, ed. 52, 19 mar. 1942, p. 4. A.

REFORMA do Ensino. *Jornal Estado de Minas*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, 13 maio 1972. p. 01.

REFORMA do Ensino em Minas será progressiva. *Jornal Estado de Minas*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, 20 jan. 1972.

RONDON Pacheco vem inaugurar o Ginásio Polivalente: quem é o Diretor? *Jornal dos Municípios*, Patos de Minas, 18 set. 1971, p. 2.

SUPERVISORES escolares executam avaliação em Patos de Minas. *Jornal Folha Diocesana*, Patos de Minas, 24 ago. 1972. p.1.

VAGAS nas Escolas Polivalentes, profissionais da Educação. *Jornal Folha Diocesana*, n. 710, Patos de Minas, 26 jul. 1973.

Relatos do Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco Polivalente.

ARAÚJO, Isaura Maria de. Ex-diretora (1974 a 1976). Entrevista concedida à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, s/d.

FERREIRA, José Izalino Levenhagem. Ex-professor. Entrevista concedida à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, s/d.

MELO, Fernando Antônio. Ex-diretor (1977 a 1989). Entrevista concedida à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, 1981.

SILVA, Geraldo Caixeta Da. Ex-professor. Entrevista concedida à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, s/d.

VIEIRA, Ruyvan Guimarães Dantas. Ex-professor. Entrevista concedida à Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, s/d.

Currículo Vitae.

FILHO, Joaquim Júlio Da Fonseca. Ex-diretor (1973 a 1974). Currículo. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, s/d.

GUERRA, Jacinto. Ex-diretor (1971 a 1972). Currículo. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, 1º de outubro de 1972.

MELO, Fernando Antônio. Ex-diretor (1977 a 1989). Currículo. Acervo da Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco, Polivalente. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, 1972.

Documentos De Arquivos

ÁLBUM de fotografias. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, [entre 1971 e 1975].

ÁLBUM de fotografias. Acervo particular do ex-aluno Antônio Eustáquio Carvalho. Patos de Minas, 2020.

DOCUMENTOS. Doação do terreno, alvará de construção, atos da câmara municipal, atos do poder executivo de Patos de Minas (1970 a 1976). Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, [entre 1970 a 1976].

DOCUMENTOS. Holerites, extratos de fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), contribuição sindical, recolhimentos do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e Imposto de renda (IR). Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, [entre 1971 e 1973].

LIVRO de ata de resultado final. Ata do resultado final de aproveitamento de 5ª a 8ª séries do 1º grau. 1972 a 1973. Acervo da Escola Estadual "Professora Elza Carneiro Franco" Polivalente. Patos de Minas, s/d.

LIVRO de ponto. Livro de ponto de pessoal auxiliar da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Acervo da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Patos de Minas, [entre 1972 e 1973].

PLANTA arquitetônica. Acervo da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Patos de Minas, 1970.

QUADRO de frequências. Quadro de frequências dos servidores da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Acervo da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Patos de Minas, [entre 1972 a 1973].

RELAÇÃO de empregados. Relação de empregados da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Acervo da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco” Polivalente. Patos de Minas, [entre 1972 e 1973].